

AIRTON DE FARIAS



# Pavilhão Sete

PRESOS POLÍTICOS DA  
DITADURA CIVIL-MILITAR

EDIÇÕES  
INESP





**ALECE**  
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA  
DO ESTADO DO CEARÁ

# **PAVILHÃO SETE**

**Presos Políticos da Ditadura  
Civil-Militar**



**Airton de Farias**

# **PAVILHÃO SETE**

**Presos Políticos da Ditadura  
Civil-Militar**



Fortaleza – Ceará

2023

Copyright © 2023 by Inesp

**Instituto de Estudos e Pesquisas sobre o  
Desenvolvimento do Estado do Ceará (Inesp)**

**João Milton Cunha de Miranda**  
Coordenador Editorial

**Rachel Garcia Bastos de Araújo**  
**Valquiria Moreira Carlos**  
Assistentes Editoriais

**Luzia Leda Batista Rolim**  
Assessora de Comunicação

**José Gotardo de Paula Freire Filho**  
Adaptador do Projeto Gráfico para Versão Digital

**Gráfica do Inesp**  
Impressão e Acabamento

**Luiz Ernandes dos Santos do Carmo**  
Coordenador de Impressão

**Equipe Original da Versão Impressa**

**Alessandro Lima**  
Projetista Gráfico

**Paulo César Rodrigues (Pecê)**  
Revisor

**Larri Pereira**  
Capista

**Imagem da Capa**  
Xilogravura produzida pelos presos políticos do IPPS, em 1977

Edição Institucional da Assembleia Legislativa do Estado do Ceará  
**VENDA E PROMOÇÃO PESSOAL PROIBIDAS**

Catalogado por Daniele Sousa do Nascimento CRB-3/1023

F224p Farias, Airtton de.  
Pavilhão sete [livro eletrônico]: presos políticos da ditadura  
civil-militar / Airtton de Farias. – Fortaleza: INESP, 2023.  
325 p. : il. ; 8.145 Kb ; PDF

ISBN: 978-85-7973-219-5

1. Ditadura e ditadores – Ceará. 2. Prisioneiros políticos. I.  
Ceará. Assembleia Legislativa. Instituto de Estudos e Pesquisas  
sobre o Desenvolvimento do Estado. II. Título.

CDD 923.208694

Permitida a divulgação dos textos contidos neste livro,  
desde que citados autores e fontes.

**Inesp**

Rua Barbosa de Freitas, 2674, Anexo II, 5º andar,  
Assembleia Legislativa do Estado do Ceará,  
bairro: Dionísio Torres, Fortaleza - CE, CEP: 60.170-174.  
Telefone: (85) 3277-3702. | E-mail: inesp@al.ce.gov.br  
Site: <https://www.al.ce.gov.br/paginas/instituto-de-estudos-e-pesquisas-sobre-o-desenvolvimento-do-ceara-inesp>

O que está errado, agora, no nosso discurso?  
Alguma coisa? Ou tudo?  
Com quem ainda podemos contar?  
Somos sobras da correnteza viva,  
que o rio depositou em suas margens?  
Ficaremos para trás, sem entendermos,  
sem sermos entendidos por ninguém?  
Precisamos ter sorte?  
Isso é o que perguntas. Não esperes  
resposta a não ser de ti mesmo.  
*Aos vacilantes* – Bertold Brecht

Aos meus pais, seu Raimundo (*in memoriam*)  
e dona Rita.  
Ao irmão, Vagner.  
A Danielle, meu amor e porto seguro.



## AGRADECIMENTOS

Escrever é um trabalho solitário.

É preciso certo isolamento para se dedicar ao texto, realizar as reflexões historiográficas necessárias, buscar certo distanciamento do objeto de pesquisa.

Mas é uma solidão, paradoxalmente, coletiva. Muitos contribuem para a pesquisa.

O Divino, que nos banha com sua graça e sabedoria.

A família, com a paciência e estímulos de dona Rita e o mano Wagner de Farias. Só nós sabemos os percalços desta estrada. Só nós sabemos o doce destes frutos, de Santana do Acaraú, passando por Jijoca de Jericoacara e chegando a Fortaleza.

E teve o apoio e a companhia de Danielle Rodrigues, fotógrafa, professora, intelectual. Com suas reflexões, motivação e amor, tornou a viagem mais fácil.

Os meus colegas de turma do doutorado, pelas interações, solidariedade e estímulos mútuos: Antônio Helonis (nosso trovador), Carlos Rafael (eterno roqueiro), Daniela Márcia (nossa romeira favorita), Fagno Soares (nosso diplomata e relações públicas), Fátima Pinho (nossa líder e devota do Pe. Cícero), Jaqueline de Souza (nossa guia espiritual), Jucieldo Alexandre (brilhante pesquisador), Marcos Felipe (meu colega de apartamento na estadia no Rio de Janeiro), Priscilla Queiroz (embaixadora do Icô), Raimundo de Araújo (gigante do Ipu), Rúbia Cavalcanti (a irmã de todos), Sandra Nancy (da nobreza de Barbalha), Simone Pereira (festeira de Barbalha, sob as bênção de Santo Antônio) e Viviane Prado (da nobreza de Sobral). Gratidão eterna ao modo gentil e carinhoso como fomos tratados no Crato e Juazeiro do Norte.

Os funcionários da Universidade Regional do Cariri e da Universidade Federal Fluminense, pela forma prestativa com a qual sempre nos ajudaram.

Os professores e professoras da UECE: Fátima Leitão, Isaíde Bandeira, Altemar Muniz e Edmilson Maia.

O professor da URCA Egberto Mello, motivador para que fizéssemos a seleção do doutorado.

Ao advogado Hélio Leitão e aos funcionários da Secretaria de Justiça e Segurança Pública do Ceará, que não mediram esforço para permitir nossa visita ao IPPS.

Os companheiros professores do Colégio Adauto Bezerra, motivadores constantes. Humberto Mendes, Otacílio Bessa, Marília Marques, Leirton Carneiro, Jane Chaves, Adriana Mendonça, Karla Ramos, Rogério Andrade, Claudio Martins, Paulo Silveira, Henrique Garrel, Henrique Gomes, Tiago Porto, Mário Silva, Guilherme Montenegro, entre outros tantos. Muito obrigado.

Um agradecimento especial ao colega alvinegro Paulo César Rodrigues (Pecê), que realizou as correções gramaticais do texto e deu várias sugestões.

Meus alunos e alunas, que permitem, nas aulas, reflexões sobre História e escrita.

Os entrevistados.

Os professores doutores que compuseram nossa banca, Daniel Aarão, Maria Paula Araújo, Dulce Pandolfi e Jean Sales.

Os professores doutores da UFF que participaram do Dinter com a URCA e nos ministraram aulas no Crato e em Niterói: Ana Mauad, Carlos Addor, Giselle Venâncio, Ismênia Lima Martins, Mario Grinszpan, Samantha Quadrat e Verônica Secreto.

E por fim, mas não menos importante, as orientadoras professoras doutoras Janaina Cordeiro e Sônia Menezes. A primeira, jovem e talentosa historiadora, que em todos os momentos ajudou-nos, esclarecendo pontos e dando sugestões que fizeram o texto fluir. Sônia Menezes, afóra brilhante intelectual, de ricas referências para esta pesquisa, teve a ousadia de organizar o Dinter e tornou o curso de História da URCA um dos polos do conhecimento acadêmico em pleno sertão nordestino. Suas contribuições são incalculáveis. Honrado e grato pelo apoio e convivência.

Esta obra é de todos vocês também.

## **PALAVRA DO PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO CEARÁ**

A tese de doutorado de Airton de Farias apresenta uma robusta contribuição sobre a história da ditadura civil-militar e, por conseguinte, para a história do Brasil e do Ceará. Adaptada ao formato de livro, colabora para que as novas gerações entendam o contexto do golpe sob uma nova ótica, não permitindo que se repitam atos de tamanha gravidade contra a nossa democracia.

Aqueles que lutaram na linha de frente contra a ditadura e foram encarcerados no Instituto Penal Paulo Sarasate foram silenciados, mas este livro nos apresenta o que aconteceu com os jovens ativistas presos, ecoando assim suas vozes.

A obra trata, com rigor científico, os dias de prisão, o trabalho interno, a solidão, as relações estabelecidas com outros presos, o lazer, a ligação com o espaço da cadeia e, a partir de outros indicadores qualitativos, como essas vidas puderam ser refeitas após a prisão.

A Assembleia Legislativa do Estado do Ceará (Alece), por meio do seu Instituto de Estudos e Pesquisas sobre o Desenvolvimento do Estado do Ceará (Inesp), distribui, com muita honra, este livro que ajuda a resgatar nossa memória e a renovar a historiografia sobre a ditadura.

**Deputado Estadual Evandro Leitão**

Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Ceará



## PALAVRA DO DIRETOR-EXECUTIVO DO INESP

O Instituto de Estudos e Pesquisas sobre o Desenvolvimento do Estado do Ceará (Inesp), criado em 1988, é um órgão técnico e científico de pesquisa, educação e memória. Ao idealizar e gerenciar projetos atuais que se alinhem às demandas legislativas e culturais do Estado, objetiva ser referência no cenário nacional.

Durante seus mais de 30 anos de atuação, o Inesp prestou efetiva contribuição ao desenvolvimento do Estado, assessorando, por meio de ações inovadoras, a Assembleia Legislativa do Estado do Ceará (Alece). Dentre seus mais recentes projetos, destacam-se o “Edições Inesp” e o “Edições Inesp Digital”, que têm como objetivos: editar livros; coletâneas de legislação; e, periódicos especializados. O “Edições Inesp Digital” obedece a um formato que facilita e amplia o acesso às publicações de forma sustentável e inclusiva. Além da produção, revisão e editoração de textos, ambos os projetos contam com um núcleo de Design Gráfico.

O “Edições Inesp Digital” já se consolidou. A crescente demanda por suas publicações alcança uma marca de 3 milhões de downloads. As estatísticas demonstram um crescente interesse nas publicações, com destaque para as de Literatura, Ensino, Legislação e História, estando a Constituição Estadual e o Regimento Interno entre os primeiros colocados.

O *Pavilhão Sete - Presos políticos da Ditadura Civil-Militar* é mais uma obra do diversificado catálogo de publicações do “Edições Inesp Digital” e que, direta ou indiretamente, colaboram para apresentar respostas às questões que afetam a vida do cidadão.

**Prof. Dr. João Milton Cunha de Miranda**

Diretor-Executivo do Instituto de Estudos e Pesquisas  
sobre o Desenvolvimento do Estado do Ceará (Inesp)



# SUMÁRIO

<b>APRESENTAÇÃO</b> .....	9
<b>PREFÁCIO</b> .....	13
<b>CAPÍTULO 1: RENASCIDOS DO INFERNO</b> .....	17
1.1 UM PRESÍDIO CEARENSE NA DITADURA .....	19
1.2 A ESQUERDA ARMADA CEARENSE.....	28
1.3 OS TIPOS DE PRISÕES POLÍTICAS.....	35
1.4 REENCONTROS.....	42
1.5 A GREVE DE FOME DE 1974.....	57
<b>CAPÍTULO 2: A ARTE DO INVENTAR</b> .....	71
2.1 (RE)INVENTANDO (N)O IPPS.....	74
2.2 UMA CELA PARA CHAMAR DE SUA.....	78
2.3 TODO PODER À COZINHA!.....	84
2.4 DO SUOR DO TEU ROSTO COMERÁS O TEU PÃO.....	93
2.5 MENTES OCUPADAS.....	97
2.6 OS RACHAS DA ESQUERDA.....	107
2.7 MÃOS QUE FAZEM .....	118
<b>CAPÍTULO 3: PELAS FRONTEIRAS DO IPPS</b> .....	135
3.1 O TERCEIRO ESPAÇO .....	138
3.2 VIGILANTES E VIGIADOS .....	144
3.3 NEGOCIANDO NOS CÁRCERES .....	150
3.4 ZONA DE ATRITO.....	154
3.5 “REVOLUCIONÁRIOS E MALANDROS” .....	160
3.6 FRONTEIRAS COM OS “MALANDROS” .....	170
3.7 PAIS E FILHOS.....	177
3.8 ALEGRIA, ALEGRIA .....	188
3.9 A GRANDE FAMÍLIA .....	193

<b>CAPÍTULO 4: EN PASSANT</b> .....	199
4.1 SIM, SENHOR, CORONEL .....	203
4.2 OS PEÕES JOGAM .....	212
4.3 OS GENERAIS E OS EQUILIBRISTAS .....	227
4.4 OS EMBALOS DE SÁBADO À TARDE .....	237
4.5 ADEUS, COMPANHEIROS .....	253
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	267
<b>COMO A PESQUISA FOI FEITA</b> .....	275
<b>POSFÁCIO</b> .....	309
<b>FONTES</b> .....	311
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b> .....	315

## APRESENTAÇÃO

Muito já se escreveu e tem se escrito sobre a ditadura civil-militar brasileira, instaurada em 1964 por um golpe de Estado. Já no momento seguinte ao golpe, apareceram as primeiras tentativas de tentar compreender o que havia se passado nos *idos de março* e como acontecera a *queda em abril* (DINES, 1964) do presidente eleito, João Goulart.

Anos mais tarde, quando veio a abertura, as discussões sobre o passado recente não deixaram de ocupar, da forma como era possível, lugar expressivo nos debates políticos em sentido mais amplo. Com maior ou menor intensidade, sucessivos governos, cinema, literatura e grupos organizados da sociedade civil buscaram refletir sobre o passado recente: como foi possível o terror de Estado? O que esteve na origem daquele terrível pesadelo que pareceu varrer não apenas o país, mas boa parte do continente? Como a sociedade agiu, reagiu, resistiu?

Uma enxurrada de memórias de ex-militantes políticos parecia inundar o país. Era como se, de repente, vozes que foram silenciadas, pudessem, enfim, *gritar*, livremente: contavam suas experiências e as de seus grupos, os projetos, as derrotas, as mortes dos companheiros próximos, a sobrevivência, o retorno, as tentativas de recomeçar. Em seguida, vieram os trabalhos acadêmicos.

De certa forma, a academia, refletindo os movimentos da sociedade, tendeu também, a princípio, a se debruçar sobre as experiências das esquerdas. Uma série de trabalhos sobre os partidos e organizações de enfrentamento armado à ditadura foram escritos. Tentativas não apenas de conhecer a trajetória destes grupos, seus projetos revolucionários e de enfrentamento dos regimes de exceção, mas também de compreender e *digerir* a derrota. Passados os anos, com a gradual – e em alguns casos lentíssima e ainda não concluída – liberação de documentos importantes, antes guardados a sete chaves, informações fundamentais sobre a atuação dos órgãos de repressão e informação vieram à tona. Estes e outros aspectos da ditadura civil-militar tornaram-se também objetos do historiador, de forma que hoje, é possível afirmar que há no Brasil uma historiografia vasta, diversificada e de boa qualidade sobre o golpe e a ditadura civil-militar, a qual não para de se transformar e renovar.

Assim, o trabalho de Airton de Farias é prova de que se muito já se escreveu sobre a ditadura, ainda há muito o que se escrever e conhe-

cer. Novos temas, novos objetos, novos ângulos de análise vêm, nos últimos anos enriquecendo sobremaneira os olhares sobre o passado recente. O livro de Farias, fruto de sua tese de doutorado defendida no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense, é uma grande contribuição a este processo de renovação da historiografia sobre a ditadura no Brasil. E assim o é por pelo menos três razões.

Em primeiro lugar porque, se muito já se escreveu sobre a experiência da luta armada e das esquerdas; se já fizeram da experiência do exílio tema de teses, congressos, filmes; pouco ainda se sabe sobre o dia-a-dia prisional daqueles que optaram pelo enfrentamento armado ao regime. Como foi possível reestruturar a existência cotidiana no espaço da cadeia? De que formas os aspectos e espaços triviais da vida – a leitura, o quarto, a cozinha – foram ressignificados dentro da prisão? Como se davam as relações entre os remanescentes de organizações revolucionárias distintas naquela nova realidade? Quem eram estas pessoas? Como viram e foram vistos pelos “presos comuns”? Como as notícias do mundo exterior – a derrota do projeto revolucionário, o desmantelamento das organizações e mais tarde, a luta pela Anistia – foram recebidas de dentro da cadeia? Como a experiência do cárcere, longa para muitos dos personagens da tese de Farias, fez, desfez e refez relações pessoais, vínculos familiares? Como estas vidas puderam ser refeitas após a prisão? São questões como estas que, com sofisticação e rigor acadêmicos e ao mesmo tempo muita sensibilidade, Airton de Farias se propõe a responder.

Mas se o objeto de Airton – a experiência de ex-guerrilheiros nos cárceres da ditadura – possui potencial inovador, a abordagem teórica escolhida pelo jovem historiador não é menos instigante. É no diálogo com Michel de Certeau que Airton de Farias busca desvendar a vida cotidiana na cadeia, as “práticas comuns” das quais nos fala o historiador francês. Em sua *Invenção do cotidiano*, Certeau está sob o impacto da obra *Vigiar e punir*, de Michel Foucault e parte do suposto de que “se é verdade que por toda parte se estende e se precisa a rede da ‘vigilância’, mais urgente ainda é descobrir como é que uma sociedade inteira não se reduz a ela” (CERTEAU, 2004, p.41). Que procedimentos, que *maneiras de fazer*, portanto, interagem e jogam com os mecanismos da disciplina, alterando-a. Em certo sentido, é deste mesmo pressuposto que parte a obra que o leitor tem em mãos para compreender a vida

cotidiana dos presos políticos na cadeia. E, ao fazê-lo, Airton de Farias presta contribuição inestimável a um campo de estudos ainda pouco explorado pela historiografia brasileira sobre a ditadura: o da chamada *história da vida cotidiana*. Particularmente, o historiador cearense propõe uma interessante reflexão sobre as condições de reprodução da vida cotidiana sob regimes autoritários e em situações-limite, como é o caso dos personagens que o leitor encontrará neste livro. Assim, a abordagem da história do cotidiano em situações-limite coloca questões importantes ao historiador: como é possível articular e refletir sobre o *banal* da existência cotidiana/normal em condições extremas?

Por fim, o livro de Airton de Farias traz uma contribuição inestimável quando pensamos no cenário em que esta análise do cotidiano prisional se desenrola. Ao contrário da maior parte dos trabalhos sobre as esquerdas armadas no Brasil, os quais tendem a se concentrar nas experiências de grupos nas regiões Sudeste e Sul do país, Farias nos traz a experiência do Ceará. Em seu trabalho sobre a Revolução Russa, Marc Ferro (1985) notou, com grande perspicácia, que a história local não seguia necessariamente o mesmo ritmo que o processo histórico que ocupava as grandes manchetes dos jornais. Ela tinha sua própria cadência, seguia uma temporalidade particular, tinha seus próprios caminhos para lidar e perceber os grandes eventos e seus desenrolares. É a partir dessa especificidade do local, daquilo que, como disse Ferro, não ocupa as grandes manchetes, que Airton de Farias nos convida a analisar a experiência da luta armada contra a ditadura e do cárcere cearense.

O livro que o leitor tem agora nas mãos, *Pavilhão Sete: presos políticos da ditadura civil-militar*, é uma obra acadêmica de fôlego. Escrita a partir de ampla pesquisa, com sofisticação acadêmica e rigor metodológico, não faltam também ao autor a delicadeza e sensibilidade necessárias para lidar com experiências tão pungentes e marcas tão profundas de um passado ainda recente, que insiste em não passar.

**Janaina Martins Cordeiro**

Professora de História Contemporânea da Universidade  
Federal Fluminense (UFF)

Rio de Janeiro, 20 de Janeiro de 2019.



## PREFÁCIO

Sozinho em sua cela, há poucas semanas antes de ser fuzilado, o experiente historiador escrevia sobre aquilo que mais o animava: a história. Ali, entre aquelas quatro paredes, talvez o tempo nunca tenha sido tão real e intenso. O tempo longo da espera, da incerteza, da angústia, da náusea. O tempo, problema fundamental para o humano, e ao qual tantos anos de sua vida dedicara a reflexão.

De sua cela fria, no tempo indefinido que lhe restava, Marc Bloch fez seu último encontro com a história. Encontro marcado à sua revelia, mas ao qual se entregara, não sem antes tomar as rédeas daquela experiência em busca de compreender sua própria condição de historiador encarcerado falando da história. Bloch se foi sem ter alcançado o fim de mais uma guerra, ao contrário do que ocorrera em 1918, quando participara da Primeira Grande Guerra, morreu sem “encher uma segunda vez” seus pulmões com o “perfume da vitória” como imaginava alcançar. Morreu como um preso político. Não teve a mesma sorte daqueles que conseguiram escapar à sua sentença, mas teve o mesmo fim que muitos outros cujo destino foi marcado pela defesa de uma ideia, uma nação, um povo, uma ideologia. Palavra perigosa em nossos dias.

*Pavilhão Sete: presos políticos da ditadura civil-militar* é a história daqueles que sobreviveram; daqueles que nem sempre puderam contar suas experiências, porque derrotados, foram silenciados. Todavia, o silêncio não significou que tais lembranças deixaram de existir, pelo contrário, foi exatamente através dele que essas memórias sobrevivem e foram repassadas nas redes de sociabilidades desses grupos. Airton de Farias conseguiu ouvi-las ao alcançar as frinchas de um passado que diz muito de nossa história, mas também sobre nosso presente. Que memórias podem contar experiências marcadas pela prisão, especialmente, quando estas se deram por causas políticas sob a égide da ditadura mais longeva do país? Como identidades, sonhos e posições foram modificadas a partir do encarceramento?

A obra de Airton de Farias nos faz abrir a porta dessas dramáticas vivências partilhadas por quem ainda pode contar, como também pelos rastros tênues que sobreviveram àqueles dias. Ao se questionar: “Após a derrota da guerrilha, o que aconteceu com aqueles jovens ativistas que haviam pegado em armas sonhando em (...) criar uma sociedade que julgavam

*ser melhor para o Brasil?"* faz com que, o silenciado venha à tona; joga luz na zona de sombra sob a qual aquelas vidas foram marcadas, na década de 1970, em plena ditadura militar.

Adentrar nos vãos de um presídio nunca é uma experiência fácil, mesmo quando esse percurso é feito pela mão da memória, especialmente por ela, que muitas vezes é profundamente marcada pela força do presente. E que presente! Exatamente quando esta obra vem a público, fruto da tese de doutorado autor, nos deparamos com o primeiro ano de um governo que certamente representa uma mudança radical no processo político pós-ditatorial. Um momento em que, novamente, o discurso militar emerge como força aniquiladora em nosso cotidiano, quando, atuais governantes se elegeram a partir da apologia a torturadores e ao regime de exceção vivido no país por 21 anos.

Desta forma as questões trazidas por *Pavilhão Sete*, além de atuais, são urgentes, posto que nos apresentam as nuances do período militar a partir do olhar daqueles que estiveram na linha de frente contra o regime. Mas o livro é exemplar ainda pelo o que discute sobre a última ditadura brasileira através dos presos políticos encarcerados no Instituto Penal Paulo Serasate, presídio cearense que recebeu os presos do regime no Ceará, como também, pela novidade de sua abordagem ao realizar uma história do cotidiano na prisão.

De tal modo, a obra é talvez uma das referências mais exitosas dos usos das reflexões de Michel de Certeau sobre as possibilidades de compreensão das artes de fazer, das bricolagens que reinventam o dia-a-dia, das táticas de sobrevivência em um espaço altamente controlado. Aspectos que somente a sensibilidade do autor foi capaz de dar conta, ao perseguir os detalhes da existência naqueles dias nos corredores do IPPS. Pode-se dizer que Airton conseguiu realizar uma espécie de etnografia histórica de seu objeto. Nada lhe escapa: o lazer, a formação política, o conflito de classe dentro das celas, as tarefas da cozinha, da faxina, a arte, os contatos com a família, a solidão.

São homens derrotados que precisaram se reinventar através da dura realidade que lhes foi imposta. Deste modo, foi necessário a sobrevivência, principalmente, da sanidade, a partir da criatividade e da descoberta de afetos e identidades até então desconhecidas para aqueles jovens.

Esta obra apresenta, portanto, um lugar de passagem, transição de objetivos, sonhos e ideais. Um momento histórico que, progressiva-

mente, abria-se para a perspectiva de um outro Brasil e, embora tenhamos assistido o mais duro fechamento do regime militar no começo da década de 1970, era também, o tempo em que se iniciou seu ocaso. Marca ainda uma inflexão para as esquerdas brasileiras que se depararam com a derrota de suas ações armadas naquele cenário político.

Da mesma forma que fora do presídio os grupos de esquerda eram aniquilados, no espaço da prisão, travava-se uma luta quase existencial para aqueles jovens presos que se viram obrigados a olhar para suas próprias ações para além do grupo dos quais faziam parte.

Ao me reportar novamente ao nosso eminente historiador citado no começo, em *Pavilhão Sete* também nos deparamos com o encontro de homens com a própria história, mas é o encontro de uma geração a refletir sobre seus caminhos e ações num país que buscava seus caminhos para as décadas seguintes. Hoje, já os conhecemos. Exatamente por isso, ao vislumbramos nosso presente percebemos a importância do exercício de compreensão sobre aquelas experiências. Em seus últimos escritos, Bloch se questionava se teria conseguido entender a alegria de uma vitória ou a angústia de uma derrota na história se ele mesmo não as tivesse vivido, deste modo, pareceu nos sugerir que compreender a história é também um exercício de empatia com seu próprio tempo.

Certamente, há ainda muito silêncio sobre aqueles dias; muitas histórias por serem contadas e, talvez, algumas jamais venham à tona. Na cela fria de cada um, mesmo quando partilhada com outros, há sempre um encontro íntimo do sujeito consigo, com sua própria história que dificilmente alguém será capaz de contar. O que foi possível, Airton nos apresenta aqui em um trabalho primoroso de escrita da história.

**Sônia Meneses**

Doutora em História pela Universidade Federal Fluminense (UFF) e professora da Universidade Regional do Cariri (URCA)

Crato, 14 de janeiro de 2019



# CAPÍTULO 1

## RENASCIDOS DO INFERNO

“Enquanto não tiveres conhecido o inferno, o paraíso não será bastante bom para ti”. *Provérbio curdo*

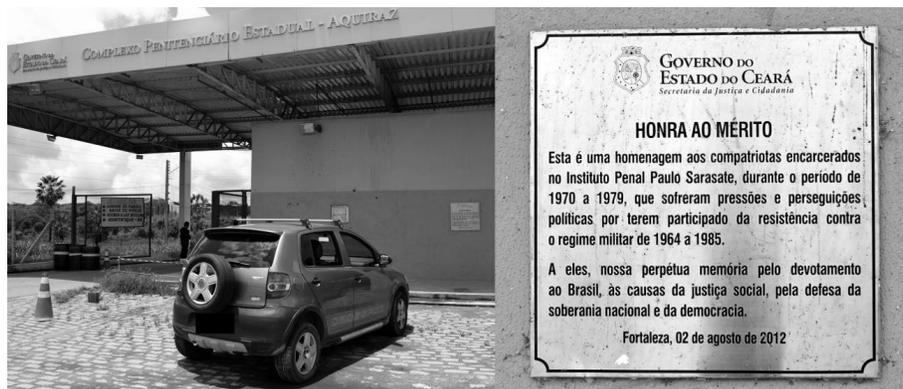
A 15 de agosto de 2013, a Secretaria de Justiça do Ceará concluiu o processo de desativação do Instituto Penal Paulo Sarasate (IPPS), com a transferência dos últimos 290 internos para outras unidades prisionais situadas na Região Metropolitana de Fortaleza (RMF). Conforme a imprensa, a desativação deu-se pela precariedade da estrutura física do IPPS e a violação constante de direitos humanos que ali acontecia<sup>1</sup>. Celas semidestruídas e a superlotação eram problemas, afora as fugas e revoltas dos internos, como a ocorrida em 1994, quando foi feito refém o então arcebispo de Fortaleza, Dom Aloísio Lorscheider<sup>2</sup>.

Um ano antes da desativação do IPPS, acontecera uma cerimônia na qual foi descerrada uma placa simbolizando um pedido formal de desculpas do governo do Ceará aos ex-presos políticos mantidos

1 “A unidade passava por um longo processo de esvaziamento, tendo sido interditada algumas vezes pela Justiça. Em 03 março de 2010, o juiz titular da Vara de Execução Penal e Corregedoria de Presídios do Fórum Clóvis Beviláqua, Luiz Bessa Neto, determinou a interdição do Instituto Penal Paulo Sarasate (IPPS) e fixou o prazo de dois anos para que a unidade fosse desativada, tendo à época 1.116 presos, ficando proibido assim o recebimento de internos. Em 15 de janeiro de 2013, a Justiça prorrogou em 10 meses o prazo para a desativação total da unidade, previsto para outubro de 2013”. Presídio mais antigo do Estado será desativado <http://tribunadoceara.uol.com.br/noticias/policia/presidio-mais-antigo-do-estado-sera-desativado/> Consultado a 6/8/2016.

2 Dom Aloísio Lorscheider tornou-se em 1973 arcebispo de Fortaleza, exercendo a função até 1995. Ligado à ala a esquerda da Igreja, seria presidente da CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil) por dois mandatos consecutivos (de 1971 a 1978). Em 1994, quando inspecionava as condições do Instituto Penal Paulo Sarasate, foi feito refém com outras 12 pessoas pelos detentos. Os presos exigiram e conseguiram sair do presídio num carro forte com os reféns. O grupo foi libertado após 18 horas, quando o carro de fuga sofreu um acidente. Nenhum dos reféns ficou ferido. O cardeal morreu aos 83 anos, em 2007. Sequestro de dom Aloísio completa 20 anos <http://www.opovo.com.br/app/opovo/cotidiano/2014/03/15/noticiasjornal-cotidiano,3220632/sequestro-de-dom-aloisio-completa-20-anos.shtml>. Consultado a 6/8/2016. Conheça a biografia de dom Aloísio Lorscheider <http://g1.globo.com/Noticias/SaoPaulo/0,,MUL214710-5605,00.html>. Consultado a 10/9/2016.

no presídio na década de 1970. Presentes, a secretária da Justiça e Cidadania do Ceará, Mariana Lobo, o secretário Nacional de Justiça do Ministério da Justiça, Paulo Abrão, membros da Comissão Estadual de Anistia Wanda Sidou<sup>3</sup> e vários ex-presos políticos. A inauguração da placa integrava as comemorações pelos 33 anos da decretação da Lei Nº. 6.683, de 28 de agosto de 1979, a chamada Lei da Anistia, e pelo pagamento simbólico de indenizações aos anistiados cearenses, que tiveram processos deferidos em 2008 e 2009<sup>4</sup>.



*Imagem 1: a entrada do Instituto Penal Paulo Sarasate e a placa na parede do presídio em referência aos presos políticos ali mantidos durante a ditadura civil-militar. Foto de Danielle Rodrigues, na visita do autor ao IPPS, em 2017.*

A própria inauguração da placa deixava transparecer um fato pouco conhecido dos cearenses, o de que o IPPS também fora um presídio político, local onde estiveram encarcerados os inimigos da ditadura civil-militar que vigorou no Brasil entre 1964-85<sup>5</sup>.

3 Em 2003 instalou-se a Comissão Especial de Anistia Wanda Sidou visando colher provas e indenizar os presos políticos cearenses conforme a Lei 13.2002. A 20 de abril de 2005, com a presença do então governador, Lúcio Alcântara, realizou-se evento na cidade de Crateús para entregar a indenização dos 37 primeiros beneficiados. *O Povo*, 21/04/ 2005.

4 Governo homenageará ex-presos políticos perseguidos na ditadura <http://diariodonordeste.verdesmares.com.br/cadernos/cidade/online/governo-homenageara-ex-presos-politicos-perseguidos-na-ditadura-1.850650>. Consultado a 6/8/2016.

5 Usamos a denominação ditadura civil-militar nestas páginas, em concordância com o historiador Daniel Aarão Reis. Entendemos que, embora o comando do Estado estivesse sob o controle dos militares, o apoio de setores civis possibilitou não só o golpe de 64, mas também a própria a manutenção do regime de exceção. Setores civis, sobretudo os grandes grupos econômicos, foram beneficiados com a ditadura. A denominação ditadura civil-militar, porém, não é unânime. Carlos Fico, por exemplo,

Neste trabalho, buscamos tratar das experiências dos presos políticos cearenses, especificamente dos militantes da esquerda armada, no Instituto Penal Paulo Sarasate, durante a década de 1970. Ali, tais militantes, vistos como “terroristas”, mantidos à parte dos demais presos e sob a vigilância de funcionários e agentes da ditadura, tiveram de enfrentar novos desafios, buscando melhores condições de vida ou de sobrevivência dentro dos cárceres. Nesse processo, se redefiniram enquanto indivíduos e sujeitos políticos.

Tendo como referência o pensamento do historiador francês Michel de Certeau<sup>6</sup>, objetivamos na pesquisa compreender como as práticas cotidianas dos militantes de esquerda no IPPS contribuíram e permitiram a reelaboração de suas identidades pessoais e projetos políticos. Como os adeptos da esquerda armada, ao buscarem brechas e fissuras nas estruturas de dominação da ditadura, criarem táticas, transformarem lugares em espaços, desenvolverem novos usos, ressignificarem ambientes, se relacionarem com outros grupos presentes no IPPS (carcereiros, presos comuns, parentes, etc.), puderam reelaborar suas trajetórias pessoais e políticas. Assim, tendo tal objeto, analisaremos no presente capítulo as condições históricas da construção do IPPS e as práticas possibilitadas pelo reencontro e convivência dos presos políticos dentro do presídio após a derrota da luta armada.

## 1.1 UM PRESÍDIO CEARENSE NA DITADURA

O Instituto Penal Paulo Sarasate foi inaugurado oficialmente a 12 de setembro de 1970, inconcluso, no final do governo cearense de Plácido Aderaldo Castelo (1966-70). Está situado às margens da BR-116, próximo à cidade de Itaitinga, no atual município de mesmo nome, que à época da inauguração do presídio era um distrito do município de Aquiraz.

Paulo Sarasate havia sido professor e jornalista, fundador, em 1928, do jornal *O Povo*, ainda hoje em circulação como um dos maiores periódicos da capital cearense. Nascido em 1908, Sarasate destacou-se na política local, tornando-se um dos principais líderes da UDN

---

defende que, não obstante o golpe de 64 haver sido civil-militar, durante os anos da ditadura, o País permaneceu sob controle das forças armadas. Vide AARÃO REIS, Daniel. *Ditadura e democracia no Brasil: do golpe de 1964 à Constituição de 1988*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014. FICO, Carlos. *Além do golpe*. Rio de Janeiro: Record, 2004. 6 CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano*. Petrópolis: Ed. Vozes, 2004.

(União Democrática Nacional) e sendo eleito governador do estado no mandato entre 1955 e 1958.

Apoiou o golpe de 64, gozando de boas relações com o primeiro presidente militar, nascido no Ceará, o marechal Humberto de Alencar Castelo Branco. Poderia ter até voltado a ocupar o cargo de governador em 1966, mas acabou preterido, por seu delicado estado de saúde. Não obstante, indicou um aliado para o cargo, o então obscuro deputado estadual Plácido Castelo. Sarasate faleceria em 1968<sup>7</sup>.

Não surpreende, pois, a homenagem feita por Plácido Castelo ao mentor Paulo Sarasate, dando o nome deste a uma das principais obras de sua gestão<sup>8</sup>. Até a inauguração do IPPS, o principal presídio de Fortaleza era a chamada Cadeia Pública do Ceará, construída ainda na época do Império, em 1866, e situada no centro da capital<sup>9</sup>.

A precariedade da prisão, sua superlotação e a localização, dificultando reformas e ampliações, levaram o governo cearense a construir um novo presídio, situado longe do perímetro urbano de Fortaleza. A partir do início de 1971, os presos da Cadeia Pública começaram a ser transferidos para o IPPS, embora o presídio ainda não estivesse com suas construções concluídas.

O processo de transferência se encerrou em 1973. Neste mesmo ano, o governador cearense César Cals (1971-75) determinou a transformação da Cadeia Pública num centro de turismo, função mantida até hoje, tendo o prédio sido tombado pelo Patrimônio Público Estadual, em 1982<sup>10</sup>.

---

7 MOTA, Aroldo. *História política do Ceará (1945-85)*. Fortaleza: Stylus Comunicações, 1985. SARAIVA, Ciro J. *Antes dos coronéis (1947-62)*. Fortaleza: ABC Editora, 2012.

8 Matéria do jornal *O Povo* no período mostrava a intenção do governador: “O instituto Penal Governador Paulo Sarasate, assim denominado por decreto do governador Plácido Aderaldo, como prova de reconhecimento pelos ‘relevantes serviços prestados ao Estado e à Nação pelo ilustre cearense’ (...)”. *O Povo*, 11/9/1970.

9 MARIZ, Silvana Fernandes. *Oficina de satanás: a Cadeia Pública de Fortaleza (1850-1889)*. 2004, 156 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2004.

10 NERES, Gabriela. *IPPS: memórias encarceradas*. 2015, 184f. Monografia (Graduação em Comunicação Social) – Faculdade 7 de Setembro, Fortaleza, 2015. Não conseguimos documentos sobre a presença de presos políticos na Cadeia Pública de Fortaleza. O ex-presidente da associação de anistiados cearenses, Mário Albuquerque, informou-nos de dois casos, da militante da Ação Libertadora Nacional, Jane Vasconcelos, e do líder da Liga Camponesa no Rio Grande do Norte, o trotskista Meri Medeiros.

Tentamos ao longo da pesquisa conseguir uma planta do IPPS junto ao governo do estado, mas não foi possível obtê-la. Não obstante, um dos entrevistados, ex-funcionário do presídio, Epifânio Carvalho, disponibilizou-nos um documento, intitulado “Apresentação”, de outubro de 1972, descrevendo o presídio à época<sup>11</sup>.

Segundo o documento, assinado pelo diretor do presídio, coronel de PM Emanuel Fortaleza, o IPPS contava com nove blocos de prédios (P), cujas denominações apontavam as funções e algumas das atividades diárias ali desenvolvidas pelos internos em conjunto, conforme as ordens e determinações da equipe dirigente.

Tinha-se o Prédio 1 (P1), ocupado pela administração do presídio. No P2, a enfermaria. P3, escola e biblioteca. P4, auditório. P5, segunda companhia da Polícia Militar do Ceará. P6, estação abaixadora (energia elétrica). P7 e P8, pavilhões dos presos. P9, rancho, lavanderia e oficina. Ainda havia um campo de futebol e áreas de banho de sol, para o “recreio” dos presos.

Os grandes pavilhões dos internos, P7 e P8, apresentavam dois andares cada um. Num andar havia quatro galerias ou corredores de celas, chamados de *ruas*. Entre as ruas, por trás das celas, os corredores de apoio, de onde os funcionários duas vezes por dia davam descargas nos sanitários. No total, por pavilhão, existiam oito ruas, nomeadas por ordem alfabética (no P7, de “A” a “H” e P8, de “I” a “P”).



*Imagem 2: a revista O Cruzeiro, de 3 de novembro de 1970, tratou a construção do Instituto Penal Paulo Sarasate como um marco do desenvolvimento cearense.*

---

11 Instituto Penal Paulo Sarasate (IPPS) - Apresentação, documento do arquivo de um de nossos entrevistados, Epifânio de Carvalho.

Havia ao centro do andar uma área livre, chamada de *jaula*, com a escadaria de acesso e onde normalmente ficavam funcionários ou guardas numa cabine. Dessa *jaula*, então, se observavam as duas ruas do lado direito e as duas ruas do lado esquerdo. As ruas contavam com 25 celas cada uma, havendo, pois, 200 celas no P7 e 200 no P8. Sendo o presídio definido como de segurança máxima, cada cela deveria abrigar apenas um interno. O IPPS possuía, assim, uma capacidade inicial para 400 internos. Os presos políticos ficavam no segundo andar do Pavilhão Sete.

A construção do IPPS ocorreu num momento de explosão urbana de Fortaleza. Para se ter ideia dos números, em 1950, a capital cearense apresentava cerca de 270 mil habitantes; em 1960, passou a ter 518 mil, num aumento de 90% da população em relação à década anterior; em 1970, os fortalezenses eram da ordem de 857 mil pessoas, num crescimento populacional de 63%<sup>12</sup>. Paralelamente, incrementou-se o processo de favelização da cidade, como o aumento do crime organizado e do tráfico de drogas – maconha, sobretudo<sup>13</sup>. Assim, na óptica das autoridades, ante a precariedade da Cadeia Pública, fazia-se necessária uma nova instituição penitenciária para dar conta da realidade social que a cidade vivia.

As grandes dimensões das estruturas físicas do IPPS, como se observa na Imagem 2, não podem ser dissociadas do clima de construção de grandes obras Brasil afora pela ditadura civil-militar, no contexto da euforia nacionalista e do crescimento econômico do milagre brasileiro do começo da década de 1970<sup>14</sup>.

A inauguração do IPPS deu-se sob o discurso, tanto do governo como da imprensa, da modernização do Ceará, na perspectiva de mostrar o progresso e o desenvolvimento da terra cearense, bem como de ofertar condições mais humanas e dignas aos presos. Em matéria de várias páginas na revista de circulação nacional *O Cruzeiro*, de 3 de no-

---

12 COSTA, Maria Clélia Lustosa da. Fortaleza: expansão urbana e organização do espaço. In: SILVA, Borzachiello da. CAVALCANTE, Tércia Correia. DANTAS, Eustógio (organizadores). *Ceará: um novo olhar geográfico*. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2007, p. 76.

13 FALCÃO, Marcius Tullius Soares. *Dois cadeias, dois contextos, duas épocas!* 2003, 143f. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas e Sociedade) – Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2003.

14 PARENTE, Francisco José Camelo. *A fé e a razão na política*. Fortaleza: Edições UFC/Edições UVA, 2000.

vembro de 1970, são enumeradas e analisadas, em tom grandiloquente, várias obras realizadas pelo governo Plácido Aderaldo Castelo. Entre tais obras, que fariam do Ceará *um estado em desenvolvimento*, como diz o título da matéria, estava o IPPS. Não deixava de ser uma ironia e um sinal dos tempos, do autoritarismo reinante no País, que um governo exaltasse como um feito a construção de um presídio.

O *Cruzeiro* chamou a atenção para a extensão de um quilômetro do muro do presídio (chamado de muralha, talvez para expressar grandiosidade) e seus sete metros de altura<sup>15</sup>, uma obra de alto custo e que “constituiria parte integrante da reforma à qual foi submetido o sistema penitenciário estadual”<sup>16</sup>. A matéria trouxe ainda uma foto colorida panorâmica do presídio, dando a entender quão colossal era a construção, com os vários blocos de prédios e a extensão da muralha se sobressaindo. Não obstante, a panorâmica da foto possivelmente tenha a intenção de igualmente tentar esconder alguns problemas, como a falta de pintura nos prédios e a aparência de obra não concluída, com o que parece ser restos de barro, brita e resíduos.

Um dos nossos entrevistados, Epifânio de Carvalho<sup>17</sup>, funcionário do presídio por décadas, diria que o IPPS foi inaugurado inconcluso em 1970, sofrendo obras ainda nos anos seguintes, o que dificultava o funcionamento da instituição nos primeiros tempos. Isso explicaria por que o presídio só começou a receber interno realmente em 1971 e por que nos primeiros tempos aconteciam tantas fugas, como noticiava a imprensa<sup>18</sup>.

No discurso oficial, o Instituto Penal Paulo Sarasate foi visto como um novo marco na política prisional cearense, um tento importante para possibilitar a ressocialização dos internos. Os que cometeram falta com a sociedade, fossem os presos comuns ou, subtendendo-se, os políticos, seriam reeducados em melhores condições para não caírem mais em erro.

---

15 O documento intitulado Instituto Penal Paulo Sarasate (IPPS)- Apresentação, mostrado por um de nossos entrevistados, Epifânio de Carvalho, a extensão da muralha do presídio seria de 1640 metros, com altura de 6 metros.

16 Ceará em estado de desenvolvimento. O *Cruzeiro*, 3 de novembro de 1970, págs. 89 e 91.

17 Epifânio de Carvalho, ex-funcionário do IPPS, entrevistado a 13 de junho de 2016.

18 Outra fuga de presos na nova penitenciária – fugas como fato rotineiro. O *Povo*, 26/4/1971.

Em editorial, o jornal *O Povo* chamou a atenção para a modernidade do presídio e os benefícios que traria a presos e à coletividade cearense, fazendo um contraponto às condições da antiga Cadeia Pública:

O Instituto, que é uma penitenciária agro-industrial (sic), forma ao lado de um manicômio judiciário e de um sanatório para detentos tuberculosos, um dos mais modernos existentes no país. Com ele, será possível livrar a cidade de um de seus cancrios, que é a velha Cadeia Pública, de tão triste crônica. (...) a Cadeia Pública de Fortaleza representa uma contradição com a lei penal brasileira. Esta busca, acima de tudo, a recuperação dos delinquentes, e exige uma estrutura penitenciária adequada a este fim, sob risco de frustrar-se em seus objetivos humanitários. E aqui vem se frustrando. Longe de propiciar uma recuperação, o antigo prédio tem provocado a liquidação tanto física quanto moral dos sentenciados. A promiscuidade, juntando primários e reincidentes, tem sido o caminho aberto para a degeneração de criminosos circunstanciais. As más condições de higiene, a alimentação precária e a falta de assistência médica têm provocado doenças e mortes, principalmente pela tuberculose. (...) O conjunto penitenciário, com o Instituto Penal, vai criar condições para uma terapêutica de trabalho e impedirá a promiscuidade que hoje se observa. Criará, assim, condições para que os objetivos da legislação sejam alcançados<sup>19</sup>.

Apesar do discurso de modernidade, humanização e preocupação com a recuperação dos delinquentes, ao acompanhar-se algumas matérias do mesmo periódico ao longo da década de 1970, percebem-se as dificuldades de funcionamento do presídio e de ressocialização dos internos. As fugas foram comuns, assassinato de presos em brigas internas, também, afora o consumo de drogas e certa negligência com a conservação das estruturas do prédio. Em outras palavras, não obstante o discurso dos governantes e imprensa, concretamente, no IPPS, o bem-estar das pessoas ali isoladas não se constituiu um problema de imediato para os estratos dominantes, destacando-se mais sua função de proteger a comunidade contra perigos intencionais, ou seja, dos indivíduos que ameaçassem a ordem. Ratifica-se, assim, o pensamento de Michel Foucault, para quem a prisão não passa de um reduto de formação e aperfeiçoamento da criminalidade<sup>20</sup>.

---

19 *O Povo*, 15/9/1970.

20 FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. Petrópolis: Vozes, 1987.

O Instituto Penal Paulo Sarasate foi erguido numa área distante do centro de Fortaleza, cerca de 33 quilômetros, a pelo menos uma hora de deslocamento em carro. Algumas reflexões acerca dos porquês da localização do presídio merecem atenção. Verdade que a intenção dos governantes, conforme a imprensa, era transformar o IPPS numa colônia penal agrícola<sup>21</sup>, daí a necessidade de uma área de características rurais para a localização – o presídio tem cerca de 120 hectares, nas proximidades do rio Pacoti<sup>22</sup>.

Entretanto, apesar de algumas iniciativas pontuais, sobremaneira nos primeiros anos, como criação de gado, porcos, etc., a ideia da colônia penal agrícola não veio a ser concretizada, como percebemos ao analisar jornais do período, quando constantemente se fala do problema da ociosidade dos internos<sup>23</sup>. O presídio, a nosso ver, poderia ter sido construído numa área mais próxima, como, aliás, fez o próprio governo Plácido Castelo quando ergueu um gigantesco novo estádio de futebol (o depois chamado Castelão), no então bairro de Mata Galinhas, área fortalezense de características rurais. Anos depois, em 1977, o governo cearense construiu numa área ampla, também de aspectos rurais, nos arredores de Fortaleza, o campus (do Itaperi) da Universidade Estadual do Ceará (UECE).

Ante os problemas estruturais da antiga Cadeia Pública com seus “criminosos irrecuperáveis”, bem no centro de uma cidade populosa como Fortaleza e à vista de todos, nada mais interessante para os estratos dominantes que deslocar o problema para um local distante, longe dos olhos e questionamentos do grosso da sociedade.

O fechamento da Cadeia Pública e sua posterior transformação num centro de turismo era como se desejassem apagar da memória da cidade um equipamento prisional associado à dor, mortes, torturas, doenças, em suma, um equipamento penitenciário fracassado. Construir o IPPS num lugar ermo constitua-se também uma espécie de limpeza urbana, expelindo para distante o que lembrava as contradições da sociedade.

Embora fosse igualmente uma questão que afligisse a todos os internos, a distância do IPPS e as dificuldades de chegar ao presídio não

---

21 Muitas inaugurações na festa do governo. O Povo, 11/9/1970

22 Instituto Penal Paulo Sarasate (IPPS)- Apresentação, documento do arquivo de um de nossos entrevistados, Epifânio de Carvalho.

23 Ociosidade no IPPS preocupa deputado. O Povo, 29/6/1977.

deixaram de contribuir particularmente para um maior isolamento social e político dos militantes, passado o impacto das manchetes da imprensa sobre o “terrorismo da esquerda” no começo da década de 1970.

Não custa lembrar que nos anos 1970, o transporte público intermunicipal sofria com a precariedade e os automóveis eram quase restritos às camadas mais abastadas da sociedade, o que tornava mais difícil o acesso ao Paulo Sarasate<sup>24</sup>. Em rigor, eram apenas os parentes dos militantes encarcerados, destacadamente suas mães e irmãs, que os visitavam no IPPS nos primeiros anos. Isolados em um presídio longínquo, derrotados politicamente, silenciados por um governo ditatorial, renegados pela imprensa, sem apoio expressivo da sociedade quanto a seu projeto socialista e a estratégia armada empregada, os presos políticos ficaram anos esquecidos.

Salvo por ações esporádicas de divulgação, como pichações, distribuição de panfletos e denúncias de familiares, cujo impacto junto à sociedade não temos como dimensionar, mas acreditamos ser limitado, os ativistas políticos do IPPS foram lembrados apenas no final dos anos 1970, na conjuntura da Campanha da Anistia e da distensão da ditadura.

A intenção de isolar os militantes da esquerda armada pelas autoridades constituídas pode ser notada na prioridade dada à prisão dos mesmos no IPPS. Em vez de seguir a ordem do cronograma estabelecido para a transferência dos encarcerados que já se encontravam na Cadeia Pública, os ativistas foram logo postos no novo presídio, “furando a fila”. Talvez as autoridades preferissem prioritariamente transferir os militantes para uma prisão de segurança máxima por temerem suas fugas ou uma ação de libertação a ser realizada por alguma organização revolucionária, o que seria facilitado pela precariedade da velha Cadeia Pública.

Talvez as autoridades não desejassem colocar na masmorra do centro de Fortaleza, às vistas, curiosidades e lembranças da população, os “subversivos”, gente que havia ousado questionar o regime e cujas ações foram tão alardeadas no começo dos anos 1970 pelos meios de comunicação. Isolá-los era, nessa perspectiva, silenciá-los e fazer esquecê-los, em uma área distante geograficamente e de acesso complicado e restrito.

---

24 JUCÁ, Gisafran. *Verso e reverso do perfil urbano de Fortaleza*. São Paulo: Annablume, 2000.



*Imagem 3: a entrada do Instituto Penal Paulo Sarasate, em 1971, quando da transferência dos presos comuns. Não foi possível identificar os fotografados. Foto reproduzida do acervo de Epifânio de Carvalho, ex-funcionário e ex-diretor do IPPS.*

A grande distância e o isolamento do Instituto Penal Governador Paulo Sarasate atendia mesmo a uma intenção da ditadura, como revela Carlos Fico, ao citar documento do SNI com recomendação para “a organização de colônias penais-agrícolas para recuperação de subversivos e assaltantes comuns, localizadas, preferencialmente, em ilhas (...)”<sup>25</sup>. Assim, a localização do IPPS numa área rural não deixava de ser a concretização desse ideal dos militares.

Como prisão comum e política, o Instituto Penal Paulo Sarasate era administrado pelo governo do estado do Ceará, a quem competia nomear os diretores, contratar funcionários e manter a instituição. No âmbito da Justiça Militar, o IPPS se encontrava sob a jurisdição da Auditoria da 10ª Circunscrição Judiciária Militar (10ª CJM). O IPPS só recebeu os presos políticos do sexo masculino. As mulheres ficaram em outras instituições, algumas improvisadas, como nos quartos do Hospital Militar e do Corpo de Bombeiros. Foram detidas igualmente nas dependências do Sanatório Otávio Lobo e do Instituto Bom Pastor, dependências estas usadas para receber mulheres infratoras após

<sup>25</sup> FICO, Carlos. *Como eles agiam*. Rio de Janeiro: Record, 2001, p. 74.

a desativação da Cadeira Pública. A 21 de agosto de 1974, era inaugurado o Instituto Penal Feminino Desembargadora Auri Moura Costa, para onde seriam transferidas também algumas presas políticas<sup>26</sup>. Por delimitação de tema, a presente pesquisa ficou restrita aos militantes encarcerados no Instituto Penal Paulo Sarasate.

## 1.2 A ESQUERDA ARMADA CEARENSE

A atenção dada pela historiografia brasileira à luta armada das esquerdas acontecida durante a ditadura civil-militar (1964-85) no centro-sul colocou em segundo plano o estudo das experiências e ações de militantes ocorridas em outras áreas do País. Com a difusão de cursos de pós-graduação pelo território nacional, a abertura de arquivos, a atuação de Comissões Estaduais da Verdade para apurar os arbítrios do regime de 64 e a elaboração de livros, fossem jornalísticos ou autobiográficos de antigos militantes, entre outros fatores, ampliaram-se os conhecimentos sobre o que aconteceu no restante do Brasil, a exemplo do Ceará<sup>27</sup>. Evidenciou-se que as ações armadas das esquerdas nos anos 1960/70 foram maiores do que se imagina comumente.

No contexto político e cultural dos anos 1960, marcado por enfrentamentos – destacando-se aí os casos impactantes para as esquerdas da Revolução Cubana, de 1959, e da Guerra do Vietnã, 1965-75 – e no qual a revolução estava na ordem do dia, diversos cearenses entraram para organizações armadas visando a conquistar o poder institucional e derrubar o governo militar. Havia por parte dos agrupamen-

---

26 Instituto Penal para mulheres dia 21. O Povo, 7/8/1974.

27 FARIAS, José Airton de. *Além das armas: guerrilheiros de esquerda no Ceará durante a Ditadura Militar*. 2007, 201f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2007. ALMEIDA, Nilton. *Os ferroviários na cartografia de fortaleza: rebeldes pelos caminhos de ferro*. 2009. 306 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2009. COSTA, Henri. *Eleição é tapeação – luta armada é solução: leituras, experiências e construção do consensus bellicu marxista cearense (1962-76)*. 2009, 197 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2009. GONÇALVES, Danyelly Nelin. *O Preço do passado: anistia e reparações de perseguidos políticos no Brasil*. São Paulo: Expressão Popular, 2009. MARIANO, Andreyson Silva. *Uma esquerda em silêncio: militantes trotskistas em Fortaleza no período 1963-70*. 2011, 188 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2011. PORTUGAL, Niedja. *Estudantes em movimento*. 2008, 132 f. Fortaleza: Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2008.

tos de esquerda uma postura ofensiva, revolucionária, de discussão da luta armada para a implantação do socialismo no Brasil ou de um governo popular, mesmo antes do golpe de 1964, embora a implantação da ditadura tenha aguçado a opção pelas armas<sup>28</sup>.

Não se pode esquecer também que a violência, particularmente a política, faz parte das tradições cearenses. O processo de conquista do Ceará, efetivado a partir da segunda metade do século XVII, com a expansão pecuarista, realizou-se com guerras e extermínio de povos indígenas<sup>29</sup>. Relatos dão conta dos homicídios, assaltos e violências por motivo de honra, disputa por terras, etc. praticados pela população desde os primórdios da colonização, havendo uma quase devoção a facas, bacamartes e outros instrumentos de morte<sup>30</sup>. No Império, grupos políticos pegaram em armas em rebeliões, como os Alencar, líderes da Revolução de 1817 e da Confederação do Equador, de 1824<sup>31</sup>. Ainda no período imperial e no começo da República, grupos de cangaceiros e jagunços impunham sua vontade nos sertões<sup>32</sup>. Em 1912, uma violenta revolta popular pôs fim aos 16 anos de domínio do grupo político do governo de Nogueira Accioly no estado e, dois anos depois, uma rebelião de sertanejos ligados a Padre Cícero Romão derrubou o governador cearense Franco Rabelo<sup>33</sup>. Nas eleições de 1954, 18 pessoas morreram, em virtude de embates entre correligionários da UDN (União Democrática Nacional) e do PSD (Partido Social Democrático)<sup>34</sup>. Muitos outros exemplos podem ser citados, analisando-se em detalhes a história local. Assim, aqueles militantes de esquerda, que adentraram a agrupamentos armados durante a ditadura, não estavam tão longe do fazer político cearense.

---

28 AARÃO REIS, Daniel. *Ditadura e democracia no Brasil: do golpe de 1964 à Constituição de 1988*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

29 PINHEIRO, Francisco José. *Notas sobre a formação social do Ceará (1680-1820)*. Fortaleza: Fundação Ana Lima, 2008.

30 VIEIRA JÚNIOR, Antônio Otaviano. *Entre paredes e bacamartes: história da família no sertão (1780-1850)*. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha; Hucitec, 2004.

31 FÊLIX, Keile Socorro Leite. *Espíritos inflamados: a construção do Estado nacional brasileiro e os projetos políticos no Ceará (1817-1840)*. 2010, 231 f. Fortaleza: Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2010.

32 PERICÁS, Luiz Bernardo. *Os cangaceiros: ensaio de interpretação Histórica*. São Paulo: Boitempo, 2010.

33 PORTO, Eymard. *Babaquara, chefetes e cabroeiras*. Fortaleza: Fundação Walde-  
mar Alcântara, 1988.

34 SARAIVA, Ciro J. *Antes dos coronéis (1947-62)*. Fortaleza: ABC Editora, 2012.

Foram dois os principais grupos nacionais armados que agiram nas terras cearenses: a Ação Libertadora Nacional (ALN) e o Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR). A ALN apresentou no País como fundador o baiano Carlos Marighela, destacado militante do PCB (Partido Comunista Brasileiro), com o qual rompeu em 1967. Marighela havia se aproximado de Cuba e estruturou a ALN como uma “confederação” de grupos guerrilheiros, autônomos e com liberdade de iniciativa e ação, isso para evitar as verticalizações e burocratização dos tradicionais Partidos Comunistas. Marighela foi morto em São Paulo no ano de 1969<sup>35</sup>.

Os primeiros contatos de cearenses com a ALN deram-se em 1967, através de um enviado de Marighela a Fortaleza. Um daqueles militantes, o professor de inglês Silvio Mota, viajou a São Paulo no intento de acertar a fundação da seção cearense da Ação Libertadora Nacional. Vale ressaltar que a propalada autonomia da ALN não se aplicava completamente à secção local, visto que várias vezes os militantes cearenses foram impedidos de realizar ações pela direção nacional. Ao que parece, a cúpula da ALN via o Ceará como uma área estratégica de reserva, para onde poderia deslocar seus principais quadros caso necessitasse, ante a repressão da ditadura<sup>36</sup>.

Quanto ao PCBR, sua fundação aconteceu em abril de 1968, no Rio de Janeiro, a partir de outra dissidência do PCB, liderada por Mário Alves, jornalista e intelectual dos mais respeitados entre os comunistas. Tal dissidência divergia também de Marighela, pois visava à reconstrução de um novo partido revolucionário, nos moldes marxista-leninistas clássicos e que conduzisse à luta armada – o fundador da ALN, como vimos, era avesso a “estruturas partidárias burocratizadas”. Ao contrário de organizações mais militarizadas, como a ALN, o PCBR afirmava que a luta armada não se dissociava do trabalho com as massas – o grupo foi muito ativo nas agitações de 1968 – e tampouco excluía o potencial das cidades, onde seria igualmente possível promover ações armadas, embora acreditando que o cenário principal e ideal estivesse no campo<sup>37</sup>.

---

35 NOVA, Cristiane, e NÓVOA, Jorge (Org). *Carlos Marighela: o homem por trás do mito*. São Paulo: Editora UNESP, 1999. MAGALHÃES, Mário. *Marighela: o guerrilheiro que incendiou o mundo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

36 FARIAS, José Airton de. Op. Cit.

37 GORENDER, Jacob. *Combate nas trevas*. São Paulo: Ática, 1999.

No Ceará, o PCBR foi organizado em 1968 por militantes vindos de Recife-PE, fugindo da repressão e com a perspectiva de difundir a guerrilha pelo restante do nordeste. Um desses, o estudante Francisco de Assis, acabou incumbido de estruturar a organização na capital cearense, após contatos com a cúpula nacional do PCBR. Buscou atrair especialmente integrantes do meio estudantil, como Mário Albuquerque, destacado ativista estudantil secundarista na época.

Também atuaram no Ceará, de forma bastante embrionária, pelas dificuldades de organização e alvos que foram logo da repressão, a Vanguarda Armada Revolucionária-Palmares (VAR-Palmares) e a Frente de Libertação do Nordeste (FLNE)<sup>38</sup>. Emblemática ainda foi a atuação do Partido Comunista do Brasil (PCdoB), organização que apresentava algumas bases de treinamentos no interior do estado, como nas regiões de Crateús e Cariri, visando a receber militantes fugidos da repressão e formar e enviar quadros para as chamadas zonas de guerra do Maranhão e Araguaia (sul do Pará), conforme nos revelou o ex-dirigente do partido, Oswald Barroso<sup>39</sup>. Apesar da disposição de não realizar ações em terras cearenses (entenda-se, assalto a bancos, expropriação de armas e carros, etc.), o PCdoB fez proselitismo da luta armada (tanto que muitos cearenses foram para o Araguaia) e travou mesmo alguns combates contra as forças da repressão<sup>40</sup>.

Igual a outros locais do Brasil, de forma geral, os militantes da guerrilha atuantes no Ceará eram jovens, de idade inferior a 25 anos, pertencentes à classe média intelectualizada, estudantes, sobretudo, do sexo masculino<sup>41</sup>. Apesar de a violência política não ser exatamente uma novidade na história do Ceará, a presença dos militantes da luta armada e seus objetivos socialistas irritaram os setores dominantes e conservadores locais, apoiadores da ditadura militar. De maneira parecida com o sucedido em outros estados do Brasil, os órgãos governamentais no Ceará foram, ao longo dos anos, melhor se estruturando, endurecendo a repressão aos que chamavam de “subversivos”<sup>42</sup>. Agentes da repressão de outros estados começaram a visitar o Ceará, trazendo suas experiências no combate aos “inimigos da Pátria”. Um

38 MOTA, Sílvio. *Rebeldes*. Fortaleza: Expressão Gráfica, 2009.

39 Oswald Barroso, ex-militante do PCdoB, entrevistado a 6 de setembro de 2017.

40 MOURÃO, Mônica. *Memórias clandestinas*. Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora, 2005.

41 FARIAS, José Airton de. Op. Cit.

42 FICO, Carlos. *Como eles agiam*. Rio de Janeiro: Record, 2001.

desses foi o delegado do DOPS paulista, Sérgio Paranhos Fleury, que esteve no estado no começo de 1971. O Ceará apresentou mesmo uma seção do DOI-CODI (Destacamento de Operações Internas - Centro de Operações e Defesa Interna), órgão responsável pelo combate, tortura e assassinato de opositores na ditadura, criado em 1970 durante o governo do presidente Médici. Isso faz questionar o senso comum, bastante propalado ainda hoje, de que a ditadura foi branda no estado.

As ações da guerrilha de esquerda no Ceará concentraram-se no período entre o final de 1969 e início de 1970, exatamente quando a repressão aumentava no País. Na visão dos ativistas, era necessário prosseguir na luta, obter mais infraestrutura, novos quadros, etc., intensificando e propagando ações em áreas onde não tinham acontecido ainda, mostrando que o cerco à ditadura estava se completando, que se estendia por todo o Brasil, por mais que os militares reagissem. Quando das primeiras ações armadas no estado, estas eram relatadas na imprensa como crimes comuns.

A primeira atividade “terrorista” noticiada como tal no Ceará deu-se a 4 de dezembro de 1969 - não por coincidência, exatamente um mês após o assassinato de Marighela, em São Paulo -, no caso, um assalto ao Banco Mercantil de Fortaleza, ação da ANL que acabou frustrada pela reação à bala de um vigia da agência. O fato teve imensa repercussão. As autoridades, líderes empresariais e os jornais em editoriais se apressaram em condenar o “ato subversivo”, ao mesmo tempo em que ressaltavam a frustração do assalto pelo guarda como uma prova do preparo dos órgãos de segurança locais.

A partir da tentativa de assalto ao Banco Mercantil, as iniciativas armadas da esquerda radical intensificaram-se no estado, atingindo o apogeu em 1970. A ALN expropriou quatro mil cruzeiros novos da empresa de ônibus São Vicente de Paula e mais de vinte e dois mil cruzeiros novos da Fortaleza Refrigerantes, representante local da Coca-Cola. Repercussão maior, não obstante, teve o assalto ao carro pagador do *London Bank*. A expropriação do *London Bank* foi a primeira de maior envergadura do PCBR no estado, em conjunto com o Movimento Comunista Internacional (MCI), organização trotskista local. O assalto, cujo produto foi cerca de 98 mil cruzeiros novos, foi realizado pelo Comando Político Militar, estrutura móvel do PCBR que atuava em todo o nordeste<sup>43</sup>.

---

43 FARIAS, José Airton de. Op. Cit.

Apesar de se ajudarem e manterem relações relativamente cordiais, as organizações armadas concorriam entre si para verificar qual iniciava logo a guerrilha rural e a revolução, além de disputarem a simpatia e o ingresso de militantes. Não surpreende que, nos meses seguintes, a ALN intensificasse sua atuação, com ações cada vez mais ousadas, cujos êxitos reforçavam a confiança dos militantes em seu potencial, fazendo, por outro lado, aumentar o cerco da ditadura.

Ante a crescente repressão, a 29 de agosto de 1970, a ALN promoveu uma desastrosa ação de justicamento do comerciante José Armando Rodrigues, no município cearense de São Benedito, episódio que assinalou o começo do fim da luta armada no estado. Existem várias versões dadas pelos antigos militantes para esse assassinato. O comerciante era acusado por um apoiador da ALN em São Benedito, José Bento da Silva, de possuir uma lista com nomes de “subversivos” a ser entregue ao governo militar. Armando Rodrigues, pois, teria se tornado um perigo para a ALN e acabou sequestrado e assassinado pelos ativistas. Há grande controvérsia sobre se existia concretamente esse risco de delação ou se houve uma razão passional para aquela execução. Membros da esquerda local entendem que José Bento teria usado a organização para fins passionais, pois nutria ódio pelo comerciante, o qual teria se relacionado amorosamente e desvirginado uma de suas filhas. O denominado Caso de São Benedito se tornou um trauma entre os militantes de esquerda cearense. Após matar o comerciante, os guerrilheiros da ALN sofreram verdadeira caçada policial, sendo capturados dois deles, Valdemar Menezes e William Montenegro. Nos meses seguintes, outros implicados caíram, sendo a ALN desmantelada<sup>44</sup>.

O episódio, ao mesmo tempo, ganhou enorme espaço na mídia local e nacional, sendo explorado pela ditadura para mostrar a “brutalidade, covardia, frieza e o perigo dos terroristas” que com seus projetos comunistas, “atentavam contra a Pátria e matavam inocentes, sem piedade”. A população, há muito bombardeada pela imprensa e governo com uma imagem negativa dos “terroristas”, recebeu com indignação o acontecido, contribuindo ainda mais para isolar a guerrilha de esquerda do resto da sociedade e para seu desmantelamento<sup>45</sup>.

---

44 Ibidem.

45 Ibidem.



Imagem 4: capa do jornal *Correio do Ceará*, de 28 de setembro de 1970, noticiando a prisão de vários militantes da Ação Libertadora Nacional (ALN), após a organização assassinar um comerciante na cidade de São Benedito-CE.

O PCBR ainda realizou um grande assalto, de 200 mil cruzeiros novos (um dos maiores da história do Ceará), ao Banco do Brasil de Maranguape, aliás, a única ação exitosa de expropriação conhecida em agência bancária no interior cearense. Mas a seguir alguns de seus militantes foram presos pela polícia quando faziam pichações em Fortaleza na defesa do voto nulo. Com o estouro de vários aparelhos e tortura dos militantes caídos, novas prisões aconteceram e a organização igualmente foi desbaratada.

Em 1972, ainda houve ações de um grupo local, a FLNE (Frente de Libertação do Nordeste). Esta foi formada principalmente por dissidentes da ALN no Ceará e Pernambuco, descontentes com o fato da cúpula nacional desta organização estar levando os principais quadros do nordeste para suprir as quedas ocorridas no sudeste<sup>46</sup>.

46 MOTA, Sílvio. Op. Cit.

A FLNE realizou algumas ações exitosas, mas quando alguns de seus integrantes preparavam-se para fazer a expropriação do Banco do Brasil no Crato-CE, em janeiro de 1972, acabaram caindo. Entre os detidos, José Sales Oliveira, antigo líder da ALN e um dos dois últimos foragidos do caso de São Benedito. Sales, condenado à prisão, seria solto em 1980, constituindo-se o último preso político a ser libertado no Brasil<sup>47</sup>.

### 1.3 OS TIPOS DE PRISÕES POLÍTICAS

Seguindo tradicional classificação de Jacob Gorender<sup>48</sup>, houve dois tipos de prisões políticas durante a ditadura civil-militar, as prisões de interrogatório e as de reclusão:

O primeiro era o das instituições de interrogatório e formalização dos processos da fase policial: OBAN, DOI/CODI, CENIMAR, DEOPS, etc.

O segundo tipo abrangia as instituições de reclusão onde os detentos aguardavam julgamento ou cumpriam pena<sup>49</sup>.

Como bem lembra Flávia Ribeiro<sup>50</sup>, ao se observar a produção historiográfica sobre a ditadura e mesmo os relatos de ex-presos políticos, percebe-se que é dada menos atenção às experiências e trajetórias dos militantes de esquerda quando do cumprimento das penas nas instituições de reclusão, como era o caso do Instituto Penal Paulo Sarasate. Isso permite entender como foi traumática e marcante a passagem pelas instituições de interrogatório, onde, sistematicamente, os agentes da repressão recorriam às práticas de torturas dos militantes que caíam<sup>51</sup>. De modo geral, embora pudessem acontecer, as torturas de presos políticos não eram comuns nos presídios.

A diferença de tratamentos entre os dois tipos de prisão fica clara no relato de Aimberê Botelho do Amaral, ex-militante da ALN e do PCBR quando do relatório de seu pedido de indenização à Comissão Estadual de Anistia Wanda Sidou:

---

47 FARIAS, José Airton de. Op. Cit.

48 GORENDER, Jacob. Op. Cit.

49 Ibidem, p. 250.

50 RIBEIRO, Flávia Maria Franchini. *A subida do monte purgatório*. 2007, 243 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2007.

51 FICO, Carlos. Op. Cit.

Estive preso, por motivos políticos, do período de 16/julho/1970 a 29/março/1971. (...) No veículo que me levava para o 23 BC [23º Batalhão de Caçadores] fui espancado pelo cabo que liderava o grupo. (...) O oficial de ordenança e seu ordenança realizaram várias sessões de tortura buscando obter informações sobre meus contatos, incluindo choque elétrico. Ele teve ainda, no correr dos dias, a ajuda de dois agentes da polícia federal. Nesta ocasião, pensei que era chegado o meu fim. (...) Apenas trinta e três dias após minha prisão que recebi a visita da Dra. Wanda Sidou, que havia sido nomeada minha advogada. (...) Alguns meses depois fomos transferidos, em uma grande operação militar, para o Instituto Penal Paulo Sarasate. Ao contrário do que temíamos, o tratamento no presídio foi bom. O diretor, embora fosse homem rude, não administrava nenhum tratamento violento aos prisioneiros (...) <sup>52</sup>.

Como se percebe pela declaração de Aimberê Botelho do Amaral, nas instituições de interrogatório, os militantes eram mantidos incomunicáveis, na prática, sequestrados, não tendo acesso a advogado e familiares. A legislação da ditadura abria possibilidades para o arbítrio. Pela Lei de Segurança Nacional (Decreto-Lei nº. 898/1969), os presos políticos podiam ficar incomunicáveis por 10 dias, podendo permanecer detidos 40 dias na fase do inquérito. Em termos concretos, não havia prazo algum para a conclusão do inquérito e os acusados permaneciam presos indefinitivamente<sup>53</sup>. Estavam ao total dispor da brutalidade dos agentes da ditadura. Em Fortaleza, foram muitos os casos de instituições desse tipo. No Inquérito Policial Militar (IPM), instaurado pelo exército, em março de 1964, logo após o golpe, são contabilizados 229 detidos, trancafiados nos quartéis do 23 BC (23º Batalhão de Caçadores), da Polícia Militar e da 10ª Região Militar<sup>54</sup>.

Carlos Fico<sup>55</sup> afirma que a intensidade da repressão variou durante a ditadura: passados os meses iniciais do golpe, o número de punições diminuiu, com vários daqueles presos sendo libertos, embora,

---

52 Pedido de Indenização de Aimberê Botelho do Amaral à Comissão Estadual de Anistia Wanda Sidou, a 28 de abril de 2004. Acervo da Associação Anistia 64-68.

53 ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO. *Brasil: nunca mais*. Petrópolis: Vozes, 2001, p. 175.

54 Inquérito Policial Militar sobre a subversão no Ceará em 1964. Acervo da Associação 64-68.

55 FICO, Carlos. Op. Cit.

vale lembrar, a repressão continuasse. Em 1966, na capital cearense, um ferroviário de ligações com o Partido Comunista Brasileiro (PCB), José Nobre Parente, foi morto numa delegacia local<sup>56</sup>.

Após o AI-5, de 13 de dezembro de 1968, e o período intenso de combate à luta armada (1968-74), ter-se-ia o auge da repressão, ainda segundo Carlos Fico<sup>57</sup>. Em Fortaleza, nesse momento, aconteceram torturas de militantes de esquerda, afora aqueles locais citados, na Delegacia de Ordem Política e Social (DOPS), no DOI-CODI, no Departamento de Polícia Federal, na Escola de Aprendizes Marinheiros (EAM), no 10º Grupo de Obuzes (GO, atual 10º Grupo de Artilharia e Campanha, 10ºGAC), entre outros.

Com os trabalhos da Comissão Estadual de Anistia Wanda Sidou, veio a público a existência de uma *casa de horrores*, ou seja, um local clandestino de torturas, na zona rural de Maranguape, município próximo à capital cearense, onde igualmente presos políticos foram brutalizados, inclusive por agentes de repressão vindos do centro-sul<sup>58</sup>. Esses locais clandestinos constituíam o aspecto mais invisível, obscuro e desconhecido do funcionamento dos órgãos de segurança, nas palavras de Janaina de Almeida Teles<sup>59</sup>.

Para as casas de horrores ou casas da morte mandavam-se os militantes tidos como irrecuperáveis, indivíduos por demais resistentes e que, por isso mesmo, sofreriam ali as mais terríveis torturas para contarem o que sabiam. Não por acaso, muitos deles entraram na lista dos desaparecidos políticos da ditadura no Brasil. Por outro lado, naqueles locais poderiam ser torturados igualmente militantes vistos como potenciais colaboradores, a serem infiltrados nas organizações revolucionárias, os chamados *cachorros*. Submetidos a todo tipo de suplício, tinham a vitalidade quebrada e acabavam por colaborar com o regime.

---

56 ALMEIDA, Newton. Op. Cit.

57 FICO, Carlos. Op. Cit.

58 OLIVEIRA, Papito (Org.). *Vozes silenciadas*. Fortaleza: Imprensa Universitária, 2009. Em depoimento ao jornal O Povo, de 2/4/2014, o ex-presos político Benedito Bezerril, torturado igualmente na casa de horrores de Maranguape, afirmou que a mesma pertencia à família de Jansen Barroso, comandante da 10ª Região Militar no início dos anos 1970. <https://www20.opovo.com.br/app/opovo/cotidiano/2014/04/02/noticiasjornalcotidiano,3229930/de-volta-a-casa-dos-horrores.shtml>. Consultado a 12/01/2018.

59 TELES, Janaína de Almeida. *Memórias dos cárceres da ditadura: os testemunhos e as lutas dos presos políticos do Brasil*. 2011, 519 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade de São Paulo, 2011.

O ex-membro do PCdoB, Vicente Walmick, foi um dos torturados no que ficou conhecido como casa de horrores de Maranguape. No seu pedido de indenização, relata:

A rural superlotada viajou por quase uma hora. Ao fim desse tempo, os presos foram desembarcados em um edifício (local posteriormente identificado como um centro clandestino de torturas, situado nas proximidades do distrito de Amanari, município de Maranguape). Ali já se encontravam outros presos (...). Todos os presos foram colocados nus, descalços e mãos atados às costas, em uma sala escura e, após uma sessão de espancamentos, em meios a gritos e impropérios, foram distribuídos entre diversas equipes de torturadores. Submetido a uma contínua aplicação de choques elétricos, o requerente, aos gritos, atravessou toda a manhã daquele dia ouvindo os gritos de seus companheiros de infortúnio. Após uma pausa para o almoço dos torturadores, a sessão de tortura continuou ao longo da tarde, interrompida duas vezes para que um *soi disant* médico verificasse as condições físicas do requerente. Autorizado pelo médico, o suplício foi em frente<sup>60</sup>.

Após os interrogatórios e as sevícias, com a obtenção das informações tidas como suficientes pelos agentes da repressão para abrir o processo criminal, acontecia a comunicação oficial da prisão à Justiça Militar. A família, enfim, sabia do paradeiro do parente e os advogados tinham acesso ao militante na instituição de interrogatório. Não raro, a data da prisão efetiva era alterada, a fim de esconder ou negar oficialmente o período de detenção clandestina e eventuais acusações de tortura<sup>61</sup>.

---

60 Pedido de Indenização de Vicente Walmick à Comissão Estadual de Anistia Wanda Sidou, a 9 de fevereiro de 2004. Acervo da Associação Anistia 64-68.

61 Vicente Walmick diz em seu pedido de indenização que após sofrer torturas, foi semanas depois levado à sede da Polícia Federal, “a fim de assinar um depoimento ali preparado pelo delegado José Armando Costa. Aquele delegado deixou claro que a negativa de assinar a declaração de prisão significaria um retorno à “casa da gestapo”, uma clara alusão ao centro de torturas”. Pedido de Indenização de Vicente Walmick à Comissão Estadual de Anistia Wanda Sidou, a 9 de fevereiro de 2004. Acervo da Associação Anistia 64-68.

O ativista podia, mesmo ainda respondendo ao processo, ser transferido para um presídio como o IPPS, onde aguardaria o julgamento pela Justiça Militar. Iniciava-se, pois, uma nova fase para o militante da esquerda armada dentro da estrutura prisional da ditadura.

Observe-se que muitos dos que estavam com prisão provisória no IPPS acabaram depois absolvidos. Foi o caso de Aimberê Botelho do Amaral. No seu relatório de pedido de indenização, diz:

(...) Não lembro exatamente quanto tempo fiquei no Presídio, mas deve ter sido algo em torno de cinco meses.

No dia 29 de março de 1971, fui levado à Auditoria para a sessão final de julgamento, tendo sido absolvido e liberado logo em seguida<sup>62</sup>.

Dramático foi o caso de Tarcísio Prata, estudante de arquitetura e militante do PCdoB. Preso e torturado em 1973, foi levado ao IPPS para aguardar julgamento. Após 11 meses, obteve liberdade condicional, podendo responder ao processo em liberdade. Em 1977, foi condenado pela Justiça Militar a dois anos de reclusão. Teve de voltar ao IPPS para cumprir o resto da pena<sup>63</sup>.

O mesmo drama viveu Fernando José Bastos Macambira, militante do PCBR, preso em 1972 e torturado por mais de 40 dias. Recolhido a seguir ao IPPS, Macambira obteve o direito de responder ao processo em liberdade. Desligou-se da organização revolucionária e, após concluir o curso de ciências contábeis, foi fazer mestrado em Administração no estado de Minas Gerais. Viu-se obrigado a largar tudo e voltar a Fortaleza, para cumprir pena no IPPS, pois o Superior Tribunal de Justiça, ao julgar seu processo, o condenou a dois anos de prisão<sup>64</sup>.

De qualquer forma, ir para o IPPS era sair do terror das torturas nas prisões de interrogatório. “Era como deixar o inferno e ir para o paraíso, renascer do inferno”, diria o ex-presos político José Machado. Entre quase todos os nossos entrevistados, adjetivos e definições parecidas foram usados para designar o tratamento que receberam no pre-

---

62 Pedido de Indenização de Aimberê Botelho do Amaral à Comissão Estadual de Anistia Wanda Sidou, a 28 de abril de 2004. Acervo da Associação Anistia 64-68.

63 Pedido de Indenização de Tarcísio Prata à Comissão Estadual de Anistia Wanda Sidou, a 13 de novembro de 2002. Acervo da Associação Anistia 64-68.

64 Pedido de Indenização de Fernando José Bastos Macambira à Comissão Estadual de Anistia Wanda Sidou, a 16 de abril de 2004. Acervo da Associação Anistia 64-68.

sídio em relação às fases anteriores de prisão. Seviciados que foram, os presos políticos, num imediatismo compreensível, aliviavam-se por não sofrerem mais torturas no IPPS. Alívio também por estarem vivos. Sabiam que a possibilidade era real de terem sido mortos nas instituições de interrogatório, destino trágico de vários de seus companheiros.

Isso, porém, estava longe de significar tranquilidade. Há de se pensar no estado físico e emocional daqueles homens ao chegarem ao presídio. Lembremos que, durante a fase da luta armada (1968-74), um dos maiores medos dos revolucionários era o de cair. Afora o risco de sofrer torturas e/ou ser assassinado, havia a frustração de não poder continuar na luta e ajudar os demais companheiros no caminho da revolução.

Mesmo com o aumento da repressão e prisões em massa no começo dos anos 1970, poucos militantes realizaram, no jargão das esquerdas, a autocrítica acerca da viabilidade da luta armada – o centralismo, a militarização das organizações e o pouco apreço da esquerda armada à democracia interna tornavam difícil o debate<sup>65</sup>. Não por acaso, muitos dos adeptos da luta armada, conforme constatamos nas entrevistas realizadas para esta pesquisa, continuaram por anos no IPPS defendendo essa opção política e sonhando em serem libertos para retomar a luta.

Havia, por fim, os remorsos de o militante, com a prisão, ter falado algo comprometedor do agrupamento armado, atrapalhando, pois, os planos da organização, levando à queda (e tortura e/ou morte) de outros companheiros. Com isso, podia ter liquidado sua imagem de revolucionário, por haver traído a causa, visto que, de início, pelos menos, os ativistas concebiam com grande desdém aqueles que confessassem algo, mesmo sob sevícias.

As organizações armadas chegaram a apresentar aos ativistas instruções sobre como se portar em caso de queda<sup>66</sup>, fórmulas que foram mudando à medida que a repressão intensificava-se e fazia desmoronar o tipo idealizado do guerrilheiro que a tudo resistia e preferia a morte a entregar algo.

---

65 RIDENTI, Marcelo. *O Fantasma da revolução brasileira*. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1993.

66 MARIGHELA, Carlos. *Mini-manual do guerrilheiro urbano*. Junho 1969. <http://brasil.indymedia.org/media/2008/06/422822.pdf>. Acesso a 27/02/2017.

Apenas num momento posterior, já nos estertores da luta armada, que muitos convenceram-se da impossibilidade de a maioria das pessoas resistirem às brutalidades dos agentes da ditadura<sup>67</sup>. Apesar disso, as questões sobre quem entregou ou não companheiros e as organizações ou quem virou *desbundado* ou *cachorro*<sup>68</sup> trariam tensões para os internos políticos do IPPS, como veremos adiante.

Machucados pelas torturas sofridas nas instituições de interrogatórios, abatidos, angustiados pela derrota política, temerosos quanto ao futuro: assim enxergavam-se e sentiam-se os militantes ao adentrarem o IPPS. Estavam agora encarcerados num presídio, ambiente visto com preconceito, local destinado para a “marginália”, e temido pelo cotidiano de violência. Passado o alívio imediato, de estarem vivos e de não serem mais torturados, os ativistas entenderam que o presídio estava longe de ser o paraíso.

Verdade que o tratamento dado aos presos políticos no IPPS foi diferente, mais brando que em outras prisões políticas do Brasil. Mesmo assim, os desafios para os revolucionários não deixaram de acontecer, bem como os traumas e as arbitrariedades. Afirmou o ex-militante do PCBR, Mário Albuquerque:

Não tinha tortura, era um alívio, mas não deixava de ser um choque ir para a detenção. Porque você está descendo mais um degrau para baixo, cavando cada vez mais sua sepultura, é como se estivesse sendo enterrado, caindo cada vez mais nas garras da ditadura<sup>69</sup>.

---

67 FARIAS, José Airton de. Op. Cit.

68 O termo “cachorro”, segundo nossos entrevistados, como Mário Albuquerque e José Machado, referia-se ao militante de esquerda que passara a colaborar com os órgãos de repressão, virando um informante. Citando Daniel Aarão, Beatriz Kushnir diz que “Desbundado foi uma palavra inventada pelos caras ‘duros’ de vanguarda, que assim se referiam desprezivelmente a todos que não viam com bons olhos a aventura das esquerdas armadas, depois, passou a se referir especificamente às pessoas que cediam diante da tortura. Mais tarde, o termo tornou-se um genérico, designando, ambigualmente seja os que eram contra a luta armada, desqualificando-os, seja os que cediam diante da tortura”. KUSHNIR, Beatriz. Desbundar na TV: militantes da VPR e seus arrependimentos. In: ROLLEMBERG, Denise; QUADRAT, Samantha Viz (orgs). *A construção social dos regimes autoritários*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010, p. 286.

69 Entrevista com o ex-militante do PCBR, Mário Albuquerque, a 14 de abril de 2016.

Se nas prisões de interrogatório havia um suplício imediato, nas instituições de reclusão, como o IPPS, os militantes de esquerda encontraram uma agonia de longa duração, dispersa por anos, pelas dificuldades de se viver e conviver dentro de um presídio sob um governo ditatorial. O governo dos generais nem reconhecia, pelo menos não oficialmente, os militantes da esquerda armada como presos políticos, mas, sim, como criminosos comuns<sup>70</sup>.

Era uma prisão, ali havia estratégias disciplinadoras, que buscavam punir, isolar, enquadrar e submeter os indivíduos que afrontaram as regras sociais e as normas ditadas pelo regime, como fizeram aqueles ditos “terroristas” ao tentarem derrubar o governo e criar condições para a implantação do socialismo. Ainda que aqueles objetivos não tenham sido plenamente alcançados, ao colocar os ativistas de esquerda no IPPS, a ditadura buscava a submissão dos mesmos, sua supressão na intenção de enquadrá-los. E se isso não fosse possível (e não foi), que ficassem afastados da sociedade, esquecidos ante seus projetos ofensivos de tomada do comando do Estado.

#### 1.4 REENCONTROS

O filósofo e historiador francês Michel de Certeau<sup>71</sup> entendia que uma instituição, por mais autoritária ou poderosa que fosse, não podia controlar as pessoas (consumidoras), plena e docilmente. O homem comum resiste, burla, subverte poderes, busca artifícios diante dos mecanismos e instituições que tentam controlá-lo e domesticá-lo. A partir do que recebem, do que lhes é imposto, as pessoas fazem invenções, práticas no cotidiano, visando se contrapor ao poder instituído.

Os indivíduos jogam com as regras que lhe são impostas, regras criadas para discipliná-los, na intenção de anular ou minimizar seus efeitos. Ou seja, o indivíduo não se submete por completo às regras. As pessoas buscam, no cotidiano, espaços, brechas, fissuras para produzirem algo novo. Dessa maneira, por mais que o IPPS tivesse pretensões de controle e submissão dos internos, buscando impor-lhes modelos de conduta, os presos, em particular os presos políticos da instituição, não deixaram de fazer suas próprias práticas.

---

70 FARIA, Catia. *Revolucionários, bandidos e marginais: presos políticos e comuns sob a Ditadura Militar*. 2005, 134 f. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2005.

71 CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano*. Petrópolis: Ed. Vozes, 2004.

Ressignificaram normas, ambientes e relações, usaram táticas, transformaram lugares em espaços, articularam-se politicamente buscando brechas que permitissem sua sobrevivência e a melhor existência dentro de uma instituição prisional sob a égide de uma ditadura. Assim, vemos a prisão como ambiente de estratégias e táticas, onde há relações de des(ordem), da disputa, das frestas, das quebras.

Tais práticas, articuladas com outros elementos, os quais abordaremos ao longo destas páginas, como os princípios culturais comunistas e os ideários coletivistas dos militantes da esquerda, as experiências, a capacidade de mobilização política dos encarcerados e a própria dinâmica dos processos políticos da ditadura civil-militar, possibilitariam aos ativistas a (re)construção de projetos políticos e identidades.

Acreditamos que os militantes tiveram, pelo menos, três grandes construções identitárias. Nos primeiros anos da década de 1970, viam-se como guerrilheiros, presos por participarem de agrupamentos revolucionários que haviam tentado derrubar a ditadura militar e criar um governo popular/socialista. Mesmo encarcerados, vários deles continuavam acreditando na opção armada, sobretudo porque se mostravam esperançosos com o êxito da guerrilha do Araguaia, no norte brasileiro.

À proporção que ficava patente a derrota do projeto guerrilheiro, os ativistas começaram a enfatizar a identidade de presos políticos, até como forma de obterem tratamento diferenciado dentro dos cárceres, visto que o governo militar não os reconhecia como tais. Na segunda metade dos anos 1970, principalmente quando do incremento da campanha pela Anistia e redemocratização do Brasil, os ativistas mantiveram a identidade de presos políticos, mas sob o viés de que haviam integrado a resistência pela democracia – entendida até então como democracia liberal e burguesa e francamente desprezada –, relevando o projeto ofensivo de conquista do comando do Estado de fins da década de 60 e começo da seguinte<sup>72</sup>.

---

72 FICO, Carlos. Brasil: a transição inconclusa. In: \_\_\_\_\_; ARAUJO, Maria Paulo; GRIN, Mônica (Orgs.). *Violência na história: memória, trauma e reparação*. Rio de Janeiro: Ponteio, 2012. AARÃO REIS, Daniel, et al (Org.). *Versões e ficções: o sequestro da História*. São Paulo: Editora Perseu Abramo, 1997. RIBEIRO, Flávia Maria Franchini. *Identificações: convergências e divergências entre os presos políticos da ditadura militar*. Disponível em: <http://www.lahes.ufjf.br>. Acesso a 26/09/2017.

Os presos já condenados e os que ainda esperavam julgamento, encontrando-se, porém, sob prisão preventiva, estavam juntos dentro do IPPS, conforme a legislação da ditadura. No mesmo ambiente e mantendo contato, os militantes puderam se inteirar do que os companheiros haviam informado aos órgãos de segurança, por quais ações estavam sendo acusados e o que podiam negar em Juízo. Não por acaso, algumas das ações das esquerdas no Ceará nunca tiveram autores identificados ou denunciados à Justiça Militar, conforme constatamos durante a pesquisa de mestrado<sup>73</sup>. Se a ditadura não os responsabilizava oficialmente, não seriam os presos políticos que se denunciariam. De qualquer forma, isso significava que, mesmo não tendo sido formalmente condenados, os militantes processados, à espera do julgamento, também estavam subordinados às imposições e restrições de um presídio em um regime de exceção.

Os primeiros presos políticos chegaram ao IPPS no começo do ano de 1971. Eram os militantes da Ação Libertadora Nacional, condenados à prisão perpétua ou a longas penas em virtude do caso de São Benedito<sup>74</sup>. Os órgãos de segurança fizeram uma verdadeira operação de guerra quando da transferência dos guerrilheiros para o presídio, como disse William Montenegro:

A transferência do 23 BC [23º Batalhão de Caçadores, nas imediações do centro de Fortaleza] para o IPPS foi uma coisa meio exagerada [risos]. Erámos apenas quatro ou cinco presos. Fomos num caminhão. À frente, num jipe, o subcomandante do 23 BC. Vários, vários carros com soldados armados. Eles fechavam as ruas, todas as ruas, para o comboio passar<sup>75</sup>.

Esse rigor de segurança talvez indicasse o temor dos órgãos de segurança quanto a alguma ação de libertação dos militantes por organizações armadas. Por outro lado, a verdadeira espetacularização da

---

73 FARIAS, José Airton de. Op. Cit.

74 Foram indiciados pelo caso de São Benedito: Valdemar Rodrigues Meneses, Francisco William Montenegro, Carlos Thimonshenko e José Sales de Oliveira. Gilberto Telmo Sidnei Marques, Antônio Experidião Neto, João Xavier de Lacerda e José Bento da Silva foram condenados a penas menores. O Povo, 2/08/1971, p. 20.

75 Entrevista com o ex-militante da ALN, William Montenegro, a 24 de setembro de 2016.

transferência buscava mostrar a força e vitória do governo no combate a seus inimigos e deixar claro para a sociedade a periculosidade representada pelos “terroristas”, uma ameaça séria à ordem social, sobre a qual a vigilância não deveria ter hesitações.

Não foi coincidência, na conclusão do inquérito do caso de São Benedito, a Polícia Federal ter pedido pena de morte para alguns dos principais envolvidos, o que foi atendido inicialmente pela Justiça Militar. Posteriormente, com recursos judiciais impetrados pela defesa dos militantes, a pena foi comutada em prisão perpétua<sup>76</sup>.

No presídio novo, ainda com acabamentos a serem realizados, os ativistas foram alocados numa das ruas do segundo piso do Pavilhão Sete (P7). Ainda que nos anos seguintes ocorressem eventuais contatos com os presos comuns, nos banhos de sol, nos jogos de futebol, etc., os militantes de esquerda foram mantidos à parte.

Vários fatores ajudam a entender esse afastamento. Para a ditadura, era uma forma de evitar problemas, dos presos políticos passarem suas ideias e práticas “subversivas” para a massa carcerária ou receberem solidariedade ou apoio para fugas ou tentativas de fugas, como se dera em presídios do sudeste<sup>77</sup>.

Inversamente, a direção prisional temia que os presos comuns trouxessem os militantes para a “vida da marginalia” (consumo de drogas, comércio de armas, etc.)<sup>78</sup>. Existia por parte dos ativistas a defesa da separação, por temerem a violência da prisão e para caracterizar a condição de presos políticos (trataremos melhor desta questão no capítulo 3).

Ou seja, a separação não deixava de se vincular à condição política dos militantes, “subversivos” que eram, bem como à origem social dos mesmos, em geral, homens com estudos, de classe média, gente que temia ou não poderia se misturar com os presos comuns, “pretos e pobres”. Nem quando prendia seus inimigos políticos, o Estado brasileiro deixava de evidenciar o caráter classista e étnico do sistema carcerário.

---

76 FARIAS, José Airton de. Op. Cit.

77 RIBEIRO, Flávia Maria Franchini. Op. Cit., p. 90.

78 Antônio Rodrigues, ex-funcionário do IPPS, entrevistado a 5 de julho de 2016.

Sendo o número de presos políticos pequeno e considerando-se o IPPS presídio de segurança máxima, a direção do Paulo Sarasate e a Justiça Militar determinaram que os ativistas ocupassem celas individuais, ao contrário do que se deu em outras instituições carcerárias do Brasil, como no Tiradentes<sup>79</sup> e em Itamaracá<sup>80</sup>.

Inicialmente, os ativistas estavam reclusos numa única rua/galeria do Pavilhão Sete. Com a queda dos militantes do PCdoB, a partir de 1973, essa primeira rua ficou com todas as 25 celas lotadas, sendo alguns dos novatos postos em outra galeria do mesmo P7. Posteriormente, quando do cumprimento das penas ou absolvição dos que esperavam julgamento e conseqüente libertação de militantes, os presos remanescentes voltaram a ficar numa única rua. Assim, exceto em alguns momentos de maior lotação, geralmente algumas celas da galeria dos presos políticos ficavam vazias.

Em estudo sobre prisões, manicômios, etc., o sociólogo canadense Erving Goffman<sup>81</sup> afirma que era necessário deixar claro ao interno, nos primeiros tempos, a ruptura com o seu passado do mundo exterior, para que, assim, se submetesse e se adequasse às normas, disciplinas e objetivos da instituição. Tentava-se enquadrá-lo como uma peça na máquina administrativa do presídio. O interno novato tira impressões digitais, recebe instruções das regras locais, sabe qual será sua cela, etc. Assim o foi com os militantes de esquerda. Estes, ao chegarem ao IPPS, eram recebidos por funcionários os quais expunham as normas básicas a serem obedecidas e seguidas. No caso dos primeiros ativistas, a recepção foi realizada pelo próprio diretor do presídio, coronel da PM Francisco Bento da Silva.

Segundo o ex-militante da ALN, William Montenegro, o diretor falou sobre as regras da instituição e chegou mesmo a elogiar os rapazes que “eram boa gente”, apenas estavam no “caminho errado”, mas que dentro do IPPS iriam se “redimir de seus erros com a sociedade”<sup>82</sup>.

---

79 FREIRE, Alípio; ALMADA, Izaías; PONCE, Granville (Org). *Tiradentes, um presídio da ditadura*. São Paulo: Scipione, 1997.

80 CÔRTEZ, Joana Santos Rolemberg. *Dossiê Itamaracá: cotidiano e resistência dos presos políticos da Penitenciária Barreto Campelo, na ilha de Itamaracá-PE (1973-79)*. 2012, 196 f. Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica da São Paulo, São Paulo, 2012.

81 GOFFMAN, Erving. *Manicômios, prisões e conventos*. São Paulo, Editora Perspectiva, 1974.

82 Entrevista com o ex-militante da ALN, Wiliam Montenegro, a 24 de setembro de 2016.



*Imagem 5: Acima, uma das “ruas” dos pavilhões do IPPS, quando da chegada dos presos comuns em 1971. Foto cedida pelo ex-funcionário do presídio, Epifânio de Carvalho. Segundo o mesmo, a secretaria de segurança contratou à época fotógrafos para registrar as novas, amplas e “modernas” estruturas do IPPS. Embaixo, uma das galerias, as chamadas ruas, em 2017, já com o presídio desativado. Fotos de Danielle Rodrigues.*

A seguir, então, os militantes sofriam rigorosa inspeção, mesmo tendo sido vistoriados quando da saída dos quartéis e prisões de interrogatório. Tal prática não deixava de ser igualmente uma ação de coação, de intimidação, um recado da estrutura prisional da ditadura dando a entender que os presos políticos continuariam sob vigilância. Após a inspeção, os presos iam para a secretaria do presídio, preenchendo uma ficha com dados pessoais e o porquê da prisão. Assinavam a ficha e faziam a identificação digital, recebendo novas orientações sobre o funcionamento do presídio e sendo encaminhados, enfim, para as celas.

Os presos políticos deviam se submeter às regras da instituição, como os demais internos, afinal, pelo menos no discurso oficial da ditadura, eram reconhecidos como criminosos comuns. A direção do IPPS, nos primeiros tempos do presídio, buscou exigir o cumprimento rigoroso das normas.

Pode-se entender esse rigor, afora o perigo que se imaginava representar os “terroristas” e o temor que alguma organização armada os tentasse libertar, como um teste de obediência, de quebrar qualquer tendência de resistência que o novato trouxesse do mundo externo. Esses pressupostos foram confirmados por William Montenegro, ex-militante da Ação Libertadora Nacional (ALN):

Nós éramos limitados dentro de uma galeria nos primeiros tempos. E não saíamos da galeria. Então, no começo era cela fechada, a galeria fechada e a cela fechada, fechada. Tínhamos um banho de sol, com policiais armados... Pro banho de sol era uma preparação, tinha polícia, entrava polícia, abria cela, era fila indiana (...)<sup>83</sup>.

O interno que se mostrasse desobediente ou resistente, recebia repreensão de imediato, para que se enquadrasse, o que servia de alerta para os demais presos. Era humilhar mesmo, deixando claro ao preso político a sua nova condição. Um dos entrevistados, José Machado, abordou um episódio de admoestação acerca das indumentárias dos internos. No IPPS, não havia a obrigatoriedade de os presos usarem uniformes. No geral, ante o calor forte do Ceará, passavam o dia apenas de calções, quando muito com uma camisa ou camiseta, pé em chinelos. Mas para o banho de sol, nos primeiros anos de presídio, necessitavam usar calças compridas.

A primeira vez que cheguei no penal, os filhos de uma égua dos presos não avisaram que para a gente descer [para o pátio, no banho de sol] não podia descer de calção. Eu fui descer, desci só de calção. Aí o diretor da penitenciária, que era o coronel Archias, gritou “ei, seu filho da puta, tu não tá sabendo assim, assim, assado”. Eu não tava sabendo, cheguei ontem, não me avisaram. Ele respondeu, “o que é, seu fi de uma égua”, e ficou lá gritando e tal. Eu disse, olha, eu não tô te desafiando o senhor, não, eu não sabia dessa regra. E ele continuou berrando. Aí disse, e o que tu vai fazer, vai me prender de novo? [risos]<sup>84</sup>.

---

83 Entrevista com o ex-militante da ALN, Wiliam Montenegro, a 24 de setembro de 2016.

84 Entrevista com o ex-militante da ALN e PCBR, José Machado, a 4 de agosto de 2016.

Embora não tenha sido avisado sobre o uso das calças no pátio, se depreende, na fala de José Machado, que os veteranos, nas próprias boas vindas ao novato, davam dicas sobre como se portar no presídio. A recepção no pavilhão pelos demais ativistas a um novato era calorosa, com abraços e sorrisos. Segundo Célio Miranda, existia um sentimento misto por parte dos internos nesse momento: “era ruim porque era mais um companheiro que está ali, preso, derrotado, não estando na ativa pela revolução. Mas era bom também porque quebrava a rotina. Para eles, a gente dizia como eram as coisas, como funcionavam dentro do pavilhão”<sup>85</sup>.

Não obstante, se o contato inicial e a convivência cotidiana serviram para os veteranos informarem aos novatos sobre as regras do presídio, por outro lado, possibilitavam aos presos políticos a transmissão de experiências ou o desenvolvimento de práticas para igualmente subverterem ou atenuarem as determinações da direção prisional.

Em outras palavras, desenvolveram táticas, como diz Certeau<sup>86</sup>, para escapar ou diminuir a pressão das normas e da estrutura autoritária carcerária e ditatorial. Atentemo-nos à frase de Célio Miranda em sua entrevista: “Para eles, a gente dizia como eram as coisas, como funcionavam dentro do pavilhão”. Ou seja, não eram apenas as normas, as regras oficiais do IPPS que eram repassadas aos novos internos, mas, igualmente, maneiras, brechas para delas escapar. Trataremos em detalhes sobre esses novos usos no capítulo 4. Aqui desejamos ressaltar que a convivência entre os presos políticos, desde a chegada dos militantes ao presídio, foi de relevo para atenuar as condições impostas e sobreviver dentro da estrutura carcerária da ditadura, buscar melhores condições de existência, recuperar o equilíbrio psicológico, a sanidade mental, retomar projetos políticos, refletir sobre as experiências da guerrilha.

Isto é, os internos tiveram, desde o início, na convivência entre si, na troca de experiências e novos usos, mecanismos que lhes permitiram o apoio mútuo, a sobrevivência dentro da prisão e, extensivamente, o repensar e o reelaborar de identidades e perspectivas políticas.

Talvez não por coincidência, nos primeiros anos, para tentar evitar ou dificultar as relações sociais, a direção do presídio buscasse

---

85 Entrevista com o ex-militante do PCBR, Célio Miranda, a 8 de julho de 2016.

86 CERTEAU, Michel de. Op. Cit.

manter os ativistas em celas individuais e vetar as conversas entre eles próprios e até com carcereiros e presos comuns, conforme revelou um ex-agente penitenciário do IPPS, Antônio Rodrigues<sup>87</sup>.

Não deixava de ser uma grande ironia que o presídio, ao permitir a convivência dos presos políticos, acabasse contribuindo para a recuperação física, moral e política dos inimigos da ditadura. A prisão, como um local de isolamento dos “terroristas” do resto da sociedade, virava um centro de reunião e apoio mútuo. Derrotados, abatidos, torturados, com dúvidas quanto ao futuro e submetidos a regras rigorosas (de início, sobremaneira), os militantes da esquerda acabaram por reencontrar seus companheiros ali nos cárceres.

Numa mescla de alívio e resignação, viam que, apesar de tudo, sobreviveram ao “inferno” e que outros também o tinham feito. Podiam, enfim, trocar notícias, passá-las a familiares e amigos, angustiados com os sumiços de seus filhos e filhas, fosse em virtude dos sequestros dos órgãos de repressão, fosse pelo mergulho que os mesmos deram na clandestinidade ante o endurecimento do regime no final dos anos 1960. Lembremos que houve uma dispersão dos militantes pelo País, fugindo das forças da repressão, deslocando-se para realizar ativismo político ou ações armadas.

Depois, com as quedas, os militantes ficaram semanas, em alguns casos, meses, trancafiados e isolados nas celas dos DOPS e quartéis militares. Com o desbaratamento da luta armada, não apresentavam muitas informações sobre o que ocorrera com as organizações e muito menos qual o destino de seus companheiros – um cenário que os fragilizava psicologicamente, acreditamos. Isolados, sem acesso a jornais e televisão, talvez nem soubessem direito o que se passava politicamente no Brasil nos últimos meses ou semanas anteriores à chegada ao IPPS.

Assim, o reencontro na prisão não deve ser desprezado em seu significado para os militantes. Mesmo com a direção do IPPS proibindo conversas nos primeiros tempos, entre sussurros, nas celas e nos intervalos de banhos de sol, os internos se inteiravam do que aconteceria com outros militantes, quem tombara, quem fora torturado, quem eram os torturadores, quem virara delator.

Havia mesmo um esforço para que os outros militantes soubessem o que lhes tinha acontecido. Estavam no presídio, é verdade, mas

---

87 Entrevista com o ex-funcionário do IPPS, Antônio Rodrigues, a 5 de julho de 2016.

nada garantia que a ditadura não pudesse de novo torturá-los e eliminá-los. O medo da morte e da tortura ainda estava presente. Não surpreende, pois, a carta mandada pelo militante Mário Albuquerque, preso na Casa de Detenção do Recife-PE, para seu colega Fabiani Cunha, no IPPS, indagando sobre como eram as condições carcerárias no presídio cearense e fazendo questão de citar nominalmente outros militantes de esquerda que ali também se encontravam encarcerados, sob o pretexto, para possivelmente driblar a censura, de “estimular a troca de correspondência”:

Olá, velho, há quanto tempo, heim? Olha, estou lhe escrevendo por dois motivos: para ver se é possível a gente trocar correspondência e porque eu preciso de informações sobre as condições carcerárias daí. (...) Olha, vou dar agora os nomes de pessoas que estão presas aqui pois pode ser que vocês conheçam alguém e queiram escrever: eu, Assis, Arlindo Soares, Carlos Alberto Soares, Dolve [Dower] Cavalcante, Juliano Homem de Sequeira, Marcelo de Melo, Alberto Vinicius Melo de Nascimento, Claudio Roberto Marques Gurgel, Luciano de Almeida, Mário Barreto, Valério da Silva, José Calixtrato, Maurício Anísio Araújo, Arlindo Felipe, Antônio Ricardo Braz, Francisco Chagas, Samuel da Silva, Érico Dornelles, José Severino dos Santos, José Pedro da Silva, Francisco Sampaio e Claudio Ribeiro de Sousa. As meninas presas no Bom Pastor: Ivone de Sousa Loureiro (esposa de Odijas), Lilia Guedes, Maria do Socorro (fazia filosofia ai no Ceará), Maria Quintela (fazia filosofia e jornalismo ai no Ceará), uma irmã de Quintela cujo nome não me lembro, Sônia Beltrão e Rosa Maria Barreto dos Santos, ambas daqui de Pernambuco (...). Recife, 6/6/1972<sup>88</sup>.

Se saber o que havia acontecido com os demais militantes era um alívio, a presença dos companheiros significava a possibilidade de apoio mútuo para enfrentar os desafios com os quais se defrontariam no presídio, além de um amparo psicológico.

A solidariedade e ajudas mútuas contribuíram para levantar a moral daquelas pessoas que haviam sofrido uma grande derrota política com as quedas e que estavam abaladas “por dentro e por fora”, feridas com as torturas recebidas e a frustração de seus sonhos revolucionários.

---

88 Relatório do IV Exército com análise de carta enviada por Mário Albuquerque a Fabiani Cunha, datada de 6 de junho de 1972. Acervo da Associação 64-68.

Fragilizados psicologicamente, agora, tinham uns aos outros para recuperarem-se, apoiarem-se e enfrentarem a realidade do IPPS, contornarem as regras da penitenciária, romperem o isolamento e, talvez, quem sabe, retomarem a luta.

Nós estávamos presos, não sabíamos que um dia a Anistia pudesse acontecer. A gente tinha que contar com a gente mesmo, se unir, enfrentar um dia por vez, se apoiando, buscando melhorar as condições de vida dentro do presídio<sup>89</sup>.

O apoio moral e psicológico, o companheirismo, as ajudas mútuas, até a assistência na saúde, etc., não podem ser menosprezadas em sua relevância para os militantes da luta armada dentro dos cárceres. Não por acaso, os primeiros presos políticos do IPPS buscaram logo estruturar um *coletivo*. A organização de coletivos era uma antiga prática das esquerdas nas prisões.

Regina Célia Cardoso<sup>90</sup> fala dos coletivos organizados nas prisões cariocas nos anos 1930 pelos militantes do PCB após o fracasso da chamada Intentona Comunista. Graciliano Ramos não deixou de abordar o coletivo em *Memórias do cárcere*<sup>91</sup>. O coletivo consistia, pois, numa instância de organização, poder e representação dos presos dentro do presídio, “cuja finalidade era a união em torno de princípios básicos de convivência, da defesa dos requisitos mínimos de sobrevivência na prisão e de resistência ao governo”<sup>92</sup>. William Montenegro contou-nos acerca da criação do coletivo no IPPS:

Lá pelo 71, 72, aí liberaram as celas abertas. Aí, claro, a convivência foi muito maior, depois de um certo tempo, a gente começou a organizar o que a gente chamava de coletivo. Pegávamos, acho que éramos uns 10, 11, que era assim mais constante, então, cada um fazia o almoço do dia e o jantar, um era responsável pelas roupas pra mandar lavar, outro era responsável pela limpeza, sempre tinham três e ficavam revezando, três em três. Fazia limpeza no corredor. Passava uma temporada muito longa, uma organização muito grande<sup>93</sup>.

---

89 Entrevista com o ex-militante do PCB, Mário Albuquerque, a 14 de abril de 2016.

90 CARDOSO, Célia Pedroso. *Os signos da opressão: história e violência nas prisões brasileiras*. São Paulo: Arquivo do Estado, Imprensa oficial do Estado, 2002.

91 RAMOS, Graciliano. *Memórias do cárcere*. 40. ed. São Paulo: Record, 2004.

92 Ibidem, p. 192.

93 Entrevista com o ex-militante da ALN, Wiliam Montenegro, a 24 de setembro de 2016.

O coletivo buscou arregimentar os militantes na intenção de permitir melhores condições de sobrevivência dentro do presídio. Organizou as turmas dos responsáveis pela limpeza do ambiente, pela cozinha, pelos grupos de estudos, os horários e funções a cumprirem, etc. Administrou os mantimentos enviados pelas famílias quando das visitas, mantimentos esses que seriam tidos como de todos e igualmente repartidos. Essa divisão era vital, pois havia presos políticos cujas famílias eram pobres ou estavam passando por necessidades financeiras em virtude da prisão dos maridos. Existiam igualmente internos cujos familiares moravam em outros estados ou no interior cearense e as visitas destes, trazendo algum mantimento, eram mais difíceis e raras.

O coletivo estruturou ainda as oficinas de artesanato, uma biblioteca e uma pequena farmácia, com alguns remédios de primeira necessidade. Estabeleceu mesmo as regras de convivência e respeito entre os presos políticos. Também foi a representação do grupo perante a direção do IPPS.

A convivência mútua e solidária, dentro do possível, o apoio aos companheiros, a organização de um coletivo para gerir as atividades dos militantes de esquerda no IPPS chamavam a atenção da massa de presos comuns, que, porém, não conseguia reproduzir tais práticas em sua plenitude. Verdade que há casos de presos de condição econômica mais abastada, independente de princípios ideológicos, desenvolvem alguns laços de proximidade e ajuda mútua dentro dos cárceres<sup>94</sup>.

---

94 Embora em outro contexto, acreditamos que o dito pelo ex-ministro de Estado, José Dirceu, possa ilustrar essa proximidade existente entre presos de melhor condição econômica. Encarcerado em Curitiba-PR, em meados da presente década, Dirceu relatou à imprensa como era a convivência com outros internos. Portador de curso superior e mantido à parte dos presos comuns, enfatizou o apoio que havia entre os encarcerados de sua ala, inclusive entre antigos desafetos ideológicos e políticos. “Lá tá todo mundo na mesma m., entendeu? Há uma solidariedade. Vamos evitar que o velhinho pegue sarna, vamos limpar a cela dele, vamos levar ele para tomar banho. Se contamina uma cela, pode contaminar todas as 32 celas da galeria, com sarna, com pulga. Temos que cuidar para que todo mundo ferva a água”. In: Eu não posso brigar com a cadeia, nem me render; vou ler, estudar e fazer política, diz Dirceu. <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/04/eu-nao-posso-brigar-com-a-cadeia-nem-me-render-vou-ler-estudar-e-fazer-politica-diz-dirceu.shtml>. Consultado a 20/04/2018. Também percebemos a possibilidade de ajuda mútua entre grupos de presos por razões outras, a exemplo de vínculos religiosos (como entre internos evangélicos) e filiação a alguma organização criminosa. O PCC (Primeiro Comando da Capital), facção surgida em 1993 e bastante influente em presídios Brasil afora nos últimos

Embora fuja aos propósitos da presente pesquisa, acreditamos que isso se deve, possivelmente, a fatores como estarem tais presos isolados dos demais internos (no Brasil, os encarcerados com curso superior têm direito à cela especial<sup>95</sup>), serem em número reduzido dentro dos cárceres e não estarem inseridos dentro das vivências dos presos comuns, vivências marcadas pela violência cotidiana entre os criminosos e suas facções ou na relação com os agentes do Estado. Mas tal proximidade não chega ao grau de solidariedade desenvolvida entre os presos políticos, com seus coletivos e regras detalhadas de convivência. Assim, entendemos que não apenas a origem ou condição social, de classe média, explica a solidariedade entre os ativistas encarcerados no IPPS.

A que atribuir, então, essa peculiaridade dos presos políticos? Essas práticas coletivistas não deixavam de ser, pelo menos naquele micro espaço, uma espécie de concretização dos ideais e objetivos que moveram os militantes a pegarem em armas. Acreditamos que tais peculiaridades não podem ser desvinculadas das culturas políticas comunistas dos militantes de esquerda armada.

Serge Berstein<sup>96</sup> enfatizou a importância da cultura política, que possibilitaria aos historiadores melhores respostas para a explicação dos complexos comportamentos políticos no decorrer da História, ainda que não seja a “chave universal”, única, capaz de abrir todas as portas e responder a tudo. O historiador francês ressaltou a cultura política como um conjunto coerente, em que todos os elementos estão vinculados, implicando uma forma de representação do mundo e de identidade dos indivíduos.

Há uma leitura comum do passado histórico, uma projeção do futuro vivido em conjunto, uma visão institucional que se traduz no plano de organização política do Estado, uma concepção de sociedade ideal, um discurso codificado em que o vocabulário usado, as palavras-chave têm significados, os ritos e símbolos denotam um sentido, etc.

---

anos, assiste materialmente a seus membros e até aos familiares destes. <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-45095399>. Consultado a 19/08/2018.

95 Código de Processo Penal, artigo 295, VII. In [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/Del3689.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del3689.htm) Consultado a 20/04/2018.

96 BERSTEIN, Serge. A cultura política. In: RIOUX, Jean-Pierre e SIRINELLI, Jean-François (dir.). *Para uma história cultural*. Lisboa, Editorial Estampa, 1998. pp. 349-363.

A cultura política não é estanque, imóvel. É um fenômeno dinâmico, que muda conforme os contextos históricos, podendo-se perceber seu aparecimento, elaboração e evolução ao longo do tempo. As culturas políticas não nascem ao acaso, mas, sim, como respostas aos grandes problemas e crises vividos pelas sociedades. Como fenômeno móvel, a cultura política está mudando, evoluindo, se enriquecendo com múltiplas contribuições. São contribuições vindas de outras culturas, as ideias surgidas nas novas conjunturas, as respostas para problemas do momento.

A cultura política, ainda segundo Berstein<sup>97</sup>, apresenta dois espectros destacáveis para a História: a evidência de um fenômeno individual, interiorizado pelos indivíduos, e um fenômeno coletivo, partilhado por numerosos grupos. O primeiro ponto, de como a cultura política influencia no comportamento de uma pessoa, apresenta lentidão e complexidade em sua elaboração. Obtida no decurso da formação intelectual e reforçada com os acontecimentos verificados ao longo da existência humana, a cultura política tem aumentada a convicção nela e a sua utilização com chave fundamental para leitura do real. Torna-se, dessa forma, um fenômeno profundamente interiorizado, impermeável mesmo à crítica racional, pois esta, se aceita, seria um questionamento à própria identidade do homem.

Em sua perspectiva coletiva, a cultura política interessa à História por permitir entender um fenômeno compartilhado por grupos inteiros, que reclamam os mesmos princípios e vivem as mesmas experiências. A cultura política permite entender a concepção de geração, ou seja, pessoas que, vivendo numa mesma conjuntura, submetidas às mesmas normas de uma sociedade, tendo feito as mesmas escolhas e enfrentado as mesmas crises, acabam tendo comportamentos solidários defronte novos acontecimentos<sup>98</sup>.

Assim, há culturas políticas peculiares a diversas instituições e grupos, como as dos comunistas, que transcendem as instituições partidárias, mas que, no caso do Brasil, teve no Partido Comunista Brasileiro (PCB) sua grande referência inicial<sup>99</sup>, organização da qual, não por coincidência, vários ativistas da esquerda armada eram tributários, ainda que tivessem com ela rompido ou a criticassem duramente.

---

97 Ibidem.

98 Ibidem.

99 FERREIRA, Jorge. *Prisioneiros do mito*. Niterói: EdUFF; Rio de Janeiro: MAUAD, 2002.

Culturas comunistas, no plural, ressalte-se, pois, se, por um lado, não se deve desprezar as escolhas individuais dos ativistas, por outro, não se pode ignorar as diversidades e particularismos dos contextos históricos e lugares, bem como as práticas da militância e os próprios dinamismos dos processos históricos<sup>100</sup>. A ideia aqui defendida é que elementos da cultura política comunista precisam ser levados em consideração para explicar e entender o convívio, as práticas cotidianas e ações políticas dos militantes da esquerda armada dentro do IPPS.

Conforme Rodrigo Patto Sá Motta<sup>101</sup>, a cultura comunista foi marcada primordialmente pela ideologia política, que não se apresentava apenas como uma visão de mundo, um esquema coletivo de interpretação da realidade. Propunham uma imagem de Estado e de funcionamento da sociedade presente e futura, o que passou a conformar o pensamento, as ações e, no limite, a prática e identidade dos militantes.

Dentre os valores e práticas interiorizados pelos militantes comunistas estava a humildade, a fidelidade e a obediência ao partido (ou à organização, acrescentamos), uma disciplina férrea, o respeito à hierarquia e às normas de conduta, a exaltação dos líderes comunistas; havia a crença na razão, na ciência e no progresso, que tirariam os homens do atraso social e ignorância; havia um vocabulário típico usado em seus discursos (*proletariado, camponeses, camaradas*, entre outros termos) e a crença na abnegação, com sacrifícios pessoais e familiares; enfatizava-se, ao mesmo tempo, o nacionalismo e o internacionalismo – pregava-se o combate ao imperialismo, em geral manifestado como antiamericanismo, e defendiam-se interesses tidos como nacionais. Partilhavam-se símbolos e rituais, como a cor vermelha e a comemoração do Primeiro de Maio, e exaltavam-se o universalismo, o laicismo e o igualitarismo, valorizando a educação como vetor capaz de disseminar valores de uma nova sociedade. Enfim, havia a aposta de um novo homem, dotado de uma nova (e rígida) moralidade, que enfatizava a socialização dos bens materiais e o coletivismo como o melhor para a sociedade.

---

100 MOTTA, Rodrigo Patto Sá. A cultura política comunista: alguns apontamentos. In: \_\_\_\_\_; NAPOLITIANO, Marcos; CZAJKA, Rodrigo. *Comunistas brasileiros: cultura política e produção cultural*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2013, p. 22 e seguintes.

101 Ibidem.

Dessa maneira, a solidariedade entre os presos políticos e as orientações do coletivo, que gerenciava as condutas (o modelo a ser seguido por todos), que dividia os mantimentos, que organizava o trabalho, que administrava os bens e representava os encarcerados perante a direção institucional do IPPS, etc., pareciam a materialização dos ideais daquele novo homem, conforme elementos culturais comunistas.

Era uma experiência concretizada, ironicamente, pela cadeia, onde os ativistas estavam trancafiados, mas em convívio, após a derrota da luta armada e do projeto de implantar o socialismo ou um governo popular. A cultura política comunista, portanto, tem destaque para compreender as relações coletivistas e solidárias peculiares dos presos políticos nas brechas que abriam nas estruturas prisionais da ditadura.

### 1.5 A GREVE DE FOME DE 1974

Não é realístico, entretanto, idealizar como perfeita a convivência dos militantes da esquerda armada no IPPS. Pelos depoimentos aos quais tivemos acessos, percebemos que não deixaram de acontecer divergências e embates entre os internos, denotando as dificuldades, pois, na (re)construção das identidades e dos projetos políticos dos ativistas. Essas discordâncias podiam ter variadas causas, como as tensões de convivência cotidiana por um longo período dentro de um mesmo ambiente; ou as disputas políticas trazidas ainda da fase da luta armada entre as organizações revolucionárias; ou ainda as discordâncias acerca das construções dos novos projetos políticos ou das posições políticas dos ativistas nos cárceres.

Divergências sucediam-se acerca da natureza do próprio coletivo. Deveria ser este prioritariamente um órgão de representação dos presos, para a organização da rotina e melhoria das condições carcerárias? Ou seria um órgão de atuação política, entenda-se, de combate e denúncia da ditadura e reorganização da militância em prol de um projeto revolucionário e, nos primeiros anos, da continuação da luta armada? Diz Mário Albuquerque:

A luta pelas melhorias carcerárias não era uma questão fácil dentro do presídio, não só aqui, mas em outros presídios do Brasil. Para muita gente, melhorar as condições seria aceitar a condição de preso. “Você quer tornar a cadeia melhor, que ser mesmo preso, quer continuar como preso?”<sup>102</sup>.

---

102 Entrevista com o ex-militante do PCBR, Mário Albuquerque, a 14 de abril de 2016.

Não que as duas concepções não pudessem ser contempladas ao mesmo tempo – pelo que percebemos, o foram o tempo todo, havendo, sim, uma maior ou menor ênfase de um dos aspectos ao longo dos anos. Nos primeiros tempos dos ativistas no IPPS, o foco esteve no aspecto político, até mesmo pela recente frustração com a derrota da luta armada e os sonhos de muitos dos presos de fugirem, serem libertos, etc. para continuarem a guerrilha. Era necessário enfatizar a luta política dentro da cadeia, deixar claro aos algozes que a revolução não acabara. Havia grande desconfiança quanto à direção do presídio, temor de que os presos fossem levados para aparelhos de tortura e eliminados. Por outro lado, o IPPS apresentava-se, nesses primeiros anos, por demais rígido quanto às regras carcerárias a serem aplicadas aos “subversivos”, na intenção de dominá-los, quebrar qualquer resistência e implementar os objetivos do presídio e da ditadura. O capítulo 4 deste livro abordará em detalhes as relações entre a direção institucional do presídio e os presos políticos. Aqui interessa observarmos como as divergências sobre natureza do coletivo influenciaram nas relações entre os presos e nas reconstruções de suas identidades e projetos políticos.

Alguns militantes não enxergavam a prisão como um local ideal para realizar o enfrentamento aberto da ditadura a contento. As motivações para tanto variavam. Alguns estavam questionando a luta armada já nos primeiros anos da década de 1970. Outros até acreditavam ainda na guerrilha, mas estavam cansados da luta, marcados que foram pelas torturas ou pela frustração do fracasso imediato da revolução.

Alguns outros não desejavam mais a militância em nenhuma organização política. E existiam aqueles que, sendo adeptos ou não da tática armada ou de organizações revolucionárias, haviam sido condenados a penas curtas ou esperavam julgamento para breve. Nestes casos, um maior atrito com a direção institucional do IPPS poderia lhes trazer problemas na Justiça Militar. Quaisquer que fossem as motivações, esse grupo de ativistas entendia que aquele deveria ser um momento de recuo, de cumprir a pena e sair o mais breve da prisão, tornar a passagem ali o “melhor possível”, não criar atritos com a direção, não gerar fatores que levassem à punição e ao prolongamento do encarceramento. Célio Miranda, condenado a um ano de reclusão, afirmou em

seu depoimento: “Quando eu cheguei lá [no IPPS], eu talvez era o único do PCBR que não me considerava mais do Partido, não queria mais a luta armada. Eu queria cumprir a pena e voltar pra minha vida”<sup>103</sup>.

Outros ativistas, fossem por opção eminentemente pessoal ou partidária, continuavam a endossar a ação política do coletivo, priorizando o enfrentamento da ditadura na prisão e o projeto armado revolucionário. Pelo que auferimos com os entrevistados, era grande a influência do PCdoB entre os presos políticos do IPPS.

Inicialmente, os militantes da ALN eram maioria no Pavilhão Sete, detidos que foram no começo dos anos 1970 com o caso de São Benedito. Depois, ao que parece, a partir de 1973, o PCdoB passou a deter a maioria do coletivo. Isso porque se deu naquele ano uma forte repressão sobre os membros do partido Brasil afora, inclusive em Fortaleza, no contexto do combate à guerrilha do Araguaia.

A ALN e o PCBR haviam sido totalmente desbaratados, sumindo do firmamento político das esquerdas; o PCdoB, não. O Partido Comunista do Brasil, ainda que enfraquecido, apresentava uma melhor estruturação, com uma cúpula dirigente e filiados.

Os presos faziam “política 24 horas por dia”, como disse Jacob Gorender<sup>104</sup>, em referência ao tempo que ficou encarcerado no presídio Tiradentes, em São Paulo. Os militantes vinculados a um partido dentro do IPPS, de certa maneira, continuavam clandestinos ou entravam em outra clandestinidade, visto que muitos deles estavam ali encarcerados sob a acusação de terem participado de organização política ilegal, conforme a legislação da ditadura<sup>105</sup>.

Dessa maneira, não surpreende que aqueles presos que ainda acreditavam na luta armada, defendendo uma atuação mais política do coletivo, tenham tido contatos ou pertencessem ao PCdoB. Ativistas falaram mesmo da possibilidade de fuga, como afirmou o ex-militante da ALN, Fabiani Cunha, para ajudar na guerrilha do Araguaia.

Nós tínhamos um plano de fuga para sair do IPPS e ir reforçar a guerrilha do Araguaia. Eu falei para o Rogério [Lustosa, militante do PCdoB, também detido na prisão] que ia retirar o pessoal dali, mas que queria um lugar segundo para manter todos depois. O PCdoB deveria

---

103 Entrevista com o ex-militante do PCBR, Célio Miranda, a 8 de julho de 2016.

104 GORENDER, Jacob. Op. Cit., p. 251.

105 FARIA, Catia. Op. Cit.

receber o pessoal e levar com segurança até o Araguaia. Aí ele consultou o partido, que disse que não tinha condições de proteger o pessoal. Ficava clara ali a estrutura frágil da guerrilha. Se eu tivesse ido, tinha morrido<sup>106</sup>.

Outro ex-presos, José Machado, após cumprir sua pena no IPPS, foi sondado para libertar um dirigente do PCdoB no presídio:

Depois de liberto, eu fui ao IPPS uma vez, acho que em 1973, porque tinha uma missão, avisar que ia ter um resgate, mas não deu certo, o cara que ia ser libertado abriu o bico para um carcereiro e o carcereiro entregou tudo, e não deu certo. Era um figurão, de AP [Ação Popular] e PCdoB, Manuel Conceição, negro, líder dos camponeses no Maranhão. A ação não deu certo, o pessoal da AP morreu antes. Tinha até helicóptero<sup>107</sup>.

O referido Manoel da Conceição foi um dos principais líderes do Movimento Sindical Rural de Pindaré-Mirim, no Maranhão. Fundado em 1963, o movimento chegou a envolver cerca de 50 mil posseiros, em reação contra expulsões violentas de lavradores e posseiros do campo, a mando de latifundiários, fazendeiros e grileiros, muitas vezes com o aval da polícia e do governo. Com o golpe de 1964, a sede do sindicato foi ocupada pelo exército e mais de 200 lideranças acabaram presas. O sindicato, depois, continuou a fazer ações esporádicas, havendo apoio da Ação Popular (AP), grupo vinculado à esquerda católica, que, posteriormente, aproximou-se do Partido Comunista do Brasil (PCdoB)<sup>108</sup>. Num dos confrontos com a polícia, Manoel da Conceição foi ferido, o que levou à amputação de uma das pernas – passou a usar uma perna mecânica.

Voltou à militância no meio rural. Em 1972, foi novamente preso, em meio a intensa repressão e desbaratamento do movimento sindical de Pindaré-Mirim. Conceição acabou levado para o Rio de Janeiro ainda em 1972, sendo torturado em quartéis do exército e da marinha. Após meses de suplício, foi enviado para Fortaleza, onde seria condenado a três anos de prisão pela Auditoria Militar, cumprindo pena no IPPS. Em 1975, liberto, deslocou-se para São Paulo com apoio da Igreja

---

106 Entrevista com o ex-militante da ALN, Fabiani Cunha, a 28 de março de 2017.

107 Entrevista com o ex-militante da ALN e PCBR, José Machado, a 4 de agosto de 2016.

108 RIDENTI, Marcelo. Ação Popular: cristianismo e marxismo. In: \_\_\_\_\_; AA-RÃO REIS, Daniel (Orgs.). *História do marxismo no Brasil*, 5. Campinas: Editora da Unicamp, 2002.

Católica e, ante novas ameaças e agressões dos órgãos de repressão, exilou-se na Suíça<sup>109</sup>.

A divergência acerca da natureza do coletivo do IPPS trouxe sério problema de convivência para os internos em 1974, quando de uma greve de fome, a primeira feita pelos presos políticos do presídio. Um grupo de ativistas se recusou a aderir ao movimento. Talvez em virtude da polêmica do assunto, entenda-se, a exposição de uma fratura dentro do coletivo, indo, pois, contra a memória construída dos presos unidos no presídio, alguns dos entrevistados abordaram rapidamente o tema e não explicaram exatamente o porquê de parte dos militantes não terem participado da greve.

Outros, de forma aparentemente desconfortável, até falaram do movimento, mas enfatizando que todos os presos aderiram à greve ou que não lembravam se alguns dos ativistas deixaram de participar ou que não sabiam as razões para a não adesão de uma parte dos encarcerados. Pode ser que, de fato, apresentassem dúvidas (afinal, faz mais de 40 anos do incidente), mas estranha-se que um episódio como este, tão importante – a primeira greve de fome – tenha caído no esquecimento.

Olhando as várias pastas da Associação 64-68, entidade que congrega ex-presos políticos cearenses<sup>110</sup>, encontramos um relatório do SNI (Serviço Nacional de Informação), agência de Fortaleza, sobre a greve de fome dos presos políticos, datado de 4 de junho de 1974<sup>111</sup>. O relatório, com carimbo de confidencial, informava o eventual motivo da greve de fome, um atrito, acontecido a 27 de maio de 1974, entre o velho militante de origem portuguesa, José Duarte, ligado ao PCdoB, e o chefe da guarda penitenciária, José Marcílio de Farias.

O guarda, conforme o documento, estava cumprindo suas obrigações, ou seja, sendo rigoroso quanto aos horários dos intervalos para

109 Relatório da Comissão Nacional da Verdade. [www.cartacapital.com.br/.../comissao-da-verdade.../relatorio.../Relatorio\\_Final\\_CNV\\_VolumeII](http://www.cartacapital.com.br/.../comissao-da-verdade.../relatorio.../Relatorio_Final_CNV_VolumeII). Consultado a 27/02/2017.

110 A Associação Anistia 64/68 foi criada em 2000, funcionando como espaço para reunir e defender os interesses dos ex-presos políticos. Um de seus principais interlocutores é Mário Albuquerque, por vários anos presidente da instituição. A Associação coleta documentos sobre os militantes de esquerda alvos da ditadura e promove eventos públicos. Vide GONÇALVES, Danyelly Nelin. *O Preço do passado: anistia e reparações de perseguidos políticos no Brasil*. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

111 Relatório do Serviço Nacional de Informações, datado de 4 de junho de 1974. Acervo da Associação 64-68.

banhos de sol, funcionamentos de televisores e proibições de contatos e conversas entre os presos políticos das ruas. Duarte buscara falar com um dos presos da galeria vizinha, sendo advertido pelo guarda. O integrante do PCdoB teria, então, dito palavrões e ameaçado Farias: “fora do presídio alguém tomaria providências a meu favor”, informou o relatório.

Em consequência, José Duarte foi recolhido à sua cela, sendo mantido trancafiado e incomunicável (naquele período, normalmente as celas eram abertas pela manhã, podendo os presos circular dentro das galerias). O ex-militante da ALN Fabiani Cunha conta outra versão para o atrito entre Duarte e o guarda:

Na época, nós estávamos em galerias separadas, porque o pessoal do PCdoB tava caindo e foram colocados em outra rua. A gente era proibido de se comunicar, os presos de uma galeria com a outra. Nessa outra galeria, estava o [José] Duarte, o Manuel da Conceição, o Dower [Cavalcante], uns poucos, gente do PCdoB. E o Duarte, na época, tinha setenta e tantos anos, era bastante idoso e tinha problema de coração. Os remédios dele tinham esgotado. Mas a gente, de nossa galeria, tinha esse remédio dele em nossa farmacinha coletiva e ia pegar para ele. Quando o Gondim [Neto] em nossa galeria estava nesse diálogo no portão sobre o remédio, o guardinha lá flagrou os dois conversando. Aí criou a confusão. Trancaram o Duarte. Aí a gente disse que só ia aceitar receber qualquer refeição quando vocês [funcionários] abrirem esse negócio [cela] e soltarem o Duarte. Aí começou a greve de fome em solidariedade ao Duarte e todos os presos políticos apoiaram<sup>112</sup>.

Papito de Oliveira<sup>113</sup>, em seu livro sobre a comissão cearense de Anistia, no trecho dedicado a José Duarte, não cita o atrito deste com o guarda, apresentando outra versão para a greve, uma revolta dos presos contra a proibição do acesso a jornais e livros e os rigores nas revistas às pessoas que os visitavam no presídio. Papito de Oliveira igualmente não aborda a falta de adesão de alguns presos ao movimento. William Montenegro ratificou a informação sobre as reivindicações no seu depoimento:

Fizemos uma greve de fome sobre essa questão das visitas, da carteirinha. Passamos, acho, nove dias em greve de

---

112 Entrevista com o ex-militante da ALN, Fabiani Cunha, a 28 de março de 2017.

113 OLIVEIRA, Papito (Org.). Op. Cit.

fome, gente foi para o hospital. Mas nós conseguimos. Era muito constrangedor, as mulheres tinham que agachar, ficar nuas, às vezes, era uma situação horrível<sup>114</sup>.

A questão do atrito entre o guarda e José Duarte desencadeou a greve de fome, conforme o relatório do SNI, mas não teria sido a causa única. Constituiu-se possivelmente um estopim, pois os presos políticos apresentavam outras reivindicações e reclamações. Afirmou Fabiani Cunha: “nós nos solidarizamos ao Duarte, porque havia outras questões pendentes, como a humilhação às famílias na entrada das visitas, etc.”.

Ou seja, os militantes da esquerda armada aproveitaram a greve de fome para intensificar a atuação política do coletivo, desafiando o autoritarismo do presídio e da ditadura, numa postura eminentemente política, e buscaram melhorias das condições dentro dos cárceres. Enfatizaram o político no objetivo de melhorar as estruturas prisionais e resolver problemas do cotidiano.

Conforme o citado relatório do SNI, 13 dos 17 presos declararam-se em greve de fome, exigindo a revogação da punição a Duarte, chamada de *prisão celular*. O relatório diz que a Auditoria da 10ª Circunscrição Militar deu apoio ao diretor do IPPS, na intenção de manter a disciplina no presídio.

Os presos em greve de fome receberam a mesma punição de Duarte, ou seja, foram trancafiados em suas celas. Outro relatório do SNI, de 31 de maio de 1974<sup>115</sup>, diz que a greve tinha como líderes, José Duarte, na rua E, e Waldemar Rodrigues Menezes e Fabiani Cunha, na rua H, estes dois últimos ligados à extinta ALN<sup>116</sup>.

Dos quatro presos políticos que não endossaram a greve de fome, um, Jonas Daniel, aguardava julgamento; outro, José Bento, estava na iminência de concluir a pena, sendo solto no ano seguinte; um terceiro,

---

114 Entrevista com o ex-militante da ALN, Wiliam Montenegro, a 24 de setembro de 2016.

115 Relatório do Serviço Nacional de Informações, datado de 31 de maio de 1974. Acervo da Associação 64-68.

116 Na rua “E”, estavam presos: José Duarte, Dower Cavalcante, Manuel da Conceição, José Leite e Jonas Daniel (que não aderiu à greve de fome). Na rua “H”: José Jerônimo, Fabiani Cunha, Waldemar Menezes, Swami Cunha, Waldemar Arrais, William Montenegro, João Godim, Elias Nazário, Rogério Lustosa, além de José Bento, José Ferreira e José Sales, que não participaram da greve. Relatório do Serviço Nacional de Informações, datado de 31 de maio de 1974. Acervo da Associação 64-68.

de estado de saúde frágil, José Ferreira, aguardava recurso judicial e também foi liberto em 1975, absolvido das acusações; apenas o quarto preso político, José Sales, tinha recebido uma condenação mais longa, mas constituía-se um dos que apresentava ressalvas dentro do coletivo, acusado de “ter falado demais” quando da prisão<sup>117</sup>. Percebe-se que os três primeiros talvez não quisessem criar atritos com a Justiça Militar por estarem na iminência de deixarem o presídio. O quarto talvez agisse em retaliação a eventuais restrições que sofria por parte dos demais presos.

O relatório do SNI informa ainda o esforço das autoridades para evitar que o assunto vazasse para a imprensa. Naquele momento, não interessava à ditadura divulgar a existência de guerrilheiros e de luta armada (como ocorria no Araguaia), para evitar efeitos propagandísticos e não endossar as denúncias de torturas, assassinatos e violações de direitos humanos que circulavam no Brasil e no exterior<sup>118</sup>.

Conforme Papito de Oliveira<sup>119</sup>, a greve duraria 10 dias (os entrevistados falaram em nove e onze dias), chegando ao fim graças à intermediação da Cúria Metropolitana de Fortaleza, então sob o comando do cardeal Dom Aloísio Lorscheider. As reivindicações dos presos foram atendidas. Dom Aloísio Lorscheider, conforme o depoimento de nossos entrevistados, foi lembrado várias vezes por apoiar as ações dos presos políticos do IPPS.

A gente recebeu visita do bispo Dom Aloísio, de um outro bispo que não lembro o nome. Aí ele disse, “Fabiani, essa greve aí [de fome] eu não concordo, não”. Aí eu baixei o português e disse, olha, tem um ditado popular, que diz que quem muito se abaixa, o fundo aparece. Foi minha resposta. As nossas famílias estão sendo humilhadas nas visitas. Tem isso, isso e isso assim. A gente elencou os motivos da crise. Eu sei que essa primeira foi a pior das nossas greves de fome. A gente só tomava água. Não tinha aquele negócio de água com açúcar, não. Quem era gordo ficou magro, quem era magro ficou esquelético. Nós ficamos numa situação muito crítica nesses onze dias de greve<sup>120</sup>.

---

117 OLIVEIRA, Papito (Org.). Op. Cit.

118 TELES, Janaína de Almeida. Op. Cit.

119 Ibidem, p. 86

120 Entrevista com o ex-militante da ALN, Fabiani Cunha, a 28 de março de 2017.

O êxito da paralisação possivelmente favoreceu a posição daqueles que defendiam um coletivo privilegiando as ações políticas, em virtude do enfrentamento aberto com a direção do presídio, pois, através da greve, não apenas se afrontou a ditadura como se obtiveram algumas melhorias dentro da estrutura carcerária.

O episódio, entretanto, deixou rugas, uma certa divisão, por algum tempo, entre os ativistas. Os que não aderiram à greve passaram a sofrer restrições por parte dos outros militantes. Acabaram mesmo colocados em outra rua, no primeiro andar do Pavilhão Sete, onde foram postos também um ou outro dos novos presos, recém-chegados com as quedas do PCdoB e PCB.

Surgiram, assim, três galerias de presos políticos, com o grupo dissidente formando uma espécie de mini-coletivo autônomo, por certo período. Posteriormente, na segunda metade dos anos 1970, quando a divergência foi aplainada e vários ativistas passaram a deixar o presídio após o cumprimento das penas, os presos políticos voltaram a ficar numa única rua do Pavilhão Sete, havendo a reunificação do coletivo.

A divisão dos militantes políticos, desgastante tanto para as relações internas entre os encarcerados, como perante o corpo de funcionários do presídio, foi explorada pela direção institucional, que deliberadamente passou a atender aos grupos de forma diferente. Os presos que chegaram ao IPPS depois da divisão tiveram que escolher em que ruas desejavam permanecer, denotando já um posicionamento perante os grupos que se antagonizaram:

Quando eu vim de Itamaracá [em 1975], eu já sabia da divisão dos presos políticos em três galerias. Eles [membros da direção do presídio] me prepararam uma armadilha, para eu escolher em que coletivo ficaria e assim me indispor com os outros [presos]. Dito e feito. “Para onde você quer ir?”, perguntaram. Aí eu disse, eu vou para onde vocês determinarem, eu não vou escolher. Vocês que determinam. E aí me mandaram para esse grupo dissidente da greve, que era um grupo que estava meio estigmatizado. Dentro do ideário da esquerda, pessoas que não participam desse tipo de movimento são logo recriminadas moralmente, são vacilantes, covardes, etc.<sup>121</sup>.

---

121 Entrevista com o ex-militante do PCB, Mário Albuquerque, a 14 de abril de 2016.

Mas não apenas divergências acerca da natureza do coletivo levaram a conflitos no IPPS. Estar dentro de um presídio, como disse um dos entrevistados, é viver um “casamento forçado”, ainda que as celas fossem individuais e posteriormente ficassem abertas o dia todo, com os presos podendo circular pelos corredores. As diferenças de personalidade, a rotina e os problemas do dia-a-dia levavam a atritos. Nesses casos, com o coletivo estabelecendo a conduta ideal para todos, também cabia-lhe encontrar as soluções e contornar os problemas.

Denotava-se mais um elemento típico das esquerdas, o denominado centralismo democrático. Havendo um atrito, o coletivo se reunia e após longos e intensos debates entre os presos políticos, buscava-se chegar a um acordo. Em algumas ocasiões, porém, acabou se impondo uma decisão conforme a vontade da maioria, um “acordo” ao qual todos deveriam submeter-se. Não obstante, nem sempre havia a adesão dos presos às determinações do coletivo.

As decisões poderiam ser questionadas e desafiadas, gerando mais indisposições. E muitas vezes a solução do problema não escapava às divergências políticas das organizações, que embora no além muros do presídio estivessem extintas ou enfraquecidas, persistiam no interior do IPPS, influenciando relações entre presos e decisões do coletivo. José Machado conta um caso exemplar:

O coletivo resolvia os problemas pessoais que surgiam nas relações, que não eram poucas. Reunia todo mundo e colocava em discussão. (...) Eu tive um problema com um cara lá. Estavam escalados esse cara e um outro para a cozinha. Para fazer a comida, era preciso começar a uma hora, tinha hora fixa. Esse cara tava dormindo e decidiu não ir. O companheiro foi tentar acordar cinco vezes e o cara disse que não ia. Aí faltando 15 minutos, ele foi. Então eu fui lá na cozinha e disse “ei, seu fie de uma égua, por que tu não veio? Não sabe que tem horário? Como tu faz uma putaria dessas?”. Aí ele tava com uma faquinha e deu a entender que ia me furar. Aí eu dei uma porrada nos peitos deles e bateu a cabeça na parede. Aí houve uma reunião do coletivo para discutir isso. Como a maioria era da organização dele, o coletivo votou a favor dele. Era como um time de futebol, se você torce pelo Ceará [Sporting Club], pode dar a maior cagada, mas vai defender o Ceará<sup>122</sup>.

---

122 Entrevista com o ex-militante da ALN e PCBR, José Machado, a 4 de agosto de 2016.

Outro elemento exógeno que repercutia nas relações dos presos políticos do IPPS era o resquício de certa hierarquização vinda dos agrupamentos revolucionários e uma tendência a prevalecer a vontade dos líderes e daqueles que haviam realizado ações armadas. Os ativistas que efetivamente pegaram em armas apresentavam mais prestígio em relação aos militantes de apoio e proselitismo político das organizações. Não surpreende, pois, que, por seu prestígio, aqueles exercessem a liderança dentro do IPPS. Era como se fossem uma elite da esquerda armada, detentora de mais prestígio e honra. O mesmo José Machado confessou: “Predominava a hipocrisia, na prática tava todo mundo desbundado, mas tinha cara que se vangloriava, eu sou revolucionário, não sei o que mais, participei de tal ação, ação ‘a’, ação ‘b’”<sup>123</sup>.

Outras vezes, o coletivo tinha que resolver questões de convivência mais graves, como aquelas ligadas a quem delatou ou entregou os nomes dos companheiros à repressão. Este era um grande tabu para as esquerdas – os que falaram algo comprometedor, ainda que sob torturas, eram execrados. Agora, delatores e delatados estavam no mesmo ambiente.

Era uma situação delicada, que influía no modo como os ativistas se tratavam e se encaravam. A postura nesses casos não era unânime entre os internos. Havia militantes que evitavam maiores contatos com os acusados de delação, inclusive boicotando-os. Estes não eram dignos de confiança e tinham contribuído para o insucesso da luta revolucionária.

O que havia era o seguinte, teve companheiros que a gente tinha uma certa precaução no comportamento deles na polícia. Então, a gente tinha um preconceito contra esses companheiros. Não que ele pudesse delatar algo para a direção, mas porque a gente achava que ele tinha tido um comportamento de fraqueza, falara demais...<sup>124</sup>.

Tão delicada a situação, sobremaneira nos primeiros tempos, que presos políticos acusados de terem “falado muito” foram isolados fisicamente dos demais militantes, postos em outras áreas do presídio ou mesmo em outras instituições prisionais. Vale assinalar que alguns dos entrevistados negaram que tal situação tivesse acontecido, embora

---

123 Entrevista com o ex-militante da ALN e PCBR, José Machado, a 4 de agosto de 2016.

124 Entrevista com o ex-militante da ALN, Wiliam Montenegro, a 24 de setembro de 2016.

tenhamos colhido informações confirmando o sucedido. Tais militantes sofreram, então, dupla opressão, da ditadura e dos próprios ex-companheiros de armas.

Segundo entrevistados<sup>125</sup>, um dos jovens militantes, então com 16 anos de idade, acusado de ter levado à queda de companheiros do PCBR, foi posto junto com os presos comuns do IPPS. Ali foi acolhido e protegido por um outro interno, homossexual. Sofreu mais uma discriminação, visto que os militantes de esquerda, como boa parte da sociedade, nutriam forte preconceito contra gays. O jovem teria virado motivo de chacotas em virtude da proximidade com a “bicha”. Outros ativistas, a exemplo de um militante da ALN, acusado de traidor em virtude de sua postura “fraca” após as prisões motivadas pelo Caso de São Benedito, seriam transferidos e cumpririam pena no Quartel do Corpo de Bombeiros, no centro de Fortaleza, para garantia da integridade física.

Outros presos políticos, entretanto, por uma questão humanitária e sabendo dos desafios cotidianos de estar num presídio, buscavam maior aproximação com os acusados de delação, temendo que o estado psicológico dos mesmos os levasse a situações extremas e tornasse ainda mais delicada a convivência dentro do coletivo. Mas era uma aproximação até certo ponto, por se temer que os eventuais delatores caíssem de novo em “fraqueza” e levassem à prisão de outras pessoas ainda livres ou que estavam sendo processadas.

(...) Uma parte do grupo pediu para que algumas pessoas se afastassem, devido à alegação que determinados companheiros tinha (sic) tido fragilidade durante o processo de interrogatório e teria declinado o nome do pessoal do grupo que eles pertenciam. (...) Mas procurava-se preservar a participação desses companheiros no sentido humanitário, que eles tinham que participar, porque havia coisas comuns a todos, como a gestão dos alimentos, a limpeza das celas, uma série de ações do coletivo que a gente fazia, pelo aspecto humano, mesmo esses companheiros tendo essas acusações, eles participavam. Mas quando chegava a questão de estudos políticos, conversas políticas do grupo, sobre a realidade, questão de seguranças do partido, sobre companheiros que ainda estavam soltos e que poderiam ser presos,

---

125 Entrevista com o ex-militante da ALN e PCBR, José Machado, a 4 de agosto de 2016. Entrevista com o ex-militante do PCBR, Mário Albuquerque, a 14 de abril de 2016.

essas pessoas que tinham fraquejado, essas pessoas eram isoladas, não se discutia com ela, não. Elas não tinham confiança do grupo<sup>126</sup>.

Se restrições aos presos políticos que haviam delatado algo persistiram durante os tempos de prisão, nas reconstruções conciliatórias das memórias, os militantes passaram a refletir e a ter maior sensibilidade acerca das dificuldades de ficar em silêncio ante as brutalidades empregadas pelos agentes da repressão.

Eu depois passei a ser um dos defensores de uns desses casos, como no [X]. Ele foi preso e torturado da maneira mais bárbara possível. (...) Então, perguntei para ele: “[X], por que você falou”? Aí ele olhou pra mim e disse: “é, Fabiani, depois que você sente um pau entrando em você...”. Eu disse: “um pau, [X]?”. Ele: “Foi um pau. Quem tá fora é muito bom, mas quem vive isso...”. Na verdade, depois descobrimos que havia sido uma banana de dinamite. Colocaram ele no pau de arara e introduziram a dinamite no... Eles tinham pegue essa dinamite da própria ALN, que tinha tentado estourar um prédio e não tinha dado certo. Chegaram a colocar dinamites num jumento, na frente do [X], explodindo o bicho para meter medo nele. Ameaçaram fazer com ele o que fizeram com o jumento. Aí não tem como não falar, né? Eu entendi. Ele me pediu perdão. Eu confesso, eu não tinha era ânimo para me aproximar mais dele, mas eu entendi. Vamos com calma, vamos ver a história dele. Ele ficou com sequelas físicas e psicológicas terríveis, sangramentos pelo ânus. Um trapo humano. Praticamente se suicidou depois, teria ido tomar banho no mar e se afogou<sup>127</sup>.

Tal fala leva-nos a pensar, conforme faz Pilar Calveiro<sup>128</sup> acerca da diversidade de condutas nas prisões argentinas da ditadura, como se pode questionar as noções reducionistas de colaborador, traidor e herói dentro das experiências da esquerda brasileira na luta armada e nos presídios. São termos insuficientes, por vezes distorcidos e incompletos, para entender fenômenos complexos e imprecisos.

Por trás de posturas idealizadas, condutas de aço, esquece-se a possibilidade da fragilidade humana em cenário de dor, opressão e arbítrio. É uma trama em que posições e atitudes se concluem em com-

---

126 Entrevista com o ex-militante do PCBR, Célio Miranda, a 8 de julho de 2016.

127 Entrevista com o ex-militante da ALN, Fabiani Cunha, a 28 de março de 2017.

128 CALVEIRO, Pilar. *Poder e desaparecimento: os campos de concentração na Argentina*. São Paulo: Boitempo, 2013.

plexas teias de relações. O companheiro que delatou e agora estava no IPPS tinha sua dolorosa experiência atrás das grades lembrada e condenada por seus colegas, que chegaram a boicotá-lo. O militante que teve amigos caídos, torturados e mortos porque um companheiro os delatou, acabava por provocar o desamparo e a dor (se não física, mas psicológica possivelmente) de um outro preso político. Parafrazeando Pilar Calveiro, no IPPS, ninguém pode atribuir a si mesmo a inocência pura, nem a culpa absoluta<sup>1</sup>.

---

<sup>1</sup> Ibidem, p. 120.

# CAPÍTULO 2

## A ARTE DO INVENTAR

“Cada sentença um motivo, uma história de lágrima, sangue, vidas e glórias, abandono, miséria, ódio, sofrimento, desprezo, desilusão, ação do tempo. Misture bem essa química. Pronto: eis um novo detento”.

*Diário de um detento–Racionais Mc’s*

Após negociações e alguns adiamentos e imprevistos (como questões burocráticas e fortes chuvas), finalmente aconteceu. Na manhã de 28 de março de 2017, conseguimos visitar o Instituto Penal Paulo Sarasate (IPPS). Às margens da BR-116, no hoje município de Itaitinga, o presídio é um colosso cinza. Impossível não notá-lo à margem da rodovia. O percurso de carro entre Fortaleza e Itaitinga durou aproximadamente 45 minutos. Na entrada do presídio, uma portaria, com uma espécie de cancela e cones, e policiais fortemente armados. Para a “visita”, iam no carro este autor, a professora e fotógrafa Danielle Rodrigues e os ex-presos políticos Mário Albuquerque e Fabiani Cunha.

Após a identificação na portaria e a confirmação da “visita” por rádio-comunicador com um funcionário da administração de nome Leonardo, adentramos a gigantesca construção. Entre a cancela e o presídio propriamente dito, um percurso de mais de um quilômetro, numa estrada cercada por terrenos de aspectos pantanosos – as visitas tinham que fazer esse percurso a pé quando o presídio estava na ativa, não raro, sob o tórrido sol do Ceará a pino.

Após este percurso, outra portaria, também tendo homens com armas à mostra. Ali era o denominado “bico da coruja”, com algumas celas isoladas, para punição de presos indisciplinados. Após nova identificação e comunicação com a administração, seguimos de carro por cerca de 200 metros. Enfim, atingimos a recepção do Paulo Sarasate, localizada ao lado do que é chamado de “selva de pedra”, um anexo ao presídio propriamente dito.

Desativado em 2013, o complexo do IPPS apresentava em 2017 apenas a “selva de pedra” sendo utilizada. Era quase como “um presídio dentro do presídio”. Consiste na antiga ala de segurança máxima, inaugurada em 1997. Ali eram postos os criminosos tidos como mais

perigosos (chefes de quadrilhas, pistoleiros, grandes traficantes de drogas, etc.) – o nome vem de blocos de pedra na parede do ambiente<sup>2</sup>. Na época desta pesquisa, a “selva” sediava um centro de triagem, local de prisão provisória, onde os presos do sistema carcerário eram registrados – informavam idade, local de nascimento, a facção criminosa a qual pertencem, etc. – e permaneciam algum tempo enquanto aguardavam vaga e determinação administrativa no objetivo de serem deslocados para outros presídios da região metropolitana de Fortaleza. Chegamos a ver alguns deles, distantes, enquanto caminhávamos pelas dependências do IPPS. Todos aparentemente jovens, na maioria negros e mestiços, de calção, sem camisa. Cabisbaixos, mãos na cabeça, sentados num corredor cercados por policiais, enquanto um funcionário preenchia papéis numa prancheta.

Depois de uma breve recepção por Leonardo e outros funcionários da administração, entramos no presídio. Após percorrer um corredor, pesadas grades foram abertas para nossa ida aos blocos sete e oito. O aspecto de abandono do IPPS era notório. Muito mato alto – marimbondos nos recepcionaram no corredor – e poças d’água – todos fomos de camisas de manga longa, alertados sobre o risco de contágios por doenças como dengue e chikungunya.

O governo iniciara reformas em algumas celas, segundo nos disse Leonardo, para tentar reativar um dos pavilhões, mas foi proibido por decisão judicial, visto que a estrutura do prédio estava comprometida. De fato, havia restos de areia, brita e cimento e partes das paredes estavam rebocadas e pintadas. O mesmo funcionário informou também que, com a proibição judicial, o governo cearense pretende instalar ali um centro de treinamento para agentes penitenciários, o que vem sendo adiado em virtude das dificuldades financeiras do Estado.

Como o presídio sofrera mudanças em suas estruturas físicas ao longo das décadas, Mário Albuquerque e Fabiani Cunha buscavam identificar o que restava de sua época ou os espaços que lhes eram importantes: o local da horta, dos banhos de sol, da biblioteca, da sala do dentista, do auditório... Por vezes, discordavam ou tinham dúvidas, argumentando ou apelando um para outro na intenção de saber os “locais verdadeiros”.

---

2 NERES, Gabriela. *IPPS: memórias encarceradas*. 2015. 184f. Monografia (Graduação em Comunicação Social) – Faculdade 7 de Setembro, Fortaleza, 2015.

No Pavilhão Sete (P7), subimos ao segundo andar e, apesar das reformas acontecidas, inspecionamos as duas ruas onde os presos políticos ficaram detidos. Os nossos entrevistados mostraram as celas, cubículos pequenos, com paredes expostas ao sol, o que fazia aumentar a temperatura e o incômodo dos que estiveram ali encarcerados. E as memórias foram “voltando”, por vezes contraditórias.



*Imagem 1: em cima, a foto da esquerda traz o percurso entre a portaria e o presídio propriamente, cuja frente é mostrada à direita. Embaixo, o corredor de acesso aos pavilhões 7 e 8. Fotos de Danielle Rodrigues.*

As reações variavam, indo do silêncio, passando por explicações detalhadas a momentos de emoção e chegando até a certo saudosismo. E nesse processo, várias informações foram sendo passadas, detalhes sobre cozinha, biblioteca, discoteca, horta, futebol, as frustrações, os medos, a violência, os sonhos.... Foi ótima a experiência de fazer entrevistas *in loco*, pois dúvidas sobre as práticas nos espaços foram sanadas e entendemos detalhes sobre a vida dos militantes da esquerda armada no IPPS.

Após pouco mais de uma hora, a “visita” foi encerrada. Aquele era um ambiente tenso, assustador, triste, mesmo estando praticamente vazio e sendo nossa intenção apenas uma atividade de pesquisa. Os muros altos, a distância da rodovia, o silêncio, as grossas paredes,

as pesadas grades e o tamanho pequeno das celas endossavam a sensação de isolamento e melancolia. Ali, na saída, olhando para Mário Albuquerque e Fabiani Cunha, não havia como não pensar nas marcas dolorosas e nas experiências que tiveram por viver anos no IPPS.

Sonhavam com a revolução, em conquistar o poder institucional e acabaram trancafiados numa colossal prisão. Mais do que nunca fortaleceu-se o desejo de levar adiante a pesquisa, de entender melhor os aspectos variados das trajetórias daqueles militantes. Como puderam suportar aquilo tudo, como mudaram e foram mudados pelo IPPS?

Essa pergunta orienta o presente capítulo. A partir dos conceitos de lugar e espaço trabalhados por Michel de Certeau<sup>3</sup>, abordaremos como os militantes da esquerda armada presos no IPPS ressignificaram algumas das estruturas físicas e ambientes do IPPS. No objetivo de conseguir melhores condições de vida dentro dos cárceres e, não raro, influenciados por valores da cultura política comunista, transformaram celas em cozinhas, salas de estudos e oficinas. O pátio do banho de sol virou horta e área para prática de futebol e vôlei; salas se tornaram locais de encontros sexuais e amor.

Não apenas isso. Aos fazerem tais ressignificações, fossem para melhorar a existência atrás das grades, por terapia, preenchimento de tempo ou por lazer, os militantes da esquerda armada defrontaram-se com novas questões e perspectivas, o que, em muitas ocasiões, levou-os a questionamentos, atritos, mudanças – ou manutenção – de valores da própria cultura política comunista. Ou seja, ao transformarem lugares em espaços, os ativistas também reinventaram suas identidades pessoais e projetos políticos. Por fim, trataremos ainda neste capítulo da produção de artesanato pelos militantes em sua oficina, buscando analisar algumas das peças confeccionadas quanto à produção, circulação e significado.

## 2.1 (RE)INVENTANDO (N)O IPPS

Em um presídio, as atividades dos internos tendem a ser as mesmas, realizadas em conjunto, nos mesmos horários, com todos os presos sendo tratados de forma idêntica, conforme as determinações dos funcionários e dirigentes. Os presos dormem, trabalham, se divertem, se alimentam em grupo, em um mesmo ambiente e horário, sob a ins-

---

3 CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano*. Petrópolis: Ed. Vozes, 2004.

peção de um funcionário<sup>4</sup>. Por suas especificidades, de inimigos do governo, os presos políticos escaparam a esta constatação.

Mais ainda: em suas vivências cotidianas, os militantes da esquerda armada encarcerados no IPPS, iguais presos de outros presídios do Brasil<sup>5</sup>, deram outros sentidos às estruturas físicas do presídio e às imposições e desejos do corpo dirigente prisional. Agiram, não raro, conforme os ideários das culturas políticas comunistas, marcadas pela solidariedade e pelo coletivismo. Os ativistas abriram brechas na estrutura carcerária da ditadura no Ceará, desenvolveram práticas, táticas, realizaram reconstruções e ressignificações, muitas de relevos para a redefinição de suas identidades e projetos políticos.

Não obstante, o viver não cabe em esquemas rígidos, e as práticas levaram igualmente a questionamentos, dúvidas, atritos com os ideários culturais comunistas, ensejando mudanças nas visões de mundo e comportamento dos militantes. Assim, buscaremos abordar como os presos políticos do IPPS deram outros sentidos e usos a alguns ambientes do presídio e como tal processo impactou em suas trajetórias pessoais e políticas.

O historiador Michel de Certeau<sup>6</sup> distingue lugar e espaço.

Um lugar é a ordem (seja qual for) segundo a qual se distribuem elementos nas relações de coexistência. (...) um lugar é portanto uma configuração instantânea de posições. Implica uma indicação de estabilidade.

Existe espaço sempre que se tomam em conta vetores de direção, quantidades de velocidade e a variável tempo. O espaço é um cruzamento de móveis. É de certo modo animado pelo conjunto dos movimentos que aí se desdobram. Espaço é o efeito produzido pelas operações que o orientam, o circunstanciam, o temporalizam e o

---

4 GOFFMAN, Erving. *Manicômios, prisões e conventos*. São Paulo, Editora Perspectiva, 1974.

5 CÔRTEZ, Joana Santos Rolemborg. *Dossiê Itamaracá: cotidiano e resistência dos presos políticos da Penitenciária Barreto Campelo, na ilha de Itamaracá-PE (1973-79)*. 2012, 196 f. Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica da São Paulo, São Paulo, 2012. TELES, Janaína de Almeida. *Memórias dos cárceres da ditadura: os testemunhos e as lutas dos presos políticos do Brasil*. 2011, 519 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade de São Paulo, 2011. RIBEIRO, Flávia Maria Franchini. *A subida do monte purgatório*. 2007, 243 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2007.

6 CERTEAU, Michel de. Op. Cit.

levam a funcionar em unidades polivalentes de programas conflituais ou de proximidade conflituais<sup>7</sup>.

No lugar, os elementos estão dispostos. No espaço, os elementos são significados pelas práticas e discursos dos homens. O lugar é a ordem, as normas, a estabilidade; o espaço, a contraordem, a subversão, a instabilidade. O lugar apega-se aos limites, o espaço os viola, os transgride, dependendo da tática para ser praticado. Nas práticas do cotidiano, os indivíduos subvertem programações disciplinares e estruturas.

Os indivíduos se apropriam e ressignificam os lugares e os transformam em espaço, conforme suas necessidades, criatividade e condições de vida. O espaço é o lugar praticado. Nessa perspectiva, ruas, praças, escolas são transformadas em espaço pelas pessoas que nelas andam, circulam, vivem, se relacionam, dando vida e significado ao lugar, que está ali, estático.

As pessoas fazem intervenções, criam outros sentidos e significados que não os próprios do lugar. A estratégia está para o lugar, assim como a tática está para o espaço. Ou seja, a estratégia se funda num lugar próprio, apresentando uma série de conhecimentos e formas de domínio ante o qual o outro está numa situação de dependência e submissão.

Como não tem um lugar próprio, o outro, debilitado, transforma sua fragilidade em potencial força, esquivando-se, contrapondo ao que está posto. As táticas acontecem nas brechas, golpes dados em determinadas oportunidades abertas nas estratégias do poder dominante. São astúcias concretizadas à margem da disciplina e dos lugares que restringem a ação cotidiana.

Certeau<sup>8</sup> trata da “fala dos passos perdidos”, referindo-se a um caminhar urbano (mas aplicável a outros contextos), de como as pessoas atualizam os mapas urbanos ao andar, apropriando-se dos mesmos e praticando e produzindo espaços.

(...) Se é verdade que existe uma ordem espacial que organiza um conjunto de possibilidades (por exemplo, por um local por onde é permitido circular) e proibições (por exemplo, por um muro que impede prosseguir), o caminhante atualiza algumas delas. Deste modo, ele

---

7 Ibidem, p. 202.

8 Ibidem, p.176.

tanto as faz ser como aparecer. Mas também as desloca e inventa outras, pois as idas e vindas, as variações ou as improvisações da caminhada privilegiam, mudam ou deixam de lado elementos espaciais. Assim, Charlie Chaplin multiplica as possibilidades de suas brincadeiras: faz outras coisas com as mesmas coisas e ultrapassa os limites que as determinações do objeto fixavam para o seu uso<sup>9</sup>.

Nas caminhadas pelas cidades, nas práticas do cotidiano, os indivíduos produzem espaços a partir do moldar dos percursos determinados pelas estratégias. É o que Certeau chama de *patchworks* do cotidiano<sup>10</sup>, bricolagens, evidenciado em criações, combinações e transgressões feitas pelas pessoas no dia-a-dia (caminhar por onde não deviam, realizar um roteiro de caminhada diferente, ocupar o lugar do outro, etc.). São os passos dados no percurso que moldam os lugares e os transformam em espaços. Criam igualmente uma rede de significados e relatos, que compartilhados através da comunicação, modificam os usos que os sujeitos fazem dos mesmos. O discurso restringe o lugar ao denominar e dar-lhe um significado, mas o discurso igualmente permite que espaços sejam praticados no lugar, dando outros significados e usos<sup>11</sup>.

Podemos entender os diversos ambientes do Instituto Penal Paulo Sarasate (IPPS) como lugares, construídos e planejados com determinadas estruturas e fins: encarceramento e controle dos internos, sua pretensa ressocialização, punição... Os internos (e, porque não, os funcionários e os dirigentes do presídio), com suas práticas e discursos, ocupações, apropriações e vivências, transformaram aqueles ambientes em distintos espaços. Ao viverem, dormirem, circularem, se relacionarem, as pessoas dão vida a um lugar, apropriam-se, inventam e reinventam, criando o espaço, estabelecendo significados que nem sempre são o esperado por quem o instituiu. "(...) as idas e vindas, as variações ou as improvisações da caminhada privilegiam, mudam ou deixam de lado elementos espaciais."<sup>12</sup> Os indivíduos referidos, em suas caminhadas, percursos cotidianos, a partir de inferências corporais e cognitivas, deram outros significados ou ressignificaram o presídio.

---

9 Ibidem, p. 178.

10 Ibidem, p. 46.

11 Ibidem, p. 176.

12 Ibidem, p.178.

Esses processos permitiram aos ativistas reconfigurarem suas identidades pessoais e moldar novos projetos políticos. Como bem diz Pilar Calveiro, sobre os encarcerados pela ditadura argentina:

A realização de uma atividade, qualquer que seja, também ajuda [ao preso] se reestruturar. Permite se mover, se ocupar de algo física e mentalmente. O homem sabe que isso é fundamental. (...) Fazer a limpeza, realizar trabalhos de manutenção, distribuir e preparar a comida eram extraordinários privilégios, que possibilitavam ao preso se mover, ocupar a cabeça, conhecer o lugar, falar com outros presos. Quando existia a possibilidade, os sequestrados inventaram atividades que lhes permitissem usar as mãos, a cabeça, a imaginação<sup>13</sup>.

Por mais que essas atividades dos internos acabassem colaborando ou auxiliando para a manutenção da funcionalidade do presídio e do sistema carcerário, permitiam, por outro lado, que os presos políticos se reestruturassem e pensassem sobre eles próprios. Tiveram que lidar com situações e vivências distintas das que até então haviam passado, o que provocou choques, questionamentos, dúvidas, inseguranças.

Experiências que levavam a atritos, por vezes mudanças, por vezes apego e conservação, como uma forma de segurança, dos valores de sua cultura política comunista. Os lugares do IPPS transformados em espaços possibilitavam uma reflexão sobre os limites da luta armada, das relações dentro dos agrupamentos revolucionários, da compreensão da sociedade brasileira e do próprio pensamento de esquerda. Levaram os adeptos da luta armada a pensarem sobre o machismo, a sexualidade, o trabalho, as ações e posturas das organizações e partidos revolucionários, como, aliás, faziam as esquerdas nos anos 1970<sup>14</sup>. O presídio foi moldado pelas práticas dos presos políticos, mas estes igualmente foram moldados.

## 2.2 UMA CELA PARA CHAMAR DE SUA

Um dos primeiros ambientes do Instituto Penal Paulo Sarasate ressignificados pelos militantes da esquerda armada foram as próprias

---

13 CALVEIRO, Pilar. *Poder e desaparecimento*: os campos de concentração na Argentina. São Paulo: Boitempo, 2013, p. 106 e 107.

14 ARAUJO, Maria Paula Nascimento. *A utopia fragmentada*: as novas esquerdas no Brasil e no mundo na década de 1970. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000.

celas, que ganharam outros objetivos mediante as invenções e necessidades dos presos políticos. Numa prisão, um dos problemas é o da falta de individualidade e de privacidade<sup>15</sup>. Pela descrição dos entrevistados e pelo que pudemos constatar na ida ao presídio, em março de 2017, o resguardo da intimidade era problemático, por mais que as celas do IPPS fossem para apenas uma pessoa.

Tratava-se de pequenos cubículos, com cerca de três metros de extensão por dois de largura. A parede da frente da cela tinha cerca de um metro e meio de altura, e sobre ela se erguia uma grade vazada. A porta da cela igualmente era com grade vazada. Os cubículos continham uma cama de cimento com um colchão desconfortável. Apresentavam como divisória um muro de metro de altura num dos cantos, criando um pequeno banheiro, onde havia um chuveiro e uma privada turca, ou seja, um vaso sanitário rente ao piso, chamado na gíria prisional de *boi* – o preso tinha de ficar de cócoras, sentado sobre os calcanhares. A descarga da privada era externa à cela, pelo corredor de apoio existente atrás das ruas (um funcionário dava a descarga duas vezes por dia, pela manhã e à noite). Como a rua dos presos políticos no bloco sete estava contra o sol, o calor à tarde era por demais forte no ambiente.

As celas eram padronizadas, iguais para todos os internos, os quais não podiam fazer nenhuma alteração no ambiente, nos primeiros tempos da prisão. Para complicar, ainda nesses primórdios do presídio, conforme relatado pelos entrevistados, era vedado que os presos políticos tivessem objetos pessoais nas celas. Em geral, num presídio, busca-se despojar o interno de seus bens pessoais, com o estabelecimento providenciando alguns outros bens, não raro, padronizados e de qualidade inferior. Ora, um conjunto de bens pessoais apresenta relevância para o indivíduo. Despojar, pois, o interno de bens usuais é uma forma de desfiguração pessoal, de atacar sua identidade e individualidade<sup>16</sup>.

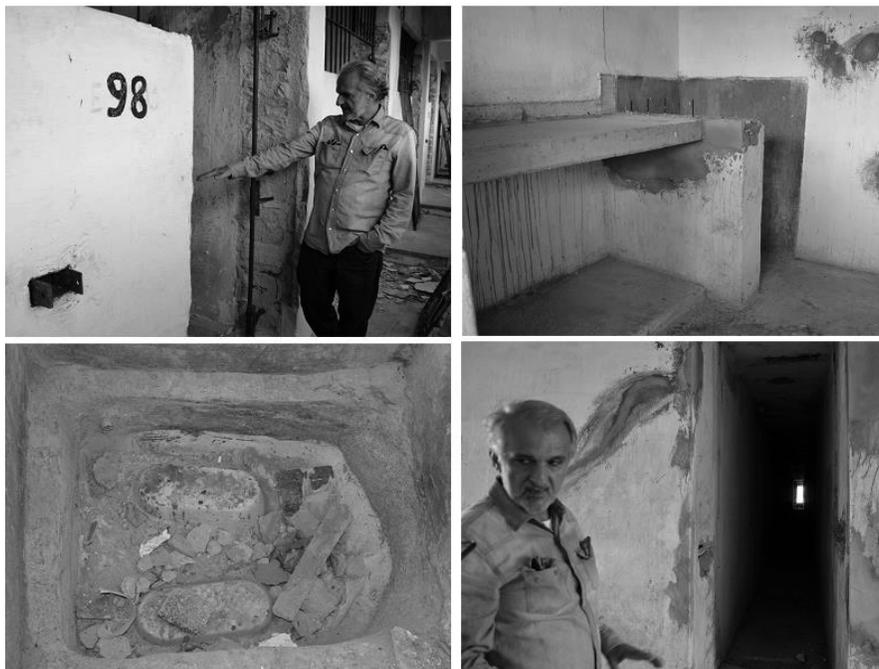
Encontrar-se num presídio a exemplo do IPPS, conforme expressão de Mário Albuquerque, é estar num “casamento forçado”, referindo-se aos contatos diuturnos dos ativistas atrás das grades, que podiam provocar indisposições, irritações, pequenos desentendimentos, muitas vezes. Como lembra Goffman, o contato excessivo

---

15 Ibidem.

16 GOFFMAN, Erving. Op. Cit.

em instituições como a prisão é contaminador, matriz de antipatias, atritos<sup>17</sup>.



*Imagem 2: na foto de cima à esquerda, Mário Albuquerque lembra que, com as posteriores reformas do presídio, ampliaram o tamanho inicial da parede das celas; na foto de cima à direita, uma visão geral de uma das celas do IPPS, com o banheiro e a cama de cimento (que, nos anos 70, era mais baixa, com cerca de meio metro de altura, segundo Mário). Na foto de baixo à esquerda, a privada turca, percebendo-se os locais para os presos porem os pés ao ficarem de cócoras; na foto de baixo à direita, o corredor de apoio, atrás das “ruas” das celas, de onde os funcionários davam descarga nas privadas.*

De modo geral, no IPPS, o militante da esquerda armada quase nunca estava inteiramente sozinho. Realizava atividades em conjunto com seus companheiros, constatação que se enquadrava dentro do próprio coletivismo comum às culturas comunistas, e se encontrava numa situação na qual era visto, percebido ou ouvido por outras pessoas, mesmo que fossem apenas os colegas de internamento ou os funcionários do presídio, numa espécie de concretização do modelo do panóptico abordado por Foucault e de internalização da disciplina<sup>18</sup>.

17 Ibidem.

18 FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. Petrópolis: Vozes, 1987.

Assim, o “casamento forçado”, a dificuldades de obter privacidade e a constante vigilância levavam os presos a ficarem com “nervos à flor da pele”, por vezes, gerando algumas “discussões bobas”, conforme nos revelou Fabiani Cunha, ainda que destacando a convivência respeitosa na maior parte do tempo.

Ante a padronização das celas, a convivência constante dos internos políticos no pavilhão e as atividades coletivas as quais praticavam ou a que estavam submetidos, acreditamos que modelar, individualizar a cela, conforme os desejos pessoais dos presos, apresentava relevância para melhorar a vida dentro do presídio e as relações entre os próprios ativistas.

Dessa forma, eram necessários, para os presos, alguns momentos para se afastar do resto do grupo, buscar um espaço para si, pensar, estudar, questionar – talvez lamentar, chorar... –, num exercício que ajudava na reconstrução psíquica dos militantes, dentro de um presídio em que viveriam forçadamente por meses ou anos. Gravar numa cela uma marca pessoal era firmar uma identidade, denotar a personalidade daqueles homens que haviam sonhado com a revolução e conquista do poder institucional, e que foram derrotados e, não raro, humilhados e torturados pela ditadura, mas que agora necessitavam recomeçar, repensar ou manter seus princípios e sonhos. Após os primeiros anos de intenso controle e restrições, os presos políticos do IPPS conseguiram brechas através das quais buscaram firmar a individualidade e a privacidade.

Com o tempo eu fui dando minha cara à cela. Tinha uma mesa para escrever, eu escrevia e lia muito lá. Tinha um rádio, um mosquiteiro, porque tinha inseto. Tinha um mergulhão [aquecedor], para esquentar a água, porque eu tinha problema de calafrios. Coloquei uns quadros na parede, mas eram paisagens, não eram políticos, não. (...) Havia companheiros que botavam papelão na grade toda para obter privacidade<sup>19</sup>.

Não era apenas tornar a cela mais atraente ou confortável, visando um ambiente, dentro do possível, melhor de viver e lúdico. Era buscar escapar à descaracterização desejada pela ditadura, dar uma “cara própria” às celas, firmar a condição de presos políticos e de indivíduos. Por mais que o ideário comunista apregoasse o coletivismo,

---

19 Entrevista com o ex-militante da ALN, Wiliam Montenegro, a 24 de setembro de 2016.

não é realístico imaginar uma convivência contínua, sobremaneira num ambiente limitado como um presídio. A demarcação da individualidade e da identidade dos presos nas celas do IPPS dar-se-ia de muitas formas. Diz Mário Albuquerque:

Ao contrário de Itamaracá, a gente podia colocar quadros na parede, até ter algum móvel e objetos. A primeira coisa que fiz foi colocar para dentro uma máquina de datilografia, uma maquinazinha pequena, portátil. Podia decorar a cela, como seu gosto pessoal. Eu até coloquei na cela uma pequena tabuleta, com a frase “Deus proteja este lar”. (...) Depois eu herdei a cela de um companheiro bem decoradinho, até cortina tinha, era um quitinetezinho [risos]<sup>20</sup>.

Outros internos montariam pequenas estantes de livros, poriam quadros, fotos de parentes, retratos de mulheres nuas nas paredes e havia ainda os que priorizassem os instrumentos musicais, discos e rádios<sup>21</sup>. Houve mesmo quem dividiu a cela com um gato selvagem e uma criação de pássaros, como foi o caso do ex-militante da ALN, Fabiani Cunha<sup>22</sup>.

Não obstante, havia limites para a individualização das celas. Pôsteres de líderes políticos, como de Che Guevara, não eram tolerados, muito menos os livros *vermelhos*, tido como comunistas. Vez por outra, agentes penitenciários, policiais federais e membros da Auditoria Militar inspecionavam as celas, confiscando bens dos presos e intimidando-os, denotando a violência e o autoritarismo do regime e da instituição prisional. Era o mundo externo, lembrando aos militantes da esquerda armada a sua condição de encarcerados políticos.

A única coisa minha que mandaram retirar foi um cartaz que eu tinha pregado na cela, que tinha lá aquela quadrazinha da Raquel de Queiroz [do livro *O Quinze*], como é? “Cacete quebra costela, mas não muda opinião”. Eles não gostaram, aí mandaram tirar<sup>23</sup>.

À repressão do regime e da penitenciária, os presos reagiam, escondendo seus pôsteres, trocando as capas dos livros. Outras vezes, desafiavam abertamente na intenção de manter seus pertences. Era

---

20 Entrevista com o ex-militante do PCBR Mário Albuquerque, a 14 de abril de 2016.

21 Entrevista com o ex-militante do PCBR, Célio Albuquerque, a 8 de julho de 2016.

22 Entrevista com o ex-militante da ALN, Fabiani Cunha, a 28 de março de 2017.

23 Entrevista com o ex-militante da ALN, Wiliam Montenegro, a 24 de setembro de 2016.

algo pequeno, mas dava um gosto especial aos encarcerados, sobretudo para aqueles que defendiam a ação dentro do presídio como forma de fazer o enfrentamento político da ditadura.

Num belo dia, os presos comuns nos disseram que o pessoal da Auditoria Militar ia visitar as celas. Aí começamos a esconder as coisas. Aí uma figura lá, que não vou dizer o nome, tinha lá uma estante, com Marx, Lênin e tal, livros. Ele disse, não vou esconder, não. Vocês não são revolucionários, não? Bora enfrentar a ditadura. Aí chegaram dois caras da Auditoria Militar, olharam assim e disseram “vixe, vocês estão com todo esse material aqui”? Era proibido, né? Aí a figura repetiu o discurso de revolucionário. Os dois caras deixaram ele falar e quando ele terminou, disseram: engraçado, essa coragem toda aqui, mas lá vocês eram frouxos, colaboravam, se cagavam de medo. Mas os livros não foram tomados<sup>24</sup>.

Seja como fosse, sofrendo ou não com a repressão, os internos imprimiam uma marca individual aos cubículos. Assim, as celas são espaços públicos e privados ao mesmo tempo, lembrando os estudos de Pierre Mayol sobre o bairro e as cidades. Isso porque, tendo objetivos gerais, estabelecidos para todos pela instituição prisional, acabavam particularizadas pelo uso cotidiano do espaço. As práticas ali realizadas são decisivas para a identidade de uma pessoa ou grupo, na medida em que permitem assumir um lugar na rede de relações sociais do ambiente<sup>25</sup>.

As celas do IPPS diziam muito dos presos e do que eles aspiravam. Ali, os ativistas da esquerda armada firmavam-se enquanto militantes políticos, mostravam, ainda que implicitamente, seus desejos, sonhos, faltas, carências, saudades. As mudanças realizadas no ambiente das celas e suas ressignificações denotavam o afinco – ou não – aos antigos projetos políticos e os novos desejos pessoais. Era o espaço mesmo de uma espécie de terapia individual, de ter contato com animais, o carinho de cuidar e receber atenção, mesmo que fosse de bichos. De colecionar discos. Escrever cartas sobre a situação do presídio ou versos de amores frustrados. Era um instante de reflexão sobre tudo

---

24 Entrevista com o ex-militante da ALN e PCBR, José Machado, a 4 de agosto de 2016.

25 MAYOL, Pierre. Morar. O bairro. In: CERTEAU, Michel; GIARD, Luce; MAYOL, Pierre (Orgs.). *A invenção do cotidiano 2*—Morar, cozinhar. Petrópolis: Vozes, 1996.

que acontecera e o que estavam vivendo ali naquele momento. Era um encontrar consigo mesmo. Talvez mesmo um instante de fuga, de ouvir uma música ou fumar um cigarro olhando fixo para a parede vazia.

### 2.3 TODO PODER À COZINHA!

Estando os presos políticos separados dos demais internos e sendo seu número pequeno, havia celas vazias nas ruas dedicadas a eles no Pavilhão Sete. Com isso, algumas dessas celas, lugares destinados, a priori, ao cumprimento de uma pena, foram transformadas, conformes as necessidades cotidianas e pretensões e projetos políticos dos internos, em cozinha, despensa, oficinas, biblioteca, discoteca e sala de aula, sem falar nas salas da burocracia que viraram espaços para encontros íntimos com namoradas e esposas. Ou seja, as práticas cotidianas dos presos, suas necessidades e aspirações, deram outros sentidos às celas.

O presídio apresentava uma cozinha, chamada de *rancho*, onde trabalhavam alguns presos comuns de melhor comportamento. Ali também eram servidas as refeições. Numa prisão, os internos são obrigados ou veem-se obrigados a consumir os alimentos dados pela instituição, por menos agradável que sejam. A qualidade da comida no IPPS não era das melhores, motivo de reclamação dos presos. De início, igual aos demais internos, os militantes da esquerda consumiam essa alimentação, servida em suas celas e rua, onde estavam reclusos. Não por acaso, os presos comuns, que levavam as refeições, estariam entre primeiros a se aproximarem dos “subversivos” do IPPS.

Ante o processo de acomodações, pressões, embates e negociações que desenvolveram ao longo dos anos junto à direção do presídio, os presos políticos conseguiram, após algum tempo, permissão para prepararem seus alimentos à parte. Para a direção do presídio, não deixava de ser vantajosa a concessão, afinal, não precisava mais se preocupar com a logística de ter funcionários ou presos comuns para levar as refeições dos “terroristas”, recolher pratos, etc.

Para os militantes de esquerda encarcerados, afora a possibilidade de ter refeições de melhor qualidade, era uma vitória, um tento na busca de alguma autonomia dentro de uma estrutura autoritária. Numa prisão, a alimentação é fundamental e, agora, eram os presos políticos que se responsabilizavam por ela. Não era apenas um trunfo momentâneo. Constituíam-se uma vitória que ensinava lutar por outras melhorias e reivindicações. Se fosse um sucesso a experiência de pro-

dução de refeições pelos presos políticos, também seria se trabalhassem em outras ocupações, estudassem...

(...) Quem fazia era preso comum, ia, lavava, passava, levava comida, tirava as bandejas. Mas a comida do presídio era muito ruim, horrível. Aí depois nós começamos a pressionar a direção, que a gente podia fazer a comida e tal. Foi uma luta e eles [integrantes da direção] liberaram pra gente. Aí não sei como, arranjam um fogão e aí nós passamos a fazer nossa alimentação. O presídio dava alimentação, *in natura*, feijão, arroz, carne. Mandavam toda semana. Davam o gás. A família trazia também. Aí fazíamos a comida em nossa cozinha. Aí o coletivo organizou a divisão de tarefas. A cada dia duas pessoas faziam a alimentação, aí outros faziam a limpeza, começamos a fazer a divisão de tarefas, questão da lavagem de roupa também<sup>26</sup>.

A autorização para uma cozinha dos militantes de esquerda não era extensiva aos demais internos do IPPS, denotando mais uma vez o tratamento peculiar que a própria ditadura ofertava aos presos políticos, ainda que, no discurso oficial, não os reconhecesse como tais.... É possível ponderar se uma cozinha para os presos comuns seria viável, visto que o funcionamento daquele espaço entre os militantes de esquerda foi possibilitado pela proximidade pessoal entre os mesmos e o ideário comunitário das culturas políticas das esquerdas.

Os ativistas passaram a receber do presídio porções dos produtos crus (feijão, arroz, macarrão, carne), os quais eram juntados com os mantimentos trazidos pelos parentes nos dias de visita e postos em uma cela, até então vazia. Tal cela, assim, virou despensa e cozinha dos militantes de esquerda, sob o controle e administração do coletivo. Era chamada simplesmente de *a cozinha*, um dos ambientes de maior relevo dentro do pavilhão dos presos políticos do IPPS.

Na cozinha havia um fogão pequeno, de duas bocas, trazido por um dos parentes (os entrevistados não souberam dizer qual dos familiares o trouxe). Os alimentos eram preparados sobre uma pequena mesa improvisada, inclusive havendo manipulação de facas caseiras, outra particularidade dos presos políticos e geralmente tolerada em presídios apenas para internos de extrema confiança da direção<sup>27</sup>. Verdade que os ativistas não eram violentos no trato cotidiano com os

---

26 Entrevista com o ex-militante da ALN, Wiliam Montenegro, a 24 de setembro de 2016.

27 GOIFMAN, Kiko. Op. Cit.

agentes prisionais e nem tramavam revoltas ou realizaram fugas. Mas por suas peculiaridades, entenda-se, a condição de inimigos políticos do regime, não apresentavam também a confiança plena da direção, tanto que permaneciam isolados dos demais internos.

Dentro dos jogos de pressões, concessões e acomodações, porém, que militantes e direção institucional foram realizando ao longo dos anos, o coletivo de ativistas políticos acabou por obter o direito, ainda que tacitamente, de manusear facas. Como dissemos, acreditamos que o sucesso de uma experiência servia de base para novas concessões. É um exemplo do *patchworks* citado por Certeau<sup>28</sup>, as montagens e bricolagens que os indivíduos fazem no cotidiano, rompendo regras e criando outras práticas e significações.

A gente tinha algumas coisas, sim, umas faquinhas usadas para cortar verduras na cozinha. Sabe, é aquele negócio, é proibido, mas tem um jeitinho, né? Eu acho que uma faca de mesa não era problema, não. A não ser que um funcionário visse. Mas no fundo, eles sabiam. A gente cortava as verduras, né? Eles sabiam, não que a gente pedisse licença, mas eles toleravam, né?<sup>29</sup>.

Geralmente era feita uma escala: a cada dia da semana, os mesmos presos políticos iriam se ocupar da cozinha. Nesses dias, os militantes escalados não desciam para o banho de sol, visto que as ocupações não se restringiam apenas a cozer, mas também diziam respeito a tudo relacionado ao espaço “doméstico” (limpeza do ambiente e utensílios, armazenamento de água, café da manhã, lanches, etc.).

De início, o desjejum (café e pão) era entregue aos presos políticos, bem cedo, nas celas por carcereiros ou por um preso comum usado nos serviços do presídio – havia no IPPS, nos primeiros anos, uma padaria. Depois, os ativistas passaram a fazer igualmente o café, recebendo apenas os pães do presídio. Os pratos e colheres, também presenteados por parentes, eram lavados no banheiro da cela/cozinha, junto à privada turca. Punham pedaço de mangueira encaixado no cano do chuveiro para fazer escoar a água. Ficava patente a precariedade e certa falta de higiene das instalações improvisadas para o preparo das refeições.

---

28 CERTEAU, Michel de. Op. Cit.

29 Entrevista com o ex-militante do PCBR, Célio Miranda, a 8 de julho de 2016.

A cozinha era umas das primeiras celas do corredor. O fogão era assim pequeno, de duas bocas. Eu não sei se o fogão foi obtido oficialmente [entregue pelo presídio]. (...) A comida era razoável, porque a gente fazia uma melhora, melhorava o padrão. A gente recebia de nossas famílias nas visitas dia de sábado, a gente recebia alimentos, verduras, frutas e tal. A gente recebia uma comida do presídio, feijão, arroz e temperava. (...). O meu dia, eu acho, era na terça-feira, junto com o Fabiani Cunha. Nesse dia, a gente não ia para o recreio, ficava na ala mesmo, porque sabia que tinha coisa para fazer. A gente lavava o prato na cela da cozinha mesmo. Como não tinha pia, a gente usava um torçalzinho para pegar a água do chuveiro e lavar os pratos<sup>30</sup>.

Tão importante aquela cela transformada em cozinha que havia um regulamento específico para a mesma, determinado pelo coletivo. No regulamento, encontravam-se as obrigações das duplas de presos que se responsabilizavam em seus respectivos dias pelo preparo das refeições e limpeza. Revirando as pastas da Associação 64-68 encontramos esse documento, intitulado *Regulamento para a cozinha*.

Manuscrito, feito à caneta numa folha de papel ofício, sem data, o documento apresenta uma mancha branca na parte superior direita, o que torna trechos ilegíveis ou incompreensíveis. O Regulamento estabelecia que:

- 1º Os cozinheiros devem levantar às 6 horas [ilegível]
- 2º Verificar o grau de limpeza da cozinha, comunicando qualquer anormalidade à comissão [ilegível]. Fazer café em quantidade suficiente para as duas garrafas.
- 3º Ato contínuo, encher os depósitos e [ilegível – colocar?] as garrafas nas geladeiras e as formas de gelo.
- 4º Varrer o corredor pela manhã e à tarde, exceto na sexta-feira, que fica a cargo dos lavadores [presos comuns].
- 5º Fazer o café e manter a vasilha com água quente, no fogão.
- 6º Esforçar-se para manter a cozinha sempre limpa (...).
- 7º O almoço deve ser servido às 12h e o jantar às 17h e, havendo recursos, deve ser feita uma sopa que deve ser servida às 20h.
- 8º Forrar com Bombril as velas do filtro às segundas-feiras.
- 9º As 20:30 encerra-se as tarefas da cozinha, após a lavagem dos últimos utensílios.

---

30 Entrevista com o ex-militante do PCBR, Célio Miranda, a 8 de julho de 2016.

10º A comissão deve supervisionar rigorosamente o cumprimento deste regulamento<sup>31</sup>.

Chama a atenção no documento a linguagem impositiva, com verbos no imperativo e infinitivo (deve, verificar, encher, esforçar-se), a precisão dos horários e a obrigação de cumprir as normas, sob a inspeção de uma comissão do coletivo. Denota o senso rígido de disciplina e obediência, comum às culturas políticas comunistas e presente já em organizações como o Partido Comunista Brasileiro (PCB)<sup>32</sup>, um senso que foi intensificado pela tendência militarista dos agrupamentos revolucionários, sobremaneira nos momentos finais da luta armada e de maior repressão, quando as organizações se fecharam ainda mais e exigiam dos militantes obediência sem questionamentos no cumprimento das missões<sup>33</sup>.

De qualquer forma, no detalhamento das atividades transparece, mais uma vez, a importância da cozinha para os internos. Que ficasse claro o que a dupla de presos escalados deveria cumprir, sob pena de sofrer advertência dos demais companheiros. Não é difícil imaginar que, como a cozinha foi uma das primeiras conquistas obtidas pelos ativistas, seu funcionamento a contento tinha relevo para mostrar a capacidade de organização do coletivo de presos políticos e reivindicar perante a direção do presídio outras concessões e direitos.

O Regulamento traz também detalhes sobre o cotidiano e alguns problemas a serem enfrentados na cozinha improvisada. O consumo de água potável num filtro de barro (o *Bombril* era para ajudar a limpar as velas), e não a água da torneira do presídio. O documento dá a entender que a quantidade de alimentos por vezes deixava a desejar (sopa “se houvesse recursos”). Mesmo com os militantes políticos limpando sua rua diariamente, ainda havia a limpeza realizada por um preso comum do presídio – o que significava que os contatos com os internos comuns persistiam, havendo mesmo alguma proximidade e realização de pequenos favores por estes aos “subversivos”.

A higiene era uma preocupação. Sabe-se que uma das formas de depreciação do indivíduo dentro de uma prisão está na sujeira e

---

31 Regulamento para a cozinha, sem data. Acervo da Associação 64-68.

32 FERREIRA, Jorge. *Prisioneiros do mito*. Niterói: EdUFF; Rio de Janeiro: MAUAD, 2002.

33 RIDENTI, Marcelo. *O fantasma da revolução brasileira*. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1993.

na desordem do ambiente<sup>34</sup>. Daí porque, pra minorar tal problema, a necessidade da limpeza se manifesta em vários artigos do documento, pela própria improvisação da cela e riscos advindos dessa condição. Pelo que os entrevistados falaram, havia temores com resto de comida, água molhando o piso, óleo derramado, má higienização dos produtos e utensílios... Temores que o espaço atraísse (mais) insetos e ratos, os quais eram visitas comuns nas celas do IPPS. Temores que a água de beber e alimentação fossem contaminadas provocando doença nos internos, cuja necessidade de tratamento médico e dentário seria pauta de várias reivindicações feitas à diretoria do presídio.

A cozinha trazia desconfortos vários para os ativistas de esquerda. Desconfortos vinculados, por exemplo, à origem e condição social dos militantes, gente vinda, com exceções, da classe média, e não muito afeita a realizar serviços domésticos ou a valorizar quem lidava com os afazeres da cozinha e limpeza.

Desconforto também político, afinal, aqueles homens estavam presos porque haviam participado de agrupamentos guerrilheiros, eram rebeldes que desejavam mudar o mundo, revolucionários que antes haviam empunhado armas e, agora, faziam “trabalhos simples”, humilhantes para uns, manuseando panelas e vassouras. Desconforto porque faziam nos cárceres “trabalho de mulher e gay”, reproduzindo o machismo da sociedade e do qual a esquerda não escapava.

Você sabe que no nordeste, tradicionalmente homem não vai para a cozinha. Quem vai para a cozinha é gay, veado. Eu fui mudando de visão sobre isso, na prisão, e já antes mesmo. Quando eu militava no PORT [Partido Operário Revolucionário Trotskista], minha família recebeu um companheiro do sul, ele era catarinense, de origem polonesa, com aqueles sobrenomes complicados, *Rui* não sei bem o que [Rui Pfitzenreuter], depois morto sob tortura. Ele foi almoçar lá em casa e pra surpresa geral, de todos, quando terminou o almoço, ele pegou seu prato e foi lavar. Todo mundo ficou assim... Isso não era coisa de homem! Daí eu fui mudando. Entendi que serviço doméstico não é coisa de mulher ou homem, mas de quem está disponível<sup>35</sup>.

---

34 GOFFMAN, Erving. Op. Cit., p. 33.

35 Entrevista com o ex-militante do PCBR, Mário Albuquerque, a 14 de abril de 2016.

Bem de acordo com a cultura política comunista, defensora de tratamentos igualitários e responsabilidades solidárias<sup>36</sup>, todos os presos deveriam trabalhar na cozinha, mesmo que não possuíssem lá muita habilidade. Alguns dos militantes, se não tinham como se livrar daqueles afazeres, apelavam para soluções inusitadas para minorar a falta de dotes culinários. Era o inventar em cima do inventado.

Com a história da igualdade, era levada ao nível cômico e extremo. Todo mundo tinha que passar pela cozinha. Só que tinham gente que não tinha o menor jeito. Lá em Recife, ficou conhecido um companheiro como “bife mergulhão”. Por quê? O que ele fazia? Botava água no fogo, pegava a carne, tacava dentro da água, punha um tempero e pronto. Era um sabor horrível [risos]. Aqui, o Auto Filho, intelectual, o que que ele fazia no dia da cozinha dele? Ele mandava comprar feijoada enlatada [risos]. Ele servia. Todo mundo tinha que cumprir a norma de ir para a cozinha<sup>37</sup>.

Com internos sem dominar bem as lides culinárias, não surpreende que a qualidade das refeições não fosse das melhores em algum dos dias ou que acontecessem problemas inesperados:

O Waldemar [Menezes] estava encarregado de fazer a coalhada. Aí a gente tinha um potinho... o soro, para colocar no leite e fazer a coalhada todo dia. Ele simplesmente colocou a tampa cheia. Rapaz, quase mata todo mundo [risos], foi uma disenteria geral. Eu como fui logo direto na coalhada... Ela [a coalhada] tava sobrecarregada, eu passei mal<sup>38</sup>.

Podia ocorrer de eventualmente um dos militantes permutar o dia com os colegas, com alguns mesmo até pagando para que outro trabalhasse em seu lugar. Tais práticas, não obstante, por afrontarem as regras do coletivo e, porque não, aos ideais socialistas de igualdade, foram logo repreendidas.

Tinha cara que pagava para outros trabalharem na cozinha, na horta (...) pagavam em dinheiro mesmo. Alguns dos presos políticos eram pobres, precisavam mesmo. O governo dava um salariozinho simbólico, como se fosse

---

36 MOTTA, Rodrigo Patto Sá. A cultura política comunista. In: \_\_\_\_\_; NAPOLI-TIANO, Marcos; CZAJKA, Rodrigo. *Comunistas brasileiros: cultura política e produção cultural*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2013, p. 22 e seguintes.

37 Entrevista com o ex-militante do PCBR, Mário Albuquerque, a 14 de abril de 2016.

38 Entrevista com o ex-militante da ALN, Fabiani Cunha, a 28 de março de 2017.

vinte reais hoje, eu não lembro o valor, mas era pouco. Era dado a todos os presos, não só os políticos. Isso [presos políticos pagando dinheiro a outros] foi denunciado e começou a ser combatido depois<sup>39</sup>.

Assim, com certo incômodo ou falta de habilidades para aquelas atividades manuais e uma qualidade a desejar das refeições, o dia na cozinha poderia ser “terrível” tanto para quem preparava os pratos e como para quem os consumia... Ao longo dos anos, não obstante, os internos foram dominando a labuta, os parentes, especialmente as esposas e irmãs, nos dias de visitas davam dicas, levando os ativistas a não só melhorarem as refeições, como também perceberem com outro olhar a importância do trabalho doméstico. As necessidades da existência dos presos políticos levaram-nos a novas práticas e, porque não, a outras concepções de mundo.

Hoje eu sou um razoável *chef* de cozinha graças à prisão. Eu ocupava meu tempo experimentando fazer comida. Bolava jantares de madrugada. Aprendi a fazer vários pratos: frango, peixe, tudo, qualquer coisa. Minha preferência era peixe e mariscos. Na prisão, a gente recebia a comida *in natura*<sup>40</sup>.

Eu aprendi [a cozinhar] mesmo no IPPS. O feijão. Você não taca logo o feijão na panela. Não faça isso. Antes, você ferve a água, deixa [o feijão] de molho uma hora ou mais na água quente. Aí ele fica bem amolecido e aí você pode fazer seu feijão. Meu irmão [Swami Cunha, também preso político] tem orgulho de ter aprendido a cozinhar no IPPS. (...) Havia a contribuição das famílias, né? Eu fazia café e dava pras famílias [nos dias de visita]. De tanto eles tomarem, darem opinião, “tá frio”, “tá forte”, eu fui melhorando e acertei<sup>41</sup>.

Por vezes, chegavam novos presos políticos, garçons, cozinheiros, donos de pequenos restaurantes, etc., ensinando e difundido novos pratos. Os contatos possibilitados pela prisão e as necessidades cotidianas ajudavam no viver e nas reconstruções das identidades dos revolucionários mantidos no IPPS. O citado Fabiani Cunha confessaria em sua entrevista que saiu do presídio sabendo prepararam um ótimo café e cozinhando muito bem, para o que foi fundamental o contato com outros internos do pavilhão político:

39 Entrevista com o ex-militante da ALN e PCBR, José Machado, a 4 de agosto de 2016.

40 Entrevista com o ex-militante do PCBR, Mário Albuquerque, a 14 de abril de 2016.

41 Entrevista com o ex-militante da ALN, Fabiani Cunha, a 28 de março de 2017.

O Arrais era mestre [na cozinha] porque ele tinha, era dono desse negócio de lanchonete. Havia os garçons ligados ao PCB, que eram os melhores cozinheiros. O José Ferreira Lima, líder metalúrgico e artesão, me ensinou como preparar um café maravilhoso. Ele ensinou a não fazer em vasilha de alumínio o café, porque o alumínio deixa um gosto do café. Tem que fazer numa vasilha de ferro (...)<sup>42</sup>.

As precariedades ou limitações da quantidade de alimentos estimulavam os presos a inventarem novos pratos, o que, afora buscar melhorar a qualidade das refeições, era uma forma de terapia, de estimular a criatividade e preencher o tempo atrás das grades e até possibilitar a sociabilidade dos internos. Como diz Janaina Teles<sup>43</sup>, o trabalho criativo era importante maneira de recuperação de identidade e da sanidade física e mental. As mentes que antes se ocupavam com a revolução agora se voltavam igualmente para a culinária.

Eu sou um cozinheiro que não segue receita. Eu faço [pratos] conformem os ingredientes disponíveis. Porque na prisão não tinha muita coisa disponível para usar. (...) Eu usava o tempo para fazer experimentações de prato. Era uma boa forma de ocupar tempo, era uma boa terapia, até de diversão. E você também comia bem (...). Dia de sexta-feira tinha um peixe que até hoje eu não descobri [o nome]. O bicho era escuro, a gente dizia que era cobra [risos]. Dia de sábado, as visitas traziam comida e muitas vezes sobrava para gente jantar à noite. E esse peixe da sexta, ninguém gostava, ninguém comia. Aí um dia eu peguei uma peça nos companheiros. Eu peguei esse peixe, tirei pele, tirei espinha, deixei só a carne. Botei tempero, fiz um prato, tipo uma fritada e levei para o sábado. Aí eu disse ao pessoal que as famílias tinham trazido um prato especial: truta, a gente ia comer truta. Aí eu servi esse maldito peixe como truta. O povo comeu, acho bom, elogiavam, repetiam [o prato]. Que truta boa [risos]. Aí depois eu fui dizer que não era [truta], ninguém acreditou [risos]. Foi uma risada geral<sup>44</sup>.

---

42 Entrevista com o ex-militante da ALN, Fabiani Cunha, a 28 de março de 2017.

43 TELES, Janaína de Almeida. *Memórias dos cárceres da ditadura: os testemunhos e as lutas dos presos políticos do Brasil*. 2011, 519 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade de São Paulo, 2011.

44 Entrevista com o ex-militante da ALN, Fabiani Cunha, a 28 de março de 2017.

Uma das primeiras conquistas dos presos políticos do IPPS foi o direito de produzirem as próprias refeições. Além de melhorar a qualidade da comida e ocupar o tempo, a cozinha denotava um espaço de autonomia para os ativistas dentro da estrutura prisional da ditadura, base mesmo para a reivindicação de novos direitos. Não deixava de ser um contraponto ao autoritarismo reinante no país.

Vedada aos presos comuns, a produção de refeições pelos próprios “subversivos” igualmente não deixava de ser um reconhecimento da peculiaridade dos presos políticos pelo regime, que insistentemente negava a existência destes Brasil afora. Administrada pelo coletivo seguindo os princípios solidários da cultura política comunista, a cozinha era tão importante que apresentava regulamento próprio, ao qual todos deveriam seguir, sob pena de sofrer repreendas.

Apesar da conquista, a cozinha não deixava de trazer desconfortos e choques com os valores dos militantes da esquerda armada, a exemplo de seu machismo (muitos viam o trabalho doméstico como função feminina), condição social (para os integrantes da classe média havia certo desdém pelo trabalho na cozinha) e projetos políticos (sonhavam em mudar o mundo e agora se resumiam a pensar em pratos, baldes e vassouras). Não obstante, as necessidades de melhorar as condições de vida nos cárceres conduziram os presos políticos a reverem tais valores, denotando as transformações que suas identidades sofreram no IPPS.

## 2.4 DO SUOR DO TEU ROSTO COMERÁS O TEU PÃO

Há um discurso, ainda comum hoje, de enxergar o trabalho dentro do sistema penitenciário como maneira de redimir os presos e ressocializá-los. Ratifica-se o pensamento de Foucault, da intenção de tornar a prisão um local para se criar indivíduos úteis e produtivos<sup>45</sup>. Como diz Goifman<sup>46</sup>, o trabalho numa prisão, porém, tem sentido distinto daquele do mundo externo, onde a atividade laboral visa a um pagamento, lucro, acúmulo de riqueza ou prestígio.

No presídio, o trabalho geralmente fica restrito aos internos de menor periculosidade, que têm atualmente na labuta uma forma de

---

45 FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. Petrópolis: Vozes, 1987.

46 GOIFMAN, Kiko. Op. Cit.

redução das penas, conforme a legislação processual penal criada em 1984<sup>47</sup>. A grande massa carcerária, assim, está afastada das atividades laborais. Para os presos, o trabalho é uma forma de passar o tempo com uma atividade produtiva, atenuando a maçante rotina carcerária – numa prisão, o tempo a ser preenchido é enorme e as atividades a serem desenvolvidas, poucas<sup>48</sup>. Vira também uma forma de tutela pela direção, visto que, caso os internos cometam alguma conduta proibida, irão perder o direito ao trabalho. Em geral, os presos são postos em funções mais simples, como limpar, lavar roupas, cozinhar, etc., funções vistas como degradantes ou menores pelos funcionários e dirigentes da instituição prisional<sup>49</sup>.

No IPPS, havia um pavilhão, o nono, com oficinas para os presos comuns, que, pelos informes de funcionários entrevistados, acabaram desativadas, pela falta de manutenção e investimentos, ao longo dos anos 1970. Era comum, porém, a limpeza das amplas dependências do presídio, a produção das refeições no rancho e até pequenos consertos (na fiação elétrica, no abastecimento de água, no desentupimento de vasos sanitários, etc.) ficarem sob a responsabilidade dos internos. Como esses presos gozavam de mobilidade dentro do presídio, por vezes se aproximavam dos ativistas de esquerda, endossando alguma amizade e realizando mesmo pequenos favores, como a compra de cigarros na cantina e o transporte de bilhetes a outras ruas do Pavilhão Sete.

Os presos políticos, não obstante, estavam impedidos de trabalharem em tais atividades. A coibição liga-se possivelmente à postura da direção do presídio de evitar contatos dos militantes com os demais detentos e à peculiaridade dos crimes “subversivos” praticados – temor de que as “ideias e táticas comunistas” fossem passadas aos presos comuns ou que os internos “contaminassem” os revolucionários com o comportamento “de malandro e vagabundo”, criando mais um problema para o presídio, segundo um dos ex-funcionários<sup>50</sup>.

Isso não quer dizer, porém, que os presos políticos deixassem de trabalhar – iriam ser responsáveis pela limpeza e cozinha apenas

---

47 Lei n. 7.210, de 11 de julho de 1984. In [www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L7210.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L7210.htm). Consultado a 03/03/2017.

48 GOIFMAN, Kiko. Op. Cit.

49 Ibidem.

50 Epifânio de Carvalho, ex-funcionário do IPPS, entrevistado a 13 de junho de 2016.

do Pavilhão Sete, onde estavam recolhidos, por exemplo. Apesar da referida origem social de classe média e das restrições iniciais (“somos revolucionários, não lixeiros”, diria um dos presos), tais serviços ganharam relevo na reconstrução da vida daqueles homens, uma quase terapia, uma ocupação para preencher o tempo e a mente.

Acreditavam que realizando as atividades estavam cada vez mais ganhando autonomia ante o sistema autoritário prisional e ditatorial vigente e sendo responsáveis por melhores condições de sobrevivência dentro do IPPS. Tão importante para os ativistas o trabalho que uma de suas maiores lutas e reivindicações, depois atendida, foi a instalação de uma oficina de artesanato. “Com o tempo, começou a haver um certo diálogo com a direção, mas com dificuldade de liberação das coisas. Mas a gente conseguiu o artesanato, termos os instrumentos para fazer nosso artesanato”, afirmou o ex-militante da ALN, Wiliam Montenegro<sup>51</sup>.

Também ali, pela natureza das atividades desenvolvidas numa oficina, os ativistas passaram acessar e a manusear facas e outros objetos perfurocortantes (pregos, tachas, estiletes, serras, etc.). Novamente, a postura da direção foi de concessão e tolerância tácita com os presos políticos:

A oficina ficava na primeira ou segunda cela, não lembro bem... O artesanato foi uma conquista, porque tinha faca, né? Eles [da direção] liberaram, foi um “deixa rolar”. Ninguém foi lá e disse “você podem ter faca”, não. Nada disso. Deixa rolar<sup>52</sup>.

Não obstante essa liberação, a oficina, bem como a cozinha (onde igualmente se manuseavam facas), ficava nas primeiras celas da rua dos presos políticos, nas proximidades do portão de entrada da galeria, área por onde transitavam funcionários e seguranças do presídio. Se estes eram coniventes com a oficina, provavelmente estavam de olho no que era produzido e nos objetos cortantes e perfurantes manuseadas pelos ditos “subversivos”, que poderiam fazer das facas armas...

---

51 Entrevista com o ex-militante da ALN, Wiliam Montenegro, a 24 de setembro de 2016.

52 Entrevista com o ex-militante da ALN, Wiliam Montenegro, a 24 de setembro de 2016.

Os presos políticos do IPPS produziram, sobretudo, peças de artesanato em madeira e couro (quadros, sacolas, capangas masculinas, bolsas femininas, etc.). O primeiro dinheiro para a obtenção da matéria-prima era possibilitado geralmente pelos familiares, como no caso de Wilson Montenegro, que comprou com seus recursos couro, cola e tintas para o trabalho do irmão, William Montenegro. Depois, com os lucros da oficina, os militantes passaram a se autofinanciar, ainda que não tenham cessado a ajuda e o apoio de familiares<sup>53</sup>.

Como era uma atividade especializada, nem todos os internos políticos trabalhavam na oficina. Assim, os ganhos pecuniários da produção artesanal, um trabalho individual, ficavam apenas entre os que se dedicavam ao ofício. Isso, segundo um entrevistado, que pediu anonimato, provocou algumas reclamações entre os encarcerados do pavilhão político<sup>54</sup>.

Pelos princípios do coletivo, tudo que fosse obtido pelos presos, a exemplo da alimentação trazida pelos familiares, deveria ser repartido ou empregado em benefício dos demais. Os presos mantinham até o que chamavam de *caixinha*, um dinheiro coletivo para pequenas despesas: comprar produtos como remédios, velas, lâminas de barbear, ferramentas domésticas, cigarros, etc.

Mas no caso específico das oficinas, nem todos dominavam as técnicas de artesanato e trabalhavam. Seria aceitável, então, que o dinheiro obtido beneficiasse a quem não havia produzido nenhuma das peças? Para alguns dos presos, sim, argumentando a solidariedade e o coletivismo social, visto que, enquanto alguns “concentravam” o dinheiro, havia internos passando por apertos financeiros tamanhos que suas famílias apresentavam dificuldades até de obter a alimentação diária.

Lembravam do famoso jargão marxista de “a cada um conforme suas necessidades”, denotando os valores das culturas políticas comunistas. Aquela apropriação por uns poucos não era uma contradição ante os ideais que pregavam os guerrilheiros, acerca de um novo mundo igualitário e mais justo? A questão provocou polêmicas e discussões e, por fim, acabou prevalecendo a decisão no coletivo de que, pelas

---

53 Entrevista com Wilson Montenegro, irmão do ex-militante da ALN, William Montenegro, realizada a 2 de agosto de 2016.

54 Informação concedida ao autor por entrevistado que solicitou anonimato, a 22 de julho de 2016.

técnicas e especializações necessárias para a produção do artesanato, o dinheiro ficasse apenas com quem laborava na oficina. No tópico 2.7 trataremos mais da produção artesanal dos presos políticos.

## 2.5 MENTES OCUPADAS

Na fase da luta armada, os militantes, de modo geral, caracterizavam-se pela pouca teoria e uma valorização da ação<sup>55</sup>. Como acreditavam na iminência da vitória, não davam muita atenção a pressupostos teóricos, bastando-lhe, não raro, as referências e ideais da Revolução Cubana, o grande modelo de insurreição para boa parte da esquerda da América Latina de então<sup>56</sup>. É comum ver os ativistas confessarem que só foram conhecer e estudar o marxismo e outras teorias políticas em profundidade na prisão.

No IPPS, celas foram transformadas em espaços para grupos de estudos. A princípio, eram grupos que visavam a melhor formação intelectual dos presos, para que se preparassem objetivando uma posterior conclusão dos estudos, prestassem vestibular ou retomassem as vidas acadêmicas ou o ensino médio (*segundo grau* à época). Tais grupos de estudos estavam em consonância com a estratégia e discurso da direção do presídio em recuperar os presos políticos, gente de classe média que tinha e via na educação um importante componente de ascensão social<sup>57</sup>.

Aos presos políticos já era, inclusive, franqueado o acesso à biblioteca do presídio, biblioteca considerada “bem rica” em quantidade de livros, conforme os entrevistados. Constituíam-se hábito dos presos políticos frequentarem esse ambiente na hora dos banhos de sol. Tão grande essa frequência que um dos militantes tornou-se namorado da bibliotecária... “A gente lia tudo na biblioteca, política, economia, tudo

---

55 AARÃO REIS, Daniel. *A revolução faltou ao encontro*. São Paulo: Brasiliense, 1990. ARAUJO, Maria Paula Nascimento. *A utopia fragmentada: as novas esquerdas no Brasil e no mundo na década de 1970*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000.

56 ROLLEMBERG, Denise. Esquerdas revolucionárias e luta armada. In: FERREIRA, Jorge. DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. *O Brasil Republicano: o tempo da ditadura*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. ARAUJO, Maria Paula Nascimento. Esquerdas, juventude e radicalidade na América Latina nos anos 1960 e 1970. In: \_\_\_\_\_. FICO, Carlos. FERREIRA, Marieta. QUADRAT, Samantha (Orgs.). *Ditadura e democracia na América Latina*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008.

57 TELES, Janaína de Almeida. Op. Cit.

que era jornal”, relatou William Montenegro. Por vezes, usavam os livros dali nas reuniões do grupo de estudo.

Quem quisesse estudar, podia. Lá [entre os presos políticos] havia muitas pessoas que eram professoras, né? Tinha o [Gilberto] Telmo, que era professor de física e matemática. Ele dava aula para quem dali quisesse fazer vestibular, na cela dele ou numa cela que estivesse desocupada. Tinha lá um quadro negro, uma lousa, né? E aí o Fabiani [Cunha] dava aula de português e tal<sup>58</sup>.

Não obstante, as práticas dos militantes deram aos grupos de estudos outros propósitos. Pelas brechas da autorização para estudar, os presos políticos fizeram dos grupos espaços para debater política e seus projetos socialistas. Ali poderiam ocorrer aulas sobre marxismo, economia, história, etc., ministradas pelos presos – alguns eram professores – ou debates feitos após a leitura de textos, uma didática muito comum em universidades ainda hoje, denotando a origem dos internos – vários dos encarcerados haviam sido estudantes universitários. Denotava-se, assim, uma tradição, comum à esquerda do Brasil e alhures, de ter o presídio como uma verdadeira escola para formação/produção de quadros, de militantes, e de conhecimentos teóricos sobre o socialismo.

Um era escolhido para dar aula sobre aquilo que estava lendo, livros, jornais... A gente pegava os jornais, lia sobre economia e tal. Ia ler e tal. Ali, expunha, passava para os outros e tinha um debate<sup>59</sup>.

Além de ocupar o tempo, o estudo em grupo permitia uma maior reflexão sobre a própria experiência da luta armada, os limites e críticas das ações e trajetórias das esquerdas, ou seja, no jargão dos militantes, a autocrítica. Também era o momento de aprofundar e conhecer mesmo os elementos básicos do pensamento socialista.

De tarde, a gente era recolhido [à rua]. Os dois que estavam escalados para a cozinha iam preparar a merenda da tarde, que era o que os familiares traziam. Depois da merenda, a gente ia participar do grupo de estudo, economia, política e tal. Cada aula tinha dois caras para dar aula, para expor. Nessas exposições eu entendi que ninguém sabia de nada [risos]. Então, à tarde, a atividade básica era estudar. E isso influenciou muito, porque a gente não sabia de nada<sup>60</sup>.

---

58 Entrevista com o ex-militante do PCBR, Célio Miranda, a 8 de julho de 2016.

59 Entrevista com o ex-militante da ALN, William Montenegro, a 24 de setembro de 2016.

60 Entrevista com o ex-militante da ALN e PCBR, José Machado, a 4 de agosto de 2016.

Apresentando objetivos que foram se distinguindo daqueles pretendidos pela direção do IPPS, o grupo de estudos passou a ter problemas na obtenção dos livros e revistas para as leituras cotidianas. Muitas vezes os livros eram trazidos clandestinamente por parentes nos dias de visitas e até por carcereiros, conforme um dos entrevistados<sup>61</sup>.

Não foi coincidência que um dos motivos da greve de fome de 1974 teria sido o de franquear o acesso a mais livros e revistas, o que, por fim, acabou atendido. Não obstante, mesmo com essa liberação, ainda havia a censura interna feita pela direção do IPPS sobre o conteúdo do que seria lido.

Para a cúpula da instituição, não fazia sentido prender os inimigos do regime para que continuassem a manter ou a aprofundar seus pensamentos anteriores, “subversivos”. A recuperação dos presos políticos e sua ressocialização passavam pela destruição de sua ideologia “perigosa”, acreditava. Ante as restrições impostas pelo corpo diretivo, uma das reivindicações constantes dos presos passou a ser o fim dessa censura interna do presídio.

Usavam a argumentação de que aquelas obras, ao serem publicadas, já haviam passado pelo crivo da censura do governo federal, não existindo por que haver outra censura, interna, no IPPS. Seria mesmo um “desrespeito e uma desqualificação” do trabalho de estratos superiores do Estado, conforme disse-nos o ex-militante do PCBR Mário Albuquerque. Após muita pressão dos presos, a direção aquiesceu e acabou com essa censura interna aos livros.

Se as celas de estudos serviam para reflexões, também poderiam ser espaços de tensões entre os presos. Aqueles militantes que enfatizavam no coletivo as ações revolucionárias e de combate à ditadura e/ou apresentavam ligações com o Partido Comunista do Brasil (PCdoB) aproveitavam, em determinadas oportunidades, os momentos de debates do grupo de estudos para fazer proselitismo, desagradando alguns dos companheiros. Outras vezes, os temas debatidos provocavam insatisfação, pois iam contra os (novos) posicionamentos ideológicos e políticos de militantes.

A gente tinha aula, “marxismo relacionado ao Brasil”, “assuntos internacionais”. Havia a sala, com cadeiras, a lousa e tal. Era escolhido alguém e ele ia falar. Todos nós

---

61 Entrevista com o ex-militante da ALN e PCBR, José Machado, a 4 de agosto de 2016.

fazíamos esse rodízio. Eu fiz a apresentação da tática e da estratégia revolucionária, de Lênin, mas apresentada por Stálin. Para esse debate do Stálin, o William e o Waldemar ser recusaram a debater, eles ficaram fora. (...) Porque eu estava falando do Stálin<sup>62</sup>.

Presos deixaram de comparecer aos encontros. Com isso, passou a haver um clima de cobrança para que todos se fizessem presentes ao local de leituras e debates, havendo recriminação e condenação daqueles que não o fossem. O descontentamento aumentou, especialmente entre os presos que haviam realizado a autocrítica acerca da luta armada ou que não aceitavam a liderança do PCdoB. Mário Albuquerque em seu depoimento conta que:

Sentindo o incômodo da situação e a pressão para que os companheiros fossem aos grupos de estudos, fui obrigado a questionar. Isso provocou uma irritação por parte de alguns dos companheiros, que eu estava sendo conivente com a ditadura, que estava traindo a causa e tal. Foi muito chato. Alguns companheiros passaram a me ver como um incômodo<sup>63</sup>.

Mais uma vez ficava evidente a dificuldade da reconstrução da identidade dos presos políticos e o tipo idealizado de militantes que era posto, dentro da cultura política comunista. Para muitos dos ativistas encarcerados no IPPS, tornar grupos de estudos em locais de discussões políticas era aproveitar uma brecha do sistema para retomar a atuação política e o projeto da revolução. Por outro lado, para tais ativistas, reproduzindo o autoritarismo das organizações armadas, era inaceitável que alguns daqueles homens não participassem das discussões ou questionassem os líderes ou o partido.

A cobrança, a recriminação e o desdém seriam uma forma de enquadrar dissidentes e deixar claro que não haveria outra opção senão seguir as designações dos dirigentes. Para os que questionavam tais posições, o grupo de estudo acabou virando um incômodo, visto que não lhes interessavam as discussões e não aceitavam a imposição e a obrigatoriedade da presença. Sob essa perspectiva, de conquista exaltada, o grupo de estudos revelava novamente as fraturas e problemas de convivência pessoal e política dos militantes das esquerdas armadas dentro do Paulo Sarasate.

---

62 Entrevista com o ex-militante da ALN, Fabiani Cunha, a 28 de março de 2017.

63 Entrevista com o ex-militante do PCBR, Mário Albuquerque, a 14 de abril de 2016.

Mesmo com tais óbices, as reflexões do grupo de estudos, a partir das frustrações das experiências da luta armada, permitiram igualmente que militantes passassem a valorizar a democracia com um valor político fundamental. Não custa lembrar que, na fase da luta armada, a democracia tida burguesa não era tão valorizada, e quando o era, não passava de uma forma de os revolucionários alcançarem uma etapa política posterior, a do socialismo<sup>64</sup>. Diz Mário Albuquerque:

Pela primeira vez, a gente começou a pensar. Porque antes era ação direta. O Partido Comunista, os grupos trotskistas têm uma formação teórica. Mas os grupos de ação armada eram de ação direta. Então, na prisão, pela primeira vez, eu fui realmente começar a ler, refletir sobre mim mesmo, sobre eu estava ali, sobre o socialismo, entender a luta contra a ditadura, sobre valorizar a liberdade. Foi um processo de reestruturação geral. Foi quando eu descobri o valor da democracia. Porque para nós a democracia era muito estigmatizada, era burguesa e tal. Era mais uma forma do capital [dominar] e tal. Comecei a ler e estudar Gramsci. Abriu meus olhos<sup>65</sup>.

Com o passar dos anos, os presos políticos foram organizando uma biblioteca própria, estabelecida numa cela, que igualmente servia de discoteca. Tornou-se um dos ambientes mais apreciados e frequentados pelos ativistas. Ler não só como forma de obter conhecimentos ou fazer reflexões, mas como maneira de preencher o tempo, o eterno desafio dos que passam temporadas numa prisão. “Havia muitos livros, muitos livros, não sei para onde depois foram esses livros, mas não eram poucos. Discos também, nos davam muito de presente”, afirmou em seu depoimento William Montenegro<sup>66</sup>.

Se os presos políticos do IPPS liam clássicos da literatura e obras políticas, o que ouviam na discoteca? Pelos depoimentos dos entrevistados, os discos com clássicos da MPB e as músicas politizadas e de protesto dos anos 1960-70 eram bem vindos. Um dos presos políticos, o ex-militante da ALN, Waldenilo Balaio, do tipo bem humorado, ficou na memória de Fabiani Cunha como um dos grandes conhecedores e incentivadores do bom gosto musical do coletivo. Entretanto, músicas tidas como “alienantes” não eram bem quistas, reproduzindo-se o pre-

---

64 RIDENTI, Marcelo. Op. Cit.

65 Entrevista com o ex-militante do PCBR, Mário Albuquerque, a 14 de abril de 2016.

66 Entrevista com o ex-militante da ALN, Wiliam Montenegro, a 24 de setembro de 2016.

conceito de setores classe média de esquerda e certo patrulhamento ideológico contra a produção musical “cafona”<sup>67</sup>.

Balaio era um exímio conhecedor de música. A gente ia para a cela da discoteca e ele ficava lá tocando e falando dos cantores, dos estilos musicais. Tinha um vozeirão e citava trechos das músicas, dizia o nome de vários cantores, indicava pra gente... Noel Rosa, Dorival Caymmi, Nelson Gonçalves, Altamar Dutra, Dolores Duran, Jackson do Pandeiro, Silvio Caldas, Orlando Silva... A gente ouvia também as músicas da época, nossos ídolos, Milton nascimento, Clara Nunes, Elis Regina, Geraldo Vandré, Chico Buarque. Mas eu sofria recriminação, porque ouvia Roberto Carlos. Robertos Carlos era chamado de música contrarrevolucionária, mas mesmo assim eu ouvia e gostava<sup>68</sup>.

Não só as celas do IPPS foram ressignificadas pelos militantes da guerrilha. Salas com fins outros acabaram transformadas em locais para encontro íntimo dos presos políticos, mais uma reivindicação atendida pela direção do presídio. Após pedidos dos militantes, foi criado o chamado *venustério*. Eram duas salas do bloco da administração do IPPS, para onde se dirigiam os militantes e suas esposas e namoradas nos dias de visita. Mário Albuquerque descreve as salas: “era um quarto, uma suíte, tipo um motelzinho. Uma suíte, uma cama de casal, uma mesinha, um ventilador, um pequeno banheiro e uma entrada de ar por cima. Era legalzinho [risos]. Era razoável”.

Vale lembrar que os encontros íntimos dos presos comuns aconteciam nas celas. Inclusive, como revelou o mesmo Mário Albuquerque, era comum que os militantes de esquerda repassassem jornais e revistas que recebiam para os presos comuns porem em suas grades na busca de maior privacidade durante os encontros.

A criação do *vesnustério* para os presos políticos possivelmente se liga novamente à condição social dos mesmos, pessoas de classe média, cuja índole poderia ser atingida caso ficassem se expondo e mantendo relações sexuais em celas comuns.

---

67 ARAÚJO, Paulo César de. *Eu não sou cachorro, não: música popular cafona e ditadura militar*. Rio de Janeiro: Record, 2015.

68 Entrevista com o ex-militante da ALN, Fabiani Cunha, a 28 de março de 2017.

Essa questão do respeito à condição social das famílias dos ativistas fica evidente quando se percebe uma mudança do local das visitas para facilitar os encontros sexuais. É que, de início, no deslocamento para os quartos na administração, havia certo constrangimento. A partir do pátio do banho de sol, onde aconteciam as visitas, os casais tinham que percorrer um extenso corredor para chegar ao venustério. Por mais que buscassem ser discretos, acabavam sendo vistos pelos presos comuns através dos cobogós. Os presos comuns sabiam da intenção dos casais e, ocasionalmente, um ou outro soltava gracejos ou fazia comentários jocosos. Piadas, gracejos e insinuações, envolvendo sexualidade, eram algo inaceitável e/ou constrangedor para aqueles militantes de esquerda armada e suas mulheres.

Para contornar o problema, os presos políticos solicitaram, e a direção do IPPS aquiesceu, que o local em que recebiam as visitas fosse transferido para um salão vizinho às duas salas do venustério. Desse modo, evitavam percorrer o longo corredor e escapariam aos olhos alheios e os gracejos dos presos comuns.

Mas como aí tinha os cobogós, os presos [comuns] ficavam tudo olhando a gente. **Havia um diferencial nas visitas, né?** E a gente para sair, para ir para o local dos relacionamentos com as companheiras, tinha de sair e andar num corredor e ir lá para o apartamento. Era constrangedor, todo mundo sabia que a gente tava indo, né... Os presos [comuns] ficavam andando dentro do presídio, né, só eram recolhidos à noite. Eles viam e sabiam, né? Aí nós reivindicamos ficar num salão ao lado desses dois apartamentos, pois aí era só entre nós [presos políticos], o constrangimento era menor. Discretamente a gente ia para os quartos. [negrito nosso]<sup>69</sup>.

Aquela preocupação ou concessão não foi estendida aos presos comuns, visto que com os papelões nas grades das celas – e eventuais gemidos e barulhos durante os atos sexuais –, todos sabiam o que se passava. Ou seja, as mulheres de classe média, mesmo que fossem as namoradas e esposas de “terroristas”, inimigos do Estado ditatorial, não podiam ter a sexualidade exposta, mas não havia problema para as mulheres dos “pretos e pobres”. No caso destas, a forma de evitar eventuais comentários por parte de outros presos comuns era a violência e a intimidação. Há uma tradição dentro dos presídios brasileiros

69 Entrevista com o ex-militante da ALN, Wiliam Montenegro, a 24 de setembro de 2016.

de presos evitarem até olhar para a mulher de outros internos nos dias de visita, sob pena de acerto de contas posterior, o que implicava em surras e até assassinatos<sup>70</sup>.

Essa questão de evitar a exposição da sexualidade, além da possibilidade de constrangimentos, também se liga, acreditamos, à rigidez moral dos comunistas, conforme sua cultura política<sup>71</sup> e ao próprio conservadorismo da sociedade local<sup>72</sup>. Não que os jovens militantes da esquerda armada tivessem ficado imunes ao impacto das mudanças culturais e comportamentais do final dos anos 1960 (maior liberação sexual, pílula anticoncepcional, minissaia, etc.)<sup>73</sup>. Entretanto, ao contrário do que a ditadura militar pregava em sua contrapropaganda, jovens militantes da esquerda armada apresentavam posturas comportamentais conservadoras e distintas de certo senso comum acerca da geração dos anos 1960. Não podiam beber, por exemplo, e era vedado o namoro ou contatos mais íntimos e sexuais entre eles. Mário Albuquerque e sua namorada, Vera Rocha, por exemplo, quando militavam no movimento estudantil em Fortaleza, em 1968, ao entrarem na clandestinidade e antes de fugirem para Recife, tiveram que casar, numa cerimônia quase secreta, pressionados pelas famílias. Claro que existiram namoros e até casos de gravidez indesejada, mas havia um ideal de comportamento pessoal a ser seguido pelos ativistas e denotava-se, como diz Samantha Viz Quadrat<sup>74</sup>, a diversidade da juventude de uma mesma época e espaço quanto a comportamento, ideologias, etc.

Na prisão, a princípio, pelo menos, aquela rigidez comportamental se fez presente. Na visita feita ao IPPS em 2017, Fabiani Cunha, entre risos com Mário Albuquerque, comentou o seguinte sobre a inauguração do venustério:

---

70 GOIFMAN, Kiko. Op. Cit.

71 FERREIRA, Jorge. Op. Cit.

72 SANTOS, Lúcia Noémia Silva. *Brotinhos e seus problemas: juventude e gênero na imprensa fortalezense da década de 1950*. Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora, 2011. PONTES, Albertina Mirtes de Freitas. *A cidade dos clubes: modernidade e glamour na Fortaleza de 1950-70*. Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora, 2005.

73 RIDENTI, Marcelo. *O Fantasma da revolução brasileira*. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1993. VENTURA, Zuenir. *1968—O ano que não terminou*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1988.

74 QUADRAT, Samantha Viz. A oposição à Unidade Popular. In: \_\_\_\_\_; ROLLEMBERG, Denise; (Orgs). *A construção social dos regimes autoritários*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

O venustério foi um conquista que veio depois, de luta. Aí quando foi [para inaugurar], o Mário tá todo empolgado, tinha uma amiga jornalista e tal. Eu disse: Mário, ele não pode ir. Por quê? Porque o Mário não é casado [risos]. Aí, peraí, então, o Waldemar [Meneses] disse: “então, vai o [José] Ferreira, o líder operário, que era casado, tinha família”. A gente chamou a atenção pela questão da família. A gente tem família, tem que respeitar<sup>75</sup>.

A moralidade comunista acerca da sexualidade manifestou-se em outros momentos, como quando um dos familiares dos presos, para “agradar” os revolucionários, levou prostitutas ao IPPS, num dos dias de visitas. A presença das garotas provocou uma reunião extra e urgente do coletivo. Em nome de sua visão de sociedade e da moral, o coletivo determinou que nenhum dos militantes ficasse com as mulheres, conforme relatou o ex-presos Célio Miranda<sup>76</sup>.

Ou seja, os ativistas não mantiveram relações sexuais com as moças não apenas por aspectos sociais, de se aproveitarem de mulheres que vendiam seus corpos devido à pobreza, mas igualmente em virtude do preconceito que setores da sociedade, em especial a classe média, nutriam pela prostituição<sup>77</sup>. Não ficava bem para a imagem da revolução que seus líderes se envolvessem com “quengas” (como são chamadas as prostitutas no Ceará). Em outra oportunidade, dois militantes armaram um plano para que um companheiro perdesse a virgindade com uma das prostitutas que comumente trabalhava na ala dos presos comuns, isso em segredo, sem que o coletivo soubesse, para não sofrerem repreenda...<sup>78</sup>.

Esse conservadorismo se revelaria também quando do incômodo provocado pela transferência de um preso político homossexual, vindo de São Paulo. Embora não tenha acontecido nenhuma ação ou manifestação homofóbica diretamente contra o militante, a presença do gay virou alvo de conversas e algumas piadas com os familiares, como nos revelou uma das pessoas entrevistadas, que pediu sigilo de seu nome em relação ao assunto<sup>79</sup>.

75 Entrevista com o ex-militante da ALN, Fabiani Cunha, a 28 de março de 2017.

76 Entrevista com o ex-militante do PCBR, Célio Albuquerque, a 8 de julho de 2016.

77 ARAÚJO, Paulo César de. Op. Cit.

78 Entrevista com o ex-militante do PCBR, Mário Albuquerque, a 14 de abril de 2016.

79 Informação concedida ao autor por entrevistado que solicitou anonimato. Entrevista realizada a 22 de julho de 2016. O pesquisador James Green escreveu sobre os enquadramentos, realizados pelas esquerdas, nos anos 60, acerca da homossexualida-

A postura dos presos políticos sobre a sexualidade mudou ao longo dos anos, do mesmo modo que ocorria com o resto da sociedade brasileira. Como chegou a falar um de nossos entrevistados, a prisão provoca “solidão e carência afetiva e sexual”. As carências e a solidão, então, superaram os valores comunistas.

Eram homens, na maioria, na faixa dos 30, 40 anos, que haviam passado boa parte da juventude, a “dourada fase” dos 20 anos, em intensa militância política e, depois, atrás das grades. Mário Albuquerque confessou que uma das razões das festas que os presos passaram a promover nos dias de visitas, na segunda metade dos anos 1970, era “conseguir namorada”.

Atraídas e fascinadas pelo charme, simbolismo e coragem daqueles revolucionários que haviam lutado contra a ditadura, muitas garotas, algumas universitárias e engajadas politicamente no movimento pela Anistia, passaram a visitar os presos no final da década, não raro acontecendo envolvimento amoroso e sexuais. “Eles passaram a se arrumar melhor, começaram a cuidar mais dos cabelos e barbas”, diria uma das pessoas que visitava os ativistas à época no IPPS.

Alguns dos presos apresentavam várias paqueras, o que, por vezes, provocava crises de ciúmes e algum desentendimento. Um deles, casado, se envolveu com uma das jovens. Ao descobrir a traição, a indignada esposa deixou de visitá-lo e queimou no quintal de casa todos os objetos de artesanato e cartas que o marido lhe havia mandado. Quando o militante, enfim, saiu da prisão, após a Anistia de 1979, o casal se divorciou.

---

de: “O primeiro, ligava a homossexualidade ao comportamento burguês e, portanto, à contrarrevolução. O segundo, concordava com conceitos médicos e psiquiátricos, a partir dos quais a homossexualidade era uma degeneração física e emocional. Outra atitude, embora provavelmente inconsciente, se baseava nos ensinamentos católicos tradicionais que consideravam a homossexualidade uma abominação moral. Sentimento anti-imperialista associado ao comportamento homossexual e críticas à homofobia com influências alheias e estrangeiras (leia-se: EUA)”. GREEN, James. “*Quem é o macho que quer me matar?*”: homossexualidade masculina, masculinidade revolucionária e luta armada brasileira dos anos 1960 e 1970, 2012. Disponível em: <http://www.corteidh.or.cr/tablas/r33222.pdf>. Acesso a 27/12/2018.

## 2.6 OS RACHAS DA ESQUERDA

Geralmente, às nove horas da manhã, com o toque de uma sirene, começava o banho de sol ou, como era chamado, o *recreio* para os presos políticos. Estes ficavam separados do recreio dos encarcerados comuns, embora eventualmente os dois grupos pudessem se encontrar e conversar. O portão da rua era aberto e os militantes de esquerda podiam sair do segundo andar do pavilhão, descendo para o pátio.

O banho de sol algumas vezes era às 9h, mas podia atrasar um pouco. Alguém vinha, o vigilante, e abria o portão da rua. Ele, então, levava a gente para o pátio, a gente junto. Ou ia todo mundo junto ou não ia, não podia ir um por um, não. Às vezes alguns companheiros preferiam não descer, ficavam na cela, lendo, porque estava meio doente, ou por que não tavam a fim mesmo<sup>80</sup>.

Esse pátio era uma área mais ou menos retangular, na frente do Pavilhão Sete, com piso de terra batida. O resto da área do IPPS ficava para o banho de sol dos demais detentos. O recreio quebrava a rotina do dia, por isso, era bastante valorizado pelos presos. Não por coincidência, uma das formas de punição imposta pela direção institucional, quando de atritos, fosse com presos políticos ou comuns, era a de suspender o banho de sol. De início, a duração do intervalo era de aproximadamente uma hora, período aumentado ao longo dos anos, por reivindicação dos militantes e distensão nas relações entre estes e a direção carcerária. Ao fim do recreio, os internos deveriam voltar para o corredor de suas celas.

O banho de sol era pela manhã. Tinha duas pessoas aguando e cuidando da horta e o resto jogando bola, ou fazendo ginástica ou treinando arte-marcial. Outros ficavam mesmo só papeando, jogando conversa fora, porque tinha uns que não jogavam [futebol], dependendo da idade ou porque não sabia jogar nada<sup>81</sup>.

Os presos políticos fizeram transformações igualmente nas estruturas físicas do pátio do recreio, ressignificando, conferido outras práticas e sentidos. Esse processo, acreditamos, serviu também de contraponto aos objetivos de controle desejados pelo IPPS e a ditadura, bem como para a reelaboração das identidades dos militantes.

80 Entrevista com o ex-militante da ALN Wiliam Montenegro, a 24 de setembro de 2016.

81 Entrevista com o ex-militante da ALN e PCBR, José Machado, a 4 de agosto de 2016.

Vale ressaltar que, estando restritos ao ambiente em frente ao Pavilhão Sete, os presos políticos não tinham acesso ao campo de futebol (de terra batida) do IPPS, usado, assim, pelos encarcerados comuns<sup>82</sup>.



*Imagem 3: o Pavilhão Sete e o pátio do banho de sol dos presos políticos no IPPS em 2017, sob vários ângulos. Foram diversas as mudanças ali ocorridas ao longo das décadas. Numa das fotos, Fabiani Cunha aparece mostrando detalhes do ambiente em relação ao período em que ficou preso no presídio. O pátio foi um dos espaços ressignificados pelos militantes da esquerda armada.*

Como a área do pátio para o banho de sol era considerável, resolveram os militantes, simpatizantes do esporte, improvisar um minicampo, no qual jogavam vôlei e, sobretudo, futebol. Um minicampo, porque como o número de presos políticos era pequeno, não havia como formar equipes com o número oficial de 11 jogadores, nem eles, em sua maioria, apresentavam condições físicas para jogar num campo de dimensões maiores. Passaram a realizar o que é chamado comumente de *racha*, ou seja, partidas de futebol sem ater-se muito às regras do esporte – equipes com número menor de jogadores (geralmente quatro ou cinco) e uso de pequenas traves (*travinhas*), não raro, sem goleiro.

82 Por trás das grades há um futebol limpo. O Povo, 405/1981. A matéria fala da Liga Esportiva do IPPS, criada pelos presos comuns e que organizava jogos de futebol dentro do presídio.

Apenas de calção, quase sempre sem o uso de chuteiras, os militantes realizavam um jogar por jogar, buscando o divertimento e o lúdico, num processo de sociabilidade, de favorecimento do contato entre os praticantes e até entre os que assistiam aos jogos, elementos que lembram os primórdios do próprio futebol<sup>83</sup>. Um passatempo divertido, com risos, vaias, gozações, às vezes até com jogadas mais duras pela falta de habilidade dos jogadores, por vezes pequenas discussões, que faziam esquecer por alguns momentos os problemas do cotidiano.

Eu jogava bola, sim, jogava péssimo, mas jogava [risos]. Corria, mas sempre péssimo [jogador]. O Mário [Albuquerque] era muito bom jogador. O resto... [riso]. Tinha uns barrigudos lá, que, meu Deus [risos]. Ficavam parados, na garapa. Era uma graça jogando, como o Eduardo Galeno, um intelectual, do PCB. Era uma graça com aquela barriga. Era uma mangação. (...) Vez por outra ocorreu alguma discussão futebol, alguém deu uma porrada no outro, pela falta de habilidade e tal. Mas era coisa de momento, fazia parte do jogo, do futebol<sup>84</sup>.

Ou seja, o futebol contribuía para uma melhor convivência dos militantes. Podia servir para externar ou quebrar alguma aresta e distanciamento entre os presos, questões provocadas por divergências políticas do coletivo ou ainda da fase anterior à prisão.

Eu respeitava muito o [José] Genoíno. Após ele ser preso [na Guerrilha do Araguaia], ele foi levado para São Paulo e lá teve um problema quando deu um chute numa divisória, o que irritou os militares. Ele nega esse chute, mas o certo é que foi transferido para cá depois. E a gente tinha divergências políticas. (...) Quando a gente ia jogar futebol, e eu jogava de goleiro, e modéstia à parte, eu era um bom goleiro, um “paredão”. Rapaz, ele deu um chute tão forte, com tanta força na bola, que a bola bateu aqui [mostra o tórax], que ficou o desenho da bola carimbada. No outro dia, ainda tinha a marca da bola. Mas a gente se respeitava tanto que acabou depois se falando e se desculpando<sup>85</sup>.

---

83 FRANCO JÚNIOR, Hilário. *A dança dos deuses* futebol, sociedade, cultura. São Paulo: Cia. das Letras, 2007.

84 Entrevista com o ex-militante da ALN, Wiliam Montenegro, a 24 de setembro de 2016.

85 Entrevista com o ex-militante da ALN, Fabiani Cunha, a 28 de março de 2017.

Acreditamos ainda que a quebra da rotina pela prática esportiva contribuía para o equilíbrio psíquico dos internos. Era uma espécie de terapia. Entre risos e chacotas, o futebol funcionava como forma de extravasar algum problema emocional ou chamar a atenção para questões psicológicas que afligiam alguns dos presos e dos quais os colegas não poderiam se omitir.

O [T.] tinha falado. Por decisão do coletivo, nós o recebemos. Era melhor ter ele perto, do que nas mãos desses homens [da ditadura]. O [T.] tinha um problema com a família e ele veio tão grilado pra cá... A gente jogava vôlei no campinho também, de piçarra. Ele, num jogo com a gente, se jogava em cima das piçarras, rasgava os peitos, ficava todo ralado. Uma autoflagelação. Eu não aguentei aquilo. Era demais. Eu cheguei para ele e disse: “olha, você vai parar de fazer isso. Vai fazer mais isso, não”. Aí ele ouviu, ficou emocionado e atendeu<sup>86</sup>.

Também era uma forma de tentar manter a forma, fazer alguma atividade física, correr, suar, gastar energia, pois o sedentarismo é igualmente um problema num presídio<sup>87</sup>. Vale lembrar que nos anos 1970 cada vez mais difundia-se a ideia do esporte como uma maneira de manter a saúde<sup>88</sup>. Outros presos faziam apenas exercícios físicos. O que importava era movimentar os corpos, especialmente porque alguns ainda acreditavam na liberdade iminente ou no triunfo da guerrilha do Araguaia e na continuação da revolução, e esta exigia bom condicionamento físico.

Por vezes, os militantes de esquerda chegaram a jogar contra os presos comuns, isso já numa fase de maior liberalização e abertura do regime, no final dos anos 1970. Os “terroristas” chamavam muito a atenção dos presos comuns, por sua organização coletiva e por serem “gente estudada” que cumpria pena igual aos “malandros”, conforme veremos no capítulo 3. Nesses casos, o futebol igualmente era uma forma de sociabilidade e de aproximação daqueles dois grupos de internos cuja convivência direta era interdita. “Uma vez eu me meti a jogar entre eles, no campo grande. Rapaz, porra, eu quase morria

---

86 Entrevista com o ex-militante da ALN, Fabiani Cunha, a 28 de março de 2017.

87 GOIFMAN, Kiko. Op. Cit.

88 CÔRTEZ, Joana Santos Rolemberg. *Dossiê Itamaracá: cotidiano e resistência dos presos políticos da Penitenciária Barreto Campelo, na ilha de Itamaracá-PE (1973-79)*. 2012. 196 f. Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica da São Paulo, São Paulo, 2012.

[riso]. Eles jogavam muito pesado. Mas eles respeitavam a gente”, disse Mário Albuquerque.

Apenas em determinados momentos especiais, como em alguns dias de visitas, os presos políticos tinham acesso ao campo principal do presídio. Olhando os arquivos da Associação 64-68 achamos duas fotos que remetem à prática do futebol pelos presos políticos. Não há certeza sobre a data das mesmas. Na primeira (imagem 4), possivelmente de 1977, segundo Mário Albuquerque, estão onze presos políticos, originários de várias organizações de esquerda, não apenas as armadas, ressalte-se. Fernando Macambira, por exemplo, natural de Canindé, havia pertencido ao PCBR. Auto Filho, que inclusive seria décadas depois secretário de cultura no governo de Cid Gomes (gestão entre 2006-10), era trotskista; Waldemar Menezes, pernambucano, ex-seminarista, havia sido da ALN<sup>89</sup>. Ficava clara a integração, a sociabilidade, que o lazer, especificamente o futebol, possibilitava. Apesar de formarem dois times – há cinco jogadores com camisas claras e outros cinco sem camisas –, estavam juntos, unidos pela mesma causa, ali pelo menos, ainda que tivessem divergências políticas e até pessoais entre si.



*Imagem 4: da esquerda para direita. Em pé: Fernando Macambira, Waldemar Menezes, Mário Albuquerque, Auto Filho e José Sales. Agachados: Benedito Marques, Carlos Alberto, Anário Batista, José Ferreira, Jonas Daniel e José Castiliano. Foto obtida na Associação Anistia 64-68.*

89 OLIVEIRA, Papito (Org.). *Vozes silenciadas*. Fortaleza: Imprensa Universitária, 2009.

Na foto, ao fundo, um dos pavilhões do IPPS, imponente, mas para o qual os presos dão as costas. Naquele momento, a atenção é o futebol e a câmera fotográfica, registrando para a posteridade o momento de descontração e proximidade. A fotografia deixa transparecer um clima de certa tranquilidade. Alguns dos militantes estão sorrindo, outros estão com as mãos e braços apoiados nos colegas, denotando companheirismo. As poses evidenciam certo relaxamento, descontração. Apenas um dos presos tem uma pose mais arredia, José Sales de Oliveira, ex-dirigente da ALN e visto por muitos dos ex-militantes como “imprudente” no já comentado caso de São Benedito, por ter “falado demais”. Talvez daí sua pose comedida, formal, transparecendo certa dificuldade de estar ali ou de ser fotografado com os companheiros.



*Imagem 5: conforme o ex-presos político Mário Albuquerque, estão na foto, em pé, da esquerda para a direita: Carlos Alberto, Gondim Neto, José Jerônimo, José Genoino, José Ferreira, José Rubens, Oswald Barroso. Agachados: Francisco Wiliam Montenegro, Manoel Dias de Fonseca Neto, Fabiani Cunha, Valdemar Rodrigues de Menezes e Mário Miranda de Albuquerque. Foto obtida na Associação Anistia 64-68.*

A outra fotografia (imagem 5) data provavelmente de 1978, conforme Mário Albuquerque. Era um dia de visitas, o que se conclui pela presença de crianças. Vivia-se um momento no qual a campanha da Anistia ganhava corpo no Brasil e os protestos de rua contra a ditadura eram consideráveis. Nessa foto, não aparece nenhum pavilhão do

presídio – ao fundo, um pedaço do muro do IPPS (há até uma guarita), mas que parece sumir, pela distância e pelo cenário, e um horizonte com vegetação a perder de vista. Talvez o fotógrafo desejasse passar um ideal de liberdade, um futuro melhor em perspectiva.

Na foto, os presos políticos apresentam uma posição comum das equipes profissionais de futebol: perfilados, em poses mais solenes, braços cruzados, encaram a câmara com poucos sorrisos<sup>90</sup>. São uma equipe – e uma equipe unida, sim, uma equipe de “guerreiros”, pres-tes a (aparentemente) enfrentar um adversário poderoso. Estão quase todos uniformizados, com camisetas brancas e variações dos calções, improvisados – o único de calças era o dramaturgo cearense, ligado ao PCdoB, Oswald Barroso, que serviu de árbitro, conforme nos revelou<sup>91</sup>.

As camisas apresentam como escudo, no lado esquerdo, um tradicional símbolo socialista: uma estrela, vermelha, segundo os entrevistados. Tratava-se de um jogo entre os presos políticos e os visitantes, num sábado à tarde. Pelo que apuramos, era grande a presença de parentes, amigos e simpatizantes da causa da Anistia ali presentes, no entorno do campo – no final dos anos 1970, houve considerável aumento do número de visitas aos presos políticos do IPPS, ao contrário do início da década, conforme veremos melhor no capítulo 4. Sob essa perspectiva, aquela partida não era apenas um ato de congregação ou de lazer. Tinha igualmente um sentido político, como se percebe pela quantidade de pessoas presentes, a pose dos jogadores e o escudo vermelho. Não se deixava de mostrar a postura, firmar a condição dos presos políticos, desafiando a ditadura e clamando pela liberdade. Nada mais irônico que, já nos estertores do regime, os militantes de esquerda encarcerados para serem ressocializados, o que passava pelo fim de suas ideologias “exóticas”, estivessem dentro do presídio ostentando seus símbolos socialistas e mostrando uma posição política.

Se o futebol teve vários usos para os presos dentro dos muros, a modalidade “oficial” não escapou igualmente a posicionamentos políticos dos militantes. A seleção de futebol do Brasil, bastante vitoriosa na primeira metade dos anos 1970, provocou divisão entre as esquerdas. Não poucos ativistas torciam contra o selecionado, pois concebiam o futebol como uma prática alienante, ópio do povo, que ao vibrar com os gols de Pelé e companhia, esqueciam os problemas sociais e a ditadura.

---

90 FRANCO JÚNIOR, Hilário. Op. Cit.

91 Oswald Barroso, ex-militante do PCdoB, entrevistado a 6 de setembro de 2017.

Não apenas isso: como o regime buscou capitalizar com as conquistas da seleção, os presos políticos concebiam que torcer contra constituía-se forma de marcar oposição aos militares, impedindo-lhe de continuar a “manipular a massa”. No clima de nacionalismo do começo dos anos 1970 – um ufanismo difuso na sociedade, no contexto do crescimento econômico do País, e não apenas devido à propaganda do governo<sup>92</sup> –, tais posicionamentos eram tomados como “traição à pátria” por outros atores sociais. Não raro, nestas ocasiões, podia haver repreendas por parte dos agentes da ditadura.

À noite tinha um televisor, coletivo, no corredor. Eles [funcionários do presídio] ameaçavam tomar o televisor quando a gente se posicionava contra algo. Por exemplo, ao apoiar a causa palestina contra Israel. Quando o Brasil jogava, a gente torcia contra [risos]. Eles [os funcionários] ficavam putos. Não tomaram a televisão, não. Mas eles nos esculhambavam [risos]<sup>93</sup>.

Existiam militantes, todavia, que de tão apaixonados pelo futebol, não deixaram de torcer pelo time verde e amarelo. Alguns em silêncio, por temerem serem tachados de “alienados” pelos companheiros. Eram, como disse o historiador Hilário Franco Júnior<sup>94</sup>, os duplamente clandestinos.

Outros encarcerados não temiam essas censuras e adotavam a tática de “torcer criticamente”, até como maneira de desconstruir o discurso da ditadura, a qual acusava os militantes de esquerda de serem “maus brasileiros” e estarem a serviço do comunismo internacional. Numa época de intenso patriotismo, os ativistas concebiam que o “torcer contra” tornava ainda mais complicada a convivência com os internos comuns e funcionários.

O torcer contra abrangia pouquíssimas pessoas, o pessoal mais intelectualizado. Havia esse clima de torcer contra, mas não chegou a ser uma posição [do coletivo]. Porém, na hora H, muitos se traíam e explodiam acompanhando o grito geral do presídio pelo gol da “canarina”. Eu e muitos outros sempre nos manifestamos contra essa de torcer contra. Entendíamos as razões, manipulação das massas pelo futebol, mas achávamos que torcer contra era

---

92 ARAÚJO, Paulo César de. Op. Cit., p. 223.

93 Entrevista com o ex-militante da ALN e PCBR, José Machado, a 4 de agosto de 2016.

94 FRANCO JÚNIOR, Hilário. Op. Cit., p. 144.

fazer o jogo da ditadura, cair em sua armadilha, reforçando a propaganda de que éramos terroristas a serviço de potências estrangeiras, no caso, os países comunistas, não éramos patriotas, eles sim. Ademais, estávamos dentro de um presídio comum, e a massa carcerária podia voltar-se contra nós. Razão pela qual defendíamos um torcer criticamente<sup>95</sup>.

A área do pátio do recreio foi usada também para a instalação de uma horta. Afora ser mais uma ocupação e trabalho para os detentos, a plantação permitia o fornecimento de legumes que complementavam a alimentação dada pelo presídio e aquela trazida pelas visitas. Pelo que pudemos perceber, havia certo orgulho e carinho dos internos quanto à horta, afinal, estavam trazendo vida, produção, para um ambiente pesado, tenso, como é uma prisão.

A horta era, talvez, uma metáfora de suas próprias vidas: precisavam se (re)criar, se reinventar, dentro dos cárceres. Os principais responsáveis pelo cultivo foram três ex-militantes da ALN, o operário José Ferreira Lima e os ex-estudantes Valdenor Arrais e Fabiani Cunha, este de origem indígena e neto do conhecido escritor cearense Quintino Cunha.

Nascido na Paraíba, com forte herança sertaneja, não surpreende que Fabiani tenha buscado se envolver no IPPS em algo que lembrasse seu passado, ou seja, que firmasse traços de sua trajetória pessoal e origem, após tantos traumas. Fabiani, ex-acadêmico de direito e boxeador, fora torturado por mais de 40 dias na sede da Polícia Federal de Fortaleza. Afora a horta, passou a criar e a ter contato com animais dentro do presídio, conforme revelou em seu depoimento:

Eu tinha um gavião, treinado, que toda tardinha, chegava por aqui e eu alimentava ele pelos combogós. Eu botava ele pra pegar rato. Tive também um sabiá que cantava que era uma flauta e uma gata do mato, maracajá, que dei o nome de Iara, em homenagem à companheira do Carlos Lamarca. Essa gata eu treinei desde nova para caçar. Ela ia no mato [entorno do presídio] e depois voltava, subia no pavilhão e ia para a cela. Um dia os presos comuns me deram um preá, que eles tinham matado. Aí eu disse para eles: “olhem o que a gata vai fazer”. Eles jogaram o preá no chão e a gata foi em cima, pegou o preá e trouxe para meus pés. Eles riram e perguntaram, “diabo é isso, é um

---

95 Entrevista com o ex-militante do PCBR, Mário Albuquerque, a 14 de abril de 2016.

gato ou um cachorro?”. Eu criei também três boês, um tipo de graúna. Os presos levaram um ninho de boês e eu criei eles desde filhote, que eu alimentava com abelha<sup>96</sup>.

Os serviços de manutenção da horta estavam entre as responsabilidades estabelecidas pelo coletivo para os presos políticos. Era necessário aguardar o cultivo de cebolas, tomates, batatas, pimentão, coentro, etc., combater as ervas daninhas, adubar o solo e, curiosamente, retirar o papel higiênico jogado pelos presos comuns. Um dos ex-presos, José Machado, acusou a direção de estimular esta prática:

A horta era mais ou menos do tamanho de uma quadra de futebol de salão. Era com a horta que a gente fazia a sopa de todo dia. A gente fazia a colheita na sexta pela manhã e dava para cada família que vinha nos visitar nos sábado uma quantidade X de verdura. A quantidade que a gente recolhia dava para uma semana. E não tinha assim nenhum grande agricultor. A gente comprava aqueles pacotinhos com sementes e seguia as instruções. Todo preso tinha que dar dois dias de serviços na horta, aguçando e limpando. A direção da penitenciária estimulava os presos comuns a jogar papel higiênico sujo de merda na horta. A gente comia as folhas, então, tinha que tirar o papel higiênico<sup>97</sup>.

Pode ser que essa prática de jogar papel higiênico na horta (ao que parece, rotineira nos primeiros tempos do IPPS) indicasse um sinal de restrição dos presos comuns aos presos políticos. Nos depoimentos de nossos entrevistados, foi unânime o tratamento e a relação cordial dos demais internos para com os ditos “subversivos”. De fato, pode ser que assim o fosse, embora, por outro lado, não se possam descartar as reconstruções de memórias feitas no presente pelos antigos militantes. Encarcerados como defensores da revolução socialista e portadores de uma cultura comunista que exalta a igualdade, talvez seja-lhes constrangedor hoje reconhecer que apresentavam direitos negados ao resto da massa carcerária e que isso provocou alguns problemas de relacionamento.

Não por coincidência, na transcrição acima, o entrevistado pôs a culpa na direção do presídio sobre o referido problema dos papéis higiênicos. Não deve ter passado incólume aos presos comuns que os “terroristas” tivessem privilégios que eles não possuíam, como os de

---

96 Entrevista com o ex-militante da ALN, Fabiani Cunha, a 28 de março de 2017.

97 Entrevista com o ex-militante da ALN e PCBR, José Machado, a 4 de agosto de 2016.

fazer as próprias refeições, ter uma horta e ficarem isolados em uma ala. Com o passar dos anos, com alguma convivência, essa restrição pode ter se diluído ou diminuído, mas nos primórdios, atirar papel higiênico era um modo de os internos comuns mostrarem seu descontentamento, de atingir moralmente – papel higiênico sujo – os militantes da esquerda armada e boicotar o trabalho destes.

Conforme Fabiani Cunha e William Montenegro, a produção da horta era tamanha que os presos políticos forneciam mesmo parte da produção para o rancho do presídio e para seus familiares nos dias de visita. Repassar hortaliças aos parentes era motivo de regozijo, pois, embora não houvesse essa cobrança, os ativistas sentiam-se mais úteis e, minimamente, retribuía com alguma coisa o apoio e o carinho que recebiam das famílias.

Entre os cultivos da horta, chamou a atenção a plantação de erva-cidreira, cujo chá é visto popularmente como calmante. Um sinal, talvez, do estado psicológico de muitos dos presos nos cárceres. José Machado em seu depoimento contou que vários de seus companheiros tomavam remédio no IPPS para conseguir dormir e Fabiani Cunha afirmou que muitos dos presos políticos ganharam “problemas de nervos” durante o período na prisão, problemas que prosseguiram após a libertação no final dos anos 1970.

No pátio, nas proximidades da horta, logo nos primeiros anos da década de 1970, foi plantada uma mangueira por José Ferreira Lima, o que provocou surpresa e críticas por parte dos companheiros. Conforme Mário Albuquerque, na ocasião, alguns dos militantes recriminaram Ferreira, crenças ainda na revolução armada e na iminência da saída da prisão.

(...) Causou estupor a decisão do Ferreira de plantar um pé de mangueira no pomar do presídio onde os presos políticos tomavam banho de sol. “Pessimismo é esse Ferreira? Mangueira demora a dar frutos. Antes dela dar a primeira manga nós estaremos livres”. Foi o comentário geral. “Nós ainda vamos comer muita manga dessa mangueira”, retrucou o Ferreira na sua experiência e sabedoria<sup>98</sup>.

Pessimismo ou não, a mangueira plantada por Ferreira pode ser vista como uma quase metáfora dos sonhos, frustrações e das mudan-

---

98 Entrevista com o ex-militante do PCBR, Mário Albuquerque, a 14 de abril de 2016.

ças que os presos políticos sofreram na década de 1970 no IPPS. Mesmo derrotados e torturados pela ditadura, alguns sonhavam com a liberdade iminente e a volta à luta. Outros desses militantes, contudo, já haviam feito críticas quanto ao ideário de luta armada. Preferiram fincar raízes em outros projetos, pessoais ou políticos.

A frustração dos primeiros foi grande. Todos, porém, pagaram grande ônus pela empreitada. Meses, anos, a juventude atrás das grades, com custos psicológicos, sentimentais e de saúde. Mas a estadia forçada dentro dos muros do IPPS não foi apenas um cumprimento de pena. Pelas brechas do sistema, com pressões, recuos, lutas, os militantes mudaram o presídio, transformaram celas da burocracia em espaço de amor, terras áridas em local de produção, momentos de estudos em horas de autocrítica. Tais os frutos da mangueira, tiveram o que colher depois, pois mudaram, fizeram reflexões, estudaram. Mudaram e foram mudados pelo presídio. Não saíram do presídio de mãos abanando por completo. Cultivaram novos sonhos e colheram frutos.

## 2.7 MÃOS QUE FAZEM

Como vimos, uma das conquistas dos presos políticos do IPPS foi a de trabalhar numa oficina, na produção de peças de artesanato e de arte. Abordaremos a seguir aspectos variados dessa produção, sem esgotar o tema, cuja dimensão, pelo que percebemos, poderia dar margem a uma pesquisa específica.

Também não pretendemos realizar uma discussão aprofundada sobre o que são artesanato e arte popular, por fugir ao objeto principal desta pesquisa. Restringimo-nos a algumas diretrizes e aspectos da produção artesanal/artística e da circulação de objetos que acreditamos impactaram na reestruturação identitária e de projetos políticos dos militantes da esquerda armada.

Lembrando lições de Certeau<sup>99</sup>, é importante pensar que arte e artesanato não são definidos por uma essência, mas, sim, por suas práticas e significações para os diversos grupos sociais em determinadas temporalidades. São os usos e apropriações pelas pessoas nas respectivas épocas e espaços que devem ser observados para tentar entendê-los e distingui-los. Souza Barros<sup>100</sup> defende a inexistência da separação

---

99 CERTEAU, Michel de. Op. Cit.

100 BARROS, Manuel de Souza. *Arte, folclore e subdesenvolvimento*. Rio de Janeiro:

entre a arte em geral e o artesanato, chamando, porém, a atenção para a forma que são feitas as peças. Geruza Silva entende que:

A diferença entre a arte popular e o artesanato estaria no profundo compromisso com a originalidade que o artista popular possui e que para o artesão seria uma situação meramente eventual. O artista necessitaria de dominar a matéria-prima como o faz o artesão, mas estaria livre da ação repetitiva frente a um modelo ou protótipo escolhido, partindo sempre para fazer algo que seja de sua própria criação<sup>101</sup>.

Assim, uma distinção está nas peculiaridades inerentes ao processo de produção e venda das peças. O artesão, ao descobrir um modelo de produção que o satisfaz, repete esse modelo de confecção a partir de uma matriz original, num padrão de trabalho. A obra de arte, por sua vez, é peça única, ainda que, em determinadas situações, se tomada como referência, possa ser confeccionada como artesanato. Na arte popular, o artista produz obras assinadas, a peça apresenta elementos estéticos e culturais e possui maior valor econômico que as peças artesanais<sup>102</sup>. A partir dessas reflexões, entendemos que, em rigor, os presos políticos do IPPS não seriam artesãos na acepção do termo, visto que, como veremos, trabalhavam eventualmente e não viviam da labuta do artesanato e da arte, com a produção tendo outros fins.

Não obstante, os objetos confeccionados na oficina do presídio cearense, podiam ser vistos, na maior parte das vezes, como peças de artesanato, tendo ocorrido igualmente a produção do que se pode chamar de arte, conforme a definição referida.

O historiador inglês Peter Burke<sup>103</sup> defende o uso da imagem (gravuras, pinturas, fotografias) na produção historiográfica. São importantes formas de evidência histórica, tais quais textos e depoimentos orais. São testemunhos oculares, mudos. Não obstante, o autor adverte para a necessária apuração crítica na intenção de melhor entender o que essas “testemunhas” estão querendo transmitir, “aprender algo que os artistas desconheciam estar ensinando”<sup>104</sup>.

---

Itambé, 1979.

101 SILVA, Geruza. *Artesanato: identidade e trabalho*. 2014, 180 f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2014, p. 28.

102 Ibidem.

103 BURKE, Peter. *Testemunha ocular: História e imagem*. Bauru (SP): EDUSC, 2004.

104 Ibidem, p. 18.

É, pois, uma tarefa difícil. Burke entende que as imagens são tanto evidências da história como a própria história: podem ajudar a entender o sentido dado por uma sociedade ao mundo numa época e cuja produção pode expressar um comportamento distinto dentro de uma escala social. Usam-nas para a manutenção de governos despóticos ou servem de instrumentos de protesto.

É possível que imagens, não raro, mais distorçam e idealizem uma realidade, do que a reflitam. Apesar disso, a arte, pode, sim, fornecer aspectos dessa realidade e mesmo as distorções, se bem compreendidas e questionadas, apresentam importância para a pesquisa – por que houve tais distorções, quem as fez e com quais propósitos? Qual a concepção do *outro* naquela sociedade? Uma série de imagens oferece testemunhos mais confiáveis que imagens individuais e o pesquisador deve ler as entrelinhas, atentando-se aos menores detalhes na busca de elementos significativos, que podem revelar metáforas ou facetas do cotidiano, por exemplo. Burke questiona: significado da imagem para quem? Do mesmo modo que uma obra de arte tem vínculos com o contexto sócio histórico (cultural, político, etc.) de sua produção, também apresenta um significado com as épocas e com os atores sociais que a interpretaram.

Ao longo dos anos, a produção de artesanato na oficina dos presos políticos do IPPS foi se qualificando e se diversificando. Vários dos entrevistados citaram a confecção de produtos como sapatos, sandálias, bolsas, sacolas, colares, cinturões, capangas (pequena bolsa de mão usada por homens nos anos 1970 e início dos 1980), pendentos de corda (para pendurar vasos de samambaias, cujo cultivo era *moda* nos anos 1970 e 1980<sup>105</sup>), porta-lápis, canetas (revestidas com linhas), canecas (latas de cerveja envolvidas com linha ou couro) e até pequenos móveis de bambu (bancos). Exemplos de obras de arte podem ser citados, como desenhos, quadros de madeira ou de couro, em técnica de xilogravura e pirogravura.

Foram técnicas desenvolvidas e aperfeiçoadas pelos presos com o passar dos anos por vários motivos. Algumas vezes, por suas próprias experiências e reflexões sobre como aprimorar a produção. Havia a contribuição possibilitada com a chegada de novos presos políticos, que traziam consigo as experiências de outros presídios Brasil afora – Mário Albuquerque disse, por exemplo, que a técnica de pirogravura

---

105 <http://www.plantasonya.com.br/tag/samambaias/page/8>. Consultado a 23/05/2017.

no Paulo Sarasate foi incrementada com a vinda de José Genoíno de São Paulo, em 1975.

Outras vezes, as técnicas de confecção eram aprimoradas por influências, imitação até, pois os presos do IPPS recebiam objetos artesanais e artísticos de outros presídios, do mesmo modo que enviavam os seus. Ocorreu também de realizarem cursos de produção: um amigo de William Montenegro, Flávio Sampaio, que então presidia a secção local da Associação Brasileira de Artesãos, chegou a dar um curso sobre uso de couro aos internos do IPPS, conforme relatou o mesmo Mário Albuquerque e constatamos na imprensa da época<sup>106</sup>.

Alguns artistas cumpriram penas no IPPS, como Oswald Barroso, em 1977-78, dando contribuição para a criação artesanal e artística. No que toca à produção artesanal, como estamos aqui entendendo, nenhum dos ativistas da esquerda armada havia exercido a atividade antes da prisão. Mas pelo que foi dito pelos entrevistados, aqueles militantes que tinham trabalhado anteriormente em ofícios manuais ficaram conhecidos por apresentar maior habilidade na produção artesanal dentro do IPPS. Um dos casos citados foi o de José Ferreira Lima, antigo militante da ALN. Ferreira tornou-se famoso entre os colegas pela habilidade com a qual confeccionava, em quantidade e qualidade, sapatos, sandálias, bolsas, etc., cujas vendas ajudavam a manter sua numerosa família.

Havia sido têxtil, destacando-se na mobilização de sua categoria em meados dos anos 1960, quando pertencia ao PCB. Caiu na chamada *lista negra*, ou seja, operários que as empresas não contratavam por serem “problemáticos”. Essa uma prática muito comum das fábricas de Fortaleza à época<sup>107</sup>. Com o golpe de 64, a perseguição a Ferreira intensificou-se. Sem emprego, por força das circunstâncias, virou metalúrgico. Por ironia, a pequena metalúrgica em que trabalhava foi subcontratada para produzir parte das grades do IPPS, quando da construção do presídio no final dos anos 1960. O mesmo local onde depois Ferreira cumpriria pena por seus crimes

---

106 A associação que defende o artesão e o artesanato. O Povo, 1/4/1981. Na matéria, o presidente da Associação de Artesão, Flávio Sampaio, informa que em 1975 ministrou um curso de artesanato no IPPS, reunindo 100 detentos.

107 RIBEIRO, Francisco Moreira. *O PCB no Ceará*. Fortaleza: Edições UFC/ Stylus Comunicações, 1989.

de “subversão”<sup>108</sup>. À curiosa coincidência, em tom de brincadeira, não perdoavam seus companheiros de cárcere, conforme contou Mário Albuquerque: “Porra, Ferreira, por que tu não botou pouca solda nessas grades?, costumávamos tirar sarro dele” [risos].

Como ficou acertado em decisão do coletivo de presos políticos, os ganhos pecuniários do trabalho na oficina eram apenas daqueles que se dedicavam à labuta. Não havia uma obrigatoriedade para todos os militantes trabalharem na produção artesanal, como acontecia no caso da cozinha. Dedicar-se ao artesanato era de livre escolha do interno, pois nem todos tinham a habilidade ou interesse no ofício. Cabia também ao preso, através da família, adquirir a matéria-prima, produzir e vender as peças. Cada um tinha o seu dia e um horário flexível na oficina, trabalhando sozinho, via de regra.



*Imagem 6: peças de artesanato produzidas pelos presos políticos do IPPS nos anos 70. Colares, sandálias, sacolas e bolsas. Fotos obtidas junto aos ex-militantes entrevistados e seus parentes.*

A entrega da matéria-prima pela família e o repasse da produção aconteciam nos dias de visitas, aos sábados. Célio Miranda afirmou que houve algumas ocasiões em que carcereiros mais próximos também ajudaram a trazer matérias-primas (couro, tinta, etc.) para o

<sup>108</sup> Pedido de Indenização de Francisco Ferreira à Comissão Estadual de Anistia Wanda Sidou, a 12 de abril de 2003. Acervo da Associação Anistia 64-68.

presídio, quando o material acabava, e a conduzir as peças para os familiares dos presos durante os dias da semana em virtude de encomendas urgentes.

Em posse das peças, os familiares buscavam vendê-las, negociando, não raro, com amigos e outros parentes, embora igualmente pudessem repassá-las a alguns estabelecimentos comerciais, dos quais recebiam até encomendas. Havia uma verdadeira rede de apoio e venda para os produtos feitos pelos presos políticos do IPPS. Embora nunca tenha apresentado grandes lucros, de início, pelas dificuldades próprias às vendas artesanais e por possivelmente se tratar de objetos produzidos por “subversivos”, esse comércio era mais restrito, com poucos ganhos.

Vale lembrar que a situação financeira das famílias dos presos políticos cada vez mais se agravava à proporção que a permanência dos maridos e pais no presídio se prolongava. Por outro lado, não foi desprezível a solidariedade de algumas pessoas na rede informal de comércio de peças artesanais. Contou-nos Ernesto Sales, filho de José Sales:

[Os lucros] ficavam lá em casa. Escoávamos a produção, sandálias, bolsas, talhas, móveis de couro com bambu, etc. A gente comprava a matéria-prima no Toinho do Mercado Central. A gente nunca conseguia pagar tudo que comprava de matéria prima, sempre estávamos com a corda no pescoço, se não fosse a generosidade desse Toinho na maioria das vezes. (...) Todo mundo sabia que éramos a família do [preso político] Sales<sup>109</sup>.

No final dos anos 1970, com a abertura política da ditadura e o engajamento de vários setores da sociedade na campanha da Anistia e libertação dos militantes, parece ter existido maior procura pelo público e facilidades na negociação da produção artesanal dos presos políticos do IPPS. Adquirir uma das peças poderia ser visto como uma forma de apoiar aquelas causas. A comercialização dos produtos passou a acontecer em mais áreas públicas.

Nadja Miranda de Albuquerque, irmã de Mário Albuquerque e participante da campanha da Anistia, atualmente residente no Canadá, em conversa pelo aplicativo de comunicação *WhatsApp*, disse que os familiares buscavam áreas onde houvesse grande concentração de

---

109 Conversa com Ernesto Sales, filho do ex-militante da ALN, José Sales de Oliveira, pelo grupo “Memorial IPPS” do aplicativo de comunicação *WhatsApp*, a 17/05/2017.

populares, para melhor vender as peças e divulgar a situação política do País. Quando de um show do cantor carioca Martinho da Vila no Theatro José de Alencar, no centro de Fortaleza, os familiares não titubearam em montar uma barraquinha na calçada. Ao saber que havia pessoas vendendo artesanato de presos políticos do Ceará, o cantor mandou comprar todas as peças em sinal de apoio<sup>110</sup>.

A venda das peças foi favorecida pela conjuntura econômica local. Segundo Flávio Teles Cardoso<sup>111</sup>, na segunda metade da década de 1970 e começo da década seguinte, houve um incremento da atividade comercial de artesanato em Fortaleza, inclusive com apoio do governo estadual. Surgiram, então, várias feiras na cidade, onde os artesãos podiam expor seus trabalhos e comercializá-los. Os familiares dos presos políticos e, depois, os membros da campanha pela Anistia montavam barraquinhas nas feiras, que passaram a acontecer em locais como o calçadão da Avenida Beira Mar, o Passeio Público e a Praça Portugal, e vendiam o artesanato.

Nesse aspecto, as peças artesanais e artísticas desenvolvidas pelos militantes iam além das possibilidades de obter algum dinheiro e preencher o tempo dos encarcerados no IPPS. Eram ressignificadas, na linha do entendimento de Certeau<sup>112</sup>, conforme as práticas e apropriações dos indivíduos e grupos.

Os objetos de artesanato constituíam-se *signos*, usando a definição da semiótica, ou seja, meios de fazer a representação mental de um objeto, de uma ideia, de um desejo, atribuindo um valor, significado ou sentido, de modo a torná-los transmissíveis em forma de mensagem. Para a semiótica, temos a compressão de algo por meio de estímulo físico, um entendimento estabelecido entre o *eu* e o *objeto*.

Em outras palavras, damos sentidos às coisas que nos rodeiam. Assim, por exemplo, o lugar em que se senta entendemos como uma cadeira. Signo é a referência do que temos em mente. Ao atribuir um sentido a algo, formam-se signos, portanto. O signo apresenta dois elementos, *significante* e *significado*. *Significante* é o aspecto compreensível, a representação mental, o conceito, o ente abstrato do signo, para

---

110 Conversa com Nadja Miranda de Albuquerque, pelo grupo “Memorial IPPS” do aplicativo de comunicação WhatsApp, a 17/05/2017.

111 CARDOSO, Flavio Teles. *Traduzindo a tradição: a construção do significado do artesanato no Ceara contemporâneo (1987-2002)*. 2010, 130f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2010.

112 CERTEAU, Michel de. Op. Cit.

que serve o signo. A cadeira serve para sentar, o carro serve para se deslocar.

O *significado* é o sentido verdadeiramente que se atribui ao signo, além do aspecto material. Qual a importância dessa cadeira, o que ela concretamente representa para as pessoas? E aí pode haver vários sentidos, conforme indivíduos e grupos sociais, divergentes ou convergentes e de acordo com elementos culturais, sociais, espaciais, históricos, etc.<sup>113</sup>.

Dessa forma, as peças de artesanato dos presos políticos do IPPS são signos, são objetos produzidos por internos de um presídio. O significante dessas peças, a priori, é utilitário ou estético. Se tem uma bolsa ou um par de chinelos para usá-los no dia-a-dia. O detalhe é seu significado. Para os presos políticos, para seus familiares e amigos, até para os agentes da ditadura, como veremos, as peças apresentavam outros sentidos, traziam outras implicações, de importância política, pessoal ou sentimental.

Não por acaso, os parentes conservaram muitas dessas peças. Usavam-nas, sim, mas as conservavam, as guardavam com carinho, a ponto de se emocionarem ao mostrá-las para a presente pesquisa. Como signos, as peças artesanais e artísticas dos presos políticos do Paulo Sarasate apresentavam vários significados. Eram instrumentos de divulgação, forma de comunicação dos presos com o mundo externo, denotando sua existência e condição de encarcerados, bem como denunciando e criticando a ditadura.

Não era à toa que os ativistas, mesmo com seu trabalho individual, insistiam em gravar nas peças de couro e madeira a expressão *Presos Políticos do Ceará*, o que não foi aceito pela direção do IPPS – como vimos, a ditadura não reconhecia a existência de inimigos políticos encarcerados no Brasil.

Após intensa mobilização e negociação, chegou-se a um acordo, sendo aceito que se gravasse nas peças a sigla *PPCe*, iniciais daquela expressão. Era uma forma de o presídio tentar esconder, pois, a existência dos presos políticos. Ao circularem fora do presídio, as peças furavam o discurso oficial, deixando claro que o regime, ao contrário do que propagava, mantinha, sim, presos políticos no Ceará e que havia um regime de exceção no País. Ao serem comercializados numa “baraca dos presos políticos” – e os militantes pela Anistia e familiares

113 SANTAELLA, Lúcia. *O que é semiótica*. São Paulo: Brasiliense, 2012.

faziam questão de deixar isso bem claro e explicar o porquê daquela sigla -, os objetos estavam cumprindo sua função de comunicação e denúncia.

Essa perspectiva de comunicação do artesanato, de divulgação da condição de presos políticos no IPPS, sem descartar outros sentidos, como o financeiro, levava até os presos a mudarem o processo de concepção e produção das peças no IPPS. Foi o que se deu quando de um congresso norte-nordeste de farmacêuticos acontecido em Fortaleza, em 1976.

Pelo depoimento de Mário Albuquerque, um dos organizadores do evento, Edson Pereira, membro do Conselho Regional de Farmácia e ligado ao PCdoB, articulou a encomenda de sacolas de couro para os farmacêuticos partícipes junto aos presos políticos do IPPS<sup>114</sup>. Afora a ajuda financeira, a encomenda apresentava um posicionamento claramente político, de crítica ao regime.

Naqueles meados dos anos 1970, quando se incrementava a oposição à ditadura, um evento com muitos participantes, repercutido pela imprensa e cujo material fora produzido por presos políticos, certamente chamava a atenção para a problemática. Em casos de grandes encomendas de artesanato, até pelo volume de peças a serem confeccionadas, alterava-se a rotina da rua dos militantes políticos do IPPS. Eles estabeleciam, então, jornadas especiais de trabalho na oficina, com a labuta e a divisão dos ganhos obtidos na venda passando a serem coletivas. Os presos políticos reuniam-se para discutir detalhes da produção (tamanho das peças, cores, desenhos, etc.) e estabeleciam qual o quinhão do total do pedido caberia a cada um produzir, acertando-se igualmente um horário especial de revezamento na oficina.

As peças serviam ainda de meio para manifestar o pensamento político dos militantes, seus anseios, projetos. Ao longo da pesquisa, encontramos várias peças em que se percebia, por exemplo, a defesa da liberdade e da Anistia, sobremaneira aquelas datadas do fim dos anos 1970. Rarearam as peças do começo da década, exatamente quando era maior a presença de militantes que acreditavam na persistência e viabilidade da luta armada. Verdade que a censura interna da direção do IPPS vetava a produção de peças com tal conteúdo, embora, segundo os entrevistados, a confecção tenha ocorrido.

---

114 O jornal Diário de Pernambuco, em edição de 21 de agosto de 1976, aborda a realização do I Congresso de Farmacêuticos do Norte-Nordeste na capital cearense entre os dias 24 e 28 daquele mês e ano.

A dificuldade de encontrar peças da primeira metade da década de 1970 pode ser apenas coincidência, óbices naturais de se achar objetos mais antigos, alvos de censura, mais raros e de número reduzido, sem falar que muitos familiares dos presos não se preocuparam em preservar o artesanato. Estavam mais focados em obter algum ganho e conseguir a sobrevivência ante um quadro de dificuldades financeiras.

Mas pode não ser coincidência. Lembrando as lições de Jacques Le Goff<sup>115</sup>, o que sobreviveu não é o conjunto daquilo que existiu no passado, não foi conservado por mero acaso. É produto também de relações de forças, poderes e interesses. No caso das peças de artesanato dos presos políticos, valores sentimentais, mas igualmente políticos e de memórias reconstruídas ajudaram em suas manutenções.

Talvez, para alguns dos ex-presos e parentes, não seja interessante conservar peças que denotam que os militantes, “radicais de esquerda”, defendiam a conquista do poder institucional pelas armas e violência, inclusive mesmo depois de serem presos. Nas reconstruções das memórias feitas pelas esquerdas, a partir da segunda metade dos anos 1970<sup>116</sup>, passou-se a enfatizar que a luta visava derrubar a ditadura e trazer de volta a democracia.

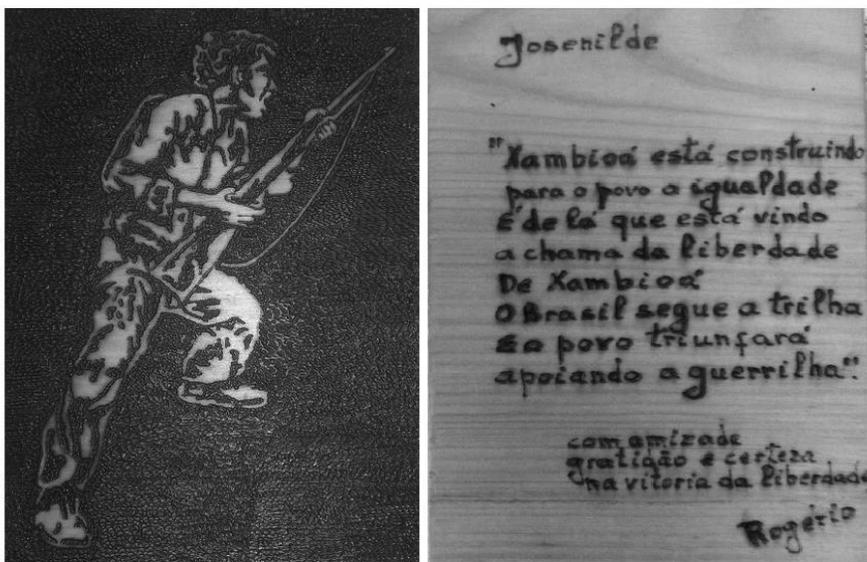
Alguns dos entrevistados adotaram esse discurso, quando, pelo que percebemos e trataremos melhor no capítulo 4, a autocrítica sobre a luta armada e o apoio à Anistia e à defesa pelo retorno da “democracia burguesa” foram alvos de acalorados debates dentro do coletivo de presos políticos do Paulo Sarasate. Dessa forma, para coadunar memórias e identidades e projetos políticos, seria mais interessante conservar peças de artesanato que ratificassem os ideais de luta pela Anistia, concórdia e redemocratização do País.

Entre os vários objetos aos quais tivemos acesso e fotografamos durante a pesquisa, conseguimos apenas uma única peça artística que denota explicitamente a crença de um preso político do IPPS na opção guerrilheira. Dona Josenilde Cunha autorizou a fotografia de pequeno quadro, uma xilogravura (Imagem 7), no qual o militante do PCdoB, o maranhense Rogério Lustosa, lhe agradece pelo apoio na prisão (esteve no IPPS entre 1972-77) e manifesta crença no triunfo da guerrilha do Araguaia por meio de um poema.

115 LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2003.

116 AARÃO REIS, Daniel. *Ditadura e democracia no Brasil: do golpe de 1964 à Constituição de 1988*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

Na parte da frente do quadro, um homem, um jovem armado, pernas abertas, atento, em posição desafiadora e de ataque – a mão direita está no gatilho da arma. A peça não é datada, mas presume-se que seja da primeira metade da década de 1970, pelas referências à guerrilha. Conforme Fabiani Cunha, era comum os militantes do PCdoB no IPPS mostrarem otimismo quanto à vitória no Araguaia, acompanhando entusiasmados pelo aparelho radiofônico os programas da Rádio Albânia e da Rádio Pequim, as quais davam a entender que o PCdoB estava na iminência de ganhar a luta no norte do Brasil<sup>117</sup>.



*Imagem 7: “Josenilde ‘Xambioá está construindo para o povo a igualdade/ É de lá que a chama da liberdade/ De Xambioá o Brasil segue a trilha/ E o povo triunfará apoiando a guerrilha’”. Com amizade, gratidão e certeza, uma vitória da liberdade. Rogério.*

Mais ainda: as peças artesanais e artísticas viraram mesmo signo de vínculo e afinidade ideológica e política entre os adeptos das esquerdas. Como os militantes e os parentes desejavam deixar claro que se tratava de objetos produzidos por ativistas mantidos presos pela ditadura, em muitas ocasiões os consumidores eram pessoas identificadas com as esquerdas ou que se solidarizavam com os encarcerados políticos. Assim, alguém, ao chegar num local e ver outrem com uma bolsa, capanga, sandálias, etc., daqueles modelos, entendia que era grande a possibilidade de a pessoa ter um parente preso político ou ser

<sup>117</sup> Entrevista com o ex-militante da ALN, Fabiani Cunha, a 28 de março de 2017.

simpatizante das esquerdas. Foi o que disse Nadja Albuquerque, em conversa pelo aplicativo de comunicação *WhatsApp*, ao mostrar algumas fotos de objetos confeccionados pelos militantes políticos encarcerados no Paulo Sarasate:

Essas carteiras, nós sempre estávamos usando com muito orgulho e eram reconhecidas principalmente nos cinemas de arte, onde a esquerda se encontrava. Meu Deus, estou recordando os velhos tempos. Meu Deus, como usávamos essas sandálias<sup>118</sup>.

Por outro lado, a ditadura passou a ver as peças com mensagens políticas ou apenas assinadas pelos presos como prova de subversão e indisciplina. No Arquivo Público do Ceará tivemos acesso a um relatório confidencial do DOPS de 1977, sobre irregularidades praticadas pelos “subversivos” no IPPS. O agente responsável pela investigação, Aluísio Figueiredo Gomes, infiltrou-se no Paulo Sarasate para produzir o relatório, ao qual anexou um cartaz, “imprimido em tipos de madeira (...) para o papel”, acrescentando que “esse trabalho é feito pelos próprios presos políticos, os quais distribuem com seus visitantes. Acrescente-se ainda, [sic] que observei que esses tipos de cartazes têm saída livre”<sup>119</sup>.

Não deixa de chamar a atenção que, para demonstrar as eventuais ilegalidades que estavam acontecendo no presídio, o agente Aluísio Figueiredo se atentasse a um cartaz produzido a partir de uma xilogravura, que, assim, se tornava instrumento de “subversão política”, capaz de difundir mensagens contra o governo. Na imagem (8), uma muralha, com portões de grades, uma prisão, parece ser atacada ou invadida por uma multidão, pessoas comuns, entre as quais mulheres, com flâmulas pedindo anistia e liberdade. Algumas das pessoas retratadas parecem furiosas e dispostas a agir, como se percebe por seus punhos cerrados e mãos e braços flexionados. Uma das pessoas estaria já abrindo os portões, como se convidando a massa a adentrar ou destruir a prisão. Um cartaz que incitava a rebelião e a queda do governo, pois, no significado atribuído pelo agente. Como prova material do crime praticado, o agente não apenas citou o cartaz, mas fez questão de anexá-lo ao relatório. Deixou claro que a imagem apresentava um teor que atentava à ordem estabelecida, numa conduta que devia, assim, ser combatida, uma vez que os presos políticos estavam reproduzindo

---

118 Conversa com Nadja Miranda de Albuquerque, pelo grupo “Memorial IPPS” do aplicativo de comunicação *WhatsApp*, a 17/05/2017.

119 Relatório de 15.08.1977, pasta do DOPS, Acervo do Arquivo Público do Ceará.

esse material, com a conivência ou omissão dos funcionários e diretores do IPPS.



*Imagem 8: ao relatório de 15.08.1977, do DOPS cearense, foi anexado um cartaz produzido em xilogravura, que fora feita pelos presos políticos do IPPS. Para os agentes da ditadura, as peças artísticas e artesanais poderiam servir como prova de subversão e atentado ao governo.*

Havia também no trabalho artesanal dos presos políticos do IPPS um sentido terapêutico, de desenvolver e expressar sensibilidades, sentimentos e aptidões artísticas dos militantes da esquerda revolucionária, homens vindos de um ambiente militarizado, de armas, força e que, além disso, foram criados numa sociedade machista, na qual a sensibilidade era concebida como “antimasculina”. Tanto o é que a produção de peças ocorreu não apenas na cela-oficina, cujo funcionamento foi autorizado pela direção do IPPS. As peças serviam para externar desabaços, sonhos, tristeza, afeto. Um exemplo pode ser encontrado nas peças de xadrez confeccionadas a partir de cabos de vassouras pelo ex-militante da ALN, Waldenilo Balaio. Pelos documentos da Associação Anistia 64-68 e depoimento de outros militantes e de sua filha, Sayonara Balaio, depreende-se que o preso político, ex-funcionário dos Correios e que já havia sido detido quando do golpe de 1964, ficou no IPPS entre 1971-72. Balaio passava horas em sua cela talhando as referidas peças com o manuseio de uma tampa de lata de

sardinha, sinal de que o uso tácito de facas pelos presos políticos só era aceito dentro da oficina. Ao concluir o conjunto de peças do jogo, em vez de usá-lo com seus companheiros de presídio (o xadrez era uma das ocupações favoritas de alguns internos), Waldenilo presenteou-o, em sinal de apreço, à família, que conservou durante décadas as peças, cedendo-nos as fotos da imagem 9<sup>120</sup>.



*Imagem 9: as peças de xadrez confeccionadas por Waldenilo Balaio no IPPS: o artesanato como forma de terapia e expressão de sensibilidade e sentimentos. Fotos repassadas por Sayonara Balaio.*

O uso das obras para prestar homenagens e agradecimentos e expressar amizades e apoios foi mais um significado das peças de artesanato ou de artes enquanto signos. No caso do artesanato, acontecia de bolsas, sapatos, etc. serem presenteados a familiares, amigos e apoiadores da causa da Anistia com dedicatórias especiais e assinaturas grafadas dos presos nas peças. É o que se vê na foto da bolsa feminina da imagem 10, assinada por Mário Albuquerque para sua irmã, Nadja.

No caso das peças de arte, como quadros de couro ou madeira, com técnicas de xilogravura ou pirogravura, a confecção era acertada e produzida coletivamente, com cada preso podendo, mesmo os que não dedicavam à oficina rotineiramente, contribuir, dar sugestões e trabalhar na produção de alguma peça. Ou seja, as artes estimulavam e possibilitavam que outros presos também participassem do processo de produção.

Um exemplo é o quadro mostrado na imagem 10, uma pequena pintura em madeira, em cuja parte de trás os presos políticos do IPPS talharam a letra de uma música e assinaram, em técnica de pirogravu-

---

120 Conversa com Sayonara Balaio, pelo grupo “Memorial IPPS” do aplicativo de comunicação WhatsApp, a 1/05/2017.

ra, seus nomes em homenagem ao aniversário de Josenilde Cunha, a Tota, esposa de Fabiani Cunha.

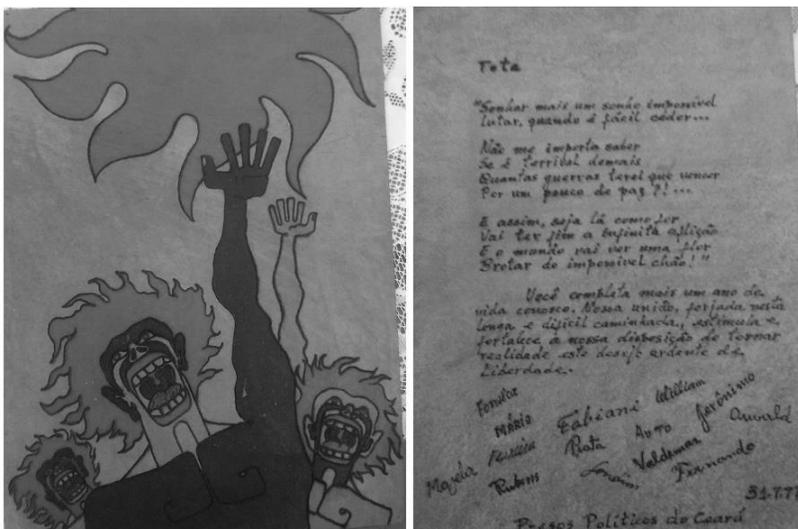


Imagem 10: “Tota/ Sonhar mais um sonho impossível/ Ceder quando é fácil ceder../ Não me importa saber/ se é terrível demais/ Quantas guerras terei que vencer/ Por um pouco de paz?../ E assim, seja lá como for/ Vai ter fim a infinita aflição/ E o mundo vai ver uma flor/ Brotar do impossível chão/ Você completa mais uma ano de vida conosco. Nossa união, forjada nessa longa e difícil caminhada, estimula e fortalece a nossa disposição de tornar realidade este desejo ardente de liberdade. [Assinam] Fonseca, Mário, Fabiani, Magela, Rubens, Prata, Gondim, Auto, William, Jerônimo, Oswald, Fernando. 31.7.77. Presos Políticos do Ceará”. Quadro fotografado quando da entrevista à Josenilde Cunha. A foto da bolsa feminina foi passada por Nadja Albuquerque via WhatsApp.

Mesmo se tratando de uma homenagem, o elemento político não deixava de estar presente na peça. Em conversa com os ex-presos, não foi possível descobrir de quem foi a autoria do desenho. O teatrólogo Oswald Barroso, ex-militante do PCdoB e preso no IPPS em 1977, chegou a sugerir que era uma cópia de um desenho recebido dos presos políticos de Pernambuco. Essas duplicações, ao que parece, eram comuns, visto que os presos políticos do Paulo Sarasate, como disse William Montenegro, enviavam e trocavam, via correio, peças artesanais e artísticas com militantes encarcerados em outros presídios do Brasil, a exemplo daqueles de Recife, Rio de Janeiro e São Paulo. Tal intercâmbio da produção artesanal formou e fortaleceu os laços de sociabilidade e solidariedade política, laços que foram importantes nos momentos de embates, como por exemplo, na greve de fome feita pelos presos políticos do Ceará em apoio aos seus companheiros presos em Recife no ano de 1978.

Mas sendo uma possível réplica, Oswald Barroso não soube dizer quem foi o responsável pela reprodução do desenho no presídio cearense. Por ser cópia e/ou para expressar um coletivismo, não há assinatura no desenho. Os presos, porém, rubricaram seus nomes na parte de trás do quadro, de forma dispersa, sem uma ordem ou hierarquia, o que ratifica a ideia de manifestar um sentido de obra coletiva e igualitária, como uma produção de todos os militantes encarcerados – não por acaso, encontra-se grafado na peça a expressão *Presos Políticos do Ceará*.

Os versos grafados no quadro são de Joe Darion e Mitch Leigh, para um musical nos Estados Unidos sobre Dom Quixote, com versão em português de Chico Buarque, de 1972 – a composição ficaria famosa no Brasil à época na voz de Maria Betânia<sup>121</sup>. Os versos denotam certo pessimismo, desalento – um estado de espírito de frustração, algo compressível, visto que alguns dos militantes cumpriam pena no IPPS há mais de setes anos e naquele momento se assistia a um incremento das manifestações e protestos contra o regime, que não hesitava em fazer a repressão, ainda que sob o discurso de distensão lenta e gradual<sup>122</sup>. Mesmo assim, os presos políticos escolheram uma música que

---

121 [http://www.revista.vestibular.uerj.br/coluna/coluna.php?seq\\_coluna=55](http://www.revista.vestibular.uerj.br/coluna/coluna.php?seq_coluna=55)  
Acesso a 14/06/2016.

122 SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. Brasil, em direção ao século XXI. In: LINHARES, Maria Yedda (Org.). *História geral do Brasil*. Rio de Janeiro: Campus, 1990.

falava também de sonhos, dando a entender que estavam em “guerra”, aspirando à liberdade e ao fim daquela longa reclusão.

Esse misto de frustração e esperança também pode ser percebido na gravura. Predominam cores fortes, em tom mais escuro, vermelho e verde. Os rostos das figuras apresentam tom caricatural, com olhos arregalados, bocas abertas, num sinal de angústia, cansaço, talvez desespero. Os braços são fortes, as mãos, grandes, denotando rigor. Erguem-se, em busca do sol, da liberdade, dos céus, da salvação. Um sol cujas labaredas parecem comunicar-se, corresponder ao movimento verticalizante das figuras, em sentido inverso, como se estivesse estimulando e chamando-as para sair das dificuldades e angústias em que estavam ou viviam.

Como afirmou William Montenegro, várias das peças de artesanato e artísticas de homenagens eram confeccionadas para datas especiais, como dia das mulheres, dia das mães, Natal, fim de ano, etc., sendo entregues aos apoiadores e familiares. Como veremos nos capítulos seguintes, era grande a presença de mulheres, mães e irmãs, nas visitas aos presos do IPPS e no movimento pela Anistia<sup>123</sup>. Em referências àquelas datas, os militantes igualmente mandavam, por parentes ou pelos correios, peças artesanais ou cartões feitos em xilogravura para pessoas solidárias ou que poderiam ser solidárias à causas dos presos políticos. A intenção era não desperdiçar oportunidades para demonstrar à sociedade a existência de presos políticos, rompendo o isolamento em que mergulhara a esquerda armada e eram mantidos os inimigos encarcerados do regime. William Montenegro nos mostrou um cartão, do ano de 1975, em que o bispo de Crateús-CE, Dom Antônio Fragoso, agradece aos presos políticos do Paulo Sarasate por terem enviado um cartão no Natal do ano anterior e manifesta votos de feliz Páscoa e esperança em uma Anistia total<sup>124</sup>. Os militantes Também entregavam essas peças naquelas visitas tidas como especiais, a exemplo das do arcebispo de Fortaleza, Dom Aloísio Lorscheider, que anualmente se encontrava com os presos, comuns e políticos, do IPPS.

---

123 SOUZA, André Pinheiro de. *Do Movimento Feminino pela Anistia (MFPA-CE) ao Comitê Brasileiro pela Anistia (CBA-CE): as motivações e os caminhos percorridos pela anistia política no Ceará (1975 a 1980)*. 2012, 180 f. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Estadual do Ceará, Centro de Humanidades, Fortaleza, 2012.

124 Cartão intitulado “Cristo Ressuscitou, aleluia”, enviado pelo bispo de Crateús, Dom Fragoso, aos presos políticos do IPPS, tendo com referência temporal a Páscoa de 75. O cartão foi-nos mostrado durante a entrevista com William Montenegro, a 24 de setembro de 2016.

# CAPÍTULO 3

## PELAS FRONTEIRAS DO IPPS

“Conte, amor, o que lá fora,  
O que lá fora se passa,  
O que andam comentando  
Pela rua, pela praça.  
Me dê um beijo, meu amor,  
Que eu estou morrendo de saudade”.  
*Visita – Oswald Barroso*<sup>1</sup>

A 31 de março de 2015, a Secretaria de Justiça do Estado do Ceará (SEJUS) promoveu debate sobre os 51 anos do golpe civil-militar de 1964. Entre os palestrantes, uma dupla chamou a atenção: o agente penitenciário Antônio Rodrigues de Sousa e o ex-presos político Mário Albuquerque.

O inusitado é que o primeiro atuou como carcereiro (esse era o termo usado nos anos 1970) do segundo no Instituto Penal Paulo Sarasate (IPPS), durante a ditadura militar. A ideia do evento fora do então secretário de Justiça do Ceará, Hélio Leitão. Surgiu quando Rodrigues e Albuquerque se encontraram casualmente no escritório de Leitão na SEJUS. Mário Albuquerque, à época, ocupava o cargo de presidente da Comissão Estadual de Anistia Wanda Sidou e Antônio Rodrigues era funcionário de carreira da Secretaria.

A palestra com a presença dos “ex-vigilante e ex-vigiado” foi bem “produtiva”, num clima de cordialidades e humor, com risos e lembranças de fatos pitorescos do que se passara há mais de três décadas<sup>2</sup>. Na sua fala, Rodrigues foi enfático: “Quem defende isso [a ditadura] não sabe o que diz. Se existe algum problema hoje, que seja resolvido com mais liberdade”. Esse posicionamento era uma referência a grupos que, nos protestos de rua pedindo o impeachment da presi-

---

1 BARROSO, Oswald. *Poemas do cárcere e da liberdade*. Fortaleza: Editora e Gráfica Lourenço Filho Ltda, 1979.

2 <http://www.ceara.gov.br/sala-de-imprensa/noticias/12290-encontro-de-ex-presos-politicos-e-agentes-penitenciarios-marca-inicio-de-encontros-sobre-direitos-humanos>. Acesso a 19/9/2016. Com informações adicionais de Mário Albuquerque e Antônio Rodrigues, que foram entrevistados em 14/4/2016 e 5/6/2016, respectivamente.

denta Dilma Rousseff, em 2015, defenderam o retorno dos militares ao governo. Sobre os “subversivos” do IPPS, Antônio Rodrigues afirmou: “acabei me tornando próximo de muitos deles. Alguns são amigos até hoje”. Mário Albuquerque, por sua vez, ressaltou a importância da democracia e abordou os sacrifícios e a luta de quem se mobilizou para defendê-la nos embates com a ditadura<sup>3</sup>.

O evento e as falas dos palestrantes corroboram o pensamento de Daniel Aarão<sup>4</sup>, segundo o qual existe em nossa época uma condenação do golpe de 64 e da ditadura pela maioria da sociedade. Verdade que a partir de 2002, com a subida do Partido dos Trabalhadores (PT) ao poder, incrementou-se uma nova onda de antiesquerdismo/anticomunismo na sociedade, apesar de toda a moderação daquela agremiação. Sob a bandeira do combate à corrupção, cresceu entre as elites econômicas, imprensa, segmentos da classe média e mesmo populares um forte antipetismo/antiesquerdismo. Nesse contexto, reverberam revisões sobre o golpe de 64 e o regime ditatorial militar, negando a ditadura ou a exaltando<sup>5</sup>. Nos últimos anos, com a crise e a divisão política do País, processos dos quais fazem parte o impeachment/golpe que derrubou Dilma Rousseff, em 2016, e a fragilidade do governo de Michel Temer, conservadores, em particular grupos de extrema-direita, intensificaram os pedidos por uma “intervenção militar” e a apologia a torturadores.

Tais setores, porém, continuam minoritários no conjunto da sociedade, conforme pesquisa de opinião recente<sup>6</sup>. A condenação da ditadura vem acompanhada, por outro lado, de uma memória apaziguadora e de conciliação dos agentes sociais, como se durante o pe-

---

3 <http://www.opovo.com.br/app/opovo/politica/2015/03/31/noticiasjornalpolitica,3415593/um-encontro-entre-ex-presos-e-carcereiros.shtml>. Consultado a 19/9/2016.

4 AARÃO REIS, Daniel. *Ditadura e democracia no Brasil: do golpe de 1964 à Constituição de 1988*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

5 NAPOLITANO, Marcos. *1964: história do regime militar brasileiro*. São Paulo: Contexto, 2018, p. 363, nota 500.

6 Cerca de 43% dos entrevistados apoiam uma intervenção militar no País, conforme pesquisa de opinião, de 2017, do Instituto Paraná; 51% dos entrevistados foram contra, enquanto 5,3% não souberam ou não quiseram dizer. A pesquisa foi feita com 2.540 pessoas, entre os dias 25 e 28 de setembro de 2016, tendo margem de erro de 2%. Dos entrevistados, 43% dos homens seriam favoráveis a uma intervenção e 52,6%, contra. Entre as mulheres, 41% foram a favor e 52%, contra. O apoio a intervenção militar é maior entre jovens de 16 a 24 anos. Nessa faixa, índices favoráveis foram de 46%. Entre idosos, apenas 37% dos entrevistados apoiariam uma interven-

ríodo autoritário, toda a sociedade tivesse sido submetida ao arbítrio. Questionando tal memória, Aarão diz que se passa a ideia de que “o país fora, pura e simplesmente, subjugado e reprimido por um regime ditatorial denunciado agora como uma espécie de força estranha e externa”<sup>7</sup>. A sociedade, democrática em sua essência, teria sido obrigada a suportar o regime de força dos militares. As esquerdas, por sua vez, teriam sido vítimas, resistindo em favor da democracia com armas nas mãos<sup>8</sup>.

Há evidentes problemas de anacronismo nessas concepções, conforme ainda Aarão. Setores civis não só apoiaram o golpe como deram sustentação política à ditadura<sup>9</sup>. Nem as esquerdas nem os demais setores sociais de direita tinham nos anos 1960 a democracia como um valor maior<sup>10</sup>. O autoritarismo faz parte das tradições políticas brasileiras e das relações sociais, independentemente dos momentos em que o País viveu períodos democráticos ou de exceção. As ditaduras apenas reforçaram esse autoritarismo<sup>11</sup>. Além disso, falar em vítimas do arbítrio leva a se questionar quais foram e onde estão os responsáveis por tais violências.

É uma pergunta incômoda, visto que os crimes praticados pelos agentes da ditadura militar ficaram impunes em virtude da Lei da Anistia, de 1979, e endossou-se uma memória de conciliação nacional com o fim do período autoritário, de “relevar e esquecer” o que houve em nome da unidade do País<sup>12</sup>.

Neste capítulo, buscaremos entender como as relações dos presos políticos com carcereiros, presos comuns e familiares no IPPS tiveram relevo na reconstrução das identidades e projetos políticos dos militan-

---

ção, contra 56% que não apoiam. Entre os que concluíram o ensino fundamental, 44% são favoráveis à intervenção. Para os que têm ensino superior completo, o percentual cai para 38,9%. Na pesquisa anterior, feita pelo mesmo instituto, em 2015, o apoio a uma intervenção militar era de 35%. In <https://exame.abril.com.br/brasil/um-a-cada-tres-brasileiros-apoia-intervencao-militar-no-pais/>; <https://www.opovo.com.br/noticias/brasil/2017/09/43-de-entrevistados-se-dizem-favoraveis-a-uma-intervencao-militar-tem.html> Consultados a 30/05/2018.

7 AARÃO REIS, Daniel. Op. Cit., p. 8.

8 Ibidem.

9 FICO, Carlos. *Além do golpe*. Rio de Janeiro: Record, 2004.

10 RIDENTI, Marcelo. *O fantasma da revolução brasileira*. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1993.

11 CHAUÍ, Marilena. *Conformismo e resistência*. São Paulo: Brasiliense, 1993, p. 60.

12 AARÃO REIS, Daniel. Op. Cit.

tes da esquerda armada. A partir do conceito de fronteira defendido por Michel de Certeau<sup>13</sup>, entendemos que os ativistas, em contato com outros grupos e pessoas presentes ou que frequentavam o presídio, desenvolveram novas práticas e concepções pessoais e políticas.

Com os militantes influenciados ou influenciando os indivíduos, percebe-se que a prisão foi um espaço também de relacionamentos, sentimentos, amizades, afinidades – mas também de repulsa, medo, estereotipia... Nos contatos com “os outros”, aqui entendidos como os agentes penitenciários, os presos comuns e familiares, os presos políticos mudaram, desenvolvendo usos que não apenas permitiram melhores condições de existência ou de resistência dentro dos altos muros do Paulo Sarasate, mas que alteraram aspectos de suas concepções pessoais de mundo e de sociedade. Tais aspectos não podem ser desconsiderados para entender as vivências daqueles mantidos encarcerados como inimigos políticos do Estado autoritário então em vigor no País.

### 3.1 O TERCEIRO ESPAÇO

Pelas falas dos partícipes do debate promovido pela Secretaria de Justiça do estado do Ceará (SEJUS), em março de 2015, sobre os 51 anos do golpe civil-militar de 1964, mesmo com as memórias de conciliação presentes, percebe-se um senão, implicitamente revelador das relações entre carcereiros e presos políticos no IPPS. “Acabei me tornando próximo de muitos deles...”, disse Antônio Rodrigues. Ou seja, *depois, após um contato inicial*, o ex-carcereiro, acabou por se aproximar dos militantes da esquerda, a ponto *de alguns serem amigos até hoje*. Esse senão implícito, de que no *começo*, entenda-se, que, nos primeiros contatos com os presos políticos no presídio, havia óbices, foi o ponto de partida para a entrevista realizada com o próprio Antônio Rodrigues para a presente pesquisa<sup>14</sup>.

Antes de entendermos a ressalva implícita no discurso de Rodrigues, achamos importante lembrar que a ditadura, pelo menos oficialmente, não reconhecia a existência de resistência armada, crimes políticos e presos políticos no Brasil, se esforçando em passar à opinião pública nacional e internacional um clima de normalidade democrática e legal<sup>15</sup>. Não foi à toa o silêncio promovido quanto à guerrilha do

13 CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano*. Petrópolis: Ed. Vozes, 2004.

14 Antônio Rodrigues, ex-funcionário do IPPS, entrevistado a 5 de julho de 2016.

15 FARIA, Catia. *Revolucionários, bandidos e marginais*: presos políticos e comuns

Araguaia, cujos sobreviventes foram processados não pela ação revolucionária em si, mas por participarem de organizações clandestinas<sup>16</sup>.

Os militantes da esquerda armada foram enquadrados por atentarem contra o decreto-lei nº 898, de 1969, a denominada Lei de Segurança Nacional (LSN)<sup>17</sup>. Essa Lei regulamentou os crimes contra o patrimônio, especialmente o assalto a bancos, e a pena de morte estabelecida pelo Ato Institucional nº 14 (AI-14).

Na LSN, curiosamente, seriam incluídos os infratores comuns que haviam praticado crimes parecidos com as ações de natureza política realizadas pelos ativistas da guerrilha, a exemplo de assaltos a bancos. Ou seja, seriam enquadrados na Lei indivíduos que não necessariamente haviam praticado assaltos com motivações políticas. Essa situação, por sinal, provocaria ressentimentos desse grupo de presos, em virtude dos rigores penais e carcerários aos quais foram submetidos. Tais pessoas não seriam indenizadas ou anistiadas com o fim da ditadura, como mais uma das contradições que marcou o processo de transição democrática no final dos anos 1970 e começo da década de 1980<sup>18</sup>.

Como diz Cátia Faria<sup>19</sup>, ao não diferenciar crime comum e crime político, a ditadura deixava de reconhecer a natureza revolucionária das ações armadas das esquerdas e o caráter político das prisões e condenações dos militantes. Passava, outrossim, uma mensagem à sociedade, de que os detidos eram apenas bandidos, gente de má índole, “terroristas”, indivíduos a serem denunciados pelos cidadãos de bem, presos e isolados do resto da coletividade. Ou seja, constituía-se uma forma de a ditadura desqualificar seus opositores armados.

Não foi por acaso o esforço dos militantes de esquerda Brasil afora em firmar a identidade de presos políticos. A Lei era tão dura que

---

sob a Ditadura Militar. 2005, 134 f. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2005.

16 TELES, Janaína de Almeida. *Memórias dos cárceres da ditadura: os testemunhos e as lutas dos presos políticos do Brasil*. 2011, 519 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade de São Paulo, 2011.

17 [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/1965-1988/Del0898.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1965-1988/Del0898.htm). Consultado a 19/9/2016.

18 Vide SUSSEKIND, Elisabeth. *Estratégias de sobrevivência e de convivência nas prisões do Rio de Janeiro*. 2014, 380 f. Tese (Doutorado em História) – Fundação Getúlio Vargas, Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea, 2014.

19 FÁRIA, Catia. Op. Cit.

criava situações inusitadas, como no caso de William Montenegro, ex-integrante da ALN:

Eu fui condenado à prisão perpétua e mais três anos. Era uma loucura, eu tinha que ficar para sempre na prisão e passar ainda três anos [risos]. Lembro foi lá um pessoal da faculdade de Direito, uns alunos, e me perguntam “qual é sua pena”. Eu disse: eu estou bem, pelo menos eu já cumpri os três anos, agora, só falta, a perpétua [risos]<sup>20</sup>.

Todo civil enquadrado na Lei de Segurança Nacional era julgado pela Justiça Militar. Esta organizava-se conforme a base territorial das forças armadas da área. No caso do Ceará, os inquéritos, após serem elaborados pelas instituições de interrogatório, a exemplo da Polícia Federal e DOPS, iam a julgamento na Auditoria da 10ª Circunscrição Judiciária Militar (10ª CJM)<sup>21</sup>.

A auditoria era uma espécie de primeira instância, composta por cinco juízes, sendo quatro deles oficiais militares e um juiz togado. Ali também atuavam um promotor do Ministério Público Militar e um advogado de defesa, indicado pelo tribunal ou pelo acusado<sup>22</sup>. Das decisões da Auditoria da 10ª CJM caberiam recursos para o Superior Tribunal Militar (STM), em Brasília, a segunda instância. Do STM, por fim, poderia se recorrer para o STF (Supremo Tribunal Federal), a mais alta corte do judiciário brasileiro<sup>23</sup>.

Se não eram reconhecidos como presos políticos, os ativistas, portanto, deveriam ser tratados como os demais internos do sistema prisional. Na prática, como mostram pesquisadores<sup>24</sup> e este trabalho, tal paridade não se verificou. Verdade que, como lembra Janaina Teles, o grau de opressão do sistema carcerário durante a ditadura apresentou variações e peculiaridades pelo País que impedem generalizações. Houve locais com estruturas carcerárias muito rígidas, como em Itamaracá, presídio pernambucano<sup>25</sup>; outros, mais brandas, como no caso

20 Entrevista com o ex-militante da ALN, Wiliam Montenegro, a 24 de setembro de 2016.

21 ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO. *Brasil: nunca mais*. Petrópolis: Vozes, 2001, p. 170 e seguintes.

22 TELES, Janaína de Almeida. Op. Cit., p. 328.

23 ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO. Op. Cit.

24 TELES, Janaína de Almeida. Op. Cit. RIBEIRO, Flávia Maria Franchini. *A subida do monte purgatório*. 2007, 243 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2007.

25 CÔRTEZ, Joana Santos Rolemberg. *Dossiê Itamaracá: cotidiano e resistência dos*

do Instituto Penal Paulo Sarasate. De qualquer forma, entendemos que as relações mantidas entre presos políticos e carcereiros/agentes prisionais não podem ser descartadas no processo de reconstrução das identidades dos militantes de esquerda e na busca de melhores condições de existência dentro dos cárceres.

Para Goffman<sup>26</sup>, em instituições como prisões, há uma distância social entre os internos e os dirigentes, grupos que tendem a enxergarem-se por meio de estereótipos rígidos e antagônicos. Os dirigentes, não raro, veem os internos como amargos e não merecedores de confiança. Os internos caracterizam os dirigentes como mesquinhos e arbitrários.

Materializa-se e se reproduz uma distância social entre os integrantes da equipe dirigente e os internos. Os membros da equipe dirigente tendem a se sentir superiores e corretos. Os internos, a sentirem-se fracos, censuráveis e culpados, pelo menos em alguns aspectos<sup>27</sup>. Ratificando esse pensamento, Kiko Goifman<sup>28</sup>, ao tratar especificamente de presos comuns, afirma que, numa prisão, os funcionários apresentam uma visão definida, com bases em suas experiências profissionais ou atuações cotidianas, acerca dos internos. Há os criminosos “feras”, elementos violentos e perigosos; os “malandros” ou “metidos a malandros”, que buscam causar impressão; os “bacanas”, que se relacionam bem com os agentes e guardas<sup>29</sup>.

Não negamos que esses princípios de hierarquização, estereotipia e distanciamento social estivessem presentes nas relações entre os funcionários de presídios, como o IPPS, e os presos políticos mantidos pela ditadura. Entretanto, entendemos, conforme Michel de Certeau<sup>30</sup>, que numa prisão também existem fronteiras, as quais se separam e segregam, por outro lado, possibilitam pontes de contatos, trocas, in-

---

presos políticos da Penitenciária Barreto Campelo, na ilha de Itamaracá-PE (1973-79). 2012. 196 f. Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.

26 GOFFMAN, Erving. *Manicômios, prisões e conventos*. São Paulo, Editora Perspectiva, 1974, p. 19.

27 Ibidem.

28 GOIFMAN, Kiko. *Valetes em slow motion: a morte do tempo na prisão*. Campinas-SP: Editora da UNICAMP, 1998, p 98.

29 Ibidem.

30 CERTEAU, Michel de. Op. Cit.

fluências entre os grupos ali presentes. Para Certeau<sup>31</sup>, fronteira corresponde a um terceiro entre dois espaços distintos, com uma série de símbolos, materializados ou imaginados, que separa, mas permite igualmente intercâmbios, transições e encontros.

A fronteira, afora demarcar espaços, é também um ponto de passagem, um espaço entre dois, um lugar terceiro, uma ambígua ponte, que “ora solda, ora contrasta insularidades, distingue-as e as ameaças. Livra do fechamento e destrói autonomia, um jogo de interações, mediações, intercâmbios e encontros”<sup>32</sup>.

A ponte também apresenta contradições: transgride o limite, possibilita a fuga, rompe com o fechamento, mas abriga, por outro lado, o enfrentamento e o contraste, “tudo ocorre como se a própria delimitação fosse a ponte que abre o dentro para seu outro”<sup>33</sup>. As fronteiras podem ser concebidas como intangíveis, à proporção que não se concretizam em algo concreto, ou mesmo em limites reais, distinguindo grupos sociais.

Afirma ainda Certeau que a fronteira:

Dá prosseguimento a uma vida dupla em inumeráveis memórias de lugares e legendas cotidianas, resumidas muitas vezes em nomes próprios, paradoxos escondidos, elipses de histórias, enigmas pedindo decifração (...). Transgressão do limite, desobediência à lei do lugar, ele representa a partida, a lesão de um estado, a ambição de um poder conquistador, ou a fuga de um exílio, de qualquer maneira a “traição” de uma ordem. Mas ao mesmo tempo ergue um alhures que extravia, deixa ou faz ressurgir, fora das fronteiras, a estranheza que era controlada no interior, dá objetividade (ou seja, expressão e re-presentação) à alteridade que se escondia do lado de cá dos limites, de sorte que, cruzando a ponte para lá e para cá e voltando ao recinto fechado, o viajante aí encontra agora o outro lugar que tinha a princípio procurado partindo e fugido depois voltando. (...) Tudo ocorre como se a própria delimitação fosse a ponte que abre o dentro para seu outro<sup>34</sup>.

Decorrentes de diferenças e distâncias sociais, o conceito de fronteira aparece no cotidiano de espaços configurando limites entre dis-

---

31 Ibidem, p. 214.

32 Ibidem, p. 213-215.

33 Ibidem, p. 215.

34 Ibidem, p. 196-197.

tintos grupos. Certeau diz que não há especialidade que não organize as determinações de fronteiras<sup>35</sup>. Ou seja, a partir das práticas cotidianas, pode-se observar várias fronteiras surgindo, se modificando ou se apagando, conforme as distintas relações que vão se formando no tempo e espaço.

Existem tantas interações fronteiriças quantos grupos sociais que atuem em determinado espaço. São interações pautadas pelo dinamismo, tendo em função as relações entre as apropriações de espaço e tempo. Assim, as fronteiras têm limites flexíveis e dinâmicos em virtude das apropriações progressivas e deslocamentos sucessivos dos agrupamentos sociais em interação<sup>36</sup>.

Não obstante, a fronteira, apresenta um paradoxo. “Criados por contatos, os pontos de diferenciação entre dois corpos são também pontos comuns. Dos corpos em contato, qual deles possui a fronteira que os distingue?”<sup>37</sup>. Isto é, as fronteiras paradoxalmente possibilitam tanto a comunicação como a separação, de modo que se deve buscar saber como surgem e se dão as demarcações entre os grupos construídas no decorrer do tempo e do espaço. “Estas fronteiras só podem ser identificadas e mensuradas em função das práticas sociais, ao contrário dos limites concretos e tangíveis, pois o espaço necessariamente precisa estar ocupado para originar tais relações de encontro e de confronto entre grupos”<sup>38</sup>.

Por ser o limite, a fronteira separa, demarca, mas igualmente possibilita a comunicação, diálogos, negociações, trocas, intercâmbio e interpenetrações de experiências. Nela há produção e reinvenção de sentidos e práticas. Nos contatos cotidianos dos presos políticos do IPPS, fossem com funcionários, presos comuns e até com seus parentes, os estereótipos, se não foram destruídos por completo, tiveram alguns dos seus elementos questionados e relativizados. Trocas aconteceram, influências deram-se. Nas fronteiras e pontes do IPPS, os adeptos da esquerda armada igualmente se refizeram.

---

35 Ibidem, p. 209.

36 Ibidem, p. 212-213.

37 Ibidem, p. 213.

38 MOG, William. *Fronteiras intangíveis: um olhar sobre o espaço público do Parque Germânia em Porto Alegre/RS*. In: <https://www.ufrgs.br/gpfit/wp-content/uploads/2017/06/fronteirasintang.pdf>. Acesso a 4/1/2017.

### 3.2 VIGILANTES E VIGIADOS

Nem todos os agentes prisionais apresentavam uma rigidez ideológica anticomunista, comum entre os militares que trabalhavam no Paulo Sarasate. Ao contrário da imagem propagada por governo e imprensa de ferozes “subversivos”, os presos políticos “de carne e osso” eram menos “ameaçadores”. A convivência corroe, em parte, os estereótipos e as convicções ideológicas que por ventura os carcereiros detivessem.

Os militantes da esquerda armada, gente vinda de classe média, com algum grau de instrução ou curso superior, eram pessoas articuladas, diferentes daquilo que os carcereiros possivelmente esperassem de criminosos. Não se pode esquecer que boa parte dos agentes, recém-ingressos no IPPS mediante concurso, como revelou-nos Antônio Rodrigues<sup>39</sup>, eram jovens, de classe média, apresentando quase a mesma idade dos presos políticos. Todos viveram o mesmo período que ficou conhecido na historiografia como anos de chumbo da ditadura e, embora com valores ideológicos e princípios políticos diversos, não deixaram de apresentar afinidades, fossem em gostos artísticos, esportivos, etc.

Os carcereiros, preocupados com suas funções, buscavam evitar maiores problemas dentro do IPPS, um ambiente pesado, violento, onde o risco de perder a vida em rebeliões ou sofrer agressão por parte dos internos fazia parte do dia-a-dia. Somem-se a isso os laços, se não de amizade, mas de proximidade que acabaram surgindo em virtude da convivência intensa com os presos políticos – como dissemos, a princípio, os “subversivos” só tinham os agentes penitenciários para dialogar.

A própria direção do presídio, com o passar do tempo, deixou de cobrar dos funcionários um tratamento tão rígido aos presos políticos, embora houvesse momentos posteriores de recrudescimento. Tendo-se em conta todos esses elementos, entendemos o porquê das pontes estabelecidas entre os carcereiros e os militantes encarcerados, uma relação fronteiriça que permitiu aos ativistas melhores condições de existência nos cárceres e mesmo a reconstrução de identidades e perspectivas políticas.

Quando da chegada dos primeiros ativistas ao IPPS, no começo da década de 1970, no clima do anticomunismo e do medo do “terro-

---

39 Antônio Rodrigues, ex-funcionário do IPPS, entrevistado a 5 de julho de 2016.

rismo” da esquerda<sup>40</sup>, difundido por governo e imprensa, o estereótipo predominante acerca dos presos políticos era o de “homens perigosos, assassinos, pessoas más que deveriam ser vigiadas e controladas”, conforme nos informou Antônio Rodrigues. Pilar Calveiro<sup>41</sup>, se referindo às prisões argentinas, aborda como é significativo o uso da linguagem nos cárceres, como certas palavras são substituídas por outras enfatizando um sentido.

Tais substituições denotam a intenção de desumanizar as vítimas e dar um papel tranquilizador para os agentes do sistema, que não se sentiriam culpados ou incomodados por terem de praticar algumas ações mais duras. Os militantes de esquerda eram “terroristas” e “subversivos”, que atentaram contra a ordem social e política e atingiram “pessoas de bem”. Assim, era de se esperar que os carcereiros fossem duros com os mesmos, a fim de puni-los, controlá-los ou inibir comportamentos semelhantes. A historiadora Janaína Cordeiro<sup>42</sup> enfatiza que termos empregados pela ditadura, como “subversivos” e “terroristas”, acabaram internalizados por extensos segmentos da sociedade, inclusive por setores de esquerda, sem que isso implicasse apoio ao regime.

Os ativistas da luta armada repudiavam veementemente esses vocábulos. Conforme José Machado<sup>43</sup>, os militantes argumentavam que não eram presos comuns, mas presos da Justiça Federal e do Estado. Estavam ali por outras razões – fatores políticos – não por terem roubado, com fins de riqueza pessoal, ou matado alguém ou porque tinham traficado. Exigiam respeito. Passaram a enfatizar, dentro dos processos de reconstrução de identidades, o caráter de presos políticos. Dessa forma, buscavam transparecer que não eram os algozes, mas as vítimas do sistema político-ditatorial então imperante no Brasil. Em sentido inverso, deixavam transparecer que, caso sofressem algo – mortes, agressões –, a responsabilidade era do governo e de seus agentes, como aqueles que trabalhavam no IPPS. Usar o termo *preso político* constituía-se, pois, uma forma de se contrapor ao discurso feito

---

40 CORDEIRO, Janaina Martins de. *A ditadura em tempos de milagre: comemorações, orgulho e consentimento*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2015.

41 CALVEIRO, Pilar. *Poder e desaparecimento: os campos de concentração na Argentina*. São Paulo: Boitempo, 2013.

42 CORDEIRO, Janaina Martins de. Op. Cit., p. 269.

43 Entrevista com o ex-militante da ALN e PCBR, José Machado, a 4 de agosto de 2016.

pela ditadura e exigir igualmente um tratamento mais digno dentro do presídio. Não era apenas uma questão linguística. Existia todo um embate político e identitário em jogo, como se percebe.

Não surpreende, pois, que Antônio Rodrigues tenha deixado implícita uma ressalva inicial em relação aos militantes de esquerda presos no IPPS, quando da palestra na SEJUS sobre os 51 anos do Golpe de 64. Esse senão acaba por afrontar o sentido de conciliação manifestado em sua fala no evento governamental e no próprio depoimento prestado para esta pesquisa. Dentro do processo de construção e reconstrução das memórias e identidades, talvez cause incômodo ao funcionário público lembrar que exerceu a função de carcereiro de presos políticos durante uma ditadura, vigiando pessoas das quais depois se tornou muito próximo. Para Rodrigues e vários setores da sociedade, tal postura é uma forma de lidar com determinados aspectos do passado que, no presente, não são mais aceitáveis. Daí as minimizações do que se passou, o recurso ao humor, as idealizações do passado, os silêncios. É, como lembra a historiadora Janaina Cordeiro, uma construção de memórias confortantes<sup>44</sup>.

Não obstante, Rodrigues acabou por revelar que havia resistências, sobretudo nos primeiros anos, dos funcionários do presídio em relação aos “terroristas”. Antônio Rodrigues, no começo da década de 1970, era estudante de ensino médio, futuro universitário, com 19 anos, recém-aprovado em concurso para a função de guarda de presídio, denominação pouco utilizada – era voz geral o emprego do termo carcereiro (atualmente a função é chamada de agente penitenciário). Em seu depoimento, contou-nos que:

A direção chamava a atenção para os presos “subversivos”. A agente só devia conversar apenas o estritamente necessário com eles. Não podia haver comunicação de jeito algum entre eles. Os presos políticos eram recolhidos ao pavilhão sete do IPPS, dividido em duas galerias. Não podiam se comunicar, embora eles tivessem contato visual, porque os portões eram de frente um pro outro. Mas é claro que eles conversavam, não adiantava dizer que era proibido, que era ordem da direção [risos]. Tomavam banho de sol separados, tinha um espaço só para eles, vigiados o tempo

---

44 CORDEIRO, Janaína Martins de. Milagre, ordem e progresso: naturalização da violência e crescimento econômico em tempos de ditadura. In: \_\_\_\_\_; CARVALHO, Keila; SOUZA, César. *O país do futuro: modernidade, modernização e imaginário coletivo no Brasil Republicano*. Curitiba: Editora Prisma, 2018.

todo. Não podiam ter contato com os presos comuns e olhe que naquela época eles [os presos comuns] passavam o dia à vontade, dentro do presídio. Os presos comuns não podiam ir para perto do portão dos presos políticos, mas claro que na prática havia alguma comunicação<sup>45</sup>.

Pelas palavras de Antônio Rodrigues, observa-se o descompasso entre as orientações recebidas da direção e as dificuldades de implementá-las. Pensando com Certeau<sup>46</sup>, as fronteiras eram transgredidas, violadas, permitindo novas construções, usos e desdobramentos, como veremos adiante.

Afora o rigor em cuidar dos “terroristas”, havia por parte do sistema prisional da ditadura a intenção de não deixar os presos à vontade, de incomodá-los, de puni-los, para além do cumprimento da pena. O isolamento, a coerção disciplinar, a solidão visavam, como diz Foucault, a imobilidade do corpo e do espírito do preso<sup>47</sup>.

Os militantes da esquerda armada, nessa condição, não deviam ter contatos com os presos comuns, nem entre eles próprios. Isolados, não teriam como se organizar na intenção de reivindicar qualquer mudança. Isolá-los era uma forma de impor a submissão do indivíduo aos objetivos da instituição carcerária.

Havia um rigor nos primeiros tempos. Para sair da cela, para ir a um médico, dentista, exame, era muito difícil, tinha que pedir licença à direção. O banho de sol era muito curto, muito, muito curto. A direção [do IPPS] tinha um cuidado excessivo, achava, sei lá, que um grupo, um agrupamento fosse lá para nos tirar, etc. etc. Ficávamos presos permanentemente nas celas. Mas o processo foi amenizando (...). A aproximação com os carcereiros foi mais rápida, no começo um receio muito grande, mas depois foi se liberando. Eles estavam lá de vez em quando e os presos comuns, né, porque a gente estava dentro das celas, não podia sair. Então, quem limpava as celas e os corredores, eram os presos comuns, traziam a comida<sup>48</sup>.

Isolados, incomunicáveis, abatidos com a derrota política, com sequelas ainda das torturas sofridas, abalados psicologicamente e ten-

45 Antônio Rodrigues, ex-funcionário do IPPS, entrevistado a 5 de julho de 2016.

46 CERTEAU, Michel de. Op. Cit.

47 FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir*: nascimento da prisão. Petropólis: Vozes, 1987, p. 212.

48 Entrevista com o ex-militante da ALN, Wiliam Montenegro, a 24 de setembro de 2016.

do nos carcereiros e presos comuns encarregados da limpeza a única possibilidade de interlocução, não surpreende que os militantes de esquerda tentassem uma aproximação. Mas a fronteira, a princípio, separa grupos, delimita espaços, afasta. Ali se percebia como nas relações entre presos e carcereiros, as hierarquizações e estereotípias estavam presentes.

Do mesmo modo que havia estereótipos dos funcionários em relação aos presos, estes igualmente apresentavam construções acerca dos carcereiros. Para saber qual o perfil do carcereiro, se rigoroso ou tolerante, no convívio diário os presos faziam “testes”, buscavam aproximações, ensaiavam negociações e acordos tácitos. Tentavam saber até que ponto podiam violar as fronteiras e avançar na “transgressão”. A “classificação”, o estereótipo do agente era então fixado conforme ele tolerava ou não certas práticas ou condutas.

No começo a gente não tinha espaço com eles, de jeito algum. Aí nesse período a gente tentava quebrar o gelo, fazia umas brincadeiras com eles quando descia para o recreio. Eu e o Fabiani [Cunha] ficávamos bolando, vamos fazer medo a eles, já que eles acham que a gente é terrorista. A gente descia a escada com uma bola, então, eu jogava a bola assim, para a bola ir na frente, né? Para a gente correr atrás da bola, para eles correrem também atrás da gente [risos]. E eles corriam atrás da gente também! [risos]. Aí eu dizia: “calma, rapaz, a gente não é terrorista, não!” “Vocês estão com medo da gente? A gente vai fazer o que com vocês”? Aí eles riam também. Aí aos poucos a gente foi se aproximando, e eles foram sentindo que a gente não era aquilo que diziam. Aí eles ficaram muito amigos da gente<sup>49</sup>.

Não obstante o estereótipo fixado acerca dos presos políticos, os carcereiros, ou uma parte deles, pelo menos, foi mudando de visão. Perceberam as diferenças entre os “subversivos” e os presos comuns do IPPS. Notaram afinidades e gostos, jovens que eram todos, gente de classe média, pessoas com algum grau de instrução.

Por vezes, eram afinidades pessoais – um gosto por uma música ou um artista, a paixão por um time de futebol. Curiosidades de conhecer melhor aqueles “terroristas”. Fossem quaisquer as razões, o certo é que as pontes fronteiriças foram aos poucos sendo construídas.

Havia de início determinações muito rigorosas da direção sobre como tratar com eles [os presos políticos], sobre

---

49 Entrevista com o ex-militante do PCBR, Célio Miranda, a 8 de julho de 2016.

a conduta deles. Depois, as coisas foram naturalmente mais flexíveis. Eles estavam lá, não davam trabalho, as relações foram melhorando, menos tensas. Eles eram pessoas estudadas, falavam bem, organizavam bem as ideias. Eram bastante diferentes dos presos comuns, nossa relação com os presos políticos era diferente. Eles não eram do tipo de fazerem baderna ou se rebelarem. Não se envolviam com drogas, não consumiam maconha, a droga da época, como muitos dos presos comuns. Não tinham muito problemas<sup>50</sup>.

Do mesmo modo que os presos passaram a melhor entender as peculiaridades dos carcereiros, estes começaram a perceber as especificidades e diferenças dos militantes de esquerda, distante da visão de “perigosos terroristas” estabelecida pelo governo e o consenso de segmentos da sociedade em relação à ditadura no começo dos anos 1970<sup>51</sup>.

Essa mudança de percepção merece atenção, afinal, trabalhar dentro de um presídio, conforme dissemos, oferece riscos, pelas possibilidades de os funcionários sofrerem alguma agressão ou mesmo perderem a vida no contato com os internos<sup>52</sup>. Parece lugar comum ressaltar hoje as diferenças dos “subversivos” e presos comuns. Temos que evitar anacronismos.

Claro que, igualmente a outros locais do País, poderia haver suborno de carcereiros para prestar “favores” a presos<sup>53</sup>. Mas à parte a corrupção do sistema prisional, foi necessário certo desprendimento, para não dizer ousadia, de segmentos dos carcereiros em realizarem e aceitarem a aproximação com os “subversivos”. Ultrapassar a fronteira sempre é um risco. Não há certeza do que se encontrará do outro lado.

Os agentes funcionais poderiam estar fazendo avaliações questionáveis e erradas, de que a “razão” e a “verdade” poderiam estar com o governo, o qual apontava os militantes da esquerda como “terroristas e assassinos”. Os funcionários poderiam ser punidos pela direção do presídio, por violarem as normas e determinações. Riscos e ousadia. Tanto foi audaciosa aquela postura que parte dos carcereiros, como veremos adiante, relutou em fazer tal aproximação, recusando-se mesmo a trabalhar em plantões no Pavilhão Sete.

---

50 Antônio Rodrigues, ex-funcionário do IPPS, entrevistado a 5 de julho de 2016.

51 CORDEIRO, Janaina Martins de. Op. Cit.

52 GOIFMAN, Kiko. Op. Cit.

53 TELEES, Janaína de Almeida. Op. Cit.

Não obstante, longe de ser uma unanimidade, ao longo do tempo foi sendo construída, e passou a ser disseminada entre boa parte dos carcereiros, uma visão positiva acerca dos presos políticos. Essa visão positiva foi sendo transmitida aos demais funcionários dos IPPS e passou igualmente a ser associada aos parentes dos ativistas, conforme abordaremos no tópico 3.7. A convivência, ao longo dos anos, foi cada vez mais consolidando as “boas relações”. Um dos ex-militantes contou que era tal a confiança que, nos dias em que os presos políticos podiam usar a biblioteca do IPPS, ficava no recinto apenas uma funcionária, sem guarda algum<sup>54</sup>.

### 3.3 NEGOCIANDO NOS CÁRCERES

A prisão, ao apresentar fronteiras, separa, mas igualmente põe grupos distintos em contato, possibilitando espaços de trocas, intercâmbios e negociações. Ratifica-se o pensamento de Kiko Goifman, para quem “negociar parece uma palavra-chave para compreender o cotidiano das prisões brasileiras, onde estão presentes tensões e dilemas relativos ao exercício diário de estatutos e regulamentos”<sup>55</sup>.

A convivência menos tensa interessava não apenas aos presos políticos, mas igualmente aos carcereiros e direção prisional. Em um ambiente violento como uma prisão, constituía-se alívio saber que se estava lidando e convivendo com internos que “não dariam trabalho”, não tentariam realizar fugas, motins, consumir drogas ou tramar assassínatos de funcionários, como se dava, por vezes, com os presos comuns. Some-se a isso o número menor de presos políticos, numa ala isolada, quando comparado à massa carcerária do IPPS.

Na prisão, os menores segmentos da atividade de um encarcerado podem estar sujeitos a regulamentos e julgamentos de diretores e funcionários<sup>56</sup>. Eram os carcereiros que abriam as celas pela manhã, às 7h, para os presos políticos receberem ou fazerem o café da manhã (café e pão). Abertas as celas, os internos poderiam ficar circulando pela rua. Cabia àqueles funcionários, por volta de 9h, conduzir os militantes em fila para o banho de sol no pátio e trazê-los de volta para o segundo andar do P7. Os carcereiros, às 20h, após toque de uma sirene

---

54 Entrevista com o ex-militante do PCBR, Célio Miranda, a 8 de julho de 2016.

55 GOIFMAN, Kiko. Op. Cit., p. 27.

56 GOFFMAN, Erving. Op. Cit., p. 42.

“daquelas de fábrica”, disse-nos Antônio Rodrigues<sup>57</sup>), conferiam os ativistas recolhidos às respectivas celas, trancando-as com os cadeados. À proporção que os anos passavam, as negociações e aproximações entre agentes prisionais e “subversivos” se intensificavam. O convívio diário e os contatos fronteiriços tornaram-se cada vez maiores.

Os carcereiros... a gente toda noite dava sopa para eles, erámos próximos. Eles chegavam para a gente e diziam, “a gente nota que vocês são diferentes, vocês não são marginais. A gente tem mais é que aprender com vocês” [risos]. Eram novos, pessoas intelectualizadas, universitários. Eles iam buscar livros nas casas da gente, sem cobrar nada. Pouca gente sabe disso. Eles iam buscar livro, material para a gente estudar. Arranjavam espelho, faquinhas para cortar as frutas, buscavam material em casa...<sup>58</sup>.

A gente não tinha autorização para fazer trânsito de qualquer coisa. Havia uma orientação, uma norma que a gente não podia levar nem trazer nada para os presos políticos. Mas pela amizade com os presos acontecia comumente... Levávamos cartas, cigarros, livros. Deixar cartão, artesanato na casa de um dos parentes deles, no dia de aniversário, de natal. A gente ia, levava. Uma coisa que eu fazia muito era comprar cigarros para eles. Não via nenhum problema nisso. Trazia coisas também das famílias, elas pediam para entregar. Talvez pela flexibilização, afrouxou demais, né? A gente conhecia os presos pelos nomes deles<sup>59</sup>.

Como vimos, não ter informações externas ou apresentar objetos pessoais são formas de desestruturação e controle de um indivíduo na prisão<sup>60</sup>. Ora, à medida que os agentes penitenciários permitiam e até ajudavam os internos a receberem notícias do além muros ou possuírem objetos pessoais, estavam contribuindo para a afirmação individual e psicológica dos militantes de esquerda. Rompiam igualmente o isolamento que a ditadura buscava dar a seus inimigos políticos. Tornavam mais suportáveis as condições de vida dentro dos cárceres.

---

57 Antônio Rodrigues, ex-funcionário do IPPS, entrevistado a 5 de julho de 2016.

58 Entrevista com o ex-militante da ALN e PCBR, José Machado, a 4 de agosto de 2016.

59 Antônio Rodrigues, ex-funcionário do IPPS, entrevistado a 5 de julho de 2016.

60 FOUCAULT, Michel. Op. Cit.

Não que estivessem demonstrando afinidade com o pensamento político socialista. A fronteira entre eles, assim, continuava a existir. Foram apenas construídas algumas pontes, possibilitados contatos e atitudes, frutos da violação fronteiriça. Podemos dizer que se deram *virtudes cotidianas*, como entende Pilar Calveiro ao tratar de algumas concessões feitas por agentes da ditadura argentina nos campos de concentração e extermínio existentes no país platino, no final dos anos 1970 e começo dos 1980:

Aquelas ações individuais que contrariam a ordem concentracionária em benefício de uma ou várias pessoas, mas sempre de sujeitos específicos, não de ideias abstratas. As virtudes cotidianas não são praticadas como grandes atos públicos, mas como parte da cordialidade; passam despercebidas, salvo para quem se beneficia delas, e normalmente representam um compromisso muito sério, inclusive, às vezes, colocando em risco a vida de quem as executa<sup>61</sup>.

O apoio dos carcereiros, levando e trazendo informações de parentes, aliviava um pouco a saudade, possibilitando algum equilíbrio emocional. O apoio permitia comprar matérias-primas para as oficinas e propiciava a continuidade dos trabalhos, importante para passar o tempo dentro dos cárceres e uma forma de obter rendimentos pecuniários.

Os livros e jornais, que os carcereiros conseguiam, permitiam aos militantes repensar seus projetos políticos e fazer a autocrítica. Até mesmo os meros bate-papos com os agentes penitenciários, “jogar conversa fora”, não devem ser menosprezados dentro do processo de equilíbrio emocional e reconstrução da identidade do militante de esquerda armada detido no IPPS.

As relações entre presos políticos e carcereiros no IPPS foram igualmente distintas quando comparadas com o que aconteceu, por exemplo, no presídio de Itamaracá. Mário Albuquerque, que veio do presídio pernambucano para o cearense em 1975, foi taxativo:

A relação nossa com os agentes [do IPPS] era muito boa, bem menos tensa do que acontecia em Pernambuco. Aqui era completamente diferente. (...) Era um céu, um céu em relação ao que eu estava vindo. Um céu individual. Quando eu escrevia para o pessoal em outros presídios

---

61 CALVEIRO, Pilar. Op. Cit., p. 122.

dizendo isso, os caras achavam que era sacanagem minha, que eu estava sacaneando com eles [risos]. Era um clima mais relaxado, não era aquele clima pesado de Itamaracá<sup>62</sup>.

Tão fortes os laços que as amizades entre alguns agentes e presos políticos continuaram mesmo após estes cumprirem as penas no IPPS:

Não todos eles, mas parte deles passaram a ser amigos da gente e tudo e fazia favores como levar uma carta, de trazer um encomenda, trazer um queijo, uma verdura, uma fruta, né? Ou levar presentes... Eles passaram a fazer isso aí. E quando eu fui solto essa amizade continuou. Inclusive, um deles, eu passei até a frequentar a casa dele quando eu fui solto. Aniversário, encontro de jovens, ouvir música. Era o Fernando Moreira, chamava ele de Moreira<sup>63</sup>.

Mas o contato entre presos políticos e carcereiros não teria ficado apenas nas simpatias mútuas e favores. Muitos dos carcereiros eram universitários, alguns, como no caso de Antônio Rodrigues, até com militância posterior no movimento estudantil. O contato com os presos políticos não deixou de contribuir para o processo de entendimento do que se passava no Brasil por parte dos agentes prisionais. Nas fronteiras, trocas e influências mútuas aconteceram.

Eu não tinha ligação política, mas no meio universitário, naquela época, a grande bandeira era a reabertura da UNE e dos Diretórios Centrais dos Estudantes. Eu trabalhei diretamente, durante vários anos, com os presos políticos. Eu era sempre um dos agentes designados para trabalhar lá. E aprendi muito. A minha escola política, na verdade, foi essa convivência com os presos políticos, uma preocupação social, entender as injustiças da sociedade. Eu era estudante universitário, vivia então em dois mundos, o mundo acadêmico e o mundo da prisão. Isso por vezes provocava choques, divisão pessoal. Coisas que eu via na universidade, tinha chances de conversar com eles. Eu questionava mesmo o sistema de educação, pois na época teve a famosa reforma da educação do [ministro] Jarbas Passarinho<sup>64</sup>.

Portanto, percebe-se que na fronteira entre presos políticos e carcereiros no IPPS, os contatos mútuos levaram a questionamentos de estereótipos e a influências mútuas. Se os agentes prisionais con-

---

62 Entrevista com o ex-militante do PCBR, Mário Albuquerque, a 14 de abril de 2016.

63 Entrevista com o ex-militante do PCBR, Célio Miranda, a 8 de julho de 2016.

64 Antônio Rodrigues, ex-funcionário do IPPS, entrevistado a 5 de julho de 2016.

tribuíram, com seus favores e diálogos, com algum apoio psicológico, para melhores condições de vida nos cárceres e reflexões políticas dos militantes da esquerda armada dentro do presídio, os presos políticos não deixaram de também moldar os primeiros, sobretudo chamando a atenção para o regime autoritário que imperava no País e mesmo os politizando. Ratificando o pensamento de Certeau<sup>65</sup>, a fronteira, ao ser violada, permitia a transgressão, mas também o contato e o diálogo.

### 3.4 ZONA DE ATRITO

Afirmar que havia proximidades e negociações na fronteira não implicava que existisse uma completa harmonia ou uma conduta igual entre carcereiros e presos políticos. Não se podem esquecer as afinidades pessoais como um elemento para as aproximações entre os dois grupos. Tensões existiam, bem como limites para os contatos nas fronteiras, que não podiam ser por demais ultrapassadas, sob pena de punições para agentes funcionais e militantes de esquerda e de se colocar em risco as próprias concessões e negociações.

Como afirma Kiko Goifman, a respeito do cotidiano das prisões, as negociações que marcavam as relações entre presos e corpo funcional implicavam na existência de regras não-escritas e acordos sociais pertinentes na organização de condutas no ambiente carcerário<sup>66</sup>. Por mais que houvesse flexões e proximidades, as regras, negociações e acordos tácitos sobre o proceder e o atuar estabelecidos entre carcereiros e presos deviam obedecer a marcos. Diz Célio Miranda, ex-militante da ALN:

Mas a gente não querendo prejudicar, porque a gente tinha a compreensão que eles eram estudantes, tinham conseguido aquele emprego ali, que era importante para a vida deles, então, a gente procurava ser compreensivo, não se expor muito, não criar problemas para eles e nem para nós<sup>67</sup>.

Quando os acordos tácitos eram violados ou quando a fronteira entre presos políticos e carcereiros era ultrapassada em demasia, havia grandes chances de atritos. Os carcereiros não podiam deixar de lembrar a autoridade de seus cargos e o lugar e limites a serem respeitados pelos presos políticos.

65 FOUCAULT, Michel. Op. Cit.

66 GOIFMAN, Kiko. Op. Cit., p. 78.

67 Entrevista com o ex-militante do PCBR, Célio Miranda, a 8 de julho de 2016.

Lembro bem que tinha um agente, que era maranhense, e um preso político, também maranhense, muito conhecido, o Manuel da Conceição. Então, como eram conterrâneos, surgiu uma afinidade entre eles, uma simpatia mútua por serem maranhenses. Não lembro exatamente do fato, mas teve um dia que o agente teve uma atitude mais enérgica com o Manuel da Conceição. Aí tiveram um atrito sério, uma discussão séria. Eles tinham uma relação por serem conterrâneos, mas nesse dia o agente achou que as coisas tinham limites<sup>68</sup>.

Mesmo com as pontes estabelecidas na fronteira, as relações cordiais e afinidades pessoais por ventura existentes, os agentes penitenciários não deixavam de monitorar os presos políticos. Nesse sentido, numa das evidentes contradições da fronteira, a proximidade com os militantes de esquerda acabava sendo útil para o exercício das funções estabelecidas pela direção do presídio aos agentes. Para tanto, contribuía a pouca privacidade que os presos apresentavam dentro do presídio. Sem muita privacidade e estando em contato com os agentes, os militantes da esquerda armada estavam sob a fiscalização da ditadura.

As celas eram dois metros por três. Aí eles faziam o que chamavam de come-quieto. Botavam papelão, papel, jornal na grade vazada e fechavam. Era frágil, né, podia ser derrubado, mas todo mundo respeitava, mas era sagrado, pois era para respeitar a individualidade deles. Mas a gente tinha que saber o que estava acontecendo. Sempre tinha um espaço, uma abertura que dava para ver<sup>69</sup>.

Não por acaso, os presos políticos igualmente procuravam impor restrições aos contatos na fronteira. Os agentes penitenciários também não podiam avançar muito. Dessa maneira, nem tudo de interesse dos militantes de esquerda era falado aos carcereiros, afinal, por mais que estes se mostrassem amigos e cordiais, eram “homens do sistema”, trabalhavam, literalmente, para a ditadura. Os ativistas restringiam o que falavam, temendo que alguma informação nova fosse repassada aos órgãos de repressão e complicasse sua situação ante a Justiça Militar:

Eles [os presos políticos] se aproximavam, puxavam conversa, entendiam que estávamos ali trabalhando, cumprindo nossas obrigações. Mas não falavam de tudo com a gente, não. Eles tinham restrições a falar sobre

---

68 Antônio Rodrigues, ex-funcionário do IPPS, entrevistado a 5 de julho de 2016.

69 Antônio Rodrigues, ex-funcionário do IPPS, entrevistado a 5 de julho de 2016.

questões políticas, sobre como foram as ações deles, por exemplo<sup>70</sup>.

Não se pode fazer generalizações quantos às negociações e concessões na fronteira. Nem todos os militantes, sobremaneira nos primeiros tempos, desejavam contato com os carcereiros, afinal, estes eram gente “do outro lado”, pessoas vinculadas à ditadura. Havia agentes prisionais, mais duros, que reprimiam as condutas irregulares dos internos, “tratavam preso no pau”, como chegou a dizer o parente de um dos militantes<sup>71</sup>; outros carcereiros faziam vista grossa para as negociações, mas não participavam diretamente das mesmas (embora também não as repreendessem)<sup>72</sup>. Nem todos os carcereiros simpatizavam ou gostavam de trabalhar com os presos políticos. Fosse por uma questão ideológica ou afinidade pessoal ou profissional, funcionários recusavam plantões no Pavilhão Sete, como nos revelou Antônio Rodrigues<sup>73</sup>.

Os militantes da esquerda armada no IPPS, portadores de maior grau de instrução, “politizados” e organizados no coletivo, eram “exigentes”, questionadores, não admitiam ser tratados como presos comuns e, assim, podiam trazer “problemas” para os agentes penitenciários nos plantões. No expediente, num ambiente tenso, onde o risco de rebelião era possibilidade concreta, trabalhando em jornadas de 24 horas (com folga de 48 horas), com a labuta entrando noite adentro, os carcereiros desejavam evitar problemas nos seus turnos. Aqui percebemos explicitamente as disputas de memórias dentro das reconstruções mnemônicas dos presos políticos entrevistados e de Antônio Rodrigues em seu depoimento. Para os primeiros, os carcereiros gostavam de trabalhar no pavilhão sete onde estavam os “subversivos”. Por não se verem como presos comuns, por sua condição social e política, os militantes talvez achassem normal que os carcereiros não lhes tivessem restrições.

Os carcereiros tinham medo era dos presos comuns. Da gente, não. Um dia faltou energia elétrica antes de nós sermos recolhidos às celas. Um cara [preso comum] saiu lá, no escuro, furando todo mundo, com uma faca,

---

70 Antônio Rodrigues, ex-funcionário do IPPS, entrevistado a 5 de julho de 2016.

71 Conversa com Ernesto Sales, filho do ex-militante da ALN, José Sales de Oliveira, pelo grupo “Memorial IPPS” do aplicativo de comunicação WhatsApp, a 17/05/2017.

72 Entrevista com o ex-militante do PCBR, Mário Albuquerque, a 14 de abril de 2016.

73 Antônio Rodrigues, ex-funcionário do IPPS, entrevistado a 5 de julho de 2016.

sem saber quem. Saiu uma porrada de gente furada. Os carcereiros diziam: “quando sou escalado pra trabalhar aqui, é tranquilo. Quando sou escalado para trabalhar no outro lado, eu morro de medo”<sup>74</sup>.

Não obstante, apesar dos riscos de contato com os presos comuns, o caráter reivindicador e questionador dos presos políticos e/ou uma postura ideológica anticomunista levavam alguns agentes a evitá-los. Antônio Rodrigues revelou que:

A maioria dos agentes não queria ir lá trabalhar com os presos políticos. Porque eles eram mais esclarecidos, digamos assim [risos], mais cheios de razão, cheios de direitos, sabiam argumentar. E tinham aqueles agentes que tinha uma postura mais militarizada, que tinha preconceito, que achava que preso político era subversivo, que era um pessoal perigoso, terrorista, que fazia assalto a banco, enfim. Então, tinha colegas que não gostavam, que não queriam ir de jeito nenhum. Por isso que trabalhei muito tempo lá [com os presos políticos], pois tinham agente que era designado e não queria ir. (...) Geralmente era a mesma equipe de agentes que trabalhavam com eles, já eram entrosados<sup>75</sup>.

O fato de serem quase sempre os mesmos agentes nos plantões facilitou, como era de se esperar, um maior entrosamento e proximidade entre vigilantes e vigiados. Em contato com os mesmos funcionários, os militantes talvez não percebessem as restrições que alguns dos agentes apresentavam contra eles.

Nos depoimentos colhidos, nenhum dos presos políticos mencionou casos pessoais de atritos com carcereiros. Talvez porque realmente não vivenciaram maiores conflitos ou não lembrassem. Talvez porque, com as reconstruções das memórias conciliatórias acerca do período, optaram por silenciar sobre eventuais momentos de tensão com os agentes da guarda de segurança.

Algumas escaramuças, contudo, não deixaram de verificar-se, por mais que as relações fossem flexíveis, como se percebe na fala do ex-agente Antônio Rodrigues acerca do atrito entre o carcereiro maranhense e o comunista Manuel da Conceição.

Se os intercâmbios, as trocas e as acomodações na fronteira presos políticos-carcereiros não garantiram, por completo, a estabilidade

---

74 Entrevista com o ex-militante da ALN e PCBR, José Machado, a 4 de agosto de 2016.

75 Antônio Rodrigues, ex-funcionário do IPPS, entrevistado a 5 de julho de 2016.

das relações na prisão, situações imprevisíveis ou momentos de embate tornavam tais relações ainda mais delicadas. Nos períodos de maior inflexão e embate entre militantes e direção prisional e a ditadura, a tensão se elevava na fronteira e as pontes ficavam mais distantes, por vezes sumiam. Por mais que tivessem simpatias e amizades com os ditos “subversivos”, os agentes apresentavam responsabilidades e obrigações a cumprir perante o presídio como funcionários do Estado. Nesses períodos, a melhor posição para os agentes era cumprir estritamente suas funções, evitando maiores complicações, embora os constrangimentos fossem inevitáveis.

Diz Antônio Rodrigues:

[Nesses momentos de atritos] a gente adotava uma coisa regular, uma postura regular. Se havia uma manifestação, documento dos presos com alguma reivindicação, a gente comunicava à direção. (...) Teve um caso difícil. Foi uma visita de auditores, promotores, da Justiça Militar, uma visita cordial. Estava tudo [ocorrendo] numa boa. Aí quando os auditores iam saindo, cumprimentaram um a um os presos políticos. Mas um deles recusou o cumprimento, colocando as mãos para trás. Ele disse: “acha que vou cumprimentar vocês? Vou não. Vocês são inimigos fingindo de amigo”. Foi superconstrangedor, para os outros presos, que já tinham cumprimentado, e para a gente, que ficou ali sem saber o que fazer. Os promotores nem cumprimentaram mais o resto dos presos<sup>76</sup>.

Cumprir com as obrigações funcionais não podia ser relevado pelos agentes penitenciários, visto que poderiam ser repreendidos e punidos, talvez até agredidos. Havia outras fronteiras para os carcereiros. O mundo dos responsáveis pela administração do presídio apresentava igualmente hierarquias, com distanciamentos e contatos esporádicos entre os ocupantes da cúpula diretiva, geralmente militares, e os agentes. Antônio Rodrigues, em seu depoimento, deu a entender certa tensão entre os militares e os civis que trabalhavam no presídio.

Observemos que, geralmente, o diretor do IPPS era um coronel da Polícia Militar e outros militares, como os policiais que faziam a segurança externa, estavam presentes no cotidiano da instituição. Os agentes penitenciários não escapavam à opressão do próprio sistema prisional da ditadura em que trabalhavam:

---

<sup>76</sup> Antônio Rodrigues, ex-funcionário do IPPS, entrevistado a 5 de julho de 2016.

Se os agentes tinham que fazer revista nos parentes dos presos, até mandando tirar a roupa, a gente também sofria. Quando a gente chegava no IPPS a guarda externa, da muralha, saída, etc., a Polícia [Militar], muitas vezes a gente era revistado. Dependendo do comandante do dia, tínhamos que tirar a roupa também. Era uma pressão, uma humilhação. Eles achavam que os agentes tinham um trabalho mais leve, pegavam pesado, se vingavam de nós. (...) Em outro momento, eu tive uma discussão por motivos banais com um sargento lá, uma discussão que teve até agressão física. (...) Nesse dia eu fiquei preso lá, no chamado Bico da Coruja, uma cela perto do corpo da guarda, onde ficavam os policiais que tinham cometido alguma coisa e eventualmente algum preso que tinha lá algum problema. (...) Esse foi o motivo que me levou a sair do IPPS no final dos anos 1970. Aí fui transferido para o presídio feminino. Os diretores do presídio eram durões, coronéis da PM, no cargo por indicação política. Tão duros que passavam pelos agentes e não davam nem bom dia. Lá vem o coronel. Todo mundo com medo, em silêncio. Acho que era uma regra deles, para não serem próximos de ninguém, nem do corpo funcional<sup>77</sup>.

As situações de imprevisibilidade, pois, não raro, se relacionavam com os momentos de postura mais reivindicatória dos militantes de esquerda. Foi o caso da greve de fome de 1974, que teve entre seus motivos o atrito entre um preso político e um guarda da penitenciária. Ainda que esta não tivesse sido a única causa do incidente, a ação mais ativa dos presos acabou por violar uma das regras tácitas de um presídio: nunca agredir (no caso, provocar) diretor ou um funcionário para não desencadear sobre todos os presos (políticos) a repressão institucional<sup>78</sup>.

O incidente levou a administração a uma sanção coletiva, o recolhimento dos presos políticos a suas respectivas celas. Assim, a questão de maior ou menor atuação política do coletivo de presos políticos tinha que levar em conta também as relações e acordos tácitos com outros atores sociais do presídio, sob pena de haver não só punições coletivas por parte da direção institucional, mas romper os laços mais flexíveis e a visão positiva que parte dos funcionários tinha dos ativistas. Em outras palavras, as práticas dos militantes da esquerda armada

---

77 Antônio Rodrigues, ex-funcionário do IPPS, entrevistado a 5 de julho de 2016.

78 GOIFMAN, Kiko. Op. Cit., p. 81.

dentro do IPPS não poderiam excluir a fronteira com os funcionários da instituição, visto que as pontes e interações construídas, materializadas em acordos tácitos, intercâmbios e concessões, tornavam mais suportáveis as condições de vida dentro dos cárceres.

### 3.5 “REVOLUCIONÁRIOS E MALANDROS”

Entre as várias fronteiras existentes no IPPS, estava a que separava e punha em contato os presos políticos e os presos comuns. Por determinação da direção prisional, em tese, os dois grupos deviam permanecer isolados e incomunicáveis. As razões para tanto eram variadas. Possivelmente, a direção desejava evitar o que aconteceu em outros presídios do País no fim da década anterior, onde presos comuns se politizaram, ajudaram os “subversivos” a fugir, levaram mensagens para fora da prisão denunciando a ditadura, etc<sup>79</sup>.

Talvez o corpo diretivo temesse que os “terroristas” transmitissem suas táticas guerrilheiras e organizacionais para os internos comuns, ou absorvessem os vícios destes, tornando-se mais perigosos para a ordem social e a manutenção e convívio no Paulo Sarasate. Talvez houvesse uma questão de classe e etnia: não era condizente com uma sociedade hierarquizada, como a brasileira, que jovens de classe média, ainda que “terroristas”, ficassem presos ao lado de “pretos e ladrões da pior espécie”.

A determinação de manter separados “revolucionários e bandidos”, a princípio cumprida rigorosamente, depois, flexibilizada, atravessou toda a década de 1970. No final daquele decênio, se configurou uma situação peculiar: enquanto a ala dos “terroristas” apresentava poucos presos e várias celas vazias, vistos que vários deles já haviam cumprido as penas, as demais celas dos Pavilhões Sete e Oito contavam com ocupantes em demasia, o que era anunciado já pela imprensa da época como lotação do IPPS<sup>80</sup>.

Após a Lei da Anistia, de agosto de 1979, restou apenas um preso político no IPPS, José Sales de Oliveira. Este, então, foi transferido para o Quartel dos Bombeiros, nas proximidades do centro de Fortaleza, ficando ali em uma cela improvisada, na verdade, uma sala, de modo

79 FARIA, Catia. Op. Cit.

80 Matéria de O Povo de 1977 aborda os problemas do IPPS, como a situação precaríssima dos internos e a superlotação, com quatro presos por cela. A reforma penal: esperança dos encarcerados. O Povo, 22/05/1977.

que a rua dos “subversivos” do P7 fosse ocupada por presos comuns. Ou seja, em vez da ditadura acomodar presos comuns e presos políticos na mesma ala do presídio, transferiu o “subversivo”. A intenção era, sim, de garantir sua integridade física (a situação de Sales teve cobertura da imprensa, conforme veremos no capítulo 4), mas também para evitar o contato direto do preso político com os “malandros”.

Não obstante a preocupação em manter afastados “malandros” e “terroristas”, na prática, ao longo dos anos, com as acomodações do cotidiano e maior flexibilização nas relações com a direção do presídio e o corpo funcional, os contatos foram inevitáveis. Materializou-se, assim, uma fronteira, com pontes, trocas, influências em escalas diversas, entre militantes da esquerda armada e presos comuns do IPPS.

Os contatos entre estes dois estratos sociais em presídios já foi alvo de polêmica. No começo dos anos 80, a imprensa, sobremaneira a carioca, passou a difundir uma visão vinculando as organizações revolucionárias de esquerda à origem de grupos criminosos, como o Comando Vermelho. Tal vinculação se baseava na semelhança e ousadia dos tipos de crimes praticados por ativistas e infratores comuns.

Nessa visão, a partir dos contatos nos cárceres e troca direta de experiências, os criminosos comuns teriam passado a se inspirar e repetir as ações dos revolucionários fora das prisões, no que toca às táticas, normas de comportamento e forma de organização. A historiadora Cátia Faria questionou tais premissas em seu trabalho de mestrado<sup>81</sup>.

Segundo a autora, no Rio de Janeiro, os assaltos a bancos já eram praticados por grupos de criminosos antes das ações de expropriações realizadas pelas esquerdas, intensificando-se após a reforma bancária de 1966, quando, com a expansão da economia, houve uma multiplicação das agências bancárias<sup>82</sup>. Além disso, em boa parte dos presídios havia restrições aos contatos entre presos políticos e comuns<sup>83</sup>. Em suma, influências aconteceram, mas não a ponto de terem sido determinantes para a criação de uma organização criminosa como o Comando Vermelho.

A gente não ensinou nada de organização, guerrilha, luta a eles [presos comuns]. Nada, nada. Te juro. A gente não tinha tanta proximidade com eles para isso. Essa acusação

---

81 FÁRIA, Catia. Op. Cit., p. 114 e seguintes.

82 Ibidem.

83 Ibidem.

que foi a guerrilha que ensinou eles a praticarem crime não tem fundamento. Não ensinamos nada, mas eles devem ter visto como a gente agia, entrar no banco e tal, antes mesmo da prisão. Mas a gente ensinar, não, de jeito algum. Ninguém foi ensinar preso comum<sup>84</sup>.

Os presos políticos, apesar de terem banho de sol pela manhã no pátio, ficavam recolhidos à sua rua no Pavilhão Sete a maior parte do dia, enquanto os presos comuns passavam o dia perambulando pelas dependências do presídio. Mas não era apenas em termos físicos ou de ambientes o distanciamento entre “bandidos e revolucionários”. Como diz Erving Goffman, as diferenças sociais entre os estratos dificultam contatos numa prisão<sup>85</sup>. Em geral, vindos da classe média<sup>86</sup>, os militantes de esquerda apresentavam origens e trajetórias distintas das dos presos comuns, estes em boa parte, negros, mestiços e pobres. “Revolucionários e malandros” tinham concepções distintas de mundo. Conforme Mário Albuquerque, os presos políticos sonhavam em mudar a realidade, criar uma sociedade mais igualitária, justa e solidária; os presos comuns até enxergavam as diferenças sociais, mas queriam apenas “levar a melhor”, ter vantagem em cima dos “otários”, para “passar bem”.

Na perspectiva das esquerdas, os presos comuns eram vítimas do sistema capitalista, frutos das contradições de classes e da sociedade – se politizados, talvez até pudessem apoiar a causa revolucionária. Para os presos comuns, as diferenças sociais eram naturalizadas, “faziam parte da realidade desde que o mundo era mundo” e os militantes de esquerda, “terroristas”, gente “estudada”, não passavam de sonhadores que ansiavam com um mundo impossível de ser alcançado<sup>87</sup>.

Eram outros valores, outro sistema de vida, bem diferente deles [presos comuns]. A gente tinha, por exemplo, um horário de silêncio durante o dia. Porque num presídio, de dia, é uma barulheira danada, porque os presos não tem nada pra fazer. Silêncio só à noite, parece um cemitério a noite um presídio, tal o silêncio. A gente [os presos políticos] fazia horário interno de silêncio, de dia, pra gente estudar, ler. A gente comemorava data, 1º de maio,

---

84 Entrevista com o ex-militante da ALN, Wiliam Montenegro, a 24 de setembro de 2016.

85 GOFFMAN, Erving. Op. Cit., p. 19.

86 RIDENTI, Marcelo. Op. Cit.

87 Entrevista com o ex-militante do PCBR, Mário Albuquerque, a 14 de abril de 2016.

dia do trabalhador, independência. Fazíamos festividade, cantávamos... Era muito distante do mundo deles<sup>88</sup>.

Ante as perceptíveis diferenças entre os dois grupos, era de se esperar curiosidades mútuas e antagonismos. Medo e desconfiança por parte dos presos políticos. Certa despeita, ressentimento dos presos comuns, sobremaneira pelo distanciamento buscado pelos militantes e porque estes começaram a receber concessões por parte da direção do Paulo Sarasate. Para o corpo diretivo, interessava o distanciamento entre presos comuns e políticos, pois a existência de rivalidades era menos ameaçadora à ordem desejada que a emergência de grupos unidos por interesses comuns<sup>89</sup>.

Daí talvez porque muitas das reivindicações dos presos políticos tenham sido aceitas e as dos presos comuns, não, para estimular rivalidades entre os dois grupos. Dessa maneira, se evitaria também que os “malandros” pudessem em massa ajudar os “subversivos”, como se dera em presídios do centro-sul. Era tanta a intenção de separar os grupos que diretores do IPPS pensaram em construir um novo pavilhão apenas para alocar os presos políticos, o que chegou a ter apoio de parte dos ativistas<sup>90</sup>.

Inseridos na cultura comunista, os militantes de esquerda se organizavam coletivamente na busca de direitos e garantias, o que os presos comuns não conseguiam reproduzir plenamente. Isso fez surgir o referido ressentimento entre alguns dos “malandros”. Não por coincidência, como revelou-nos o ex-integrante do PCBR, José Machado, os presos políticos viam-se comumente obrigados a limpar sua horta dos papéis higiênicos atirados pelos demais internos de suas celas, uma atitude claramente depreciativa dos infratores comuns em relação aos “terroristas”<sup>91</sup>. Segundo ainda Machado, essa questão quase teria levado a um confronto com os presos comuns: “Uns 200 [presos comuns] contra 20 [presos políticos]. Só não houve porque uma parte dos presos comuns ficou ao nosso lado e esfriou a coisa”<sup>92</sup>. Segundo o ex-funcionário Epifânio de Carvalho, presos comuns chegavam a dizer que os “subversivos” se achavam “melhores”, “mais inteligentes”

88 Entrevista com o ex-militante do PCBR, Mário Albuquerque, a 14 de abril de 2016.

89 GOIFMAN, Kiko. Op. Cit., p. 87.

90 Entrevista com o ex-militante da ALN, Fabiani Cunha, a 28 de março de 2017.

91 GOFFMAN, Erving. Op. Cit., p. 33.

92 Entrevista com o ex-militante da ALN e PCBR, José Machado, a 4 de agosto de 2016.

por terem estudos e que repudiavam os contatos com os pobres<sup>93</sup>. À época, era comum associar “pouca inteligência” à falta de estudos<sup>94</sup>. Além disso, os internos comuns não entendiam bem ou não tinham muito interesse em apoiar as ideias e projetos socialistas, como, aliás, ocorrera no grosso da sociedade brasileira, que não abraçou a causa dos ativistas e, assim, contribuiu para a derrota da esquerda armada<sup>95</sup>.

Não obstante, a busca de um afastamento em relação aos presos comuns teria outras razões, na perspectiva dos militantes. Segundo William Montenegro<sup>96</sup>, os ativistas queriam manter distância dos demais encarcerados para firmar a identidade de presos políticos, denunciar a ditadura reinante no País e obter direitos e melhores condições de existência dentro do presídio. Caso aceitassem a convivência e as mesmas regras aplicadas aos presos comuns, estariam ratificando o discurso do governo militar, segundo o qual inexistiam opositores presos no Brasil. Além disso, havia por parte dos ativistas certo temor da conduta violenta dos presos comuns – rotineiramente a imprensa noticiava agressões e mortes de presos comuns por seus companheiros no IPPS, pelas razões mais variadas.

Lembremos ainda do número pequeno de presos políticos quando comparado com a quantidade de presos comuns, o que os fragilizava bastante. E aquele número, com o passar dos anos, foi cada vez diminuindo, à medida que militantes deixavam o presídio após o cumprimento das penas. Assassinatos, estupros, agressões, etc. faziam parte das possibilidades que podiam vitimar os encarcerados no IPPS.

Lá [no presídio] existe uma escala. O preso mais respeitado é o que foi preso por motivo de mais violência. Quanto menos violento, menos eles respeitam. E geralmente esses menos violentos eram estuprados. Então, a turma ficava com medo, né? Chegava um preso novato eles diziam: “chegou carne fresca”. E eles estupravam mesmo<sup>97</sup>.

O medo de eventuais agressões ficou evidente quando o líder camponês maranhense, Manuel da Conceição, foi posto numa cela da

93 Epifânio de Carvalho, ex-funcionário do IPPS, entrevistado a 13 de junho de 2016.

94 FARIA, Catia. Op. Cit., p. 65.

95 AARÃO REIS, Daniel. *A Revolução faltou ao encontro*. São Paulo: Brasiliense, 990.

96 Entrevista com o ex-militante da ALN, Wiliam Montenegro, a 24 de setembro de 2016.

97 Entrevista com o ex-militante da ALN e PCBR, José Machado, a 4 de agosto de 2016.

ala dos presos comuns. O isolamento do companheiro e o temor que fosse alvo de alguma violência levaram os demais militantes de esquerda à intensa mobilização:

Teve um preso [político] lá, o Manuel da Conceição, um lavrador do Maranhão. Como ele era um líder importante, os órgãos de segurança orientaram o diretor do presídio para isolar ele. Aí ele ficou isolado numa cela na ala dos presos comuns, **sujeito a ser morto, a ser agredido, porque era um risco que a gente corria no presídio, né?** Então, a gente fez um movimento muito grande para que ele saísse daquele isolamento e voltasse para o verdadeiro lugar dele, na ala dos presos políticos. Acho que ele passou lá 15 dias e a gente falou com advogado, **denunciou que ele estava correndo risco de vida.** Fizemos documento, entregamos ao diretor do presídio, conseguimos audiência com ele. E deu certo, ele foi pra ala dos presos políticos depois [negritos nosso]<sup>98</sup>.

Afora o temor de ser alvo de agressões, o preso político angustiava-se igualmente por presenciar violências entre os próprios presos comuns e por pouco ou nada poder realizar para evitar a situação. Mário Albuquerque falou-nos de um caso de estupro, verdadeiro “assalto sexual”, nas palavras de Kiko Goifman, prática carcerária intimidatória de novatos ou de quem não era inserido no mundo da malandragem<sup>99</sup>:

Eu trocava a noite pelo dia. Eu gostava de escrever, estudar a noite, mesmo porque de dia é muito barulho no presídio, né? Numa dessas noites, eu vi num corredor atrás, um corre, corre, uns gritos. Eram gritos desesperadores, junto com choro. Estupro, eu pensei na hora. Não sei se na hora eu gritei, para alertar o pessoal. No outro dia, eu confirmei, havia sido um estupro. Os garotos, recém-chegados ao presídio, eram vendidos lá para dentro. Havia agentes que negociavam com os chefões da cadeia esses meninos. Eles iam virar mulher lá dentro. Servir de mulher. O estupro era uma ameaça real dentro da prisão<sup>100</sup>.

Não obstante o temor, os próprios presos políticos, conforme Mário Albuquerque e José Machado, acabaram forçando para que um de seus companheiros ficasse na ala dos presos comuns. No caso, um

---

98 Entrevista com o ex-militante do PCBR, Célio Miranda, a 8 de julho de 2016.

99 GOIFMAN, Kiko. Op. Cit., p. 89.

100 Entrevista com o ex-militante do PCBR, Mário Albuquerque, a 14 de abril de 2016.

militante de apenas 16 anos, que fora acusado pelos companheiros do PCBR de ter “falado” demais na fase de interrogatório, ganhando o repúdio do coletivo. A direção do Paulo Sarasate, então, o colocou numa das ruas dos internos comuns durante algum tempo, mesmo que isso pudesse ser uma ameaça a sua integridade física. Ressalte-se que entrevistados disseram desconhecer o episódio e até negado que tenha acontecido. Novamente ficavam claras, nas reconstruções de memórias, as dificuldades dos antigos militantes da esquerda armada em tratar temas delicados, como os justicamentos e as delações feitas com ou sem tortura. Como diz Maria Paula Nascimento Araújo, tratando da esquerda argentina, mas num raciocínio aplicável à esquerda brasileira, há um temor de que uma crítica às ações da guerrilha acabe sendo usada pelos setores conservadores para justificar a violência praticada pelos militares durante a ditadura e que essas críticas acabem enfraquecendo todo o esforço dos antigos militantes em denunciar os arbítrios praticados pelo regime autoritário instaurado em 1964<sup>101</sup>.

A diferença de comportamento entre infratores comuns e revolucionários dentro do IPPS era notória, como afirmou Epifânio de Carvalho<sup>102</sup>, ex-funcionário do presídio. Ante a moral da cultura política comunista, os presos políticos condenavam a jogatina, não usavam ou vendiam drogas ou outra coisa qualquer. Num presídio, era prática entre os presos comuns “venderem tudo”, como entorpecentes, bebidas, cigarros, alimentos, armas, até sexo. Destacava-se, sobretudo, entre os presos comuns do IPPS nos anos 1970 o tráfico e consumo de maconha. O uso de entorpecentes era intensamente repudiado pelos presos políticos, numa postura que mais uma vez denota certo conservadorismo comportamental, visto que setores da classe média, nos anos 1970, viam o consumo de *cannabis sativa* como um ato de rebeldia ao sistema e até de protesto político<sup>103</sup>. Os “malandros” ficavam surpresos em constatar como alguém podia estar preso sem consumir drogas...

---

101 ARAUJO, Maria Paula Nascimento. Memória e debate sobre a luta armada no Brasil e na Argentina. In: QUADRAT, Samantha Viz; ROLLEMBERG, Denise; (Orgs). *A construção social dos regimes autoritários*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

102 Epifânio de Carvalho, ex-funcionário do IPPS, entrevistado a 13 de junho de 2016.

103 ARAÚJO, Paulo César de. *Eu não sou cachorro, não: música popular cafona e ditadura militar*. Rio de Janeiro: Record, 2015, p. 136.

Um dia chegou um [preso comum] com uma bolsa e disse: “subversivo, eu trouxe aqui um material para vocês”. Eu disse: “material?”. Ele falou: “não, macho, o material aqui é bagulho”. Era maconha. Aí eu disse [risos]: “não, rapaz, a gente não quer isso, não”. Aí ele disse: “mas como é que pode, vocês tirarem essa prisão maluca e não usarem um baseado?”. Nossa moral revolucionária nos impedia de usar drogas<sup>104</sup>.

Também despertava a atenção dos infratores comuns a convivência relativamente harmônica e bem-humorada dos “subversivos”, apesar das divergências políticas e momentos de maiores embates e tensão. Não percebiam, como bem diz Pilar Calveiro<sup>105</sup>, que o riso, as brincadeiras do dia-a-dia, enfim, o bom humor, era uma forma de defesa e resistência dos militantes de esquerda ante uma situação tão tensa como a vivida num presídio. Tão chamativas essas questões do uso das drogas e do humor no dia-a-dia, que um dos ex-internos, ao encontrar Mário Albuquerque, após sair da prisão, fez-lhe uma pergunta inusitada:

Quando a gente saiu, com a Anistia, a gente se encontrava muito com os ex-presos comuns fora, né? Principalmente em feiras livres e tal. Aí encontrei um ex-presos que vendia carne na feira livre, o Cigano. O Cigano me chamou e disse: “ei, vem cá, rapaz, já que estamos aqui fora, me diz qual era a droga que vocês usavam, cara, para estarem sempre alegres daquele jeito?”. Eles não admitiam ou não entendiam que você pudesse tirar prisão sem droga. Achavam que a gente tinha uma super-droga secreta, uma droga de “subversivo”<sup>106</sup>.

As perspectivas e visões de mundo estavam presentes até na ideia de fuga. Nas palavras de vários dos entrevistados, numa prisão, o “preso passa 24 horas pensando em fugir”<sup>107</sup>. Kiko Goifman diz mesmo que os internos veem a fuga como um direito, ante a opressão do sistema prisional<sup>108</sup>. Planos de fugas foram articulados pelos presos políticos no IPPS. As pesadas grades das celas foram cerradas, camufla-

---

104 Entrevista com o ex-militante da ALN, Fabiani Cunha, a 28 de março de 2017.

105 CALVEIRO, Pilar. Ob. Cit., p. 107.

106 Entrevista com o ex-militante do PCBR, Mário Albuquerque, a 14 de abril de 2016.

107 Entrevista com o ex-militante do PCBR, Mário Albuquerque, a 14 de abril de 2016.

108 GOIFMAN, Kiko. Op. Cit., p. 89.

das com cera de abelha e pintadas com tinta preta. Assim, os militantes poderiam facilmente sair de suas celas e ruas quando surgisse uma “oportunidade adequada para fugir”.

Segundo José Machado e Fabiani Cunha, presos comuns convidavam os “subversivos” para as fugas que realizavam. Os militantes de esquerda recusavam, temendo armadilhas da repressão para eliminá-los, sem falar que fugir com presos comuns seria também dar margem ao argumento da ditadura, de desqualificar a condição de presos políticos do regime. “Eles [os presos comuns] organizavam fugas, fugiam, nos convidavam. Mas a gente não topava, porque uma coisa era a fuga de preso comum, outra, de preso político. A repressão podia aproveitar para nos matar”, afirmou José Machado<sup>109</sup>.

Havia, entretanto, um princípio por parte dos presos políticos, bem conforme sua cultura política: a fuga haveria de ser coletiva. Ou seja, os presos comuns fugiam individualmente ou em pequenos grupos; os ativistas só aceitavam fugir se todos do coletivo escapassem. Seria “contrarrevolucionário” e uma “fraqueza” pensar ou realizar uma fuga individual. Uma fuga coletiva, pelo número de pessoas envolvidas, era muito mais complexa de ser realizada. Talvez por isso, mesmo com as fragilidades estruturais do IPPS – era comum a imprensa noticiar a escapada de presos comuns –, os presos políticos não realizaram nenhuma fuga, ao contrário do que se deu em alguns presídios do país<sup>110</sup>.

No IPPS se combatia a fuga individual. Fuga individual não era aceita no coletivo. Quem tivesse plano de fuga era muito escondido, não podia ser revelado, porque todo mundo era contra. A fuga tinha de ser coletiva, do grupo. Tinha que ser coerente com a atividade revolucionária. Se chegamos juntos, que saíssemos juntos. Eu mesmo cheguei a pensar num plano de fuga individual, cheguei até a articular com meu irmão isso, mas nunca falei isso para o grupo. Eu me reprimia por isso, entendeu? Como é que eu ia ser visto pelos companheiros? Não podia fugir só. Eu recuei do plano<sup>111</sup>.

---

109 Entrevista com o ex-militante da ALN e PCBR, José Machado, a 4 de agosto de 2016.

110 TELES, Janaína de Almeida. Op. Cit.

111 Entrevista com o ex-militante do PCBR, Mário Albuquerque, a 14 de abril de 2016.

Se havia medo, diferenças, restrições e busca de distanciamento, os presos políticos não deixaram de expressar solidariedade aos presos comuns. Por vezes entregavam parte da produção da horta para o rancho (cozinha) do presídio, repassavam para os “malandros” alimentos recebidos dos parentes em datas especiais (como Natal, Semana Santa, etc.), compartilhavam medicamentos<sup>112</sup>.

Mas a principal manifestação de solidariedade materializou-se na denúncia à direção do presídio e à Justiça Militar acerca das torturas infligidas aos “malandros”, prática rotineira nas prisões e delegacias do Brasil e do Ceará<sup>113</sup>. Tais condutas, como de se esperar, geraram certa simpatia e respeito de parte dos infratores comuns para com os “subversivos”, o que fez diminuir o ressentimento e estimulou aproximações.

Alguns simpatizavam com a gente, porque teve momento que a gente viu preso ser espancado, a gente gritou, fizemos documentos à direção, à Auditoria, que estava havendo tortura dos presos comuns, etc. Eles [polícia] faziam muitas batidas, batiam nos presos, torturavam. A gente reclamava, berrava, gritava. Então, eles [os presos comuns] tomaram conhecimento disso<sup>114</sup>.

A postura de condenar a tortura dos presos comuns não era muitas vezes entendida por funcionários do presídio. Mas para os presos políticos, havia um sentido para esse posicionamento. Tolerar as torturas do regime contra qualquer pessoa era o mesmo que aceitar as violências praticadas contra os militantes.

Eles [funcionários e dirigentes do presídio] não entendiam com nós estávamos condenando a tortura, arriscando nossa vida por um bandido desses, gente que estuprou, matou, latrocínio. Até hoje não entendem... Até os guardas carcerários, pessoas mais próximas, que até gostavam de nós, não entendiam. “Como é que vocês, gente ai que é professor, universitário, como é que vai proteger bandido desses?”, diziam. Não entendiam que condenar a tortura era coisa válida para todos. Nós todos havíamos sido

---

112 Entrevista com o ex-militante do PCBR, Mário Albuquerque, a 14 de abril de 2016.

113 MARIZ, Silviana Fernandes. *Oficina de satanás: a Cadeia Pública de Fortaleza (1850-1889)*. 2004, 156 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2004.

114 Entrevista com o ex-militante da ALN, Wiliam Montenegro, a 24 de setembro de 2016.

torturados, brutalizados. Não podíamos nos omitir diante da prática. Se permitimos a violência do Estado contra os outros, esse Estado vai se voltar, vai torturar também a gente, como aconteceu. É não querer para o outro o que não queremos pra gente<sup>115</sup>.

### 3.6 FRONTEIRAS COM OS “MALANDROS”

Numa convivência fronteira marcada por hesitações, medos, despeitas e certo distanciamento, pontes, com influências mútuas, foram estabelecidas entre presos políticos e presos comuns. Como afirmou Kiko Goifman, a prisão é palco de constantes negociações, concessões, inclusive “interpresos”<sup>116</sup>. Verdade que aquelas aproximações foram, não raro, por afinidades individuais, simpatias particulares, entre os integrantes dos dois grupos. De modo geral, as restrições dos presos políticos quanto à massa de presos comuns persistiram ao longo da década de 1970.

No começo a gente não tinha relação nenhuma [com os presos comuns]. Depois, quando a gente estava na galeria, tinha alguns que simpatizavam, não com as ideias, com a ideologia, mas com a gente, uma questão pessoal, de afinidade pessoal. (...). Então, tinham pessoas que gostavam da gente, afinal você passa oito anos ali e os caras estavam ali há oito anos, então quando se viam na galeria, falavam e tal. Mas não havia entrosamento. Havia alguns que admiravam a gente e tal. Não lembro de algum que tenha feito agressão física ou verbal contra a gente. Era uma relação de “oi”, “oi e tal”. **Mas a gente não tinha confiança num cara desses, né? Eram barra pesada, né?** [negrito nosso]<sup>117</sup>.

Como vimos, ante o isolamento dos “terroristas” imposto pela ditadura nos primórdios do IPPS, foram os carcereiros e os presos comuns os primeiros a se aproximarem daqueles, ao levarem alimentos, limparem os corredores, etc. Com o relaxamento das relações, a convivência aumentou entre “malandros e revolucionários”. Nos contatos do cotidiano, nas pontes que o presídio possibilitava, os internos

---

115 Entrevista com o ex-militante do PCBR, Mário Albuquerque, a 14 de abril de 2016.

116 GOIFMAN, Kiko. Op. Cit., p. 23.

117 Entrevista com o ex-militante da ALN, Wiliam Montenegro, a 24 de setembro de 2016.

abordavam comumente detalhes de suas trajetórias de vidas. Afinal, se estavam numa prisão, havia um motivo. Saber o que o outro fez tinha objetivos. Podia ser uma forma de tentar se impor sobre os demais presos, pois, como dito, os internos de maior periculosidade apresentam mais “respeito” dentro de um presídio. Mas podia mesmo ser uma conduta de sociabilidade, um conversar por conversar, fruto de mera curiosidade e busca de amizade e laços num ambiente tão truculento e tenso como uma prisão.

Dessas conversas foram surgindo proximidades individuais, trocas de experiências, aprendizagens, simpatias, solidariedade, favores.

No Brasil, nada funciona [risos]. Era proibido a gente conversar com os presos comuns. Ora, a gente conversava, né? A gente falava do dia-a-dia da prisão. Os presos chamavam lá o presídio de “escola”. O cara tá preso por uma razão. Então, ele vai contar o que fez. E a gente acaba sabendo, aprendendo como é que eles faziam aquele crime, as “manhas”. Eles contavam o que tinham feito. E perguntavam também o que nós tínhamos feito, perguntavam mesmo coisa sobre política, tiravam dúvidas, tá entendendo?<sup>118</sup>.

O futebol também possibilitou contatos e sociabilidades, como revelou-nos Mário Albuquerque<sup>119</sup>, que chegou a “rachar” com os presos comuns, conforme visto no capítulo anterior. Normalmente, os presos empregados nas diversas atividades no presídio eram os “menos problemáticos e de confiança” do corpo administrativo. Havia, assim, menos probabilidade de tais internos criarem problemas, tentando fugas e rebeliões ou tramando assassinatos, por exemplo. Essa era igualmente a percepção dos presos políticos, daí se entendendo o porquê também da maior proximidade com aqueles presos comuns.

No violento e tenso ambiente da prisão, em que o medo de sofrer alguma agressão era persistente, os militantes de esquerda tinham tais internos como pessoas mais “tratáveis e minimamente confiáveis”, como disse-nos Célio Miranda<sup>120</sup>. Lembremos que os presos comuns ficavam soltos dentro dos pavilhões e os internos usados nos serviços

---

118 Entrevista com o ex-militante da ALN e PCBR, José Machado, a 4 de agosto de 2016.

119 Entrevista com o ex-militante do PCBR, Mário Albuquerque, a 14 de abril de 2016.

120 Entrevista com o ex-militante do PCBR, Célio Miranda, a 8 de julho de 2016.

tinham acesso a várias dependências do IPPS. Com maior mobilidade, esses internos prestavam pequenos favores aos presos políticos e davam nítidas demonstrações de amizades e simpatias pessoais.

Havia presos que trabalhavam fora das celas. Chegou a ter em certo momento no presídio oficinas para eles, pecuária, criação de gado. Os presos de melhor comportamento que trabalhavam fora. Foi um deles que um dia que me trouxe um preá de presente, porque sabia que eu gostava de bicho<sup>121</sup>.

A gente não tinha contato com os outros presos, não. Eles estavam à parte... Mas, às vezes, um entrava, um preso comum lá [na ala dos presos políticos] pra fazer um favor pra gente, né? Levar cartas, bilhetes, etc., comprar cigarros, etc. O carcereiro deixava. Tinha preso comum lá que entrava para estudar, a gente tentava politizar, ajudar a fazer vestibular...<sup>122</sup>.

Formou-se uma espécie de “rede informal de comunicação”. Não raro, os presos comuns informavam aos encarcerados políticos, por exemplo, sobre batidas a serem realizadas pelos agentes de repressão. Também comumente escondiam livros, textos, facas, etc. dos militantes quando das inspeções feitas pela Auditoria Militar<sup>123</sup>. Ocorreu mesmo de “malandros”, após saírem do presídio ao cumprirem a pena, voltarem ao IPPS na intenção de levar peças artesanais e/ou trazer matérias-primas para os presos políticos, tal o grau de afinidade<sup>124</sup>.

Essa proximidade chegou a envolver, inclusive, os familiares daqueles. Nos dias das visitas dos demais internos, aos domingos, parentes dos presos comuns travaram contatos com os “subversivos”. Realizaram também pequenos favores aos presos políticos, trazendo cartas, bilhetes, etc. e até dando presentes ou dividindo alimentos<sup>125</sup>. Os militantes, por sua vez, também repartiam com os parentes dos presos comuns parte da produção da horta, sobras dos almoços das datas especiais, produtos de higiene e até os presenteavam com alguma peça de artesanato<sup>126</sup>.

---

121 Entrevista com o ex-militante da ALN, Fabiani Cunha, a 28 de março de 2017.

122 Entrevista com o ex-militante do PCBR, Célio Miranda, a 8 de julho de 2016.

123 Entrevista com o ex-militante da ALN e PCBR, José Machado, a 4 de agosto de 2016.

124 Entrevista com o ex-militante do PCBR, Célio Miranda, a 8 de julho de 2016.

125 Entrevista com o ex-militante da ALN, Fabiani Cunha, a 28 de março de 2017.

126 Entrevista com o ex-militante do PCBR, Mário Albuquerque, a 14 de abril de 2016.

A gente conversava por aqui [mostra a grade da galeria dos presos políticos do IPPS] muito com os presos comuns e os familiares deles no dia de visitas deles, que era aos domingos. Os parentes conversavam com a gente, traziam coisas, comida, até presentes. E a gente dava coisas nossas a eles também<sup>127</sup>.

As pontes permitiram interações de experiências, imitações de práticas, invenções de usos. Ou seja, se a experiência e o contato com os ativistas não levaram à criação de organizações criminosas, a convivência no presídio, mesmo com as restrições, possibilitou que presos comuns e presos políticos tivessem influências mútuas quanto a práticas e condutas. Podemos citar alguns exemplos.

Mário Albuquerque disse-nos, na visita ao IPPS, em março de 2017, como aprendeu com os “malandros” a usar as privadas para comunicação entre as celas. José Machado revelou como os presos políticos aprenderam, com os presos comuns, a utilizar a “teresa” (espécie de fio que permitia passar papel de um uma cela para outra) e manusear espelhos na prisão:

Um espelho tem importância numa prisão. O espelho é uma arma muito interessante. É como se fosse um retrovisor de um carro. Você está aqui na cela e coloca o espelho para fora e consegue ver tudo que está acontecendo, como se fosse um retrovisor de um carro. Então, podíamos ver o que se passava nos corredores, se tava chegando alguém, a polícia. Tinha mil e uma coisas que eles faziam e que era proibido por lei<sup>128</sup>.

Os presos políticos não deixaram de absorver alguns valores comuns aos demais encarcerados dentro dos muros do IPPS. Como afirmou Goifman<sup>129</sup>, há no cotidiano da prisão um conjunto de regras não escritas e acordos entre os presos, regras e acordos que moldaram também a permanência dos presos políticos do IPPS. Pode-se citar, por exemplo, a utilização de gírias, expressando conhecimento acerca do “mundo da bandidagem” e dando a entender (ou desejando manifestar) que os militantes não eram ingênuos ante as artimanhas e violência do cotidiano da prisão, nem fraquejavam antes os internos que dominavam os cárceres<sup>130</sup>.

---

127 Entrevista com o ex-militante da ALN, Fabiani Cunha, a 28 de março de 2017.

128 Entrevista com o ex-militante da ALN e PCBR, José Machado, a 4 de agosto de 2016.

129 GOIFMAN, Kiko. Op. Cit., p. 78.

130 Ibidem, p. 86.

“Numa prisão, você não pode passar a ideia que é otário, mané, que é bobo”, disse José Machado<sup>131</sup>. Os valores de “sangue” dos cárceres não escaparam também aos presos políticos. Acerca do caso de estupro referido por Mário Albuquerque, contaria ainda o ex-presos político:

No presídio, você podia ser estuprado, mas havia uma forma de recuperar sua honra, como se dizia. E como era? Tinha que matar o cara que estuprou. [silêncio] Eu descobri quem era o rapaz [que havia sido violentado], dois presos que faziam a limpeza me disseram quem era. Eu chamei o cara e ofereci a ele uma peixeira [faca] e um advogado. Eu disse pra ele: “aqui é assim. Se você não fizer você vai ficar desmoralizado. Eu te dou a faca e o advogado e tu vai ser absolvido”. [silêncio] Mas o cara não teve coragem. Aí se desmoraliza, vira “taxi”, todo mundo “vai nele”. Ele não teve coragem<sup>132</sup>.

Os presos comuns, por sua vez, aprenderam com os “subversivos” a serrar as grades das celas e a vedá-las com cera para enganar os agentes prisionais, segundo Fabiani Cunha. Embora não tenhamos informe de nenhum interno do IPPS que tenha sido “politizado” e virado militante de esquerda, houve, como disse-nos Célio Miranda, casos de presos comuns que se motivaram a participar dos grupos de estudos e até prestar vestibular, com apoio e exemplo dos presos políticos.

Os “malandros” buscaram até se organizar para reivindicar direitos dentro dos cárceres. Possivelmente perceberam como os “subversivos” se mobilizavam coletivamente e obtinham melhorias dentro do presídio. José Machado contou caso de uma “assembleia geral” de presos.

As reuniões do coletivo aconteciam no corredor, com todo mundo vendo. Os presos comuns chegaram então a imitar, porque eles [os presos comuns] viam que a gente tava conseguindo alguma coisa com aquilo. Tinha um cara lá que era líder deles. Então, houve o seguinte lance. Um preso foi transferido de uma prisão agrícola. Lá, ele tinha um dinheiro para sustentar a família. Aqui, ele não tinha mais, né? Então, a família dele passou a morar vizinho ao muro do presídio. O resto da comida o

---

131 Entrevista com o ex-militante da ALN e PCBR, José Machado, a 4 de agosto de 2016.

132 Entrevista com o ex-militante do PCBR, Mário Albuquerque, a 14 de abril de 2016.

pessoal levava para os porcos. Aí os caras começaram a desviar uma parte da comida para a família desse preso. O coronel Fortaleza, que era o diretor na época, proibiu de dar essa comida. Aí o Milton Lopes, que era o líder [dos presos comuns] fez assembleia geral do pessoal lá. Nós ficamos impressionados [risos]. Reuniu os presos tudo no pátio e fez assembleia geral e exigiram a presença do coronel Fortaleza, igual o que a gente fazia quanto tinha problema. Ele veio. Os caras [do corpo funcional e diretivo] respeitam os marginais porque sabe que lá dentro os caras botam para quebrar. Aí o líder disse, “olha eu sou inimigo público número um, matei, roubei, fiz isso, isso, isso, mas não tem coragem de fazer o que você fez, coronel, tirar a comida da boca de uma criança e tal”. O coronel atendeu [risos]. Mas o impressionante é que os presos comuns se mobilizaram<sup>133</sup>.

Entretanto, essas tentativas de mobilização não foram recorrentes<sup>134</sup>. Com presos comuns portadores de concepções distintas de mundo e sem os valores do coletivismo da cultura política comunista, os movimentos reivindicatórios não se sustentavam por muito tempo, quando não eram simplesmente negados e reprimidos pela direção do presídio.

Apesar das possibilidades pelas pontes das fronteiras, não é prudente exagerar nas influências recíprocas entre presos comuns e políticos. Mesmo com os contatos e simpatias individuais, as desconfianças dos presos políticos continuariam. As restrições de contato ajudavam a conservar os estereótipos respectivos e o distanciamento<sup>135</sup>.

Persistia entre os militantes de esquerda a suspeição de que os presos comuns tramassem rebeliões e fugas mancomunados com a repressão, na intenção de eliminá-los. Ou seja, o medo de eventuais agressões e traições dos presos comuns somava-se ao medo do arbítrio da ditadura, denotando a situação de intranquilidade e riscos que os presos políticos sentiam e viviam dentro do presídio Paulo Sarasate.

Embora houvesse proibição de contato, convivência [com os presos comuns], na prática rompia-se com isso. E embora tenha muito caso de convivência boa com presos comuns,

---

133 Entrevista com o ex-militante da ALN e PCBR, José Machado, a 4 de agosto de 2016.

134 Entrevista com o ex-militante da ALN e PCBR, José Machado, a 4 de agosto de 2016.

135 GOFFMAN, Erving. *Op. Cit.*, p. 20.

havia casos de traição, do cara sacanear com a gente. Porque como eles tinham outros valores, geralmente a gente tinha desconfiança dos caras, mesmo quando se aproximavam numa boa. Podiam ser que eles estivessem sendo usados ou mancomunados com a repressão para planejarem fuga e quando fôssemos, era tudo uma armadilha, acabássemos sendo fuzilados, mortos pela repressão. Houve um caso assim na Argentina, na prisão de Ezeiza. Tentaram algo parecido em Itamaracá [Pernambuco]. Então, a gente tinha que ter cuidado, desconfiança nesses contatos<sup>136</sup>.

Em suma, presos políticos e comuns formavam grupos distintos dentro do IPPS. Não apenas por estarem separados fisicamente, como determinava a direção do presídio, mas por apresentarem composições sociais e perspectivas de mundo e de condutas diferentes. Para os “malandros”, os “subversivos” não passavam de sonhadores. Para a esquerda, os presos comuns eram vítimas do sistema, mas que viam a desigualdade do mundo como natural, buscando levar a melhor em cima dos “otários”.

Os presos políticos buscavam se diferenciar e se distanciar dos demais internos do IPPS, para firmar a condição de inimigos políticos mantidos encarcerados pela ditadura. Temiam igualmente a violência das relações que marcavam o cotidiano dos “malandros” do presídio. Apesar das restrições da ditadura, os contatos entre “bandidos e revolucionários” aconteceram, surgindo afinidades, ainda que sobremaneira individuais.

Presos comuns prestavam favores e alertavam os presos políticos de ações de agentes do regime. Os militantes de esquerda se solidarizaram pontualmente com os internos comuns, especialmente denunciando os casos de torturas. Não obstante, as pontes na fronteira permitiram influências, trocas de valores e criação de novas práticas e usos.

---

136 Entrevista com o ex-militante do PCBR, Mário Albuquerque, a 14 de abril de 2016.

### 3.7 PAIS E FILHOS

A derrota da esquerda armada, com a detenção e condenação dos militantes à prisão marcou um novo momento nas relações destes com as famílias. Muitos dos ativistas, quando caíram na clandestinidade, no final dos anos 1960, deixaram de manter maiores contatos com os parentes. Como lembram Maria Hermínia Tavares de Almeida e Luiz Weiz, a clandestinidade significava, necessariamente, o rompimento das relações sociais mais amplas<sup>137</sup>.

Foram meses, em alguns casos, anos, de angústias para mães, pais, irmãos, sobre o destino de seus entes queridos. Amargura pela propaganda difundida pela ditadura contra os assim denominados “terroristas”. Desespero pela possibilidade de torturas e mortes, pois, sabia-se o que o regime fazia com seus desafetos políticos. As dores da saudade.

Então, num dia, finalmente chegavam notícias sobre a prisão do ativista. Alguns familiares não sabiam bem da militância dos filhos; para outros, era algo já esperado e, contraditoriamente, até um alívio, pois, pelo menos, descobriam que os filhos e filhas estavam vivos.

Havia pais que exerciam há anos também uma efetiva militância política. Outros, acompanhavam de longe o que se passava no País e existiam casos de indiferentes e mesmo de apoiadores do governo dos generais. Independentemente da situação, a prisão dos jovens era um choque. Daí em diante, as coisas mudariam. Esposas vivendo dificuldades financeiras e o preconceito de serem “mulheres de terroristas”. Pais amargurados com o futuro dos filhos. O olhar recriminatório de vizinhos – mas também ações solidárias. E o esforço que familiares passaram a desenvolver na intenção de prestar auxílio jurídico, material e psicológico aos ativistas encarcerados. Fizeram mais, como buscar contatos com a Igreja católica e promover campanhas para denunciar a ditadura no exterior. Tiveram papel capital na Campanha da Anistia e, conseqüentemente, na libertação de “seus presos”.

As relações, porém, entre parentes e militantes não se limitou a apoios e solidariedade. Os dois grupos, por assim dizer, também se

---

137 ALMEIDA, Hermínia Tavares de; WEIS, Luis. Carro-zero e pau-de-arara: o cotidiano da oposição de classe média ao regime militar. In: NOVAIS, Fernando A. (Org.). *História da vida privada no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, volume IV, 1998, p. 377.

influenciaram e mudaram com os contatos. Pelas fronteiras do IPPS, pais e filhos não seriam mais os mesmos.

*Cair*, no jargão das esquerdas, constituía-se um temor e uma possibilidade para os que faziam oposição à ditadura. A prisão, dessa forma, era algo paradoxalmente surpreendente e esperado pelos militantes<sup>138</sup>. Podemos dizer que o mesmo valia para muitos dos familiares dos ativistas.

A mãe de José Machado, Dona Maria do Livramento, conforme o depoimento do mesmo, ao saber de sua prisão, demonstrou angústia, mas sem maiores surpresas. Mãe e filho moravam em uma área de conflito de terras nos arredores de Fortaleza, e a família apresentava já certo envolvimento na militância política.

Eu nasci em Camocim [cidade do norte cearense], onde foi fundada uma das primeiras células do PCB no Ceará. Eu tenho parentes que participaram da fundação. Então, quando eles vinham de Camocim para fazer encontro aqui [em Fortaleza] do PCB, eles se hospedavam lá em casa, no Jardim Iracema, numa casa de taipa. Então, eles conversavam e tal e eu achava bonito. (...) Então, a família estimulou [a militância política]. Um dia minha mãe abriu uma pasta minha e viu um [revólver calibre] 38. Começou a chorar [risos]. Ela disse: “vixe, pensava que estava só participando das passeatas”. (...) Quando eu era criança, ali onde é hoje o [bairro de] Jardim Iracema era zona rural, com muita mata, cultivo de hortas. Havia até uma entidade sindical lá chamada FALTAC, Federação de Associações de Trabalhadores Agrícolas do Ceará. Na verdade, era uma associação de verdureiros. Lá plantavam cebolinha, couve, alface... Aí em 64, eles fecharam a FALTAC. Aí os caras, a especulação imobiliária, começou a expulsar a população todinha. Aí apareceu uma imobiliária, de um Coronel Carvalho (...). Ali havia muita repressão, repressão mesmo e muita luta das pessoas. (...) Quando eu fui preso, eu era estudante de física, o pessoal da física foi lá em casa avisar. Aí, mamãe, mesmo abalada, disse: “não, eu já estava esperando”. Pronto<sup>139</sup>.

Para outras famílias, o impacto foi maior. Os familiares do membro da ALN, William Montenegro, não apenas ficaram surpresos com a prisão, mas igualmente por descobrirem sua intensa atua-

138 *Ibidem*, p. 389.

139 Entrevista com o ex-militante da ALN e PCB, José Machado, a 4 de agosto de 2016.

ção política e, mais ainda, o envolvimento com uma organização de luta armada. Em seu depoimento, Antônio Wilson Montenegro, irmão mais velho de William, revelou que a família não tinha a mínima noção da atuação do rapaz em organizações revolucionárias. “Sabia que ele conhecia pessoas de movimentos e partidos políticos da agitação do final dos anos 1960, mas eu não tinha amizade com eles e não compreendia bem o que faziam”, afirmou<sup>140</sup>.

Em 1970, morando em Salvador, Wilson soube pela televisão do que ficou conhecido como caso de São Benedito, no qual a ALN justicou um comerciante no interior cearense, o que teve grande repercussão na sociedade. Wilson relatou que ficou pasmo e se recusou, a princípio, a acreditar que o irmão estivesse envolvido no episódio. “Faltou terra nos pés”, disse. Teve que confirmar com outros parentes a notícia e sequer ligou para casa, temendo pela saúde da mãe, Dona Zilda, e porque não sabia bem como contar a ela notícia tão impactante. Wilson revelou ainda o desespero da família quando William foi condenado, em julgamento de primeira instância, à pena de morte, condenação depois transformada em prisão perpétua com recursos na Justiça Militar.

Houve casos em que, não tendo o militante caído na clandestinidade, sua prisão deu-se na frente de vizinhos e familiares, o que deixou, não raro, sequelas psicológicas e traumas, sobretudo em crianças e adolescentes. Contou-nos Sayonara Balaio, sobre a prisão de seu pai, Waldenilo Balaio:

Em 1970, aqui mesmo em Fortaleza, numa madrugada, o endereço era Rua da Paz, 452, exatamente antes das 5hs da manhã, quatro agentes da Polícia Federal adentraram nossa casa, nos acordando, e apontando armas, para meu pai, mãe, eu e minha outra irmã... Tínhamos entre cinco e seis anos (eu e minha irmã). Foi um momento de nossas vidas que nunca saiu de nossas mentes de criança... Eles reviraram nossa casa toda, como quem procura uma agulha no palheiro. Foi terrível esse momento, foi muito terror em nossas mentes de criança... Levaram nosso pai e só soubemos que ele ainda estava vivo depois de três longos e tristes meses... Então começou nossa peregrinação. Achemos nosso pai todo arrebatado nos calabouços da Polícia Federal. Foi muito torturado...

---

140 Entrevista com Wilson Montenegro, irmão do ex-militante da ALN, William Montenegro, realizada a 2 de agosto de 2016.

[ele] era um simples radiotelegrafista dos Correios e Telégrafos...<sup>141</sup>.

Como se depreende do relato acima e ratificando as palavras de Maria Hermínia Tavares de Almeida e Luiz Weiz, iniciava-se, a partir da prisão dos ativistas, a *via crucis* da família percorrendo centros de interrogatório e prisões. Não deixariam de buscar contatos políticos e serviços advocatícios para tentar libertar os filhos ou, pelo menos, evitar mais torturas ou que fossem mortos. Apresentassem ou não militância, as famílias não se eximiram de apoiar os seus.

O que posso dizer é que tirando a família de Mário [Albuquerque], as famílias eram no geral famílias conservadoras. Mas elas não iam deixar seus familiares neste momento. Nem falavam sobre o porquê das prisões dos filhos. Era um tema tipo tabu. Só não iam deixar seus filhos lá<sup>142</sup>.

A família se fazia presente, para contratar advogado, para evitar que [os militantes] fossem mortos, que fossem mais torturados. Eu tinha um primo que era [próximo] com o Laudelino Coelho [delegado da Polícia Federal no começo dos anos 70]. Meu primo tentava proteger o Fabiani Cunha, dizia pro Laudelino: “rapaz, o Fabiani não é perigoso, não. Tu acha que um homem daquele tamanho é perigoso?” Esse primo passava informações para nós, dizia o que estava acontecendo lá<sup>143</sup>.

Conforme os entrevistados, as famílias repassavam entre si informações sobre quais advogados poderiam defender os parentes perante a Justiça Militar. Nem todos os advogados aceitavam causas envolvendo presos políticos. Havia uma pressão da ditadura sobre esses profissionais. Podiam sofrer de ameaças anônimas por carta e telefone a represálias na carreira e no trabalho, afora constrangimentos e até acusações de “subversão”<sup>144</sup>. Outros colegas e operadores

---

141 Sayonara Balaio em depoimento prestado pelo aplicativo de comunicação WhatsApp, a 3 de maio de 2017.

142 Nilvia Amorim, ex-esposa do militante da ALN, William Montenegro, entrevistada a 25 de julho de 2016.

143 Josenilde Cunha, esposa do ex-militante da ALN, Fabiani Cunha, entrevistada a 21 de setembro de 2016.

144 ALMEIDA, Hermínia Tavares de; WEIS, Luis. Op. Cit., p. 340. LUIZ, Edson Medeiros Branco. *A atuação política da Ordem dos Advogados do Brasil durante o governo Geisel*. 2010, 136 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2010.

do direito chegavam a evitá-los, como contou-nos Felipe Barroso<sup>145</sup>, cineasta, diretor do documentário *Subversivos*<sup>146</sup>, sobre a ditadura no Ceará, e sobrinho de Pádua Barroso, um dos mais conhecidos advogados de presos políticos no estado nos anos 1970.

Para complicar, os familiares dos militantes apresentavam limitação de recursos financeiros para remunerar os defensores. Ter “um preso” custava alto – gastos com as idas ao presídio, compra de roupas, medicamentos, alimentos, etc. Em alguns casos, eram os pais e filhos, agora encarcerados no IPPS, que ajudavam a sustentar o lar, numa época de limitado número de mulheres trabalhando fora de casa, geralmente, com remuneração inferior à dos homens.

Dessa forma, era quase inevitável a falta de dinheiro por parte das famílias dos presos políticos, uma dificuldade que se agravava à medida que se prologava o tempo de permanência nos cárceres. Todos os nossos entrevistados confessaram que suas famílias não tinham como arcar com os honorários dos advogados que os defenderam. Havia por parte destes profissionais certo desprendimento em aceitar as causas dos “terroristas”. É o que dá a entender Felipe Barroso sobre o trabalho de seu tio durante a ditadura:

Ocasionalmente, dependendo do poder aquisitivo da família, [o advogado Pádua Barroso] cobrava honorários para defender o parente perseguido político, valores módicos, certamente, se comparados aos que se cobram hoje, tanto é que não acumulou riqueza, não obstante sua prática advocatícia por mais de cinquenta anos e ter sido procurador da Previdência. Há vários relatos, inclusive, de que nada cobrou de vários perseguidos políticos, como é o caso de João de Paula Monteiro Ferreira [militante do PCdoB preso no IPPS na década de 1970], que confirma isso no meu documentário “Subversivos”<sup>147</sup>.

Afora o desprendimento, advogados podiam apresentar simpatia ideológica ou mesmo militância política, tais quais seus constituintes. O citado Pádua Barroso, embora não tenha participado de

---

145 Felipe Barroso, em depoimento prestado pelo aplicativo de comunicação WhatsApp, a 12 de setembro de 2017.

146 *Subversivos*. Direção e produção: Felipe Barroso. Fortaleza: Felipe Barroso Filmes, 2014, dvd.

147 Felipe Barroso, em depoimento prestado pelo aplicativo de comunicação WhatsApp, a 12 de setembro de 2017.

nenhum partido, era próximo da irmã, a professora Ester Barroso, integrante do PCB e presa no DOPS-CE quando do golpe de 64<sup>148</sup>.

A mais conhecida advogada de presos políticos cearense, Wanda Sidou, cujo nome foi dado à Comissão Cearense de Anistia, era militante do PCB. Ficou famosa pela dedicação com a qual defendia seus constituídos e os duros embates travados com os juizes e procuradores na Justiça Militar – ao defender um militante comunista, chegou a terminar sua fala com vivas a Intentona Comunista de 1935, o que lhe valeu denúncia do Ministério Público. Não por acaso, Wanda Sidou passou a ser vigiada pela ditadura<sup>149</sup>. Ou seja, ao terem a coragem de defender os “subversivos”, não raro gratuitamente, sabendo de todas as consequências e represálias que poderiam sofrer pessoal e profissionalmente, muitos destes advogados não estavam distantes dos ideais de solidariedade, abnegação, etc. da cultura política comunista, os mesmos ideais dos quais eram portadores seus clientes<sup>150</sup>.

Mas os advogados não eram apenas os defensores dos presos perante a ditadura. Não hesitavam em prestar amparo psicológico aos familiares e presos políticos e mesmo denunciar os arbítrios do regime. Dona Josenilde Cunha<sup>151</sup> contou-nos que, nos momentos de dificuldades, sempre ligava primeiro para Pádua Barroso, pedindo orientações. Encontramos carta de Wanda Sidou, em duas laudas, a Mário Albuquerque explicando em detalhes a situação prisional deste, isso sem deixar de dar conselhos e de se colocar à disposição para mais esclarecimentos<sup>152</sup>. Mário foi um dos assistidos gratuitamente pela advogada. O ex-militante da ALN, José Machado, contou-nos como Wanda Sidou pediu sua ajuda para divulgar, através de pichações e panfletagens em Fortaleza, a greve de fome feita pelos presos políticos do IPPS, em 1974, censurada pela ditadura e não divulgada pelos principais jornais cearenses.

---

148 OLIVEIRA, Papito (Org.). *Vozes silenciadas*. Fortaleza: Imprensa Universitária, 2009.

149 SIDOU, Ari Othon. *Wanda Sidou, guerreira da liberdade*. Fortaleza: Expressão Gráfica Editora, 2008.

150 MOTTA, Rodrigo Patto Sá. A cultura política comunista. In: \_\_\_\_\_; NAPOLITIANO, Marcos; CZAJKA, Rodrigo. *Comunistas brasileiros: cultura política e produção cultural*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2013, p. 22 e seguintes.

151 Josenilde Cunha, esposa do ex-militante da ALN, Fabiani Cunha, entrevistada a 21 de setembro de 2016.

152 Carta de Wanda Sidou para Mário Albuquerque, datada de 16 de agosto de 1976. Arquivo da Associação 64-68.

As famílias dos militantes buscaram igualmente o apoio da Igreja Católica local, instituição de grande influência na sociedade cearense<sup>153</sup>. Os entrevistados foram unânimes em destacar a importância do então arcebispo de Fortaleza, Dom Aloísio Lorscheideir, na defesa das causas dos presos políticos e nas negociações com a ditadura nos momentos de maiores embates. Embora fuja ao tema desta pesquisa, acreditamos que Lorscheideir se enquadre entre os defensores dos novos valores e práticas que setores da Igreja Católica passaram a apresentar nos anos 1960-70, a exemplo da defesa da liberdade, do diálogo inter-religioso e da preocupação com questões sociais e econômicas.

Como diz Diego Omar da Silveira<sup>154</sup>, a mesma Igreja, que havia apoiado o golpe de 64, se tornou, aos olhos da sociedade e do próprio governo militar, uma crítica e poderosa adversária. Para Silveira<sup>155</sup>, apesar dos atritos, clero e governo não romperam por completo e ambos trabalhavam também no sentido de promover acomodações. A Igreja assumiu o papel de “voz dos que não têm voz”, tão fundamental no processo de transição política para a democracia<sup>156</sup>.

No arcebispado desde 1973, Dom Aloísio realizava pelo menos uma visita anual ao IPPS, prática que manteria após o fim da ditadura, tanto que acabou sendo feito refém numa rebelião dos presos em 1994. Nessas visitas, estavam presentes quase sempre autoridades constituídas, a exemplo de Secretário de Justiça, Edival de Melo Távora, como informa o jornal *O Povo* de 25 de agosto de 1973<sup>157</sup>.

Como enfatiza Erwing Goffman<sup>158</sup>, estas ocasiões, de visitas de um determinado estranho a um presídio, são exposições institucionais. Passa-se uma visão melhorada e adequada do presídio para o estranho e a sociedade. Nestes momentos, são mantidos elevados padrões de

---

153 PORTO, Márcio de Souza. *Modernidade e catolicismo: o episcopado de Dom José de Medeiros Delgado no Ceará (1963- 1973)*. 2014, 240f. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Ceará, Departamento de Sociologia, Fortaleza, 2014. PARENTE, Josênio Camelo. *A fé e a razão na política*. Fortaleza: Edições UFC, 2000.

154 CUNHA, Diogo. Das catacumbas: os homens da Igreja e a renovação do catolicismo durante a ditadura civil-militar no Brasil. In: AARÃO REIS, Daniel; CORDEIRO, Janaina Martins; LEITE, Isabel Cristina; SILVEIRA, Diego Omar de. *À sombra das ditaduras*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2014, p. 42.

155 *Ibidem*, p. 43.

156 *Ibidem* p. 44.

157 Arcebispo saudado pelos presos na penitenciária. *O Povo*, 25/08/1973.

158 GOFFMAN, Erving. *Op. Cit.*, p. 90.

humanitarismo e as relações entre os administradores e os internos são visivelmente mostradas como cordiais, sem mencionar a apresentação das melhores estruturas do estabelecimento. O que o estranho vê ajuda a diminuir a pressão que poderia fazer contra a instituição, no caso, da Igreja sobre o governo militar<sup>159</sup>. Apesar das intenções do governo, Dom Aloisio tinha longas conversas com os internos, fossem os comuns ou os presos políticos. Fora do IPPS, o arcebispo recebeu várias vezes os familiares dos ativistas e intercedeu por estes junto ao governo ditatorial.

Dom Aloísio ajudou total. Em 1974, quando eu fui preso mais uma vez, me torturaram aqui por três dias, na 10ª Companhia de Guarda e depois me levaram para Recife. Aí no Jardim Iracema havia uma freira chamada Irmã Alice. Ela fez, então, o contato da minha família com Dom Aloisio e aí Dom Aloísio bancou a passagem para mamãe ir a Recife. Ele mandou mesmo um bilhete para Dom Hélder, em Recife, contando do caso e pedindo para receber bem minha mãe, blá, blá. Acontece que, quando mamãe chegou lá, eu fui mandado de volta para cá, de avião (...) Aí eu fui no Palácio do Bispo falar com ele, pra dizer que estava vivo e agradecer. Quando tava lá, uma freirinha disse que achava que ele não ia me receber, pois estava numa palestra pra oitenta padres. Pois ele interrompeu a palestra e veio falar comigo. Com ele não tinha esse negócio de reza, doutrinação, nada. Parecia um militante mesmo. Aí ele disse: “olha, você faça um relatório, diga o que aconteceu com você e com outros, porque daqui a uns dias eu vou viajar para a Itália e vou denunciar”. E ele denunciou<sup>160</sup>.

Encarar a prisão, a condenação e o cumprimento da pena dos militantes no IPPS teve custos psicólogos igualmente para os parentes. Wilson Montenegro, em seu depoimento, contou que demorou a aceitar a situação que o irmão, William, passou a viver e que a foi absorvendo aos poucos. Ficou, porém, traumatizado, a ponto de evitar militares: “tinha medo até do guarda da esquina”. Já a mãe dos dois, Dona Zilda, uma senhora com certa idade à época, retraiu-se em demasia. Segundo, Wilson, a genitora passava os dias tristes, não raro, trancada no quarto. Só se animava nos sábados, dia de visita ao IPPS.

---

159 Ibidem, p. 91.

160 Entrevista com o ex-militante da ALN e PCBR, José Machado, a 4 de agosto de 2016.

Dona Zilda não entendia bem o que os militantes de esquerda queriam, mas não deixou William sozinho naquela situação. Sem atuação política anterior, passou a ojerizar os militares e a participar de vários movimentos pela libertação do filho<sup>161</sup>. As mudanças nos contextos políticos do País e a impossibilidade de uma libertação dos presos políticos angustiavam os parentes.

Passei muitos sábados da minha vida indo pra lá [IPPS]. Não faltava, só se tivesse doente e doente mesmo muitas vezes fui. Chegava em casa arrasada, geralmente quando acontecia alguma mudança na política, algo que distanciava o sonho da liberdade dos presos políticos. Na nossa casa quando algo assim acontecia ficávamos em silêncio, cada um com sua dor. Nesses dias eu não saía mais, ia direto pra cama, chorar em silêncio, imaginando ser um super-herói pra libertá-los. Era difícil. Às vezes, ficávamos feito zumbis na madrugada, cada um no seu quadrado. Era revoltante retornar pra casa e deixá-los presos. Era muito cruel. E a vida ainda nos castigava por esta situação. Olha que nossa família inteira comungava do mesmo ideal. Tínhamos era orgulho deles. E faríamos o que fosse possível fazer<sup>162</sup>.

Havia o medo da repressão. Os agentes da ditadura acompanhavam de perto os familiares dos presos políticos, sobremaneira quando havia alguma tensão, como nos casos das greves de fome ou de denúncias no exterior de que o Brasil mantinha opositores políticos encarcerados. Vigiar tais parentes, acreditamos, também era uma forma dessa burocracia da ditadura justificar sua existência após o desmantelamento da luta armada no começo dos anos 1970. A vigilância ou a possibilidade de espionagem potencializavam a angústia e medo dos parentes.

Depois da prisão do Fabiani [Cunha], a Polícia Federal passou a pastorear [vigiar] a gente... Os vizinhos passaram a dizer que tinha polícia nas esquinas (...) Tinha um policial numa esquina e na outra. Eu era professora, dava aula no Colégio São João. Eu ia a pé para dar aula, eu não tinha carro, né? E eles [os policiais] me seguiam. Eu sentia perfeitamente que tinha uma pessoa me seguindo. Mas eu não deixava de ir<sup>163</sup>.

---

161 Entrevista com Wilson Montenegro, irmão do ex-militante da ALN, William Montenegro, realizada a 2 de agosto de 2016.

162 Conversa com Nadja Miranda de Albuquerque, pelo grupo “Memorial IPPS” do aplicativo de comunicação WhatsApp, a 22 de abril de 2017.

163 Josenilde Cunha, esposa do ex-militante da ALN, Fabiani Cunha, entrevistada a

Em seu testemunho, Wilson Montenegro revelou que amigos empregados na empresa de aviação VASP alertaram-no que a Polícia Federal exigiu ser informada de toda viagem que realizasse<sup>164</sup>. Entrevistados disseram que muitos de seus familiares, ainda que solidários, se negavam a comparecer às visitas ao IPPS, temendo serem fichados pelo governo como “parentes de terroristas”, o que podia lhes trazer problemas nas atividades profissionais.

Eu tinha um tio que era da RFFSA [empresa ferroviária estatal], que tinha medo. Eu digo medo, assim, porque o emprego dele era federal, né? Lógico que a pessoa se identifica quando entra [no IPPS para as visitas]. Havia uma carteirinha pra entrar no presídio, e para tirar essa carteirinha a pessoa tinha que se identificar, passar dados, onde morava, trabalhava...<sup>165</sup>.

Embora o governo militar negasse a existência de presos políticos no Brasil, pelo que depreendemos com os entrevistados, as pessoas comuns (ou parte delas, pelo menos), sabiam distinguir a peculiaridade do encarceramento dos militantes de esquerda. Acreditamos que as denúncias feitas pelos familiares e a própria estratégia do governo de criminalizar os defensores da luta armada como “terroristas”, via órgãos de segurança, propagandas e noticiários dos meios de comunicação, ajudaram a estabelecer entre setores da população a diferença entre os presos comuns dos presídios e os presos políticos. “As pessoas sabiam total a diferença entre um preso político e um preso comum. Mas sabiam porque a repressão diferenciava. Chamavam a gente de comunista, subversivo ou terrorista. Não chamava de bandido, não”, disse-nos José Machado<sup>166</sup>.

Como lembra Samantha Quadrat<sup>167</sup>, há uma relevância de parentes, vizinhos e, acrescentamos, colegas de trabalho, como testemunhas dos arbítrios e violências praticadas contra os militantes de esquerda,

---

21 de setembro de 2016.

164 Entrevista com Wilson Montenegro, irmão do ex-militante da ALN, William Montenegro, realizada a 2 de agosto de 2016.

165 Josenilde Cunha, esposa do ex-militante da ALN, Fabiani Cunha, entrevistada a 21 de setembro de 2016.

166 Entrevista com o ex-militante da ALN e PCBR, José Machado, a 4 de agosto de 2016.

167 QUADRAT, Samantha Viz. *Memória direitos humanos e política na Argentina contemporânea*. In: <http://www.uff.br/ichf/anpuhrio/Anais/2002/Comunicacoes/Quadrat%20Samantha%20V.doc>. Acesso a 20/08/07.

isso não apenas quando das prisões destes, mas por todo o tempo em que estiveram encarcerados em presídios como o IPPS. Assim, a reação daquelas pessoas foi bastante variada, indo da indiferença, medo da repressão e apoio à ditadura, ao distanciamento e solidariedade às famílias dos “terroristas”.

Após a prisão do Fabiani, os vizinhos da rua, chegassem alguém, eles diziam, “a casa do terrorista é ali”. (...) Eu me resguardava em contar nada da situação, Deus sabe lá se esse povo entendia a situação. Então, o professor Odilon Braveza, que era diretor do Colégio São João, tinha um sobrinho que era também esquerdista. Aí um dia ele me chamou para conversar. “Cadê, Josenilde, como é que tá o Fabiani?”. Quando ele perguntou, ele sabia de tudo, né? Não tinha como negar. Aí ele disse: “Olha, Josenilde, eu tô sabendo de tudo, mas não se preocupe, eu estou sabendo de tudo. Pode contar comigo. O seu emprego tá garantido, fique tranquila”<sup>168</sup>.

Outro impacto da prisão dos militantes foi de ordem financeira. Muitas famílias passaram a viver dificuldades econômicas, o que se agravava à proporção que se alongava a permanência dos encarcerados no IPPS. Não foi à toa a reivindicação dos presos políticos do IPPS para a instalação de uma oficina de peças de artesanato, cujas vendas ajudaram a manter seus pais, esposas e filhos.

As dificuldades variavam conforme as condições sociais das famílias, em geral, vindas da classe média, embora igualmente existissem famílias de menor condição econômica: “Mamãe sistematicamente me visitava no IPPS. Algumas vezes, deixava de almoçar, para poder levar algo pra mim. A gente era muito pobre. Morava em casa de taipa”, afirmou José Machado<sup>169</sup>. O aperto econômico ficou nas memórias dos familiares, dá a entender Lucineide Vasconcelos, filha de João Xavier Lacerda, ativista ligado à ALN:

Vendemos tudo, casa, gado, terra e pela metade do preço, pois ninguém queria comprar bens de um “terrorista”. (...) Minha mãe agora era o chefe da família e sustentava sozinha oito filhos com seu salário dos Correios. Mal dava para sustentar a família, pois agora morávamos em

---

168 Josenilde Cunha, esposa do ex-militante da ALN, Fabiani Cunha, entrevistada a 21 de setembro de 2016.

169 Entrevista com o ex-militante da ALN e PCBR, José Machado, a 4 de agosto de 2016.

Fortaleza, não havia condições físicas e emocionais para morar em Carnaubal [cidade do interior cearense]. Em Fortaleza as dificuldades eram grandes, pois as despesas eram bem maiores e diferentes daquelas encontradas numa cidade do interior. Tínhamos que recorrer a familiares para sobrevivermos com dignidade e aquela vida confortável e feliz do interior era cada vez mais distante. Erámos crianças amargas, revoltadas e principalmente discriminadas, pois ter um pai na cadeia não é coisa fácil de se enfrentar<sup>170</sup>.

### 3.8 ALEGRIA, ALEGRIA

Os contatos na fronteira entre presos políticos e familiares aconteciam, sobremaneira, quando das visitas autorizadas ao Instituto Penal Paulo Sarasate. Como diz Kiko Goifman, a visita constitui-se a possibilidade do encarcerado interagir com o além muros, “rever pessoas caras, relacionar-se com esposas ou parceiras eventuais, passar ‘bons momentos’<sup>171</sup>. Era uma ocasião bastante aguardada pelos internos, pelo reforço e amparo emocional e psicológico, instante em que eram repassados presentes e produtos em geral, como as matérias primas para as oficinas artesanais e as peças de arte. Por algumas horas, os presos políticos mantinham contatos, conversavam, recebiam livros, jornais, etc., se inteiravam das novas do lado de fora, dos debates políticos e dos comezinhos do cotidiano.

As visitas foram momentos importantes para trocas, influências e interações. Nessas trocas, familiares absorveram e foram moldados por práticas dos militantes e estes mudaram com esses contatos, dentro do processo de redefinição de seus projetos políticos e identidades.

O tempo de duração das visitas e os dias em que ocorriam variaram ao longo dos anos, sofrendo não raro, as contingências das relações e tensões entre presos políticos e direção prisional, bem como da conjuntura política da própria ditadura civil-militar. De início, segundo William Montenegro, as visitas sequer existiam para os “terroristas” – como diz Goffman, visava-se, assim, evitar ao máximo o contato do interno com o mundo externo e seu passado “terrorista”, fragilizando-o com a solidão e submetendo-o às normas do presídio<sup>172</sup>.

---

170 Processo de requerimento de indenização de João Xavier Lacerda. Arquivo da Associação Anistia 64-68.

171 GOIFMAN, Kiko. Op. Cit., p. 90.

172 GOFFMAN, Erving. Op. Cit., p. 24.

Após alguns meses, as visitas foram liberadas, por algumas horas, nas manhãs dos sábados, sob os olhares, muitas vezes intimidadores, dos carcereiros e policiais. O regime fazia concessões, mas deixava claro seu poder decisório quanto às visitas. Dentro do jogo de acomodações entre direção e militantes, pressão dos presos políticos e maior flexibilização da própria ditadura, sobretudo na segunda metade dos anos 1970, o tempo das visitas foi sendo ampliado. “Teve época que a visita foi sábado, outras vezes, foi domingo. Algumas vezes foi sábado pela manhã. Depois, sábado à tarde, depois das 10, até às cinco horas da tarde. Algumas vezes domingo o dia todo”, relatou Nilvia Amorim, ex-esposa de William Montenegro<sup>173</sup>.

Era também um horário distinto daquele das visitas dos demais internos, realizadas aos domingos. Do mesmo modo que presos comuns e presos políticos eram isolados, o mesmo acontecia com suas famílias. Talvez para evitar que as pessoas próximas aos militantes difundissem entre os parentes dos presos comuns a existência de pessoas mantidas encarceradas por razões políticas. Talvez, mais uma vez, a questão das distinções sociais entre os dois grupos, de “preservar” as famílias dos presos políticos, de classe média, do contato com as famílias dos “bandidos pobres e negros”. Além disso, os setores populares normalmente trabalham sábado, se não o dia todo, pelo menos até meio-dia, tendo, assim, dificuldades de visitar seus presos comuns, enquanto a classe média podia apresentar maior disponibilidade de tempo para realizar as visitas nos sábados. Os parentes dos ativistas igualmente não tinham contato com os internos comuns. “Não, não se tinha nenhum contato com os presos comuns e as famílias deles. Por quê? Acontecia que no dia da visita eles [os presos comuns] estavam lá recolhidos. O dia das visitas deles era outro dia”, declarou Nilvia Amorim<sup>174</sup>.

Chegar ao presídio era desgastante para as famílias, pelos custos financeiros e dificuldades de locomoção. Gastava-se uma hora de trajeto e os ônibus intermunicipais eram poucos e precários<sup>175</sup>. Após chegar à primeira cancela do presídio, necessitava-se caminhar quase

173 Nilvia Amorim, ex-esposa do militante da ALN, William Montenegro, entrevistada a 25 de julho de 2016.

174 Nilvia Amorim, ex-esposa do militante da ALN, William Montenegro, entrevistada a 25 de julho de 2016.

175 Josenilde Cunha, esposa do ex-militante da ALN, Fabiani Cunha, entrevistada a 21 de setembro de 2016.

um quilômetro a pé ainda para atingir o local onde os internos estavam encarcerados.

A gente ia de ônibus, intermunicipal, tinha que pegar na hora certa. Às vezes até nos ônibus que levava os funcionários [do presídio]. Às vezes, a gente ia de carro, com a família do William. Eles davam carona para os familiares de outros presos, um ou outro, porque o carro, um fusca, era pequeno. Depois, a Josenilde [esposa de Fabiani Cunha] obteve um carro, mas a grande maioria do pessoal ia nos ônibus. E descia ali na porta [cancela externa do IPPS] e subíamos a pé aquele percurso que é mais ou menos um quilômetro até a entrada do presídio, levando as coisas na mão, num sol danado<sup>176</sup>.

Sendo a visita o dia mais esperado pelos militantes, não surpreende que fosse meio de pressão da direção prisional. Quando havia algum atrito, como nas greves de fome, as visitas eram suspensas, deixando as famílias ainda mais angustiadas e os presos políticos sem saber bem o que se passava no além muros.

Por vezes, parentes repassavam informações de advogados e do andar dos processos na Justiça Militar ou traziam e levavam correspondências e bilhetes, escondidos em sutiãs e abas dos vestidos, fossem para familiares ou presos políticos de outros presídios do Brasil, fossem para entidades como a Anistia Internacional, burlando a vigilância da ditadura, como nos contou Nilvia Amorim<sup>177</sup>. Após mobilização dos ativistas e distensão da ditadura, constituiu-se prática comum dos familiares trazer jornais revistas, livros, discos, etc. para os encarcerados. Nadja Albuquerque falou-nos que, na segunda metade da década de 1970, no contexto da mobilização pela Anistia, pegava toda semana jornais junto a um livreiro, militante do PCB, José Leite, e os levava ao Paulo Sarasate<sup>178</sup>.

Segundo a entrevistada, eram publicações da grande imprensa (*Folha de São Paulo, Jornal do Brasil*) e jornais alternativos (*Opinião, Movimento, Mutirão*). Como enfatiza Maria Paula do Nascimento Araújo<sup>179</sup>,

---

176 Nilvia Amorim, ex- esposa do militante da ALN, William Montenegro, entrevistada a 25 de julho de 2016.

177 Nilvia Amorim, ex- esposa do militante da ALN, William Montenegro, entrevistada a 25 de julho de 2016.

178 Conversa com Nadja Miranda de Albuquerque, pelo grupo “Memorial IPPS” do aplicativo de comunicação WhatsApp, a 22 de abril de 2017.

179 ARAUJO, Maria Paula Nascimento. *A utopia fragmentada: as novas esquerdas*

a imprensa alternativa nos anos 1970 serviu de palco para a maturação de ideias de uma nova esquerda, como a valorização do feminino, da questão étnica, da democracia, numa postura crítica acerca dos limites e equívocos da luta armada. Assim, as visitas e os impressos levados por familiares possibilitaram o contato dos militantes com as discussões realizadas naquele momento no campo das esquerdas, base de acirrados debates dentro do presídio, como veremos no capítulo 4.

Os presos políticos e seus familiares, à medida que os anos passaram, sobremaneira na segunda metade dos anos 1970, não deixaram de ressignificar as visitas. De momento de aparo psicológico e afetivo, viraram espaços igualmente para romper o isolamento social e político dos ativistas encarcerados. Apesar da resistência de alguns dos militantes, para quem as ações dentro do presídio deveriam ser eminentemente revolucionárias, um grupo de ativistas modificou a estrutura das visitas, como forma de atrair mais pessoas e difundir entre outros setores da sociedade a problemática dos presos políticos mantidos pelo governo.

Quando eu cheguei lá [no IPPS, em 1975], o dia de visitas era horrível. Era um dia triste. Só se falava coisa ruim, tortura. Ninguém relaxava. Isso dificultava também a ida das visitas, até de parentes. Eles [os parentes] nem podiam pensar como a gente, às vezes eram contra a gente, mas podiam ir ao presídio por solidariedade. Você [o preso político] transformava a ida dessas pessoas lá, porque você transformava o dia de visita em comício. Você terminava nos isolando. E aí a gente começou a discutir. Peraí, pessoal, vamos transformar o dia de visitas num dia agradável. Vamos comemorar aniversários. Vamos fazer festa. Vamos dançar, vamos fazer uma dança! Vamos levar o som, a radiola, lá pra baixo e vamos dançar, um forró. Vixe, isso foi um estupor para as cabeças mais sectárias. Vixe, esse cara tá querendo aburguesar, querendo transformar a cadeia numa coisa boa. Eles não percebiam as estratégias de romper os isolamentos, atacar a ditadura<sup>180</sup>.

Essa tática, somada à condenação social do regime, a mobilização da campanha pela Anistia e a atenção da sociedade e imprensa para com os presos políticos, no contexto da abertura da ditadura no

no Brasil e no mundo na década de 1970. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000.

180 Entrevista com o ex-militante do PCBR, Mário Albuquerque, a 14 de abril de 2016.

final dos anos 1970, tornou o dia de visitas bastante frequentado e “festivo”. O número de visitantes aumentou consideravelmente, não estando mais restrito, sobretudo, a mães, irmãs, esposas e parentes mais próximos, como nos primeiros anos. Integrantes da campanha da Anistia, movimentando o meio intelectual e universitário, passaram a visitar os encarcerados. Famílias mais engajadas politicamente, com a dos Albuquerque, tendo à frente Dona Lourdes Albuquerque, organizavam verdadeiras caravanas de visitantes para o IPPS<sup>181</sup>.

Assim, os presos políticos conseguiram, se não contornar, pelo menos diminuir o isolamento em que estavam inseridos. Não foi, à toa, por exemplo, que a imprensa começou a dar atenção aos encarcerados do IPPS no fim dos anos 1970, a ponto de uma emissora de televisão local realizar reportagens sobre o artesanato dos presos políticos e até artistas promoverem show no presídio exigindo a presença dos militantes, conforme veremos no capítulo 4.



ÚLTIMO NATAL NO IPPS

*Imagem 1: as visitas de sábado à tarde foram ressignificadas pelos presos políticos, seus parentes e apoiadores da Anistia. Fotos repassadas por Nadja Albuquerque.*

181 Entrevista com o ex-militante do PCBR, Mário Albuquerque, a 14 de abril de 2016.

Obtivemos algumas fotografias (Imagem 1) relativas ao novo significado que se buscou dar ao dia de visitas no IPPS. Não foi possível estabelecer as datas exatas das fotos, mas todas foram batidas na segunda metade dos anos 1970, conforme Nadja Albuquerque<sup>182</sup>. Na primeira fotografia, à esquerda e com carimbo de revelação de fevereiro de 1979, os presos políticos (na sequência: José Sales, José Ferreira, Gondim Neto, Fabiani Cunha, José Jerônimo, William Montenegro, Mário Albuquerque e Waldemar Menezes) pousam no que é tido como o “último natal do IPPS” (em 1978), conforme a legenda. Chama a atenção, no quadro branco atrás, o desenho dourado do que parece ser um pássaro, em cuja asa está escrita a sigla do Movimento Feminino Pela Anistia (MFPA), e a letra “A”, de Anistia, em tamanho garrafal.

Na primeira fotografia em cima à direita, celebra-se no presídio o aniversário de Fábio, filho de Josenilde e Fabiani Cunha, nascido já após o pai estar cumprindo pena no IPPS. Na foto de baixo, uma outra criança aparece, no caso, Renata, sobrinha de Mário e que foi batizada no presídio num dos dias de visitas. Na última fotografia, Mário Albuquerque posa com sua mãe, Dona Lourdes, tendo ao lado algumas pessoas conversando, ao que parece, pela posição dos braços, descontraidamente. Tão importante para os presos o dia de visitas que eles passaram a “se arrumar”, com seus melhores sapatos, camisas e calças, para recepcionar os parentes e visitantes. Já na véspera, estavam cortando cabelo e fazendo a barba, arrumando as mesas e recolhendo as verduras da horta, as quais entregariam aos familiares. Não custa lembrar que com as músicas, danças e aumento do número de visitas, surgiram alguns enlances amorosos entre os presos políticos e algumas das moças que passaram a frequentar o presídio<sup>183</sup>.

### 3.9 A GRANDE FAMÍLIA

A presença semanal de parentes nas visitas configurou-se mais uma fronteira para os presos políticos mantidos no Paulo Sarasate. Trocas e influências aconteceram, num intercâmbio que não pode ser desconsiderado dentro da reconstrução das identidades e projetos po-

---

182 Conversa com Nadja Miranda de Albuquerque, pelo grupo “Memorial IPPS” do aplicativo de comunicação WhatsApp, a 22 de abril de 2017.

183 Entrevista com o ex-militante do PCBR, Mário Albuquerque, a 14 de abril de 2016.

líticos dos militantes. Os familiares igualmente absorveram algo, fosse acerca de práticas, fosse sobre os valores da cultura política comunista, marcados pelo coletivismo e pela solidariedade.

Se o coletivo era um instrumento de representação dos militantes, organizado com base em princípios igualitários, os familiares desenvolveram laços de solidariedade e de ajuda mútua parecidos com os dos presos políticos. Pode-se argumentar que a situação vivida pelos familiares, de terem filhos e maridos presos e a necessidade de articulação contra a ditadura, possibilitava a organização, a proximidade e a solidariedade<sup>184</sup>, como, aliás, se dava com outros setores da sociedade naquela segunda metade dos anos 1970<sup>185</sup>.

Não descartamos essa perspectiva, mas, pelo que entendemos, essa solidariedade e proximidade não estava presente nas relações entre os familiares dos presos comuns, conforme revelou Epifânio Carvalho<sup>186</sup>. Acreditamos que a própria proximidade entre os presos políticos do coletivo igualmente contribuiu para um estreitamento de laços entre os familiares.

A gente era superamigo dos outros presos [políticos]. No aniversário do fulano, eu fazia um bolo, tinha festa, a gente comemorava. Era uma grande família. A relação com a família deles era ótima. Por exemplo, meu filho era pequeno. Eu não tinha carro, tinha que ir de ônibus, levar sacola, pesada. Então, as famílias ajudavam. Se alguém tava precisando de um remédio, a gente ajudava a comprar. A gente formou uma família. Todo mundo se ajudava, conversava, decidia o que ia fazer. (...) Nosso grupo era muito unido. Quando tinha um aniversário de um [parente], a gente se reunia para comemorar fora do presídio. Estabelecemos laços afetivos grandes. E com o movimento da Anistia, o grupo ficou ainda mais resistente e unido<sup>187</sup>.

---

184 GOFFMAN, Erving. Op. Cit., p. 55.

185 Na segunda metade dos anos 1970, por exemplo, se reorganizaram entidades estudantis e surgiram várias associações de moradores de bairros e favelas, com posturas reivindicatórias e de críticas à ditadura. *Vide* ARAÚJO, Paulo César de. *Eu não sou cachorro, não: música popular cafona e ditadura militar*. Rio de Janeiro: Record, 2015, p. 120 e seguintes.

186 Epifânio de Carvalho, ex-funcionário do IPPS, entrevistado a 13 de junho de 2016.

187 Josenilde Cunha, esposa do ex-militante da ALN, Fabiani Cunha, entrevistada a 21 de setembro de 2016.

Wilson Montenegro diz que comumente a mãe, Dona Zilda, hospedava parentes de presos políticos em sua casa, no tradicional bairro fortalezense do Benfica<sup>188</sup>. Dona Lourdes Albuquerque também fazia o mesmo, no bairro de José Walter, a ponto de sua casa ficar conhecida entre os militantes como “embaixada” – um dos que lá se hospedaram foi o depois deputado federal José Guimarães, irmão do então preso político José Genoíno<sup>189</sup>. Nos dias de visitas, os alimentos levados por cada família eram repartidos entre todos os presentes, numa espécie de banquete.

A irmandade entre familiares foi importante para ajudar os militantes de esquerda após a saída da prisão. Wilson Montenegro, comerciário, conseguiu com amigos de São Paulo um emprego para José Genoíno, após este cumprir pena no IPPS<sup>190</sup>.

Assim, por serem portadores de uma cultura comunista e/ou por absorverem esses princípios ante o exemplo dado pela convivência comunitária dos presos no IPPS, as famílias dos militantes desenvolveram fortes laços de proximidade e ajuda mútua.

As entrevistadas Josenilde Cunha<sup>191</sup> e Nilvia Amorim<sup>192</sup> falaram que não apresentavam muita “consciência política” antes do convívio que começaram a ter no IPPS com os presos políticos. Os contatos com os militantes, os atritos com a ditadura, o engajamento na Campanha da Anistia e os debates políticos foram-lhes abrindo novas perspectivas de compreensão do mundo e da situação do Brasil.

Wilson Montenegro afirmou que nas visitas ao IPPS, aos poucos, “passamos a falar de tudo, eu fui me politizando, entendendo o que se passava no Brasil e no que o William tinha se envolvido”<sup>193</sup>. Em outras palavras, nas fronteiras com os presos políticos, familiares não ficaram

---

188 Entrevista com Wilson Montenegro, irmão do ex-militante da ALN, William Montenegro, realizada a 2 de agosto de 2016.

189 Entrevista com o ex-militante do PCBR, Mário Albuquerque, a 14 de abril de 2016.

190 Entrevista com Wilson Montenegro, irmão do ex-militante da ALN, William Montenegro, realizada a 2 de agosto de 2016.

191 Josenilde Cunha, esposa do ex-militante da ALN, Fabiani Cunha, entrevistada a 21 de setembro de 2016.

192 Nilvia Amorim, ex-esposa do militante da ALN, William Montenegro, entrevistada a 25 de julho de 2016.

193 Entrevista com Wilson Montenegro, irmão do ex-militante da ALN, William Montenegro, realizada a 2 de agosto de 2016.

imunes e absorveram, das mais diversas formas, princípios e valores defendidos pelos militantes encarcerados.

Minha visão pessoal do mundo mudou. (...) Eu passei a simpatizar com a causa [socialista]. Eu abri meus horizontes. Toda vida eu gostei de ler, mas aí eu fui conhecendo outras coisas. Eu tinha lido até então Machado de Assis, *A Mão e a Luva*, eu lia romance, Raquel de Queiroz... Mas eu nunca tinha lido Máximo Gorki, eu nunca tinha lido *As vinhas da ira* [de John Steinbeck]. Então, essa situação, esses contatos, abriu meus horizontes. Eu passei a ser outra pessoa, com outra visão<sup>194</sup>.

Os militantes igualmente receberam influências de práticas e valores dos parentes. Afora as dicas que os familiares davam quanto à forma de melhor preparar refeições ou limpar os ambientes e roupas, por exemplo, na fronteira, os presos políticos modificaram seus usos e percepções. Seria algo compreensível, pelas mudanças que a esquerda passava no mundo e no Brasil na década de 1970.

Era um momento de valorização da subjetividade e sensibilidade e do próprio crescimento do feminismo<sup>195</sup>, que no País apresentou liames com as esquerdas, levando os militantes a reverem as posturas machistas até então comuns. As mulheres passaram a influenciar cada vez mais os presos políticos.

Nas visitas, ele [Fabiani Cunha] contava alguma coisa que tinha acontecido no presídio, acontecido com ele, coisas boas e ruins. Falávamos também algumas coisas de família, né? Sobre política, no começo não, mas, assim, depois, quando começou a crescer o movimento da Anistia, a gente começou a conversar, a dar ideia e tudo mais. A gente se reunia, conversava. (...) Nas greves de fome, as visitas eram suspensas. A gente ficava muito preocupada, porque não sabia o que estava acontecendo. Eu dizia: "Fabiani, tu vai morrer [de fome], Fabiani". Eles dizia: "morro não". Morre, sim. Basta pegar uma infecção. A gente falava, perguntava, pra que valeu tanta luta, sacrifício, com a Anistia perto, pra morrer assim, de fome?<sup>196</sup>.

---

194 Nilvia Amorim, ex- esposa do militante da ALN, William Montenegro, entrevistada a 25 de julho de 2016.

195 ARAUJO, Maria Paula Nascimento. Op. Cit.

196 Josenilde Cunha, esposa do ex-militante da ALN, Fabiani Cunha, entrevistada a 21 de setembro de 2016.

As mães, esposas e irmãs, como estavam se “politizando” e apresentavam inegável relevo no apoio psicológico e material aos internos do IPPS, começaram a ser consideradas em suas opiniões nas discussões, decisões e ações do coletivo de presos políticos. “A contribuição inovadora para nossa situação foi a participação das famílias, nós engajamos nossas famílias de tal maneira nesse processo de luta, que eles nos corrigiam pelos excessos e nós precisávamos do apoio deles”, relatou Fabiani Cunha<sup>197</sup>.

Considerar a opinião das famílias, especialmente das mulheres, era uma postura por demais ousada e provocou intensos debates entre os encarcerados do Paulo Sarasate. Em xeque, o conservadorismo, em particular o machismo das esquerdas (afinal, as visitas familiares que iam ao presídio eram, em sua maioria, mulheres), e questões de caráter político e ideológico da própria cultura comunista.

Dividíamos as pessoas em duas categorias: vanguarda e massa. A vanguarda era o *demiurgo* da história. A massa, bem, ao conceito de massa se associava automaticamente a palavra “manobra”. E familiares eram a categoria mais rebaixada ainda, pois sequer eram classe social. Nos rebaixar para consultar familiares numa questão de conteúdo político-ideológico da dimensão que detinha valoração máxima na galáxia dos atos só reservados aos heróis do proletariado, como era a greve de fome? Isso seria abdicar do papel histórico e ontológico de vanguarda e nos nivelar por baixo. Porém, um dia a proposta veio à tona, incluir as famílias na decisão sobre greve de fome... O mundo veio abaixo<sup>198</sup>.

As resistências eram compreensíveis. Constituíam-se uma grande mudança para aqueles que sonhavam com a revolução, que se consideravam a vanguarda e que estavam crenes em suas ideias e na vitória, como se tivessem a história nas mãos, conforme os princípios da cultura comunista. As opiniões dos familiares/mulheres levaram à reflexão dos presos políticos e se constituíram, como revelou Fabiani Cunha, um verdadeiro freio em relação a decisões precipitadas ou questionáveis.

Naquele agitado final de década, onde a distensão do regime, com avanços e recuos, andava e a crise da ditadura era patente, as aná-

---

197 Entrevista com o ex-militante da ALN, Fabiani Cunha, a 28 de março de 2017.

198 Entrevista com o ex-militante do PCBR, Mário Albuquerque, a 14 de abril de 2016.

lises de quem estava nas ruas e em contato direto com o além muro não podiam ser menosprezadas. “Isso quebrou paradigmas muito fortes dentro da cabeça dos militantes. Isso fez parte de nossa mudança também, da descoberta da democracia”, afirmou Mário Albuquerque<sup>199</sup>.

Questionava-se outro paradigma muito forte da sociedade e das esquerdas, a concepção de mulheres como frágeis e submissas aos homens. As mulheres estavam agora formulando estratégias, orientando os ativistas. Não se limitavam mais a dar dicas de limpeza ou de cozinha. iam para a linha de frente no embate com a ditadura e o processo de redemocratização do Brasil.

E se essas mulheres estavam se expondo politicamente, participando de atos públicos, também poderiam ser alvos de (mais) espionagem e repressão por parte do governo. Não foi à toa que agentes do DOPS-CE começaram a frequentar as reuniões do Movimento Feminino Pela Anistia (MFPA)<sup>200</sup> e mesmo o IPPS<sup>201</sup>, catalogando informações sobre os familiares e simpatizantes dos presos políticos.

Os ativistas encarcerados, denotando a mudança de postura, não só começaram a considerar a opinião de mulheres e familiares, mas a agradecer-las simbólica e publicamente e, assim, trazer mais apoio à causa. Daí um dos significados atribuídos ao artesanato produzido no presídio, conforme visto no capítulo anterior. Os ativistas entregavam quadros e peças de artesanato às pessoas que estavam se engajando na campanha pela libertação dos presos políticos e na redemocratização do País.

Percebe-se, pois, que nas fronteiras entre presos políticos e familiares, afora o apoio psicológico, material e jurídico que estes possibilitaram, houve um intercâmbio de influências. Os militantes de esquerda armada e seus pais, esposas, namoradas, irmãs e demais parentes não seriam mais os mesmos. Se os familiares absorveram elementos da cultura comunista, como a solidariedade e o coletivismo, igualmente levaram os militantes a considerar a importância da família e das mulheres em suas decisões, bem de acordo com as novas tendências da esquerda nos anos 1970, de valorização da subjetividade e do feminismo.

---

199 Entrevista com o ex-militante do PCBR, Mário Albuquerque, a 14 de abril de 2016.

200 Relatório de 09.11.1977, pasta do DOPS, Acervo do Arquivo Público do Ceará.

201 Relatório de 15.08.1977, pasta do DOPS, Acervo do Arquivo Público do Ceará.

# CAPÍTULO 4

## EN PASSANT

“O povo já não suporta  
os pesos da tirania  
A nação já não comporta  
ser qual sesmaria,  
que se faça letra morta  
de toda selvageria.  
Que esta noite se inflame  
num grito de rebeldia  
e urgente se proclame  
nova carta de alforria,  
e a nova carta se chame,  
Ampla e Geral Anistia!”

*Discurso sobre Anistia – Oswald Barroso<sup>1</sup>*

Aquiraz, 21 de dezembro de 1977. A plateia estava ansiosa. Conversas de pé de orelha, gente já reclamando, pessoas fazendo galhofa com a situação. O auditório estava lotado<sup>2</sup>. E o burburinho só aumentava com o avançar do tempo. Afinal, aconteceria ou não a apresentação? Era a pergunta que todos faziam. A demora só aumentava o suspense, que virava certa angústia. Não era todo dia que se podia assistir a um show do cantor Raimundo Fagner, famoso nacionalmente naquele final de anos 1970. Mais ainda: não era todo dia que o celebrado cantor e compositor cearense se apresentava no Instituto Penal Paulo Sarasate (IPPS) para os ali encarcerados. Era um fim de tarde/começo de noite imperdível. Entre reclamações e risos nervosos, os presos comuns do presídio voltavam-se, constantemente, em direção ao corredor que dava acesso à administração prisional. Mais de meia hora de atraso. Afinal, teria ou não Fagner no IPPS?

Na sala da direção do presídio, um embate desenvolvia-se. Raimundo Fagner desejava cantar, sim, mas apenas se os presos políticos

---

1 BARROSO, Oswald. *Poemas do cárcere e da liberdade*. Fortaleza: Editora e Gráfica Lourenço Filho Ltda, 1979.

2 O jornal Diário de Pernambuco, de 22 de dezembro de 1977, citou a presença de 200 presos comuns presentes ao auditório para ver o show.

mantidos pela ditadura também estivessem presentes ao auditório. O diretor do Paulo Sarasate, coronel Juracy Alves Teixeira, não aceitava, sob o argumento de que os presos políticos pertenciam à área federal, necessitando, pois, de autorização da Justiça Militar para comparecerem ao evento<sup>3</sup>. Em 1977, a Campanha pela Anistia e libertação dos encarcerados políticos começava a ganhar fôlego. O governo militar e seus agentes, que por anos haviam negado que fossem mantidos presos políticos no País, começava a sentir a pressão da opinião pública nacional e internacional. A imprensa e parte da sociedade davam atenção ao tema. No Ceará, no IPPS, os militantes de esquerda encarcerados eram uma *prova material* da existência de presos políticos. Sua presença no show, onde seriam possivelmente citados, constituía-se um reconhecimento dentro da própria estrutura prisional da ditadura da ocorrência de pessoas aprisionadas por razões políticas.

Em depoimento via *Whatsapps*, o cantor Raimundo Fagner comentou sobre a tensão da situação.

Quando eu fui [para o show no IPPS], o Fausto [Nilo, compositor e cantor cearense] me falou do [José] Genoíno [preso político ligado ao PCdoB, depois deputado federal pelo Partido dos Trabalhadores]. Aí passou a ter um caráter político. Então, cheguei lá procurando pelo Genoíno e o diretor do presídio disse: “esse não pode assistir ao show”. Eu disse: “então, não tem show”. Foi essa a situação. Quebramos um pau lá dentro. Os caras que estavam na organização me apoiaram... “Tem que chamar [os presos políticos], tem que chamar”... Houve um processo de apoio geral para que eles viessem. Essa discussão demorou aí meia hora, o cara [o diretor] ficou desesperado, porque a gente estava passando por cima da ordem dele... Nós queríamos os presos políticos, eram uns seis ou sete... Foi uma parada muito difícil, tensa, mas eu estava *relax*. O pessoal queria saber mesmo se eles [os presos políticos] estavam bem, se eles [da administração do IPPS] não estavam escondendo alguma coisa, essa era a preocupação, se não me engano, do Fausto [Nilo]<sup>4</sup>.

A ideia do show no Paulo Sarasate foi de Luis Cruz, artista conhecido à época por participar de um famoso programa de auditório

---

3 Presos políticos do Ceará são impedidos de ver “show” musical por ordem superior. Diário de Pernambuco, 22/12/1977.

4 Raimundo Fagner, canto e compositor, em depoimento prestado pelo aplicativo de comunicação WhatsApp, a 4 de abril de 2017.

na TV local (Programa Irapuam Lima, na TV Cidade, canal 8<sup>5</sup>) e realizar eventos filantrópicos em escolas, hospitais, prisões. A intenção era promover um evento de fim de ano para os presos do IPPS.

A princípio, conforme falou Raimundo Fagner, o show não teria um “teor político”. Não obstante, naquele final de década, de defesa da redemocratização por vários setores da sociedade, a política estava em quase todo tipo de manifestação. Fagner e outros artistas cearenses já haviam participado de eventos em favor da Anistia – fez mesmo um show em meados dos anos 1970, na cidade de Colônia, Alemanha, em homenagem a exilados brasileiros<sup>6</sup>.

Com isso, achando-se num presídio no qual se mantinham presos políticos, Fagner e outros artistas presentes, como Amelinha, Dominguinhos, Anastácia e Fausto Nilo, sem qualquer combinação prévia entre eles, quiseram saber da situação dos militantes de esquerda encarcerados. A direção do IPPS ficou, então, em posição melindrosa, pois possivelmente o incidente e uma fala de Fagner no show sobre os presos políticos seriam repercutidos pela imprensa, como acabou acontecendo, conforme registros nos jornais *Diário de Pernambuco*, de 22 de dezembro de 1977, e no jornal *Folha de São Paulo*, de 1º de janeiro de 1978<sup>7</sup>.

Ancorado em seu prestígio nacional como cantor e na ansiedade e pressão dos presentes no presídio pelo show, Fagner não cedeu, embora sabendo como aquela demora enervava aos presos comuns. O próprio diretor usava esse fator para pressionar o cantor.

Foi perigoso, porque como ele [o diretor do presídio] não queria liberar os presos políticos, demorou bastante, eu fiquei segurando, e ele dizendo, os presos [políticos] tão lá [no auditório]. Mas o pessoal [funcionários] do presídio dizia: “não, Fagner, eles [os presos políticos] não estão lá, não”. O comandante ficou amarrando também, para que, se eu subisse no palco, não ter que chamar os presos

---

5 [http://www.impressoesdigitais2ed.ufc.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=17:..](http://www.impressoesdigitais2ed.ufc.br/index.php?option=com_content&view=article&id=17:..) Consultado a 08/11/2017.

6 Raimundo Fagner, canto e compositor, em depoimento prestado pelo aplicativo de comunicação WhatsApp, a 4 de abril de 2017.

7 O jornalista João Ubaldo Ribeiro abordou o sucedido em sua coluna na *Folha de São Paulo*, de 1º de janeiro de 1978, falando que 15 presos políticos haviam sido proibidos de assistir ao show de Fagner e Dominguinhos. O *Diário de Pernambuco*, de 22 de dezembro daquele ano, informando equivocadamente que os presos não chegaram a assistir o show de Fagner.

políticos. Foi uma luta, uma briga. A Amelinha ficou um pouco nervosa, o [sanfoneiro] Dominginhos, que não se metia com política, ficou pedindo para começar. Foi um clima de tensão. Mas eu levei na boa. Eu não tinha dimensão daquela questão política toda envolvida ali<sup>8</sup>.

O bate-boca com os artistas alongou-se por cerca de meia hora. Ante a pressão dos artistas e a frustração dos presos comuns – e riscos de alguma ação violenta com a demora –, o coronel, a contragosto, consentiu que os ativistas políticos fossem para o auditório do IPPS, impondo que deveriam ficar separados dos demais encarcerados.

Medida inócua. A primeira coisa que Fagner fez ao abrir, enfim, o espetáculo, foi falar dos militantes encarcerados no IPPS. “Eles [os presos políticos] ficaram lá por trás da plateia, eram os últimos. Aí eu realmente falei deles. ‘Genoíno, o Fausto [Nilo] mandou um abraço e tal’. Eles [os presos políticos] acenaram para gente, a plateia se manifestou também, todo mundo aplaudiu. Foi um show maravilhoso, todo mundo cantando, aplaudindo. Enfim, fizemos nossa festa”, disse o cantor<sup>9</sup>.

O show de Fagner no IPPS, afora evidenciar a mobilização de setores da sociedade contra a ditadura no final dos anos 1970, serve de exemplo dos embates e concessões acontecidos nas relações entre direção prisional e presos políticos, um verdadeiro jogo de xadrez, com lances *en passant*, em que os peões, as peças mais fracas da partida, conseguem mostrar força e surpreender os adversários em jogadas especiais e inesperadas<sup>10</sup>.

Neste capítulo, com base nos conceitos de estratégia e táticas de Certeau<sup>11</sup>, buscamos observar algumas astutas jogadas dos presos políticos ante a estrutura prisional e política da ditadura. Essas jogadas de astúcia e oportunidades igualmente apresentaram relevo no processo de reconstrução das identidades pessoais e perspectivas políticas dos militantes da esquerda armada.

---

8 Raimundo Fagner, canto e compositor, em depoimento prestado pelo aplicativo de comunicação WhatsApp, a 4 de abril de 2017.

9 Raimundo Fagner, canto e compositor, em depoimento prestado pelo aplicativo de comunicação WhatsApp, a 4 de abril de 2017.

10 **Tomada *en passant*** uma captura especial realizada pelo peão, que ocorre quando um peão adversário avança duas casas no seu primeiro movimento na tentativa de evitar um confronto com um peão avançado, que se encontra na fileira 5 [http://www.soxadrez.com.br/conteudos/mov\\_extraordinario/](http://www.soxadrez.com.br/conteudos/mov_extraordinario/) Consultado a 19/11/2017.

11 CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano*. Petrópolis: Ed. Vozes, 2004.

## 4.1 SIM, SENHOR, CORONEL

Michel de Certeau<sup>12</sup> defendia que uma sociedade não se submete por completo a uma rede de vigilância ou estrutura de dominação. Entende a sociedade como conflituosa, como contraditória, em embates que se reproduzem. Há *delinquentes* que violam aspectos da ordem e estruturas sociais. Não existe estrutura alguma que não apresente, em seu interior, a possibilidade da *delinquência e desordem*.

Não há estrutura que tenha total controle. As estruturas contêm zonas de sombras, brechas, áreas que podem ser exploradas e atacadas. A grande astúcia dos oprimidos é descobrir estes verdadeiros *calcanhares de Aquiles* e como usá-los em seu benefício. “Que procedimentos populares (também ‘minúsculos’ e cotidianos) jogam com os mecanismos da disciplina e não se conformam com ela a não ser para alterá-los?”<sup>13</sup>.

Esses procedimentos constituem uma verdadeira rede de *desordem e antidisciplina*, denotando que “as práticas exercidas permitem indicar que há uma maneira de pensar investida em uma maneira de agir, uma arte de combinar indissociável de uma arte de utilizar”<sup>14</sup>. Ou seja, os indivíduos jogam com os mecanismos de subordinação e controle na intenção de alterá-los em seu benefício.

A esse processo Certeau chama de tática, ou seja:

A ação calculada que é determinada pela ausência de um próprio. (...) A tática não tem por lugar senão o do outro. E por isso deve jogar com o terreno que lhe é imposto (...). Tática é movimento “dentro do campo de visão do inimigo”. Ela opera golpe por golpe, lance por lance. Aproveita as ocasiões (...) capta no voo, as possibilidades oferecidas por um instante. Tem que utilizar as falhas que as conjunturas particulares vão abrindo na vigilância do poder proprietário. É astúcia<sup>15</sup>.

Na tática, o indivíduo aproveita uma ocasião, um momento, um determinado contexto ou situação para burlar, desviar, suavizar ou escapar a uma estratégia de dado sistema de poder. O indivíduo não ocupa o lugar do outro, não há um lugar próprio, não faz o enfrentamento aberto. É a ausência do lugar que lhe permite transformar sua fragilidade e lidar com a situação.

---

12 Ibidem.

13 Ibidem, p. 41.

14 Ibidem, p. 42.

15 Ibidem, p. 101.

Tática é “a arte dos fracos”, diz Certeau<sup>16</sup>. Nela, os indivíduos produzem no jogo contrapartidas, verdadeiras novas ordenações sócio-políticas distintas e próprias. As pessoas, pelas brechas do sistema, com práticas inventivas no jogo das relações, reinventam o cotidiano. Com sutileza e astúcia, em lances e golpes, desfazem as regras do jogo impostas pelo outro em benefício seu ou dos seus.

Haveria, por outro lado, a estratégia, um domínio de saberes e poderes, levando o outro a dependência e ausência de autonomia. A estratégia organiza-se sobre e através das relações de poder. Na estratégia há o planejamento de uma racionalidade, ou seja, valendo-se de ações e discursos e com um planejamento a longo prazo, visa-se por meio de um percurso, a atingir-se um objetivo, que nem sempre pode ser alcançado, pois há várias estratégias sendo jogadas pelos outros atores sociais.

Estratégia é uma metáfora de luta, do conflito. Para Certeau<sup>17</sup>, a contradição, portanto, permeia o próprio social.

O cálculo (ou a manipulação) das relações de forças que se torna possível a partir de um momento em que um sujeito de querer e de poder (uma empresa, um exército, uma cidade, uma instituição científica) pode ser isolado. Nesse sentido, a estratégia postula um “lugar”, “um próprio”, “um lugar do poder e do querer próprios”, de onde se podem “gerir as relações com uma exterioridade de alvos ou ameaças (os clientes ou os concorrentes, os inimigos, o campo em torno da cidade, os objetivos e objetos de pesquisa etc.)”<sup>18</sup>.

Assim, as estratégias indicam para a resistência “que o estabelecimento de um lugar oferece ao gasto do tempo; as táticas apontam para uma hábil utilização do tempo, das ocasiões que apresentam e também dos jogos que introduz nas fundações de um poder”<sup>19</sup>. Este arcabouço teórico apresentando por Certeau poder ser usado para tentar entender os jogos de relações do IPPS, ou seja, as disputas, negociações e acomodações entre os militantes de esquerda e o corpo diretivo prisional.

Os presos políticos do IPPS, pois, estabeleceram práticas, usos, que podem ser consideradas táticas, “engenhosidades do fraco para

---

16 Idem.

17 Ibidem.

18 Ibidem, p. 99.

19 Ibidem, p. 102.

tirar partido do forte”. Isso caracteriza uma politização do cotidiano, que não deve ser desprezado nas mudanças identitárias e de projetos políticos que os militantes de esquerda sofreram nos anos 1970. O cotidiano dos presos políticos faz parte de um reinventar permanente, a arte de sobreviver e de se ressignificar. Os indivíduos burlam/contornam normas e regras, impõem outros modos de viver. Criam novos mecanismos que lhes permitem não apenas melhores condições de sobreviver, mas também de resistir às estruturas e sistemas. São dribles ou jogadas, *En passant*, no jogo instituído.

Como vimos nos capítulos anteriores, de início a relação entre presos políticos e direção do IPPS era bastante tensa. Havia uma imposição de regras rígidas aos encarcerados, possivelmente pelo forte anticomunismo daquele começo de anos 1970 e campanha e propaganda do governo acerca do perigo representado pelos “terroristas”, talvez medo de que alguma organização revolucionária realizasse ações de resgate dos militantes. Essa rigidez nas relações durou alguns meses de 1971 e 1972, verificando-se depois, ao longo dos anos, um processo de flexibilização, ainda que por vezes, fosse por fatores internos ao próprio presídio ou por elementos da conjuntura política nacional da ditadura, acontecessem recrudescimentos.

Não raro, a indicação dos diretores do presídio era realizada por razões políticas, recaindo a escolha sobre militares reformados, geralmente coronéis da Polícia Militar<sup>20</sup>. Era um cargo de segundo escalão, alvo da cobiça das fações políticas locais. Muitos dos diretores não apresentavam experiência em gestão, muito menos em lidar com as peculiaridades da administração de um presídio. Um dos nossos entrevistados, Epifânio Carvalho, que ocupou cargos da administração do presídio entre 1971 e 1996 e que foi diretor do presídio interinamente em 1981, contou, não sem um pouco de vaidade, que em inúmeras oportunidades teve que orientar e dar conselhos aos diretores do IPPS.

---

20 Entre os papéis que conserva em sua posse, o entrevistado e ex-funcionário do IPPS, Epifânio Carvalho, mostrou-nos documentos com nomes dos diretores do presídio na década de 1970: Coronel da PM Francisco Bento da Silva; Coronel da PM Archias Luiz Paiva Pereira; Coronel da PM Manuel Fortaleza de Araújo; Coronel da PM Dário Granjeiro Cruz; Coronel da PM Raimundo Pereira Filho; coronel Juracy Alves Teixeira; Coronel da PM Francisco da Cruz Matos e Coronel da PM Marcondes Paulo as Silva. In: Relação das pessoas que dirigiram o IPPS desde 1971 até o presente 09/05/95. Arquivo de Epifânio Carvalho.

Os diretores sempre eram militares, da PM. Os governos só escolhiam aqueles coronéis já reformados, não aquele pessoal que tivesse mais contato com a realidade do presídio. Então, eu ficava na retaguarda. Eles conheciam o regime militar, mas não tinham o cacoete de conhecer o presídio, de tratar as coisas do presídio. Lá fora era uma coisa, dentro do presídio era outra coisa. (...) Quando havia uma escolha para o cargo de diretor [do IPPS] havia uma briga nos quartéis, era um cargo muito valorizado, disputado, e o pessoal recorria aos políticos, um deputado, muitas vezes para ficar com o cargo. Quando havia troca de governo, todo mundo saía dos cargos<sup>21</sup>.

Os diretores, militares inexperientes nos “cacoetes” da vida carcerária, assumiam a gestão de um presídio que, inaugurado inconcluso em 1970, tinha problemas estruturais de funcionamento, o que perdurou por anos. Pela imprensa, notamos serem comuns notícias de internos fugindo do IPPS no começo dos anos 1970, se aproveitando das falhas estruturais do presídio<sup>22</sup>.

O primeiro diretor do Paulo Sarasate, coronel da PM Francisco Bento da Silva, ficou no cargo apenas alguns meses, saindo após atrito com a secretaria de Justiça, segundo Epifânio Carvalho<sup>23</sup>. O segundo diretor, Major Archias Paiva Pereira, deixou a gestão após apenas um ano e meio, entre 1971 e 1972<sup>24</sup>. As dificuldades iniciais do presídio foram alvo de comentários de um editorial do jornal *O Povo* a 6 de agosto de 1973<sup>25</sup>. Não obstante, o terceiro diretor, coronel Emanuel Fortaleza, e o quarto, coronel Dário Granjeiro Cruz, ficariam no cargo por cinco anos (1972-75 e 1975-77, respectivamente).

Tal intervalo coincide com a conclusão do presídio, acontecida no início de 1973<sup>26</sup>, e melhoria de sua infraestrutura – reportagem da revista *Veja*, de outubro de 1973, classificou como razoáveis as condições de funcionamento do IPPS, considerando-se outros presídios do Brasil<sup>27</sup>. A seguir, entre 1977 e 1980, num momento de progressiva

---

21 Epifânio de Carvalho, ex-funcionário do IPPS, entrevistado a 13 de junho de 2016.

22 Outra fuga de presos na nova penitenciária – fugas como fato rotineiro. *O Povo*, 26/4/1971.

23 Epifânio de Carvalho, ex-funcionário do IPPS, entrevistado a 13 de junho de 2016.

24 IPPS tem novo diretor. *O Povo*, 20/06/1972.

25 Superlotação no IPPS. *O Povo*, 6/08/1973.

26 Ampliação e construção do IPPS. *O Povo*, 05/05/1973.

27 Revista *Veja*, 3/10/1973.

deterioração do presídio e superlotação, uma série de diretores sucederam-se em períodos curtos<sup>28</sup>.

Diante disso, acreditamos que a gestão de um presídio como o IPPS não se constituía tarefa das mais fáceis, como confirmou Epifânio Carvalho em seu relato: “Você pensa que ali é um negócio simples, mas ali é um negócio muito difícil, muita gente com pensamento diferente, muito grande tudo ali, droga correndo demais, se você não souber levar, não dá”<sup>29</sup>.

Assim, os diretores precisavam de certo *jogo de cintura* para administrar o Paulo Sarasate. Sem desconsiderar o dinamismo político nacional e local, levando-se em conta a abertura da ditadura na segunda metade dos anos 1970, as disputas por cargos entre os apadrinhados das oligarquias cearenses e a deterioração das estruturas físicas do presídio, entendemos que o “êxito” de um diretor à frente do IPPS se vinculava também à sua habilidade, de tornar o menos problemático possível a gestão do presídio para a sociedade e governantes cearenses.

Não por acaso, foi nas gestões mais longas de diretores do IPPS, de Emanuel Fortaleza e Dário Granjeiro Cruz, que os presos políticos conseguiram vários direitos, como ter sua cozinha, produzir artesanato, etc. O referido coronel Dário Granjeiro Cruz chegou a ser tachado pelos presos políticos de “diretor humanitário” e lembrado curiosamente até com certo carinho<sup>30</sup>.

Numa instituição com problemas, localizada longe de Fortaleza e que visava a esconder/afastar da sociedade aqueles que delinquiavam e afrontavam a ordem social, não chamar muito a atenção, com problemas, dos altos escalões do Estado e da ditadura era uma boa estratégia para os diretores permanecerem no cobiçado cargo.

Foi por essas brechas que os presos políticos e seus familiares se moveram em busca de melhores condições de existência dentro do IPPS. Se a massa de presos comuns, composta majoritariamente por pobres, era alvo historicamente de arbítrios e cujo impacto de suas reclamações junto à sociedade civil era pequeno ou pouco levado em consideração<sup>31</sup>, o mesmo não se podia afirmar em relação aos militan-

---

28 Epifânio de Carvalho, ex-funcionário do IPPS, entrevistado a 13 de junho de 2016.

29 Epifânio de Carvalho, ex-funcionário do IPPS, entrevistado a 13 de junho de 2016.

30 Entrevista com o ex-militante do PCBR, Mário Albuquerque, a 14 de abril de 2016.

31 MARIZ, Silvana Fernandes. *Oficina de satanás: a Cadeia Pública de Fortaleza (1850-1889)*. 2004, 156 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal

tes de esquerda encarcerados. Estes e seus familiares eram, em geral, elementos pertencentes à classe média, apresentavam algum grau de influência e/ou contato com altos estratos sociais e até com a cúpula da sociedade e do Estado. Relações de influência e o clientelismo são traços que compõem historicamente a sociedade cearense<sup>32</sup>.

Apesar do forte anticomunismo local e da condição de “subversivos” dos militantes, estes e pessoas próximas poderiam ter laços de parentesco, conhecimento, amizade, etc. com autoridades constituídas, membros das forças armadas, jornalistas, clérigos, etc. ou com alguém que pudesse fazer contatos e pontes com altos estratos do Estado.

Em sua entrevista, Célio Miranda contou como recorreu a um político conservador, ligado ao regime, em 1976, para evitar ser novamente condenado pela ditadura<sup>33</sup>. Dona Josenilde Cunha falou como um primo médico se valia da amizade com o delegado da local da Polícia Federal, Laudelino Coelho, para tentar proteger o esposo Fabiani Cunha<sup>34</sup>. O professor Machado, em seu depoimento, falou-nos como recorreu a tradicional parlamentar do MDB, Iranildo Pereira, para falar da greve de fome dos presos políticos, em 1974<sup>35</sup>. Na segunda metade dos anos 1970, as famílias dos presos políticos se envolveram na campanha da Anistia, recorrendo mesmo a organismos estrangeiros, como a Anistia Internacional, para denunciar os arbítrios do regime<sup>36</sup>. A opinião pública internacional, não raro provocada por exilados brasileiros, dava atenção aos presos políticos do Brasil, o que irritava os generais no governo<sup>37</sup>. No final daquela década, a questão dos presos políticos passou a ganhar destaque entre outros setores da sociedade,

---

do Ceará, Fortaleza, 2004.

32 LEMENHE, Maria Auxiliadora. *Família, tradição e poder: o (O)caso dos coronéis*. São Paulo: Annablume, 1996.

33 Entrevista com o ex-militante do PCBR, Célio Miranda, a 8 de julho de 2016.

34 Josenilde Cunha, esposa do ex-militante da ALN, Fabiani Cunha, entrevistada a 21/09/2016.

35 Entrevista com o ex-militante da ALN e PCBR, José Machado, a 4 de agosto de 2016.

36 SOUZA, André Pinheiro de. *Do Movimento Feminino pela Anistia (MFPA-CE) ao Comitê Brasileiro pela Anistia (CBA-CE): as motivações e os caminhos percorridos pela anistia política no Ceará (1975 a 1980)*. 2012, 165 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2012.

37 FICO, Carlos. Brasil: a transição inconclusa. In: \_\_\_\_\_; ARAUJO, Maria Celi-na; GRIN, Mônica (Orgs.). *Violência na história: memória, trauma e reparação*. Rio de Janeiro: Ponteio, 2012.

como da imprensa, que denunciava qualquer coisa contra os mesmos, a exemplo da proibição aos militantes de assistirem a um show musical num presídio...

Como os presos políticos do IPPS eram poucos – e esse número foi se reduzindo ao longo da década – poderia se imaginar, a princípio, que ficaria mais fácil controlá-los por parte da ditadura. Mas assim não foi. Verdade que, com a distensão do regime a partir de meados dos anos 1970, a luta dos presos políticos ganhou visibilidade, e as condições de vida dentro do presídio ficaram bem mais flexíveis. Não se pode, entretanto, menosprezar a capacidade de mobilização dos ativistas que usavam bem as brechas apresentadas naquela conjuntura.

Os militantes de esquerda não deixaram de se aproveitar de suas peculiaridades para realizar reivindicações e obter melhores condições de existência dentro do Paulo Sarasate. Mesmo em número pequeno, os presos políticos apresentavam considerável capacidade de mobilização, organizados coletivamente que eram, conforme os princípios culturais comunistas.

Um exemplo de tática ficou claro em 1975, por ocasião da posse do novo diretor, coronel Dário Granjeiro Cruz, quando os ativistas, aproveitando a mudança da administração, enviaram-lhe uma carta manifestando disposição de dialogar com a direção. Após uma série de pedidos, a carta é concluída:

(...) Por último, queremos expressar a V. S. nosso intuito de manter com a direção do IPPS um clima de diálogo baseado no respeito mútuo e esforço conjunto de dar soluções satisfatórias aos problemas atinentes às nossas condições de vida neste estabelecimento penal. Aquiraz, 17 de outubro de 1975<sup>38</sup>.

Os ativistas sabiam que estavam sob a responsabilidade e atenção da Justiça Militar e órgãos de inteligência e repressão da ditadura. Nossos entrevistados relataram as inspeções feitas na ala dos presos políticos, vez por outra, por juízes e promotores da Justiça Militar e agentes da Polícia Militar e Federal<sup>39</sup>. Encontramos, nos arquivos da Associação 64-68, cartas enviadas à direção do IPPS e ao juízo militar,

---

38 Carta ao Ilmo. Senhor diretor do Instituto Penal Paulo Sarasate, datada de 17 de outubro de 1975. Arquivo da Associação Anistia 64/68.

39 Entrevista com o ex-militante da ALN, Wiliam Montenegro, a 24 de setembro de 2016. Entrevista com o ex-militante da ALN e PCBR, José Machado, a 4 de agosto de 2016.

reclamando das condições do presídio e até de algumas medidas dos funcionários do IPPS, como o rigor na revista dos parentes<sup>40</sup>. Epifânio Carvalho, em seu depoimento, relatou toda a capacidade de articulação de presos políticos como William Montenegro, José Genoíno e Mário Albuquerque, o que lhe impressionava bastante<sup>41</sup>.

Tais eram os espaços obtidos pelos presos políticos que, no final da década, ante a quantidade de cartas saindo do presídio denunciando a ditadura, o DOPS enviou agentes secretamente ao IPPS para encontrar possíveis omissões dos funcionários e diretores da instituição quanto a regalias dos “subversivos”<sup>42</sup>.

Houve um processo de liberação, que variou no tempo e com os diretores. No início, era mais difícil, a direção tinha um cuidado excessivo, achava que a qualquer momento, sei lá, um grupo aparecer para nos tirar, etc., etc. Mas o processo foi amenizando. O relacionamento com a direção foi melhorando. Passamos a levar reivindicações, eles acatavam ou não, mas, pelo menos, dialogavam. Nós elegíamos um representante nosso. Tinha reunião e tal. Eu fui várias vezes eleito para ser o representante do pessoal para dialogar com a direção. Começou a haver um certo diálogo. De início, não a liberação de algo, mas depois começou a acontecer, como [a oficina de] artesanato que a gente conseguiu (...). Mas era um processo, né? Lá pelas tantas, a coisa foi ficando mais liberal, já se percebia uma maior liberação<sup>43</sup>.

Isso, porém, não significa que foi um processo fácil, que não tenha demandado, por parte dos ativistas, mobilização, coragem, hesitações, medo. Derrotas aconteceram. E muitas discussões e atritos entre os próprios militantes. Ocorreram resistências e oposições por parte de alguns dos encarcerados políticos. Lembremos, como abordado no capítulo 1, que existia um debate entre os ativistas sobre a natureza do coletivo de presos políticos, se teria um caráter predominantemente organizacional e de representação ou eminentemente político e revolucionário.

---

40 Carta ao Ex. Sr. Dr. Juiz Auditor da 10ª Circunscrição Judiciária Militar, datada de 12 de agosto de 1975. Arquivo da Associação Anistia 64/68.

41 Epifânio de Carvalho, ex-funcionário do IPPS, entrevistado a 13 de junho de 2016.

42 Relatório de 15.08.1977, pasta do DOPS, Acervo do Arquivo Público do Ceará.

43 Entrevista com o ex-militante da ALN, Wiliam Montenegro, a 24 de setembro de 2016.

A divergência sobre a natureza do coletivo passava também pela relação que os ativistas deveriam apresentar com a direção do presídio. Para muitos dos internos, segundo Mário Albuquerque<sup>44</sup>, qualquer acordo com os dirigentes institucionais da prisão soaria como “colaboração com a ditadura”. Segundo William Montenegro, havia até discussão sobre os documentos a serem enviados aos agentes da ditadura: “Discutíamos palavras, palavras, texto, tudo nas cartas e manifestos mandados à Auditoria, para não dar a entender que a gente estava vacilando, se rendendo”<sup>45</sup>. Os ativistas, com o tempo, foram percebendo a necessidade de melhor jogar, usar as frestas disponíveis a seu favor, para garantir direitos na tensa e violenta vida de um presídio e até como forma de romper o isolamento em que se encontravam desde a derrota da luta armada.

Em suma, queremos dizer que as dificuldades de gestão, as particularidades dos “subversivos”, as relações deles e seus familiares de classe média com setores diversos da sociedade e Estado e os interesses dos coronéis da PM em permanecer à frente do IPPS levaram os diretores do presídio a um *jogo* com os militantes de esquerda encarcerados.

Tais diretores, ocupando lugares no poder institucional, adotaram, a princípio, nos primeiros anos do IPPS, uma postura rígida, conforme o anticomunismo e a disposição para a repressão aos “inimigos da pátria” predominantes na caserna. Com o passar dos anos e à medida também em que se processavam mudanças consideráveis na opinião da sociedade a respeito da ditadura, com o crescimento dos movimentos sociais em favor da abertura política, os gestores do Paulo Sarasate acabaram por entender a necessidade de não criar maiores atritos com os presos políticos. Isso para não dificultar ainda mais a administração do presídio e/ou se desgastar chamando a atenção dos altos escalões do Estado e da ditadura ou de algum grupo social, como Igreja e imprensa, o que poderia colocar em risco a permanência nos cargos. Por tais brechas, mobilizados e conforme seus ideários coletivistas e igualitários, os militantes de esquerda passaram a reivindicar e obter uma série de direitos.

Nesse sentido, observamos algo similar àquilo analisado por Jorge Ferreira<sup>46</sup>, que em estudos sobre os presos da denominada Intento-

44 Entrevista com o ex-militante do PCBR Mário Albuquerque, a 14 de abril de 2016.

45 Entrevista com o ex-militante da ALN, Wiliam Montenegro, a 24 de setembro de 2016.

46 FERREIRA, Jorge. *Trabalhadores do Brasil: o imaginário popular*. Rio de Janeiro:

na Comunista, de 1935, evidenciou como um sistema repressivo não é homogêneo, unificado e total, mesmo dentro de uma estrutura ditatorial. Se os detidos adotavam uma série de táticas de sobrevivência, os dirigentes prisionais igualmente apresentavam interesses próprios, que nem sempre se coadunavam com os do sistema. Atritos e repressão ocorreram, retrocessos igualmente. Por vezes, as relações ficaram mais rígidas, outras vezes, maleáveis. Longe de qualquer idealização das relações ou abordagens lineares e estabilizadas ou ainda de desconsiderar o dinamismo externo, nacional, dos processos políticos da própria ditadura militar, aquele jogo entre diretores do presídio e militantes foi se reproduzindo ao longo dos anos, permitindo uma existência dentro do possível para os atores sociais do Paulo Sarasate.

## 4.2 OS PEÕES JOGAM

Observando-se as experiências de presos políticos do Instituto Penal Paulo Sarasate, podemos perceber como os militantes de esquerda armada aproveitaram-se das frestas do sistema carcerário da ditadura em benefício próprio. Ao longo dos capítulos anteriores, já havíamos citado alguns casos que se enquadram nessa lógica.

A luta reivindicatória dos presos para a diretoria autorizar o funcionamento de uma cozinha pode ser enxergada como a busca por autonomia dentro de um modelo prisional autoritário e cujo êxito acabou sendo usado, como revelou o ex-militante William Montenegro<sup>47</sup>, para obter novos direitos, como o de montar uma oficina artesanal.

Os grupos de estudos, que no discurso oficial visavam à ressocialização dos internos, para que voltassem à faculdade ou prestassem vestibular, serviu para os militantes discutirem problemas políticos e refletirem sobre a opção pela luta armada e democracia, um debate influenciado e em consonância com o que faziam as esquerdas no além muro dos anos 1970<sup>48</sup>.

O próprio bom comportamento dos presos políticos, tão elogiado pelo ex-funcionário Epifanio Carvalho<sup>49</sup>, não deixava de ser uma

---

Ed. da Fundação Getúlio Vargas, 1994, p. 93.

47 Entrevista com o ex-militante da ALN, Wiliam Montenegro, a 24 de setembro de 2016.

48 ARAUJO, Maria Paula Nascimento. *A utopia fragmentada: as novas esquerdas no Brasil e no mundo na década de 1970*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000.

49 Epifânio de Carvalho, ex-funcionário do IPPS, entrevistado a 13 de junho de 2016.

forma de transmitir segurança e obter direitos juntos à direção do Paulo Sarasate. Os favores e pequenos préstimos realizados pelos presos comuns “menos perigosos” e, por isso mesmo, autorizados pela direção do IPPS a trabalharem e transitarem por todo o espaço do presídio, não escapam à lógica das táticas dos militantes.

Os entrevistados deixaram claro como foram percebendo as contradições do regime na prisão e como isso poderia ser usado taticamente para contornar os limites e imposições estabelecidos pela ditadura. Como bem diz Carlos Fico, a ditadura buscou se institucionalizar<sup>50</sup>. Acontece que esse sistema legal apresentava brechas, que bem usadas pelos presos em suas mobilizações e reivindicações, foram úteis na busca de mais garantias e direitos dentro dos cárceres.

Uma coisa que eu aprendi dentro da prisão que num regime de força, num regime de arbítrio, a melhor defesa é a lei. A ditadura não se assumia como ditadura e tinha suas próprias leis. Então, eles agiam dentro das leis deles. Então, se você tem a lei, por mais ruim que seja essa lei, que se cumpra essa lei em nosso benefício. Problema é que muitas vezes nós não conhecemos a lei. A gente tinha um regimento carcerário. Então a gente reivindicava em cima desse regimento. E assim a gente foi conquistando uma série de vitórias. (...) a gente tinha ainda um fator importante, o Fabiani [Cunha], que era estudante de direito. Então, ele nos orientava em muita coisa. Rapaz, falar em pessoal do direito nos anos 70 era coisa de outro mundo, todo mundo temia<sup>51</sup>.

A produção de artesanato, como visto, não deixou de ser uma grande oportunidade para os presos políticos denunciarem sua situação e atacarem a ditadura. Não foi por acaso a tentativa da direção do IPPS de censurar a produção dos militantes. Num entendimento e concessão mútua, acertou-se que as peças seriam grafadas com *PPCE* (Presos Políticos do Ceará), ou seja, uma sigla que poucos conheceriam, mas que, devidamente esclarecida, poderia chamar a atenção dos consumidores dos produtos. Para os diretores, *PPCE* era uma acomodação no jogo interno que faziam com os ativistas e igualmente uma forma de ratificar a visão do governo, de negar – ou esconder – a existência de presos políticos.

---

50 FICO, Carlos. *História do Brasil contemporâneo*. São Paulo: Contexto, 2016.

51 Entrevista com o ex-militante do PCBR Mário Albuquerque, a 14 de abril de 2016.

Para os militantes, se aceitaram a sigla, fazendo uma concessão à direção, havia, por outro lado, a possibilidade de desmentir as autoridades constituídas, pois seus parentes, ao negociarem as peças, faziam questão de explicar aos compradores que se tratava de objetos artesanais e artísticos confeccionados por presos políticos mantidos pela ditadura.

O uso do artesanato como possibilidade de crítica ao governo quase custou a demissão de um dos diretores do presídio, quando de uma matéria na televisão sobre o trabalho dos encarcerados.

Segundo William Montenegro:

Houve um problema, um diretor quase foi demitido. Nosso artesanato era político, nós dávamos para as famílias, eles levavam, vendiam, expunham. Tínhamos vários artesanatos e a gente organizou uma exposição no presídio, para a família ver mesmo. Então, quando a gente menos espera, a TV Verdes Mares [retransmissora da Rede Globo] chega para uma reportagem. Aí eles nos entrevistaram. E a gente se mostrou como preso político. Eu lembro que eu e o Genoíno pegamos um quadro do lado e do outro e lemos aquela frase “Quando o muro separa, a ponte une e tal” [Quando o muro separa uma ponte une/Se a vingança encara o remorso pune/Você vem me agarra, alguém vem me solta-letra da canção *Pesadelo*, do grupo MPB-4]. Não sei bem o que houve, alguém furou, alguém deve ter dito que havia uma exposição dos presos do IPPS e o repórter foi lá, sem nem saber bem quem éramos. Os funcionários [do presídio] achavam que eles eram autorizados e tal. Só que não tinham autorização nenhuma. Aí a noite saiu no jornal da Verdes Mares. Aí você imagina o diretor [do presídio], né? Poxa, a ditadura negando que tivesse preso político e os presos políticos aparecem no horário nobre da emissora mais assistida do Ceará? Foi um negócio horrível, muito sério, né? O diretor foi chamado para as conversas como o 23BC e quase perde o cargo. Nós soubemos porque nossos advogados falaram depois<sup>52</sup>.

Mário Albuquerque<sup>53</sup> confirmou o relato acima, acrescentando que o diretor tratava-se do coronel Dário Granjeiro Cruz, no comando

---

52 Entrevista com o ex-militante da ALN, Wiliam Montenegro, a 24 de setembro de 2016.

53 Entrevista com o ex-militante do PCBR Mário Albuquerque, a 14 de abril de 2016.

da instituição entre 1975-77, um militar, por sinal, bastante elogiado entre os presos políticos pela postura humanitária dentro do presídio. O coronel Dário foi um dos diretores que mais tempo ficou à frente da administração do IPPS nos anos 1970. Longe de desconsiderar o perfil humanitário apontado pelos ex-militantes da esquerda armada, acreditamos que o militar referido tenha sido o que melhor adequou-se ao jogo de acomodações com os presos políticos e comuns. Tanto que quando as estruturas físicas do presídio começaram a se deteriorar<sup>54</sup> e a mobilização pela Anistia e o processo de abertura política ganharam densidade, tornando mais difícil a manutenção daquele jogo de acomodações, Dário deixou o comando do IPPS, pressionado pela família.

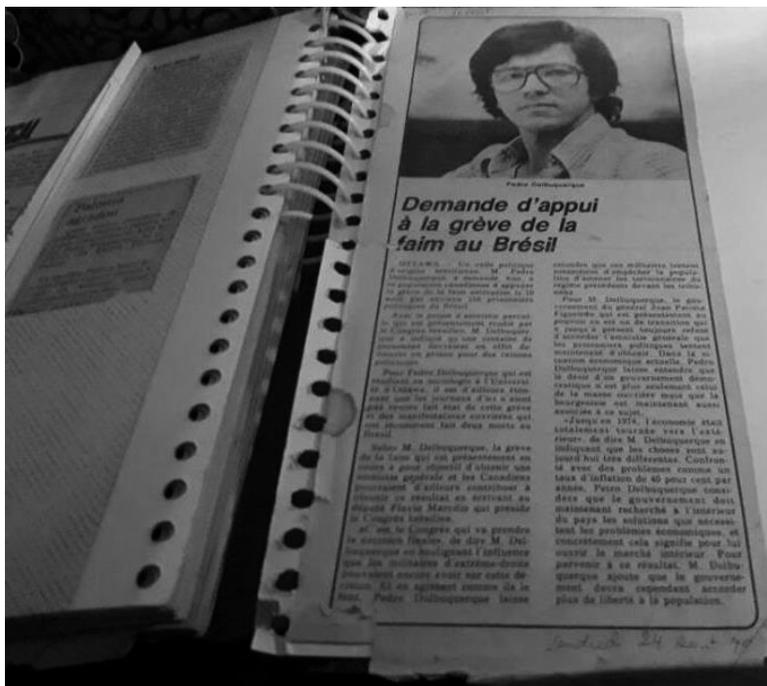
A produção de artesanato dos presos políticos do IPPS chegou a ser usada para denunciar a ditadura no exterior. Em conversa pelo aplicativo de comunicação *WhatsApp*, Nadja Albuquerque nos mostrou foto (imagem 1) de um jornal canadense, de 29 de abril de 1979, noticiando exposição de peças dos presos políticos cearenses organizada na Universidade de Ottawa. A exposição fora organizada por Pedro Albuquerque, exilado e ex-partícipe da guerrilha do Araguaia, na intenção de denunciar a ditadura brasileira, chamando a atenção para a greve de fome feita pelos militantes de esquerda naquele ano.

A censura do IPPS não atingiu apenas a produção artesanal dos militantes. Foram alvos igualmente livros, jornais, revistas, etc., especialmente materiais de leitura que os familiares levavam aos presos políticos nos dias de visitas.

Como vários destes materiais eram tidos como subversivos, a direção do presídio, sobremaneira nos primeiros anos, buscou censurá-los. Dentro dos objetivos da instituição, de punir os militantes e “redimi-los” de seus erros, não era lógico que textos de Marx, Lênin, Guevara ou revistas e jornais de esquerda (ou que se imaginavam de esquerda) circulassem dentro do Paulo Sarasate.

---

54 Reportagem de O Povo, de 22/05/1977, diz que a situação dos internos é precaríssima, alertando para o problema da lotação – o presídio teria 434 internos, havendo casos de 4 presos por cela em alguns pavilhões. Editorial do O Povo, de 10/06/1979 fala do “caos penal” no IPPS.



*Imagem 1: jornal de Ottawa noticiou uma exposição de artesanato dos presos cearenses, uma forma de chamar a atenção para os encarcerados políticos mantidos pela ditadura no Brasil e a greve de fome dos militantes de esquerda em 1979. Foto passada por Nadja Albuquerque por meio do aplicativo de comunicação WhatsApp.*

E quando a intenção da censura não era estritamente ideológica, havia o propósito de punir os presos por alguma falta ou atentado às normas do presídio. A censura interna irritava os presos, tanto que foi uma das razões para a primeira greve de fome, em 1974. A leitura constituía-se forma de preencher o tempo e endossar a formação intelectual, visto que, como dissemos, a rigor os militantes da esquerda armada não apresentavam maiores bases ou preocupações com teorias quando imergiram na guerrilha.

Além disso, as publicações permitiam o contato dos presos com os debates promovidos pelas esquerdas no Brasil e no mundo nos anos 1970, como a autocrítica acerca da luta armada, a valorização do feminino e da democracia, etc<sup>55</sup>. Tão importantes as leituras e debates que os presos políticos do IPPS chegaram a produzir, manualmente, um

55 ARAUJO, Maria Paula Nascimento. Op. Cit.

jornalzinho interno, segundo Fabiani Cunha<sup>56</sup>. Tinha o sugestivo nome de *O cadeado*, depois chamado de *Venceremos*, denotando a situação e o desejo dos internos. Cada preso podia escrever artigos, à caneta ou lápis, em folhas de papel que circulavam, então, pela rua do P7. Cabia ao preso da última cela dar fim ao jornal, rasgando e atirando os pedaços na privada.

Para driblar as restrições impostas pela direção do IPPS, os militantes de esquerda usaram a própria censura institucional realizada pelo governo militar<sup>57</sup>. Se havia uma censura oficial, promovida pelo Ministério da Justiça, não teria sentido existir um controle dentro do presídio. Isso, na argumentação dos ativistas, era um acinte ao próprio Estado, visto que estaria se duvidando da eficácia e dos resultados dos trabalhos dos censores da ditadura.

Esse coronel Marcondes [diretor de segurança] tinha uma rixa com a gente, perseguia a gente. Mas nós ganhamos dele dentro dessa visão legalista. Nós argumentamos. Censurar livro? Como? Ora, já tem uma censura prévia no Brasil. O senhor quer censurar a censura? Não pode, coronel<sup>58</sup>.

Pelo que percebemos nos depoimentos de presos políticos e seus familiares, a censura realizada pela direção do IPPS variou muito em intensidade ao longo dos anos. O abrandamento ou agravamento da censura interna e restrições aos presos políticos se vinculavam a vários fatores, como os conjunturais, a exemplo do processo político de distensão da ditadura, realizado no governo Geisel (1974-79). “A direção do IPPS censurava, sim, mas depois, salvo um ou outro momento, foi relaxando e no fim [da década], tava bem leve”, disse-nos William Montenegro<sup>59</sup>. O “um ou outro” momento eram questões incidentais, a exemplo do referido caso da televisão Verdes Mares. Vinculava-se igualmente ao jogo de concessões e acomodações entre diretores e militantes – a censura chegou a ser usada como forma de punição e pressão e intimidação por parte da gestão – e mesmo às personalidades e posições ideológicas (anticomunistas) dos coronéis.

---

56 Entrevista com o ex-militante da ALN, Fabiani Cunha, a 28 de março de 2017.

57 KUSHNIR, Beatriz. Cães de guarda: jornalistas e censores. In: AARÃO REIS, Daniel e outros. *O golpe e a ditadura militar*. São Paulo: EUSC, 2004.

58 Entrevista com o ex-militante da ALN, Fabiani Cunha, a 28 de março de 2017.

59 Entrevista com o ex-militante da ALN, Wiliam Montenegro, a 24 de setembro de 2016.

Os entrevistados William Montenegro<sup>60</sup> e Mário Albuquerque<sup>61</sup>, por exemplo, acusaram o diretor de segurança<sup>62</sup>, coronel Marcondes, de ser por “demais rígido” e implicar com os militantes de esquerda. Manifesto dos parentes dos presos, de 15 de março de 1977, denuncia a direção de segurança do presídio, que, sem justificativas, apreendeu grande parte do material de trabalho da oficina e peças de xilogravuras e pirogravuras, e estabeleceu que apenas flores e temas semelhantes poderiam ser objeto de gravura<sup>63</sup>. “O coronel Marcondes cismou com os nossos desenhos e proibiu que se colocasse [a expressão] “preso político” atrás [dos quadros]. Aí eles deram em cima. Aí tivemos que fazer desenho de paisagens, de cangaceiros...”, explicou Fabiani Cunha<sup>64</sup>.

Outra luta dos presos políticos do IPPS foi contra as chamadas *identidades* ou *carteiras de visitas* (imagem 2), que inexistiam nos primeiros anos e passaram a ser cobrada, até cair na segunda metade da década de 70. As “carteirinhas de visitas” consistiam em um documento expedido pela direção do IPPS autorizando familiares e demais interessados a ingressar no presídio para visitar os presos, fossem comuns ou políticos.

Para ter o documento, o interessado deveria preencher uma ficha, onde constavam várias informações pessoais, como nome completo, número da identidade, endereço e ocupação. A requisição destes dados desestimulava as idas ao presídio por parte dos parentes dos militantes de esquerda. A direção prisional não apresentava interesses em que muitas pessoas visitassem os inimigos do governo, afinal, a ditadura não reconhecia a existência de presos políticos no País.

---

60 Entrevista com o ex-militante da ALN, Wiliam Montenegro, a 24 de setembro de 2016.

61 Entrevista com o ex-militante do PCBR Mário Albuquerque, a 14 de abril de 2016.

62 Os cargos de diretor de segurança e de disciplina, conforme documento mostrado pelo entrevistado Epifânio Carvalho, foram criado em 1976, na gestão do governador Aduino Bezerra (1975-78). Eram ocupados geralmente por oficiais da Polícia Militar. Epifânio de Carvalho, ex-funcionário do IPPS, entrevistado a 13 de junho de 2016.

63 CEARÁ. Abaixo-assinado. 15 de setembro de 1977. Arquivo Francisca Gonçalves Sobrinho. Citado por DUARTE, Ana Rita Fonteles. *Memórias em disputa e jogos de gênero: o Movimento Feminino pela Anistia no Ceará (1976-1979)*. 2009, 232f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2009, p. 88.

64 Entrevista com o ex-militante da ALN, Fabiani Cunha, a 28 de março de 2017.

Com eventuais visitas ao IPPS, os parentes dos ativistas temiam serem vigiados e perseguidos pela ditadura, o que poderia trazer-lhes problemas profissionais. Como afirma Carlos Fico<sup>65</sup>, o governo havia criado, no final dos anos 1960, nas repartições governamentais, inclusive empresas estatais e universidades, subseções do SNI (Serviço Nacional de Informações), famoso e temido órgão responsável por recolher informações de brasileiros suspeitos aos olhos do regime. Eram as denominadas Divisões de Segurança e Informações (DSI), através das quais a ditadura passou a espionar e controlar a vida de milhares de brasileiros, que podiam, a qualquer instante, serem acusados de subversão e, em consequência, serem presos ou perderem emprego. As DSI basicamente produziam informes, relatórios, dossiês que incriminavam suspeitos de “subversão”. “A principal técnica consistia naimentação contínua de dossiês que continham informações sobre o cotidiano de determinada pessoa. A participação em uma manifestação de protesto, a simples visita a alguém tido como ‘esquerdista’, tudo era anotado”<sup>66</sup>. Pode-se, então, imaginar como as DSI intimidavam as pessoas, particularmente aquelas que tivessem parentes e amigos presos políticos.

Era o seguinte: se você fosse me visitar, você tinha que dar o nome e pegar a carteira. Aí você se “queimava”. Você tava visitando preso político. Estava se comprometendo com os inimigos da ditadura. O governo ia ter seus dados e a ligação com os presos. “Você tá visitando por que esses caras?”. Aí você se queimava. Não era nem falta de solidariedade, não. Aí quando a ditadura começou a afrouxar, no final dos 70, aí muita gente começou a visitar [os presos políticos]. Mas na época do “quente”, ninguém ia visitar, não<sup>67</sup>.

Além da exigência da carteira por parte do visitante, deveria o preso enviar semanalmente à secretaria do presídio uma relação com os nomes das pessoas que o veriam no dia da visita. Essa lista, por entaves da burocracia prisional ou por interesses da direção, podia também ser usada como uma forma de controle e repreenda dos militantes.

---

65 FICO, Carlos. Op. Cit., p. 68.

66 Ibidem, p. 70.

67 Entrevista com o ex-militante da ALN e PCBR, José Machado, a 4 de agosto de 2016.



*Imagem 2: identidade de visitante de Ernesto Rodrigues Sales. No verso, se lê: “Senhor Cmt. Da Guarnição Externa, o portador(a) é pessoa ligada a reeducando deste Instituto, estando, portanto, autorizado a entrar neste presídio, [ilegível] e horas de visitas e com as cautelas legais”.*

Parentes dos presos sem a carteira, mas com a visita comunicada à direção (ou com a carteira, mas com nome não constando da lista, em virtude de erros, represália, burocracia, etc. da administração) eram proibidos de adentrar ao Paulo Sarasate, gerando uma grande frustração para os internos, pois o dia de visita, com o conseqüente contato com os familiares, era o mais esperado da semana.

Tal questão fica evidente quando se analisa uma carta mandada por Mário Albuquerque ao diretor, coronel Emannel Fortaleza, reclamando que apesar de ter enviado a relação das visitas, duas de suas primas, por não portarem a carteira, não puderam adentrar ao presídio em julho de 1975. Mário informa na carta que situações semelhantes ocorreram com outros internos e defende que “a solução de todos esses males reside na abolição da carteira de visitante”<sup>68</sup>. Segundo carta dos internos ao juiz da 10ª Circunscrição Militar, datada de 12 de agosto de 1975, o referido coronel, irritado com a reclamação, ameaçou Mário com a suspensão de todas as visitas, atitude denunciada aos membros da Justiça Militar e condenada, pois “não é condizente com o comportamento esperado de um diretor de um estabelecimento penitenciário”<sup>69</sup>.

Situação que igualmente desestimulava e constrangia os parentes e irritava os presos políticos era a da inspeção rigorosa às visitas. Denunciou Lucineide Vasconcelos, filha do ex-integrante da ALN, João Xavier Lacerda, sobre as humilhações que passava no Paulo Sarasate.

(...) Nos dias de visita toda a família era submetida a humilhações. Eu e minha irmã éramos obrigadas a baixar as calcinhas, levantarmos nossas blusas e os bolos que levávamos viravam uma papa, pois eram todos revirados à procura de objetos. Caso meu pai quisesse comer o bolo, teria que comer o farelo, pois aquelas crianças poderiam estar levando algo dentro do bolo<sup>70</sup>.

Em várias ocasiões, conforme os entrevistados, os ativistas exigiram reuniões com a direção do presídio e enviaram cartas à Justiça Militar, solicitando a resolução do problema<sup>71</sup>. A questão dos constrangimentos às visitas foi igualmente um dos fatores que levaram à greve de fome de 1974<sup>72</sup>.

---

68 Carta ao Ilmo. Senhor diretor do Instituto Penal Paulo Sarasate, datada de 28 de julho de 1975. Arquivo da Associação Anistia 64/68.

69 Carta ao Ex. Sr. Dr. Juiz Auditor da 10ª Circunscrição Judiciária Militar, datada de 12 de agosto de 1975. Arquivo da Associação Anistia 64/68.

70 Processo de requerimento de indenização de João Xavier Lacerda. Arquivo da Associação Anistia 64-68.

71 Carta ao Ilmo. Senhor diretor do Instituto Penal Paulo Sarasate, datada de 17 de outubro de 1975. Carta ao Ex. Sr. Dr. Juiz Auditor da 10ª Circunscrição Judiciária Militar, datada de 12 de agosto de 1975. Arquivo da Associação Anistia 64/68.

72 Entrevista com o ex-militante da ALN, Wiliam Montenegro, a 24 de setembro de 2016.

Para derrubar as “carteirinhas”, utilizou-se mais uma vez a argumentação da duplicidade legal, ou seja, que a exigência de um documento próprios do IPPS contrariava a legislação e a própria eficiência do regime, visto que as pessoas devem ser portadoras de carteiras de identidades expedidas pelos órgãos estatais de identificação.

Lá eles [presídio] tinham uma carteira de visita. Era uma forma de desestimular visitas. Pra fazer a visita, a pessoa ficava registrada. As pessoas tinham medo de represália. Por isso que de início as visitas eram basicamente familiares, principalmente as mulheres, mãe, irmãs. Os pais, poucos. Raramente um tio, um primo. Então, nós começamos uma luta pra derrubar essa carteira. E qual foi o argumento? Olha, não tem sentido ter uma carteira dessas. Uma carteira dessas é desmoralizar o RG [a popularmente conhecida carteira de identidade]. Vocês estão colocando em dúvida que o RG não é uma coisa séria, controlada. Nós explorávamos as contradições deles, entende?<sup>73</sup>.

Quanto aos constrangimentos das inspeções aos parentes, com o tempo, o rigor das revistas foi sendo atenuado, dentro do jogo de acomodações – vistas grossas – da direção e dos próprios funcionários do presídio.

No começo, eles [os funcionários] abriam o doce e cortavam os pedaços assim [faz movimento de corte com as mãos]. Com o tempo, eles foram entendendo o que era preso político e foram criando laços afetivos com a gente. Então, quando a gente chegava lá era assim: ia pra sala da revista e elas [as funcionárias] diziam: “fica aqui um pedacinho, faz de conta, faz de conta e pronto, muié”. Muitas faziam assim. Depois de um tempo foi assim. A gente deixou de tirar a roupa<sup>74</sup>.

Pelo que apuramos com Epifânio Carvalho, a exigência da carteirinha e o rigor nas visitas continuaram para os parentes dos presos comuns, “sempre tratados de forma respeitosa”, fez questão de ressaltar o entrevistado<sup>75</sup>. Conforme o dito pelo mesmo Epifânio Carvalho, vez por outra eram apreendidas “trouxinhas de maconha” nas partes íntimas de mulheres que visitavam os internos comuns do presídio, o que nos leva a supor que a inspeção para os familiares destes continuou mais rigorosa.

---

73 Entrevista com o ex-militante do PCBR Mário Albuquerque, a 14 de abril de 2016.

74 Josenilde Cunha, esposa do ex-militante da ALN, Fabiani Cunha, entrevistada a 21 de setembro de 2016.

75 Epifânio de Carvalho, ex-funcionário do IPPS, entrevistado a 13 de junho de 2016.

Sendo assim, tratava-se, pois, de mais um caso de distinção no tratamento dos presos políticos por parte da ditadura e seus agentes, vinculando-se à condição social dos militantes, sua influência e atenção que parte da sociedade lhes dava. Ora, o mesmo constrangimento que as mulheres dos presos políticos tinham, as mães, irmãs, esposas e companheiras dos presos comuns também sofriam. O mesmo pode ser dito para a questão da exigência da carteira e do preenchimento das fichas. Mas como as manifestações das visitas dos presos comuns não tinham tanta repercussão, ao contrário das reclamações dos parentes dos militantes de esquerda, a direção prisional, na intenção de evitar maiores polêmicas e de não chamar a atenção, acabou fazendo concessões e acomodações com os “subversivos”.

A “carteirinha de visitas”, enfim, caiu no final de 1977, o que foi tido como uma grande vitória para os ativistas e seus parentes. A mesma lógica das brechas legais foi usada em relação à questão da saúde. O IPPS contava com um ambulatório, com dentista, médico e enfermeiros permanentes, na intenção realizar primeiros socorros. Para questões de saúde mais graves, porém, existiam problemas, como a falta de medicamentos e equipamentos adequados.

Em tais casos, os presos tinham que deixar o presídio e serem conduzidos a clínicas e hospitais, para o que havia vários entraves, como o limitado número de policiais para escoltá-los, a falta de transportes, a exigência de autorização judiciária, a concessão do diretor prisional, etc. Carta dos presos políticos de 1975 trouxe relato dos problemas de saúde enfrentados no presídio. O documento diz que “a saúde dentária dos presos políticos é desoladora”, pois “já faz tempo que deixou de haver um tratamento propriamente dito”, lembrando que “ora [sic] o motor está quebrado, ora [sic] falta material”. A carta informa ainda que o tratamento médico é prejudicado porque os remédios prescritos ou demoram para chegar ou não são nem entregues. Não era à toa que os militantes tinham uma caixinha de dinheiro visando à compra de remédios para alguma emergência ou apelavam para a solidariedade entre famílias, que se cotizavam. A carta diz que há “companheiros com enfermidades que exigem tratamento contínuo” e que “sacrificam a si ou às famílias para adquirir medicamentos necessários, por vezes interrompendo o tratamento por falta de recursos”<sup>76</sup>.

---

76 Carta ao Ex. Sr. Dr. Juiz Auditor da 10ª Circunscrição Judiciária Militar, datada de 12 de agosto de 1975. Arquivo da Associação Anistia 64/68.

Para atenuar os problemas, os presos recorriam à legislação que garantia aos encarcerados um tratamento digno de saúde.

O direito à saúde. O preso tem pleno direito de ser assistido. Pela lei, se tiver uma unheira, a unheira tem de ser tratada. Nisso, então, fomos bem, pois quando a gente solicitava, o juiz autorizava. Eu fui várias vezes fazer tratamento dentário. O Gondim [Neto] foi operado dos rins. Ele tinha sido tão torturado pela Polícia Federal que ficou com problemas nos rins. Quem tinha problema do coração, fez exame, foi detectado, como o Balaio, o Ferreira<sup>77</sup>.

Apesar das articulações, a questão da saúde dos presos políticos – e comuns – continuou sendo problemática no IPPS. Abaixo-assinado de familiares dos presos, de 15 de setembro de 1977, criticava a situação do presídio, alertando para as dificuldades de assistência médica e pronto-socorro e transferência dos presos de Aquiraz para Fortaleza, em casos de urgência<sup>78</sup>.

No jogo desenvolvido pelos presos políticos com a direção, se em determinadas ocasiões as oportunidades não foram desperdiçada, em outras, os ativistas tiveram que realizar recuos e aceitar derrotas, sob pena de obliterarem as brechas do sistema que lhes eram tão valiosas. Chegou a haver, por exemplo, autocensura por parte dos próprios presos políticos. Isso se deu no final da década de 1970, quando ganhava corpo a campanha da Anistia.

Foi uma espécie de recuo tático, para não atrapalhar a movimentação popular e a possibilidade de liberdade iminente de alguns dos militantes encarcerados. É o que se depreende a partir da análise de um documento encontrado numa das pastas da Associação Anistia 64/68. Trata-se de carta enviada ao Movimento Feminino Pela Anistia (MFPA), datada de 7 de março de 1978, no qual os presos políticos solicitavam que só fossem expostas peças artesanais com a sigla PPCE (Presos Políticos do Ceará). Apenas as peças cuja produção fora discutida pelo coletivo e aprovada pela direção do presídio deveriam ser consideradas como artesanato dos presos políticos do IPPS.

As peças enviadas por algum dos internos sem a referida sigla deviam ser tidas apenas como produções individuais, não do coletivo. A carta justificava o pedido, alegando que os militantes tomaram a

---

77 Entrevista com o ex-militante da ALN, Fabiani Cunha, a 28 de março de 2017.

78 Citado por DUARTE, Ana Rita Fonteles. Op. Cit., p. 88.

decisão porque cinco presos aguardavam liberdade condicional e que a exposição do artesanato “sem obediência à norma estabelecida pode dar margem a que homens da justiça vigente a tomem como pretexto para negar esse direito”<sup>79</sup>.

Um outro episódio de recuo envolveu o que é chamado no presídio de *desarranchamento*. Conforme os entrevistados, o estatuto penitenciário garantia ao preso que não consumisse os alimentos enviados pelo presídio o direito de ficar para si com os recursos pecuniários equivalentes. Com dificuldades para manter a família no além muro, Fabiani Cunha viu no dispositivo forma de obter algum dinheiro.

Alegando que era vegetariano, pediu desarranchamento, tendo acertado anteriormente, sem que a direção do presídio soubesse, que os demais presos políticos lhe passariam parte de suas refeições. Mais uma vez aparecia a solidariedade e o coletivismo comunista. Tudo ocorreu bem até Fabiani ser flagrado comendo uma suculenta carne de bode... Constrangido, perdeu o direito e aceitou, pois entendeu que não podia colocar em risco o uso das brechas legais do sistema que lhe favorecia.

O argumento jurídico é muito forte. Eu disse: é um dos direitos do preso, se ele for vegetariano, receber aquele tipo de alimentação. Se não derem [a alimentação], então, ele vai ser desarranchado. Então, eu fui cobrar meu desarranchamento, meu e do Swami [Cunha, seu irmão]. Mas a gente havia combinado com os outros presos que eles iam dividir a refeição com a gente. Aí eu fui falar com o diretor. “Olha, eu e meu irmão somos vegetarianos. Essa comida é pesada. Gostaria de ser desarranchado”. Então, eu consegui. Todo mês eu e Swami recebíamos a cota, éramos desarranchados. Mas um belo dia o pessoal de Jaguaribe veio nos visitar e trouxe uma banda de bode pros presos políticos [risos]. Aí eu pendurei assim o bode na minha cela. Quando o coronel foi de surpresa visitar o pavilhão e entrou na cela, disse: “epa, vegetariano não come isso!” [risos]. Aí, ele anulou o nosso ganho [risos]. Eu nem fui atrás, o dinheiro era importante, mas a base de nossa reivindicação era o ordenamento jurídico e legal<sup>80</sup>.

---

79 Carta a Sra. Presidente do Movimento Feminino pela Anistia (Ceará), de 7 de março de 1978. Acervo da Associação Anistia 64/68.

80 Entrevista com o ex-militante da ALN, Fabiani Cunha, a 28 de março de 2017.

Esse jogo de táticas que os presos jogavam, com avanços e recuos pelas frestas do sistema ditatorial, não deixava de ser uma grande mudança de paradigmas e perspectivas políticas dos militantes da esquerda armada. Como vimos no capítulo 1, havia por parte dos ativistas a ideia de que as ações do coletivo deviam ser revolucionárias, de embate com a ditadura e retomada da luta. Para esse grupo, fazer negociações com a direção do presídio era aceitar a derrota e a condição de preso, conforme relatou-nos Mário Albuquerque<sup>81</sup>.

As necessidades do cotidiano, a derrota definitiva do projeto armado (cujo último marco foi a repressão ao Araguaia, em 1974), os debates internos e as reflexões que os ativistas fizeram acerca do projeto guerrilheiro levaram a mudanças naquela posição inicial. Não que o embate e a denúncia contra a ditadura tivessem sumido do campo de atitudes dos presos do Paulo Sarasate. Apenas perceberam que uma situação de embate constante era improdutiva. E como à direção do presídio, como dito neste capítulo, também não interessava uma relação apenas de atrito, um jogo de flexibilizações, com idas e recuos, foi se desenvolvendo e se intensificado no IPPS ao longo dos anos.

Nós começamos a explorar as contradições deles lá [da ditadura]. Nós saímos de uma visão, aquela visão bem radical, maniqueísta, de ditadura e a gente, bem e mal, de que dialogar com eles era concordar e aceitar a ditadura, para um amadurecimento interno. (...) E fomos abrindo os olhos, descobrimos a importância da democracia, abrimos os horizontes, pensamos. Eu pessoalmente passei a rever questões de dogmatismo em relação a tudo. Passei a exigir muito de mim mesmo, ter medo de dogmatismos, de emitir opinião sem muita fundamentação, sem domínio de conceitos... A prisão foi um abalo muito violento. Eu sempre digo que foi assim, o edifício ruiu. Veio abaixo, implodiu. Tudo. Então, eu fui ser o mestre de obras para daquilo [que ruiu], eu podia salvar, para puder erguer um novo edifício, mas com bases mais sólidas. Foi a vida que me fez ver isso, me conduziu nesse processo. Foi muito importante para mim sacar isso. Eu fui ser meu próprio arquiteto e operário, meu mestre de obras. E a gente tinha que ser muito responsável nisso<sup>82</sup>.

Os militantes de esquerda mudaram. Haviam pegado em armas para derrubar todo um sistema que julgavam opressor e injusto social-

81 Entrevista com o ex-militante do PCBR, Mário Albuquerque, a 14 de abril de 2016.

82 Entrevista com o ex-militante do PCBR, Mário Albuquerque, a 14 de abril de 2016.

mente. Portadores de vários princípios da cultura comunista, acreditavam na vitória de sua luta e na justiça de sua causa. Eram a vanguarda, a ser seguida pelas massas. Não obstante, a derrota da guerrilha e a dureza dos cárceres fizeram o castelo de certezas desmoronar. Numa ironia, recorreram àquele mesmo sistema, por sua legislação e estrutura jurídica, para reivindicar direitos e garantias.

A mudança foi além. Começaram a perceber, por reflexões próprias e/ou coletivas, influenciados pelas discussões que as esquerdas faziam no mundo à época, a importância da democracia, que tem no cumprimento e garantias legais um de seus fundamentos<sup>83</sup>. Claro, isso gerou muitos debates e discussões, conforme veremos adiante. Mas parece-nos evidente que as perspectivas e práticas políticas daqueles militantes que foram encarcerados no IPPS alteraram-se ao longo dos anos. Aprenderam o jogo e jogaram bem. De *en passant* em *en passant*, os peões foram avançando ou driblando as dificuldades dos cárceres.

Entretanto, todo jogo acaba e aquele também chegou ao fim. No final da década de 1970, a ditadura militar era cada vez mais questionada por setores da sociedade. O País, mergulhado em caos econômico e crise política, fervia. Nas ruas, multidões pediam Anistia, democracia, liberdade para os presos políticos, o retorno dos exilados. Nessa nova conjuntura, os encarcerados políticos deixaram de se contentar com *en passant*. Viram as condições para dar um xeque-mate, sair da prisão. Percebendo a derrocada da ditadura, radicalizaram e partiram para o embate direto, na ânsia de, se não fazer a sonhada revolução socialista, obter a liberdade. Tiveram êxito na empreitada, mas nem tudo saiu como desejaram.

### 4.3- OS GENERAIS E OS EQUILIBRISTAS

Não foi possível na presente pesquisa saber com exatidão o número de pessoas encarceradas por razões políticas no IPPS durante a década de 1970. Os arquivos do presídio foram destruídos nos anos 1990 quando de revoltas dos presos comuns e boa parte da documentação da burocracia da ditadura civil-militar não está disponível aos pesquisadores no Ceará.

---

83 BOBBIO, Noberto. *Dicionário de política*. Brasília: Editora Universidade de Brasília; São Paulo: Imprensa Oficial de São Paulo, 2000.

Em um levantamento parcial, coletando nomes junto aos entrevistados, olhando fotos, jornais<sup>84</sup>, alguns documentos disponíveis na Associação de anistiados cearenses (Associação 64/68), os termos de requisição de indenização dos militantes junto à comissão estadual Wanda Sidou e o livro de Papito de Oliveira sobre os trabalhos daquela comissão<sup>85</sup>, encontramos o nome de 63 pessoas mantidas presas no Paulo Sarasate em virtude de alguma militância política. Desse número, 44 eram de integrantes de organizações armadas<sup>86</sup>.

Compete enfatizar que esse não é um dado definitivo, pela limitação dos documentos aos quais tivemos acessos. Possivelmente, o número é um pouco maior.

A quantidade de presos políticos presentes ao Paulo Sarasate variou ano a ano. Pelos depoimentos dos entrevistados, nos primeiros anos da década de 70, a quantidade de militantes, incluindo os não adeptos da luta armada, era de “cerca de 20 a 30 presos”<sup>87</sup>. Esse número foi diminuindo ao longo do decênio, pois muitos dos ativistas passavam apenas meses à espera do julgamento e eram absolvidos

---

84 O Povo, Correio do Ceará, Diário de Pernambuco, Folha de São Paulo e Mutirão.

85 OLIVEIRA, Papito (Org.). *Vozes silenciadas*. Fortaleza: Imprensa Universitária, 2009.

86 Da **Ação Libertadora Nacional**, achamos os nomes de Aimberé Botelho, Fabiani Cunha, José Sales de Oliveira, João Batista Lima, João Xavier Lacerda, José Bento, José Edvon Siqueira, José Ferreira Lima, José Jerônimo de Oliveira, José Machado, Gilberto Telmo, Hélio Ximenes, Newton Gurgel Barreto, Swami Cunha, Waldemar Menezes, Waldenilo Balaio e William Montenegro. Do **Partido Comunista Brasileiro Revolucionário**: Célio Miranda de Albuquerque, Fernando José Bastos Macambira, João Gondim Neto, Paulo Fernando Magalhães e Mário Albuquerque. Do **Partido Comunista do Brasil/Ação Popular**: Antônio Marcondes de Oliveira, Dower Nascimento, Benedito Bezerril, Francisco Edson Pinheiro, Geraldo Magela, José Auri Pinheiro, José Duarte, José Francisco dos Santos Rufino, José Genoíno Neto, José Rubens Sales, Marcos Costa Sampaio, Manuel Domingos, Manuel da Conceição, Messias Araújo Pontes, Oswald Barroso, Rogério Lustosa, Tarcísio Prata e Wicente Walmick. Da **Vanguarda Popular Revolucionária**: José Ferreira de Alencar. Do **Partido Comunista Brasileiro**: Alberto Galeno, Anário Batista, Benedito Marques Teixeira, Carlos Alberto do Nascimento, Francisco Felipe Cardoso, José Castaliano de Souza, Jonas Daniel, José Leite Filho, Luis Carlos Leite, Manoel Aeri Ferreira, Raimundo Uchoa Diógenes, Vicente Pompeu da Silva. Outras organizações ou militantes que tivemos dúvidas sobre suas organizações: Afonso Araldo de Queiroz, Francisco Auto Filho, José Rubens Bastos, Manuel Dias Fonseca, Nazário Soldado, Waldemar Arrais e Walmir Arrais. Em seu depoimento, Fabiani citou dois estudantes de Iguatu, Romão e Gérson, que teriam estado presos no IPPS igualmente – não conseguimos nenhum registro oficial sobre os mesmos.

87 Entrevista com o ex-militante da ALN, Wiliam Montenegro, a 24 de setembro de 2016.

ou obtinham a liberdade condicional, enquanto outros, condenados, cumpriam as penas e deixavam o presídio. O número de internos aumentou quando a ditadura fez alguma operação de combate aos “subversivos”, como aconteceu com o PCB, em 1972<sup>88</sup>, e PCdoB, em 1973<sup>89</sup>. No documento do SNI sobre a greve de fome dos presos de 1974, são citados 17 presos políticos<sup>90</sup>.

Na segunda metade dos anos 1970, com a distensão do regime, a quantidade de presos políticos foi sendo reduzida ainda mais, sobremaneira em 1978 e 1979, com a mudança da Lei de Segurança Nacional, em 1978, e a Lei da Anistia, de 1979. O jornal *Diário de Pernambuco*, de 22 de dezembro de 1977, cita 15 presos políticos no IPPS. O mesmo periódico, na edição de 3 de maio de 1978, fala em 10 internos. Já a edição de 14 de julho de 1979, refere-se a cinco presos políticos. Em 1980, havia apenas um militante encarcerado, transferido do IPPS para o quartel do Corpo de Bombeiros, nas proximidades do centro de Fortaleza: era José Sales de Oliveira, o último preso político a ser libertado no Brasil<sup>91</sup>.

Os últimos anos dos ativistas de esquerda no IPPS seriam marcados diretamente pelo longo processo de abertura política do regime. Em tal processo, houve vários atores e condicionantes. Uma pressão do exterior, representada principalmente pelo governo norte-americano de Jimmy Carter, e a crise da economia mundial, abalada pelos choques do petróleo de 1973 e 1979. Internamente, as ações representadas pela estratégia do presidente Ernesto Geisel e seu principal assessor, o

---

88 Segurança localiza imprensa comunista. *Diário de Pernambuco*, 10/4/1972. Segundo o jornal, foram recolhidos ao IPPS os seguintes membros do PCB: José Leite Filho, Luis Carlos Leite, Jonas Daniel, Anário Batista Carvalho, Maria José Aragão, Alberto Galeno, Raimundo Uchoa Diógenes, Benedito Marques Teixeira e José Castiliano de Souza. Estariam foragidos, mas com prisão preventiva decretada: Francisco Felipe Cardoso, Antônio Eurico de Queiroz, Vicente Pompeu da Silva e Moacir Ramos da Silva.

89 Segurança estoura aparelho que tinha atuação no Ceará. *Diário de Pernambuco*, 7/4/1973. Foram recolhidos ao IPPS, conforme o periódico: José Tarcísio Crisóstomo Prata, José Francisco dos Santos Rufino, Geraldo Majela Lins Guedes, José Auri Pinheiro e Vicente Walmick Vieira. Estavam foragidos, mas com prisão preventiva decretada Sérgio Miranda de Matos Brito, Marcos Costa Sampaio, Eloísio Pinheiro Peixoto, Gabriel Krachete Sobrinho, José Duarte e Edilson Pinheiro Peixoto.

90 Relatório do Serviço Nacional de Informações, datado de 4 de junho de 1974. Acervo da Associação 64-68.

91 Liberto no Ceará o último preso político. Folha de São Paulo, 09/09/1980.

ministro Golbery de Couto e Silva, sem esquecer as pressões e articulações das oposições, na quais estavam os presos políticos<sup>92</sup>. Um dos grandes marcos da *debacle* da ditadura foi a Campanha da Anistia.

Como afirma Carlos Fico<sup>93</sup>, não se deve confundir a Lei da Anistia, aprovada em 1979, com a Campanha da Anistia. Esta começou bem antes, na metade da década, com a mobilização inicial, sobretudo, de esposas e mães dos presos políticos. No ano de 1975, foi criado o Movimento Feminista pela Anistia (MFPA), em São Paulo, com a montagem, a seguir, de núcleos em diversas cidades do País.

Para concretizar sua causa, o MFPA passou a buscar apoio de parlamentares do MDB, setores da Igreja católica, do movimento estudantil, da Ordem dos Advogados do Brasil, etc. A partir de 1977, com manifestações estudantis em várias cidades Brasil afora, a mobilização pela Anistia ganhou corpo, com a formação de vários comitês regionais. No exterior, exilados brasileiros organizam entidades e ações em prol da Anistia, com a denúncia da violação de direitos humanos pelo governo brasileiro e em defesa da democracia<sup>94</sup>.

Destaque-se que havia vários entendimentos sobre o que era democracia e como deveria ser a transição democrática dentro da sociedade brasileira. Para os grupos liberais da OAB e grande imprensa, democracia era o “Estado de direito”, ou seja, o prevalecimento do “império da lei”, do equilíbrio entre os poderes do Estado, das liberdades civis (reunião, expressão e opinião) e da igualdade jurídica entre os indivíduos. Para os movimentos sociais de esquerda, além da democracia formal, deveria haver uma “democracia substantiva”, ou seja, a participação popular nas decisões do governo, a distribuição de renda, a reforma agrária, etc., ainda que não se rompesse com a ordem capitalista. E havia ainda grupos mais à esquerda, de tradição marxista, que defendiam a ideia de democracia de massas, baseada mais em

---

92 SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. Crise da ditadura militar e o processo de abertura política no Brasil, 1974-85. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (Org.). *O Brasil republicano*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, V 4, p. 247.

93 FICO, Carlos. Op. Cit., p. 96.

94 RODEGHERO, Carla Simone. A Anistia de 1979 e seus significados, ontem e hoje. In: AARÃO REIS, Daniel. RIDENTI, Marcelo. MOTTA, Rodrigo Patto Sá (Orgs.). *A ditadura que mudou o Brasil: 50 anos do golpe de 1964*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014, p. 179.

direitos sociais que efetivamente políticos<sup>95</sup>. Com os embates que se davam com a ditadura naquela segunda metade dos anos 1970, tais diferenças tenderam a ficar suspensas ante a grande frente que formou na sociedade em defesa do fim do regime. Empresários, liberais, movimentos sociais, militantes de esquerda, movimentos estudantis, etc. defendiam “a democracia”, por mais que apresentassem divergências quanto ao que esta significava exatamente. Esse frentismo durou até o começo dos anos 1980, quando ganhou força a questão operária, com a mobilização de trabalhadores e eclosão de várias greves no País, a exemplo daquelas do ABC paulista. “A entrada deste novo e vigoroso ator na luta pela democracia assustou os liberais e [militares], que aceleraram as articulações para uma saída negociada do regime”<sup>96</sup>.

Em 1978, foi criado no Rio de Janeiro o comitê Brasileiro pela Anistia (CBA), havendo núcleos em várias outras cidades brasileiras. Os CBAs exigiam, entre outras coisas, “o esclarecimento das mortes e desaparecimentos, a responsabilização dos agentes da repressão, a libertação dos presos e cassados, a rejeição à anistia recíproca e o fim da Lei de Segurança Nacional”<sup>97</sup>.

A 09 de setembro de 1978, foi realizado um grande encontro em Salvador dessas entidades, surgindo, então, o slogan que ficaria famoso: “Anistia ampla, geral e irrestrita”. A campanha teve tom generoso e esperançoso, ganhando espaço na imprensa e apoio de expressivos setores da sociedade. A música *O bêbado e a equilibrista*, de João Bosco e Aldir Blanc, na voz de Elis Regina, em disco lançada em 1979, tornou-se um verdadeiro hino da Anistia e de denúncia da ditadura<sup>98</sup>.

Na conjuntura da abertura política, sob o controle do regime e a agitação popular, a Anistia passou a fazer parte do conjunto das liberdades democráticas a serem reconquistadas, ou seja, fez parte da luta pela redemocratização<sup>99</sup>. Não obstante, existiam polêmicas e divergências dentro da Campanha da Anistia, principalmente no que dizia respeito à sua abrangência. Se todos apoiavam a anistia para os presos

---

95 NAPOLITANO, Marcos. *1964: história do regime militar*. São Paulo: Contexto, 2018, p. 248.

96 *Ibidem*.

97 RODEGHERO, Carla Simone. *Op. Cit.*, p. 179.

98 <https://jornalgggn.com.br/blog/joao/conheca-a-historia-de-o-bebado-e-a-equilibrista> consultado a 12/01/2018.

99 RODEGHERO, Carla Simone. *Op. Cit.*

políticos e exilados, setores admitiam o “esquecimento” para os “dois lados”, entenda-se, uma Anistia recíproca, que englobasse também os responsáveis pela repressão<sup>100</sup>.

Segmentos mais à esquerda repudiavam tal ideia, que acabou prevalecendo na proposta enviada ao Congresso Nacional, no fim de julho de 1979, já no governo do general João Figueiredo (1979-85). O processo paulatino de abertura da ditadura começou no governo anterior, do general Ernesto Geisel (1974-79), que tinha entre as maiores preocupações evitar revanchismos contra os militares, ou seja, se o poder fosse devolvido aos civis, não se deveria permitir a punição dos militares envolvidos nas violações de direitos humanos.

Dentro desta estratégia, no fim da gestão de Geisel foi pensado o projeto de Anistia enviado ao Congresso no início do governo Figueiredo. Pela proposta, eram perdoados não somente os presos políticos, mas os militares e civis que haviam feito a repressão. Carlos Fico entende que a Anistia, realizada naqueles moldes, se tornou a principal cláusula de transição para a democracia, um processo pactuado, de conciliação, entre militares, grupos economicamente dominantes e setores civis, em geral conservadores, de situação e oposição<sup>101</sup>.

Dessa forma, a Lei nº 6683, a chamada Lei de Anistia, aprovada a 22 de agosto de 1979 por estreita margem de votos (206 votos a favor e 201 contrários), estabelecia o “esquecimento” para os crimes políticos e conexos. Esta expressão foi interpretada como uma referência aos casos de tortura e demais atos arbitrários praticados pelos agentes da ditadura, abrindo, pois, brecha para a impunibilidade dos militares, o que de fato aconteceu<sup>102</sup>, sendo ainda hoje alvo de embates e controvérsias<sup>103</sup>. O retorno para a democracia aconteceu sem que o Estado reconhecesse seus crimes de tortura e assassinato por motivação política,

---

100 FICO, Carlos. Op. Cit., p. 97.

101 Ibidem.

102 TELES, Janaína de Almeida. *Memórias dos cárceres da ditadura: os testemunhos e as lutas dos presos políticos do Brasil*. 2011, 519 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade de São Paulo, 2011, p. 441. Vide FICO, Carlos. *A negociação parlamentar da anistia de 1979 e o chamado perdão aos torturadores*. Revista Anistia Política e Justiça de Transição, Brasília, Ministério da Justiça, n.4, pp.318-333, jul./dez. 2010.

103 Em 2010, o Supremo Tribunal Federal vetou a revisão da Lei da Anistia por sete votos a dois <http://www.stf.jus.br/portal/cms/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=125515> . Consultado a 12/01/2018.

sem punir os responsáveis, sem dizer qual o destino dos mortos/desaparecidos políticos e nem realizar indenização e reparação moral para as vítimas do arbítrio.

A questão da “anistia recíproca” gerou muita polêmica dentro do movimento da Anistia, sendo repudiada pelos CBAs<sup>104</sup>. Por não tolerar o perdão para seus adversários de esquerda tidos como mais radicais e desviar o foco da questão do perdão aos torturadores, o governo militar deixou de fora da Lei da Anistia os condenados por “terrorismo, assaltos, sequestros e atentados pessoais”.

Entende-se, dessa forma, como tal aspecto repercutiu entre os militantes de esquerda armada encarcerados. Estes, então, passaram a se mobilizar intensamente, com várias greves de fome e denúncias da ditadura Brasil afora, pedindo a inclusão de seus casos na Lei de Anistia.

Para garantir a “transição conciliatória” para um governo civil e democrático, e evitar a Anistia aos que tivessem cometido “crimes de sangue” e pegado em armas, o governo Geisel alterou, em 1978, a Lei de Segurança Nacional (LSN). Com a Lei 6620, de 13 de dezembro de 1978, a ditadura reconheceu oficialmente a existência de presos políticos no País, separando os crimes “atentatórios à segurança nacional” (assaltos, sequestros, etc.) das ações praticadas por criminosos comuns (para negar a existência de presos políticos, a LSN de 1969 os havia equiparado) e extinguiu as penas de morte e de prisão perpétua e reduziu as dos crimes de “guerra revolucionária”<sup>105</sup>.

Com isso, vários dos ativistas de esquerda puderam deixar os cárceres nos meses seguintes, visto que com a redução das penas, já haviam cumprido o tempo de prisão ou porque puderam requerer a liberdade condicional. Se a alteração da Lei de Segurança Nacional, abrindo as celas dos presídios para dezenas de presos políticos foi uma conquista, a exclusão posterior dos “terroristas” da Lei da Anistia trouxe implicações negativas. Enfatize-se que não foram anistiados. Isso tem uma série de consequências legais e práticas. Os militantes da esquerda armada não saíram da prisão num único momento, como os anistiados, pois dependiam do tempo de prisão que ainda tinham a

---

104 RODEGHERO, Carla Simone. Op. Cit., p.180.

105 FARIA, Catia. *Revolucionários, bandidos e marginais*: presos políticos e comuns sob a Ditadura Militar. 2005, 134 f. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2005, p. 31.

cumprir. Foram sendo libertados, ao longo dos meses, com recursos jurídicos à Justiça Militar, a exemplo de revisões de pena e indultos. Alguns deles só deixaram os presídios depois da Lei da Anistia, de 1979, numa angústia e demora desesperadoras.

Os que obtiveram a liberdade condicional tiveram que conviver por anos com uma série de limites, como o de se apresentar ao juízo periodicamente, não poder viajar sem comunicar à Justiça, etc. Os ativistas da guerrilha saíam da prisão, porém, não eram mais réus primários, o que virou óbice na hora de obter um emprego, por exemplo, visto o preconceito que existe contra ex-presidiários.

Ser libertado por ter cumprido a pena, por indulto ou em liberdade condicional é muito diferente de ser anistiado. Em todos esses casos, o preso deixa a cadeia, entretanto, o anistiado é o único que sai com ficha limpa. A palavra anistia significa esquecimento, assim, é como se o anistiado nunca tivesse sido sentenciado num julgamento ou cumprido pena. Caso ele venha a ser processado por qualquer outro motivo, é considerado réu primário e tem direito a todos os benefícios que esse *status* lhe confere. Em todos os outros casos, se ele precisar de um nada consta – documento jurídico que informa a ausência de condenações, prisões e/ou passagens pela polícia –, não o obterá, pois há registro de sua passagem pelo sistema penitenciário<sup>106</sup>.

No Ceará, o Movimento Feminino Pela Anistia (MFPA) foi criado em março de 1976, o terceiro do Brasil, reunindo, igual a seus congêneres, mulheres, sobremaneira mães, esposas, filhas, de presos e exilados políticos. Teve como presidenta entre 1976-79, Nildes Alencar, pedagoga com uma história de vida ligada à Igreja Católica. Era irmã do cearense Frei Tito, que cometera suicídio na França em 1974, em decorrência direta das sequelas psíquicas deixadas pelas torturas sofridas no Brasil.

Conforme Ana Rita Fonteles<sup>107</sup>, a criação do MFPA-CE ligou-se à proximidade e solidariedade surgidas entre os familiares dos presos políticos encarcerados no IPPS, ratificando o que demonstramos no capítulo 3 desta tese. A entidade buscava discutir e realizar ações

---

106 Ibidem, p. 35.

107 DUARTE, Ana Rita Fonteles. *Memórias em disputa e jogos de gênero: o Movimento Feminino pela Anistia no Ceará (1976-1979)*. 2009, 232f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2009.

de intervenção e defesa dos encarcerados pela ditadura na intenção de libertá-los. Com o tempo, o Movimento começou a atrair outras mulheres engajadas na defesa da redemocratização do País.

Do mesmo modo que entre os presos políticos do IPPS, havia influências do PCdoB dentro do MFPA-CE, ainda que a liderança do grupo defendesse uma atuação “despolitizada e apartidária”<sup>108</sup>. Entre as ações do MFPA para divulgar a situação dos presos políticos, houve manifestos à direção do IPPS e à justiça Militar, ampliação das visitas aos ativistas encarcerados, panfletagens em vias públicas, vigílias em igrejas quando das greves de fome dos militantes, celebrações em datas comemorativas, etc.<sup>109</sup>. O aumento do número de visitantes ao IPPS, os eventos e a atenção dada aos presos políticos foram capitalizados como forma de romper o isolamento no qual os ativistas da esquerda armada se achavam desde o começo da década de 70.

O fato de o MFPA se encontrar engajado na luta da Anistia, promovendo várias ações, trouxe novamente à baila entre os presos políticos se as opiniões daquelas mulheres, várias delas sem nenhum vínculo familiar com eles, deveriam ser levadas em conta nas decisões do coletivo. Houve restrições, do mesmo modo que aconteceram óbices por parte de alguns ativistas quanto ao papel das esposas, filhas, irmãs, etc. nas decisões do coletivo.

A argumentação era a mesma, de caráter político e ideológico, e, porque não, de certo machismo. Os ativistas, que se consideravam a vanguarda, iriam permitir que um grupo alheio, de mulheres, lhes dissesse ou opinasse, pelo menos, no que fazer? Além disso, como havia ligações do MPLA com o PCdoB, os encarcerados, em especial os que haviam aberto mão da luta armada ou se ligavam a outras organizações, realizaram restrições.

Conforme Mário Albuquerque, os debates entre os presos políticos foram intensos, mas, por fim, a maioria concordou, prevalecendo a nova orientação das esquerdas no Brasil, de franquear o diálogo com outros grupos sociais (mulheres, homossexuais, negros, indígenas, etc.) e buscar romper o isolamento em que haviam mergulhado desde a luta armada<sup>110</sup>.

---

108 Ibidem.

109 Ibidem, p. 155.

110 ARAÚJO, Maria Paula Nascimento. Lutas democráticas contra a ditadura. In: FERREIRA, Jorge. AARÃO REIS, Daniel (Orgs.). *Revolução e democracia (1964–...)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

Em março de 1979 foi estabelecida a secção local do Comitê Brasileiro pela Anistia<sup>111</sup>, contando com muitas das mulheres do MFPA. Com posições mais à esquerda, o CBA-CE somou forças com o Movimento Feminino e buscou igualmente mobilizar setores da sociedade em apoio à libertação dos presos políticos. Atos do CBA, como o ocorrido a 18 de abril de 1979 (considerado o Dia Nacional da Anistia), na Praça do Ferreira, no centro de Fortaleza, chegaram a ser reprimidos pela polícia<sup>112</sup>. Como diz André Pinheiro de Souza, “uma das ações utilizadas pelo MFPA-CE e pelo CBA-CE foram visitas aos presídios, para fiscalizar as condições de saúde, alimentação, alojamento e o cumprimento do isolamento dos presos políticos dos outros detentos, e o cumprimento dos alvarás de soltura”<sup>113</sup>. O primeiro presidente do CBA-CE foi o professor Francisco Horácio Frota, havendo dentro da organização várias tendências políticas, como PCdoB, PCB, trotskistas, MDB e outros, o que provocava disputas por espaços e influências<sup>114</sup>.

De qualquer forma, evidencia-se um momento distinto para as esquerdas em relação ao período anterior, da guerrilha, como bem diz a historiadora Maria Paula Nascimento Araújo<sup>115</sup>. Enquanto o final da década de 1960 e começo da seguinte foram marcados pela defesa do enfrentamento armado, negação de aliança com outros setores da oposição e isolamento em relação à sociedade, a segunda metade dos anos 1970 pautou-se por uma conjuntura de resistência e de luta pelas liberdades democráticas em aliança com outros segmentos sociais.

Era, de certa forma, uma resposta das esquerdas brasileiras ao isolamento e derrota política e militar da experiência armada. Apesar de não ter saído como as esquerdas desejavam, a Anistia acabou sendo uma vitória das forças de oposição, afora uma importante conquista democrática<sup>116</sup>. Foi um momento de unificação das esquerdas e congraçamento com a sociedade civil, como luta política triunfante contra a ditadura<sup>117</sup>.

---

111 SOUZA, André Pinheiro de. *Do Movimento Feminino pela Anistia (MFPA-CE) ao Comitê Brasileiro pela Anistia (CBA-CE): as motivações e os caminhos percorridos pela anistia política no Ceará (1975 a 1980)*. 2012, 165 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2012.

112 *Ibidem*, p. 64.

113 *Ibidem*, p. 76.

114 *Ibidem*, p. 74.

115 ARAÚJO, Maria Paula Nascimento. *Ob. Cit.*, p. 324.

116 *Ibidem*, p. 346.

117 *Ibidem*, p. 344.

#### 4.4 OS EMBALOS DE SÁBADO À TARDE

Como diz boa parte da historiografia, os agrupamentos armados que atuaram no Brasil apresentavam um projeto de conquista do poder institucional, com a derrubada da ordem social e implantação de um governo popular de inspiração socialista<sup>118</sup>. No entender de Maria Paula Nascimento Araújo<sup>119</sup>, existia entre a jovem geração de militantes da década de 1960, não só no Brasil, mas também na Europa e nos Estados Unidos, uma crítica e desconfiança em relação à democracia representativa, vista muitas vezes como sinônimo de acordos e negociações ou uma farsa burguesa. Para muitos dos agrupamentos, democracia era sinônimo de democracia liberal burguesa, distante da democracia proletária, a qual almejavam e que só poderia ser alcançada pela revolução<sup>120</sup>.

No começo dos anos 1970, quando era por demais evidente a derrota do projeto guerrilheiro, alguns militantes e organizações iniciaram um processo de autocrítica. Houve, não obstante, por parte de muitos dos ativistas, uma reação contrária ao debate, visto como “fraqueza, desbunde, derrotismo”. Romper com a luta armada seria se vender ao “reformismo” e à conciliação pregados pelo Partido Comunista Brasileiro, organização com a qual muitos daqueles militantes tinham rompido e faziam críticas, pois o PCB não endossou a estratégia armada. Seria trair a revolução e o socialismo e se reaproximar do PCB<sup>121</sup>.

Uma crítica mais embasada à luta armada passou a ser realizada, sobremaneira, pelos exilados brasileiros no Chile (até o golpe dado por Pinochet, em 1973) e na Europa, notadamente em Paris. Do exterior começaram a chegar textos com críticas à opção pelas guerrilhas, enfatizando a necessidade de se defender a luta democrática em acordos e frentes políticas com outros setores da sociedade<sup>122</sup>. Entre 1974 e 1975

---

118 AARÃO REIS, Daniel. *A revolução faltou ao encontro*. São Paulo: Brasiliense, 1990. ROLLEMBERG, Denise. Esquerdas revolucionárias e luta armada. In: FERREIRA, Jorge, e DELGADO, Lucília de Almeida Neves. *O Brasil Republicano*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, volume IV, 2003. FICO, Carlos. *Além do golpe*. Rio de Janeiro: Record, 2004.

119 ARAÚJO, Maria Paula Nascimento. Ob. Cit., p. 328.

120 Ibidem, p. 329.

121 Ibidem, p. 330.

122 Ibidem, p. 330 e seguintes.

esses textos e/ou ideias passaram a circular no Brasil, não raro, num debate estimulado por vários órgãos do que foi chamado imprensa alternativa, causando grande impacto entre a militância. Tais jornais igualmente chegaram aos militantes que estavam encarcerados, trazidos por familiares, advogados, ativistas da Anistia, isso no contexto de abrandamento da censura durante o governo Geisel.

Você não lembra que quando o [José] Leite [ligado ao PCB] soube que eu visitava o IPPS, pediu-me pra levar jornais que ele coletava, a fim de fazer chegar até [os presos políticos] tudo o que rolava no mundo político? E assim fiquei responsável (oficial, viu?) pelo transporte de parte da comunicação que chegava ao “internato” [IPPS]: diversos jornais da grande imprensa nacional e imprensa alternativa que ele durante toda a semana juntava e me entregava lá na Faculdade de Direito, onde [José Leite] tinha uma banca de livros<sup>123</sup>.

Relembrando os sábados emocionantes que visitávamos os companheiros presos, a cada visita, mais um familiar ou um colega de trabalho. Cada grupo de visitantes levava um prato, que junto com os dos companheiros presos, tinham sabores especiais: companheirismo, solidariedade e, apesar de tudo, alegria. Nas visitas levávamos inicialmente, o jornal *Movimento*, posteriormente, o *Mutirão*, que proporcionava muitas discussões. Também levamos o jornal *Em Tempo* e também o *Brasil Mulher*<sup>124</sup>.

Acreditamos que os impressos, importante no contato com o “mundo de fora dos muros”, não serviam apenas para deleite ou pasatempo dos presos, mas para a reflexão política acerca da guerrilha. As visitas, ao trazerem jornais e revistas, possibilitavam o contato dos militantes da luta armada encarcerados com as novas ideias que circulavam entre as esquerdas naquela segunda metade dos anos 1970. Tais ideias levaram a acirrados debates internos, ensejando mudanças e novas perspectivas de projetos políticos.

(...) Tinha uma revista muito boa chamada *Visão*, essa revista foi extinta. Lembra dessa revista? Era uma revista nacional, muito boa. Essa [revista] *Visão* me influenciou

---

123 Conversa com Niedja Miranda de Albuquerque, pelo grupo “Memorial IPPS” do aplicativo de comunicação WhatsApp, a 22 de abril de 2017.

124 Conversa com Angélica Judiel, ex-militante do Movimento Feminino Pela Anistia (MFPA), pelo grupo “Memorial IPPS” do aplicativo de comunicação WhatsApp, a 22 de abril de 2017.

muito. Ela trazia uns textos lá muito bons, que mostravam que dentro do próprio regime havia divergências e como o retorno da democracia faria bem para a sociedade<sup>125</sup>.

Nas reconstruções de memórias, tendo um dos propulsores a campanha vitoriosa pela Anistia no final da década de 1970 e a campanha das Diretas Já no começo da década seguinte, houve um deslocamento do sentido do porquê da luta armada, o que implicou em mudar também as identidades dos militantes de esquerda. Por um lado, segmentos da sociedade que articularam a transição pactuada do fim da ditadura tiveram de encontrar uma forma palatável, por vezes, romantizada, de tratar as ações armadas das esquerdas, com militantes passando a serem vistos como jovens ingênuos que abraçaram a opção pela guerrilha<sup>126</sup>.

Essa memória pode ser muito bem vista em livros escritos no período, como *O que é isso, companheiro* e *1968, o ano que não terminou*<sup>127</sup>. Por outro lado, para amplos segmentos das esquerdas, como diz Daniel Aarão, os agrupamentos guerrilheiros começaram a ser apresentados como integrantes da resistência democrática, apagando-se a perspectiva ofensiva, revolucionária, de tomada do poder institucional e o pouco apreço que tinham pela democracia dita liberal<sup>128</sup>.

---

125 Entrevista com o ex-militante do PCBR, Mário Albuquerque, a 14 de abril de 2016.

126 FICO, Carlos. Brasil: a transição inconclusa. In: \_\_\_\_\_; ARAUJO, Maria Celine; GRIN, Mônica (Orgs.). *Violência na história: memória, trauma e reparação*. Rio de Janeiro: Ponteio, 2012, p. 27.

127 GABEIRA, Fernando. *O que é isso, companheiro?*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. VENTURA, Zuenir. *1968 – o ano que não terminou*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1988.

128 AARÃO REIS, Daniel. *Ditadura militar, esquerdas e sociedades*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000, p. 70. Ressalte-se que há na historiografia um debate entre intérpretes acerca da atuação da esquerda armada durante a ditadura. Enquanto Daniel Aarão Reis entende que os militantes não fizeram a resistência ao regime, lutando, sim, por um projeto ofensivo de conquista do poder institucional, que, ao final, não se deu, Marcelo Ridenti defende que as ações guerrilheiras foram de resistência também. A luta não teria sido uma estratégia somente de revolução, mas de resistência, como parte mesmo do projeto de construção da sociedade socialista. Se a luta não era democrática e se tinha objetivos ofensivistas, isso não desmerece o aspecto da resistência da esquerda, visto que outros setores da oposição, como os que aceitavam a ação parlamentar (Movimento Democrático Brasileiro), igualmente apresentavam projetos políticos próprios e faziam o contraponto à ditadura. Ou seja, no que pese divergências e objetivos particulares, os atores do campo opositor apresentavam um

Esse deslocamento de sentidos e identidades, contudo, não foi feito sem resistências dentro das prisões. Tal constatação fica clara quando se percebe a intensidade dos debates travados entre os presos políticos do IPPS. Houve oposição, inicialmente, de ativistas em abraçar e defender a Anistia e a causa pela redemocratização do Brasil. Existiram dificuldades, por parte de alguns militantes, de abandonarem a identidade de presos políticos, encarcerados por uma ditadura porque pegaram em armas em nome de um projeto revolucionário, para se verem e serem vistos como integrantes da resistência democrática, ainda que isso implicasse numa saída mais rápida da prisão. Aqui é preciso certa prudência para melhor entender o porquê da resistência, a fim de tentar evitar anacronismos ou julgamentos morais.

O isolamento social, o confinamento dentro do presídio, provocando certo “congelamento” de posicionamentos políticos entre alguns dos ativistas, não pode ser descartado para entender aquelas resistências. Não foi, porém, apenas uma postura inercial, política, de rejeição à “democracia burguesa”. Houve também questões identitárias, de princípios e de consciência, bem pessoais. Aqueles ativistas, em nome de seu projeto revolucionário, pagaram um alto preço político e pessoal pela experiência armada. Não era confortável relevar o que passaram e os seus sonhos. Ora, aceitar o restabelecimento da democracia e manutenção da ordem social, quando se havia pegado em armas para derrubar o capitalismo? Aceitar que a “verdade” estivera com o PCB e seu “reformismo pacifista”, partido de vínculos com a burocratizada União Soviética? Aquilo tudo era muito doloroso, constrangedor.

Os militantes da luta armada eram, em geral, jovens, e em nome de uma causa e com coragem, se lançaram na guerrilha. Os que não foram mortos pela repressão, acabaram derrotados, humilhados, barbaramente torturados e condenados à cadeia. Mesmo os que cumpriram penas curtas, tiveram suas trajetórias pessoais e familiares marcadas pelos cárceres – casamentos que não resistiram, dificuldades financeiras, carreiras profissionais prejudicadas, filhos traumatizados. Outros

---

objetivo comum: acabar com a ditadura. “Pode se usar apropriadamente o termo resistência para essas esquerdas, pois sua luta importou mais pelo significado de combate à ditadura do que pelo intento de ofensiva revolucionária, mais pelo sentido defensivo, que ofensivo, ao contrário da intenção original dos agentes” In: RIDENTI, Marcelo. Resistência e mitificação da resistência armada contra a ditadura. In: REIS FILHO, Daniel A. RIDENTI, Marcelo e SÁ, Rodrigo Patto. (Orgs). *O golpe e a ditadura militar*. 40 anos depois (1964-2994). Bauru, SP. EDUSC, 2004, p. 57.

cumpriram penas longas, perderam os “louros anos da juventude” atrás das grades. Então, aqueles debates sobre Anistia e democracia iam além de posicionamentos políticos, de ter ou não posturas radicais e sectárias.



*Imagem 3: reprodução do álbum familiar de Nadja Albuquerque, enviada via Whatsapp, com foto de seu irmão Mário Albuquerque, na porta de sua cela no IPPS. Fotografia datada de maio de 1979. A leitura de jornais, fossem da grande imprensa ou da imprensa alternativa, afora atualizar os militantes presos acerca dos debates políticos, possibilitou intensas discussões sobre a Anistia e a redemocratização do País.*

Não eram meras mudanças de opinião ou de revisão de posições. Houve um doloroso custo de vida empregado numa causa que não lograra êxito. Lutaram, sofreram tanto, para, no fim, se convencerem de que estavam errados e o melhor era deixar tudo para trás? Convenhamos, descartar trajetórias e experiências de vida assim não é algo tão fácil e simples. Descartar sonhos e ideais é angustiante. Daí a resistência e oposição, a princípio e mesmo durante o apogeu da Campanha da Anistia, de muitos dos antigos militantes da esquerda armada.

Na época eu fui contra a Anistia. Eu achava que a luta devia continuar. A luta armada devia continuar, tudo devia continuar. Eu não participei da Campanha da Anistia. Inclusive, hoje, eu vejo como um erro. Nem eu nem minha mulher participamos. Não, eu não participei, muita gente não participou. Muita gente [da Campanha da Anistia] tava desbundada, tinha desistido da luta<sup>129</sup>.

---

129 Entrevista com o ex-militante da ALN e PCBR, José Machado, a 4 de agosto de 2016.

Tão delicadas essas questões que falar de Anistia e democracia em meados dos anos 1970 era um “tabu” entre os presos políticos. Soava como traição aos ideais, lutas e sacrifícios daqueles que estavam ali detidos por terem defendido a revolução armada. A repreensão e a censura por parte dos companheiros que persistiam acreditando na revolução contra os que aceitavam o debate sobre a redemocratização comumente aconteciam.

Uma vez os presos comuns nos convidaram para uma fuga, isso na frente dos carcereiros. Os caras falaram uma coisa dessas na frente dos carcereiros? Eu, pra despistar, disse “rapaz, a gente não vai fugir, não. A Anistia pode acontecer e a gente vai sair numa boa daqui”. Isso deu a maior repercussão entre os companheiros. Ainda tinha gente sonhando em ir pra o Araguaia, tínhamos serrado as grades das celas... Eu fiquei no canto da parede. Meus companheiros vieram me perguntar com eu tinha falado uma coisa daquelas. Aí eu expliquei que era para despistar, porque o preso tinha falado na frente dos vigilantes. Aí eles [os demais presos políticos] amainaram. Dias depois, numa reunião do coletivo, eles me deram espaço para me explicar. Aí eu disse, que se os parlamentares do MDB continuarem coerentes, a Anistia pode acontecer, sim, e que as organizações de esquerda podem apoiar. Quando eu disse isso, soou como uma afronta. O Gondim [Neto, ligado então ao PCdoB] levantou e se exaltou e tal. Foi um negócio. Aí depois, o [José] Duarte, histórico militante, veio me falar e disse: “Fabiani, você está certo. O remédio histórico para essas situações é a Anistia. Essa é uma posição minha, posição pessoal, não de meu partido [PCdoB]”<sup>130</sup>.

Quando eu já estava em Itamaracá [prisão política de Pernambuco], eu tinha feito um documento sobre redemocratização... Essa palavra, na época [1974/1975] já estava sendo jogada. Redemocratização. Eu fiz uns documentos para debate, a importância da redemocratização no Brasil. Isso era uma palavra feia, um palavrão para setores da esquerda. Muitos continuavam pregando a luta armada, a revolução<sup>131</sup>.

Não obstante, o ideário da Anistia e redemocratização acabou por prevalecer. Com as leituras dos jornais alternativos e contato com

---

130 Entrevista com o ex-militante da ALN, Fabiani Cunha, a 28 de março de 2017.

131 Entrevista com o ex-militante do PCBR, Mário Albuquerque, a 14 de abril de 2016.

as novas perspectivas das esquerdas, com os debates e reflexões feitos no próprio presídio – reflexões, não custa lembrar, que já remontavam ao começo da década de 1970 –, com certa pressão dos familiares (que queriam os seus fora dos cárceres) e das mulheres do MFPA (e depois dos militantes do CBA) e o envolvimento de vários setores da sociedade, afora o pragmático, mas compreensível, desejo de sair da prisão, os ativistas da esquerda armada foram mudando de posição. A unidade das esquerdas, ou de boa parte dela, pelo menos, se fez igualmente dentro dos presídios.

Então nós começamos a unificar os companheiros, conseguimos unir todo mundo, por melhoria de vida e pela Anistia também. Até aquele outro coletivo dos presos que não tinham apoiado a greve de fome [de 1974] foi unificado. Unificamos, num processo interno. A direção [do presídio] não botou obstáculo, porque ele talvez tenha percebido que era mais fácil negociar com um só [coletivo] do que com dois ao mesmo tempo. E aí foi muito bom. Foi uma explosão de abertura, de mudanças de paradigmas, de conquistas, de luta<sup>132</sup>.

No processo de engajamento pela Anistia e construção da memória de uma resistência democrática, militantes se empolgaram, tocados pelo apoio e repercussão que a campanha pela redemocratização teve junto à sociedade. Em vez de serem tidos como “terroristas”, agora eram vistos como homens que corajosamente haviam pegado em armas para lutar contra a opressão e pela democracia.

Como lembra Carlos Fico, passou a haver uma paulatina heroição dos que sofreram a repressão, especialmente dos que tinham participado da luta armada, com vários militantes assumindo a memória romantizada que então se construía sobre eles<sup>133</sup>. Se haviam perdido a causa política da luta armada, que, pelo menos, tivessem o reconhecimento da luta pela democracia. “Aqueles mais entusiastas achavam que iam sair de lá nos braços do povo, né? Os mais ilusórios... Até pouco tempo antes de sair da cadeia, eles pensavam que ia ser assim”, relatou Célio Miranda<sup>134</sup>.

Com o coletivo se unindo e abraçando os ideários da Anistia e redemocratização, os presos políticos começaram igualmente a desen-

---

132 Entrevista com o ex-militante do PCBR, Mário Albuquerque, a 14 de abril de 2016.

133 FICO, Carlos. Op, Cit., p. 29.

134 Entrevista com o ex-militante do PCBR, Célio Miranda, a 8 de julho de 2016.

volver outras práticas, ensejando modificações nas relações com a direção do presídio. Não que o jogo e as negociações tenham deixado de existir, mas os militantes de esquerda passaram a apresentar cada vez mais um papel ativo, de embate com o regime, o que tornou por vezes tensas as relações com o corpo diretivo.

A intenção dos ativistas era aproveitar as brechas possibilitadas pela abertura do governo Geisel para criar fatos que desgastassem a ditadura, que apressassem a redemocratização, que estimulassem a unidade das esquerdas com o resto da sociedade e rompessem o seu isolamento político e físico (estavam em um presídio afastado de Fortaleza, não custa lembrar). Houve um grande esforço por parte dos militantes de escapar ao isolamento em que estavam mergulhados desde o começo da década de 70. As práticas pelas quais visaram a atingir tais objetivos foram variadas.

Nesse sentido, a aproximação com o MFPA foi marcante, dialogando e, por vezes, acatando as manifestações e ações das mulheres do movimento, ratificando o rumo adotado antes, quando aceitaram dar espaços às mães, irmãs e esposas nas discussões do coletivo, conforme vimos no capítulo anterior. Confirma-se, assim, o pensamento de Ana Maria Paula, sobre como as esquerdas no final dos anos 1970 passaram a dialogar com grupos e movimentos aos quais até então davam pouco espaço, como mulheres, negros, gays, indígenas<sup>135</sup>.

Uma das iniciativas do MFPA foi intensificar as atividades das visitas ao IPPS e aumentar o número de visitantes nos sábados à tarde. A realização de jogos de futebol entre encarcerados e visitantes (imagem 4), a promoção de exposições de artesanato, de almoços e jantares, de colocar músicas, etc. transformaram as visitas no final dos anos 1970 num momento de congraçamento dos internos e o além muro, chamando a atenção da sociedade para a problemática dos presos políticos.

---

135 ARAUJO, Maria Paula Nascimento. *A utopia fragmentada: as novas esquerdas no Brasil e no mundo na década de 1970*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000.



*Imagem 4: para estimular a ida de visitas ao IPPS, os familiares e os militantes do MFPA articularam várias ações. Uma delas foi a realização de um jogo de futebol entre presos políticos e visitantes. Na foto acima, a esquipe de visitantes pausa para enfrentar a equipe dos encarcerados. Foto possivelmente de 1978, cedida pelo ex-presos político Osawald Barroso.*

Se para alguns dos ativistas presos aquilo era desnecessário, a ideia de buscar romper o isolamento teve sucesso, dentro do possível. O MFPA organizou caravanas de pessoas, muitas delas sem nenhum vínculo político ou de parentesco com os presos, para visitar o IPPS. Outros dos visitantes eram pessoas ligadas a organizações políticas que se rearticulavam naquele fim de década (PCB, PCdoB, MR-8, etc.), inserindo os encarcerados ainda mais nos novos debates que movimentavam as esquerdas e na campanha pela Anistia e redemocratização do País.

O MFPA conseguiu levar muita gente que não fazia parte do movimento. Contagiou a todos, tornando mais livre e leve essas visitas. Os presos políticos passaram a ter visibilidade para a sociedade. A imagem dessa situação ficou evidente e visível para as pessoas desvendando o véu do proibido da clausura. (...) Eram visitas de troca de ideias também na sua maioria. Trouxeram vida e alegria pra todos eles. Todos saíram ganhando. Desmistificou a figura do preso político, entende? Rolava muita admiração, respeito e carinho. Revitalizou tudo aquilo<sup>136</sup>.

---

136 Conversa com Nadja Miranda de Albuquerque, pelo grupo “Memorial IPPS” do

Não que fosse uma festa, mas nas horas das visitas havia algumas coisas, porque nossas visitas eram politizadas. Numa das visitas, foi o poeta popular do Cariri, Patativa do Assaré, que foi até o Wilson, meu irmão, que o levou. Wilson era muito amigo dele. Uma vez um menino levou uma banda de forró lá e ficou cantando e tal. Havia o local que as famílias chegavam, com uma mesa grande e a gente trazia umas coisas pra o almoço com todo mundo<sup>137</sup>.

Com o incremento da Campanha da Anistia, a produção artesanal e artística não escapou à mobilização dos presos para obter, enfim, a saída dos cárceres. Conforme as reconstruções da memória que então ocorria entre as esquerdas, o engajamento não era mais pela revolução armada, mas, sim, em defesa das liberdades democráticas do País. Não foi à toa que a maioria absoluta das peças de artesanatos aos quais tivemos acesso teve esse tema como foco. Uma produção tão intensa a ponto de os órgãos de repressão terem mandando secretamente um agente ao IPPS averiguar o que se passava no presídio, como visto no capítulo 2. As famílias e o MFPA foram importantes na divulgação desse artesanato engajado na Anistia.

A gente acabou se engajando na Campanha da Anistia, mas com cuidado com as famílias e as mulheres. O primeiro artesanato que fizemos para isso foi um medalhão, com um “a” com a boca aberta. Um “a” bem grande, só um “a”. Então distribuimos esse medalhão com as famílias, com a seguinte recomendação: se a repressão perguntar, vocês dizem que é “a” de amor [risos]. Mas para os amigos vocês dizem que isso aqui é o “a” da Anistia<sup>138</sup>.

A troca de artesanatos entre os presos de vários presídios do País – repassado às visitas e enviados pelos Correios – estabelecia e fortalecia os laços entre os ativistas Brasil afora. Tais laços seriam de grande valia quando os encarcerados organizaram greves de fome nacionais, no caso, as de maio de 1978<sup>139</sup>, em solidariedade aos presos do presídio pernambucano de Itamaracá, e de agosto de 1979<sup>140</sup>, contra a exclusão dos militantes da esquerda armada do projeto de Anistia do governo.

---

aplicativo de comunicação WhatsApp, a 22 de abril de 2017.

137 Entrevista com o ex-militante da ALN, Wiliam Montenegro, a 24 de setembro de 2016.

138 Entrevista com o ex-militante da ALN, Fabiani Cunha, a 28 de março de 2017.

139 Presos políticos cearenses solidários aos de Itamaracá, Diário de Pernambuco, 305/1978.

140 Presos políticos do IPPS em greve a partir de 2ª. O Povo, 0408/1979.

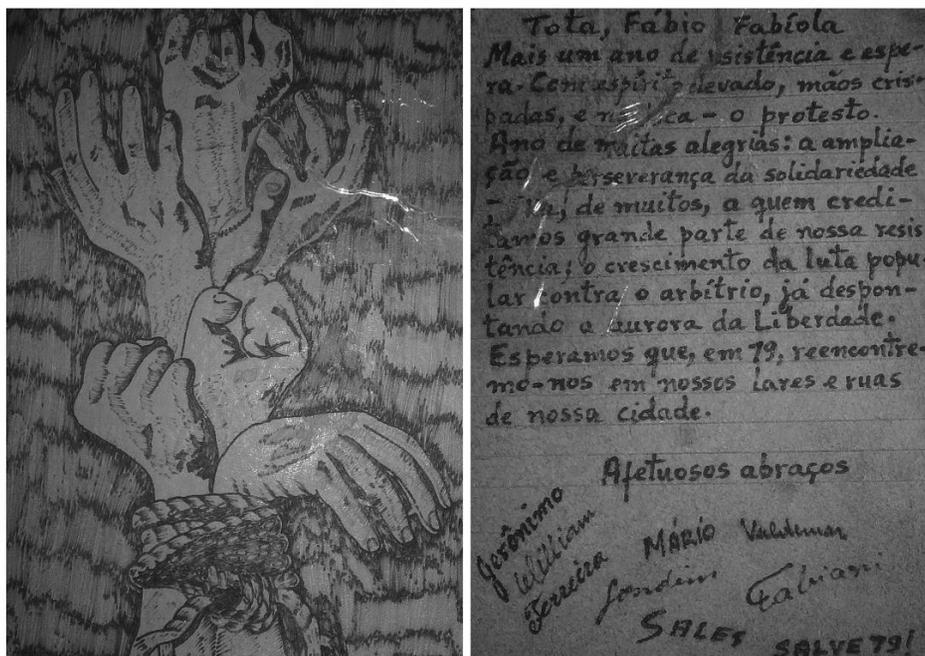


Imagem 5: “Tota, Fábio e Fabíola – mais um ano de resistência e espera. Com espírito elevado, mãos crispadas, e na boca – o protesto. Ano de muitas alegrias: a ampliação e a perseverança da solidariedade [ilegível] de muitos, a quem creditamos boa parte de nossa resistência; o crescimento da luta popular contra o arbítrio, já despontando a aurora da liberdade. Esperamos que em 79, reencontremo-nos em nossos lares e ruas de nossa cidade. Afetuosos abraços. Gerônimo, William, Ferreira, Mário, Waldemar, Gondim, Fabiani, Sales. Salve 79!”

O artesanato também servia para prestigiar, homenagear e agradecer as pessoas que estavam se mobilizando pela Anistia, uma forma de dar igualmente visibilidade e atrair novos apoios. Um exemplo do que se fala pode ser visto na imagem 5, uma espécie de cartão de feliz ano novo para Josenilde Cunha, esposa de Fabiani Cunha, que se destacou na Campanha da Anistia. Na frente do cartão, mãos se erguendo, punhos cerrados de lutas, uma mão denotando cansaço, mas todas de braços amarrados. O significado é por demais óbvio: os presos políticos, o desejo de liberdade, a luta que estão desenvolvendo pela liberdade, o desalento pelas dificuldades. O texto do cartão segue o mesmo rumo, entre votos de feliz 1979.

Os ativistas procuraram também espaços na imprensa, fosse a tradicional ou a alternativa. Mário Albuquerque, em cuja cela havia uma máquina de escrever na qual eram comumente redigidos os manifestos dos presos, notabilizou-se por produzir artigos de opinião para jornais e revistas. Sob pseudônimos, publicou cartas sobre as precárias condições de vida dos presos políticos nos jornais *O Povo* e *Folha de São Paulo*. Na pesquisa, como o entrevistado não lembrava o pseudônimo, não foi possível localizar esses textos. Encontramos, porém, no jornal alternativo carioca *Movimento*, edição 216, de agosto de 1979, carta de Mário Miranda de Albuquerque questionando sobre como a mudança da Lei de Segurança não beneficiou a todos os presos políticos do País<sup>141</sup>.

No jornal cearense alternativo *Mutirão*, de março de 1979, edição especial pela “Anistia Ampla, Geral e Irrestrita”, foi publicada carta dos presos políticos cearense exaltando a criação da seção local do Comitê Brasileiro pela Anistia (CBA), num texto subscrito por Fabiani Cunha, João Alves Gondim Neto, José Ferreira Lima, José Jerônimo de Oliveira, José Sales de Oliveira, Mário Miranda Albuquerque, Valdemar Rodrigues de Menezes e William Montenegro<sup>142</sup>.

Os presos também buscavam capitalizar com o apoio de entidades internacionais. Se antes se achavam a vanguarda e se isolaram politicamente, passaram a ver na solidariedade internacional uma forma de denunciar a ditadura. A Anistia Internacional, para manifestar a existência de presos políticos no Brasil, adotou a estratégia de que cada encarcerado fosse adotado por uma escola em países da Europa.

Dali os estudantes enviavam, em tom de solidariedade e denúncia, centenas de cartas ao governo brasileiro, parlamentares, juristas, imprensa e aos próprios militantes<sup>143</sup>. Como diz Renata Meirelles, a medida da Anistia Internacional buscava transmitir a mensagem de que aquelas pessoas não haviam sido esquecidas, de que alguém, em alguma parte do mundo, manifestava preocupação com a sua integridade. Pressionava-se para que os presos fossem libertados ou que recebessem melhor tratamento<sup>144</sup>.

---

141 Situação Kafkiana. *Movimento*, Edição 216, agosto/1979.

142 *Mutirão*—edição especial “Anistia Ampla, Geral e Irrestrita”, março/1979.

143 Algumas dessas cartas forma reproduzidas no livro de SIDOU, Ari Othon. *Wanda Sidou, guerreira da liberdade*. Fortaleza: Expressão Gráfica Editora, 2008.

144 MEIRELLES, Renata. *Contra a tortura: a Anistia Internacional durante a di-*

A medida foi tão bem recebida pelos internos do IPPS que alguns julgavam se tratar de um apoio à revolução pela qual haviam lutado e sido presos, numa concretização do ideal da solidariedade socialista internacional.

O governo não reconhecia presos políticos. Se chegasse uma carta para o “preso político Fabiani Cunha”, eles riscavam [as palavras] “preso político”. Então, a Anistia Internacional começou uma campanha muito interessante, pela qual adotava presos políticos do Brasil. Eles envolviam a sociedade na campanha. Pegavam uma escola na Suécia, na Suíça, na Holanda... Aí aquela escola vai se encarregar do preso político Fabiani. Então, a escola toda se mobiliza. Então, você imagina, foi uma enxurrada de correspondência, de carta, que chegava no presídio. “Ao preso político Fabiani Cunha”. “Ao preso político Mário Albuquerque”, etc. Então, os caras [agentes do governo] não tiveram mais condições de negar a existência de presos políticos. Isso foi importantíssimo para quebrar o isolamento, para proteger a gente. (...) Mas isso gerou algumas confusões, pois teve preso que confundiu aquilo como se fosse uma solidariedade à nossa ideologia. E não era. Era mais uma questão de humanidade. Um dos presos mandou uma carta com essa visão e eles responderam: “olha, não confundam as coisas. Não estamos concordando com a ideologia de vocês, nós não somos comunistas. Estamos solidários na questão humanitária e legal”<sup>145</sup>.

Mas a ação de maior repercussão dos presos em denunciar o regime e defender a Anistia e redemocratização do Brasil foi a greve de fome. Foram três as greves de fome realizadas no IPPS: a de 1974, tratada no capítulo 1, outra em 1978 e uma última em 1979. As greves tinham um sentido político, explícito, de denunciar a ditadura, chamar a atenção da sociedade para os presos políticos e sua situação. Não foi à toa que, como vimos, documento dos órgãos de segurança, acerca da greve de fome de 1974, pede que o assunto não

---

tadura militar no Brasil. XVIII Simpósio Nacional de História – anais eletrônicos. Florianópolis, 2015. Disponível em [http://www.snh2015.anpuh.org/resources/anais/39/1426185442\\_ARQUIVO\\_anpuh\\_Renata\\_meirelles.pdf](http://www.snh2015.anpuh.org/resources/anais/39/1426185442_ARQUIVO_anpuh_Renata_meirelles.pdf)  
Acesso a 14/01/2018.

145 Entrevista com o ex-militante do PCBR, Mário Albuquerque, a 14 de abril de 2016.

seja vazado para a imprensa – e assim o foi, pois não encontramos registro daquela greve nos jornais da época<sup>146</sup>.

Especificamente, uma greve de fome ocorre para tornar públicos maus tratos ou para questionar decisão política ou jurídica de um regime. No primeiro caso, pode-se enquadrar a greve de 1974, quando do isolamento do militante José Duarte, e a de 1978, nacional, em apoio aos presos políticos do presídio Pernambucano de Itamaracá, onde o movimento se iniciara.

Ocorrida num momento de abertura, a greve de 1978, articulada com os presos de outros presídios do Brasil, foi noticiada pelo *Diário de Pernambuco*, de 3 de maio daquele ano, que destacou o apoio dos dez militantes então mantidos no IPPS aos seus companheiros pernambucanos. Os presos cearenses, segundo o jornal, chegaram a mandar carta ao arcebispo de São Paulo, Dom Evaristo Arns e a outras personalidades, denunciando o isolamento de três anos em que eram mantidos os militantes Carlos Alberto Soares e Rhaline Sonde Cavalcanti em Itamaracá<sup>147</sup>.

Mesmo partindo para o enfrentamento, os presos políticos não deixaram de jogar, conforme as brechas disponíveis deixadas pelo sistema:

Nessa greve de [de apoio aos presos políticos de] Itamaracá, nós mesmos dispensamos alguns companheiros de participar, porque eles estavam perto de obter o livramento condicional e a adesão à greve poderia prejudicá-los. Foi uma coisa consensual entre nós, foram um ou dois, não foi dissidência como aconteceu na greve de 74<sup>148</sup>.

À medida que a se aproximava a votação da Lei da Anistia e se mobilizavam os presos, crescia a repercussão na sociedade. A 13 de julho de 1979, conforme o jornal *Diário de Pernambuco*<sup>149</sup>, o senador emedebista Teotônio Vilela esteve no IPPS, dando sequência à série de visitas que fazia a presídios do País após aceitar apelo dos presos polí-

---

146 Relatório do Serviço Nacional de Informações, datado de 31 de maio de 1974. Acervo da Associação 64-68.

147 Presos políticos cearenses solidários aos de Itamaracá, *Diário de Pernambuco*, 30/5/1978.

148 Entrevista com o ex-militante do PCBR, Mário Albuquerque, a 14 de abril de 2016.

149 Presos políticos querem modificar o projeto de Anistia. *Diário de Pernambuco*, 14/07/1979.

ticos<sup>150</sup>. Vilela presidia a comissão do Congresso Nacional encarregada de analisar o projeto de Anistia do governo e era já um dos destaques do movimento de redemocratização. Conforme o periódico, o senador alagoano pediu a mobilização da sociedade para pressionar os parlamentares a mudar o projeto de anistia do governo, tornando-a uma Anistia ampla, geral e irrestrita.

A greve de fome de 1979 teve cobertura maior dos meios de comunicação, visto que a abertura ali caminhava a passos largos e sua organização e repercussão foram grandes. Teve-se a mais longa greve de fome – 32 dias –, com a adesão de presos políticos de várias partes do País, e sua intenção era protestar contra o projeto de Lei de Anistia enviado pelo governo ao Congresso Nacional e no qual se excluía os militantes de luta armada do perdão, como visto.

O projeto constituía-se grande frustração para os ativistas, pois, com a modificação da Lei de Segurança Nacional no ano anterior, militantes da luta armada obtiveram redução das penas. Se alguns de seus companheiros haviam deixado os cárceres<sup>151</sup>, os remanescentes queriam o mesmo agora, com uma Anistia total, que os incluísse. A greve de fome começou com os presos políticos do Rio de Janeiro, a 22 de junho, se difundindo por vários presídios do País nos dias seguintes, como Recife, Natal, São Paulo, Salvador e recebendo apoio de manifestações no exterior<sup>152</sup>.

Os ativistas do IPPS aderiram à greve no dia 6 de agosto de 1979, conforme matéria de *O Povo* da data seguinte<sup>153</sup>. A greve foi realizada pelos últimos presos políticos presentes no presídio: Fabiani Cunha, José Sales de Oliveira, William Montenegro e Mário Albuquerque. O quinto preso, Waldemar Meneses, por ter se submetido a uma cirurgia no período e se encontrar no hospital militar, não teve como aderir ao movimento, com o que concordaram seus companheiros, conforme

---

150 TELES, Janaína de Almeida. Op. Cit., p. 432.

151 O Diário de Pernambuco, de 4 de janeiro de 1979, diz que a alteração da Lei de Segurança Nacional beneficiou cinco presos políticos, todos ex-militantes da ALN e que haviam sido condenados à prisão perpétua pelo caso de São Benedito: José Sales de Oliveira, Waldemar Menezes, Antônio Esperidião Neto, William Montenegro e Carlos Timochenko (este não chegou a ser preso, fugindo para o exílio no Chile e França).

152 TELES, Janaína de Almeida. Op. Cit.

153 Presos políticos do IPPS iniciam greve de fome. *O Povo*, 07/08/1979.

relatou Mário Albuquerque<sup>154</sup>. A greve de fome poderia, segundo a advogada dos militantes citada na matéria, Wanda Sidou, trazer-lhes prejuízos jurídicos, visto que estavam pleiteando liberdade condicional e a Justiça Militar tendia a considerar como indisciplina a não ingestão de alimentos. No total, os presos cearenses ficaram 16 dias em greve de fome.

O jornal *O Povo* trouxe ainda na matéria de 7 de agosto a íntegra de um pequeno manifesto dos presos políticos do IPPS sobre o porquê da adesão à greve de fome nacional. No texto, fica evidente a reconstrução da memória por parte dos ativistas, de que sua luta fora pela derrubada da ditadura visando restaurar a democracia:

A partir das 12 horas de [06/08/1979] passaremos a alimentar-nos exclusivamente de água, açúcar e sal. Há mais de uma década **nos levantamos em armas contra um regime que destruiu pela força bruta todas as conquistas democráticas do povo brasileiro** e implantou uma ditadura ferrenha e terrorista. Hoje, a nação, exausta do arbítrio, busca reencontrar-se consigo própria, através **do estabelecimento de uma ordem democrática asseguradora das mais amplas e efetivas liberdades**. A Anistia geral e irrestrita é o caminho básico para isso. O governo Figueiredo, filho legítimo do arbítrio, que ainda se interpõe na **caminhada democrática** do país, acena com um projeto de anistia que ofende os sentimentos de toda a nação (...)<sup>155</sup>. [negritos nossos].

Para deixar clara a responsabilidade do Estado com o que lhes pudesse acontecer, os presos políticos enviaram, no mesmo dia 6 de agosto, uma carta ao juiz auditor da 10ª CJM, Ângelo Ratacasa Jr., por meio do diretor do presídio, coronel Francisco da Cruz Neto. No ofício, comunicaram a decisão de entrar em greve de fome em protesto contra as restrições do projeto de Anistia do governo<sup>156</sup>. Durante a greve, contaram com o apoio da advogada Wanda Othon Sidou, que os visitou diariamente. Também tiveram toda a atenção do arcebispo de Fortaleza, Dom Aloisio.

[Na greve de fome de 1979], Dom Aloísio ia lá [no IPPS]. Visitava, conversava com eles [os presos políticos]. Sabia

---

154 Entrevista com o ex-militante do PCBR, Mário Albuquerque, a 14 de abril de 2016.

155 Presos políticos do IPPS iniciam greve de fome. *O Povo* de 4 de agosto de 1979.

156 Presos políticos em greve de fome. *Jornal Correio do Ceará*, 08/08/1979.

de tudo o que estava acontecendo. Intercedia também junto à diretoria [do presídio]. Ele era muito bom, muito gentil, atencioso com a gente. Nos ouvia, nos ajudava. Uma pessoa muito importante para todos nós. Ah, eu amava o Dom Aloísio, por sua postura<sup>157</sup>.

Durante o oitavo dia da greve de fome, a 14 de agosto, o deputado federal Roberto Freire, do MDB-PE, visitou o IPPS, para prestar solidariedade aos militantes e criticar mais uma vez o projeto de Anistia do governo<sup>158</sup>. Ao lado de Freire, estavam os deputados estaduais cearenses Paes de Andrade e Iranildo Pereira, que informou à imprensa que os presos se encontravam em bom estado físico. Ante a repercussão da greve e consequente desgaste da ditadura, a 10ª Circunscrição Militar proibiu qualquer contato de “estranhos” com os presos políticos, o que só fez aumentar os temores de familiares e demais apoiadores da causa<sup>159</sup>. “Quando havia greve de fome, a gente não podia visitar... A gente ficava muito preocupada. Todo mundo tenso, apreensivo. Era um desespero”, relatou Nilvia Maria de Amorim<sup>160</sup>.

Com a aprovação do projeto da Anistia do governo, a greve nacional de fome dos presos políticos foi encerrada no Ceará e em outros estados, a 22 de agosto de 1979<sup>161</sup>. Conforme matéria da *Folha de São Paulo*<sup>162</sup>, o único preso cearense beneficiado pela Lei da Anistia aprovada foi Mário Albuquerque – os demais deixariam a prisão sem serem anistiados, em livramento condicional, em virtude da alteração da LSN, conforme os prazos, decisões e recursos da Justiça Militar.

#### 4.5 ADEUS, COMPANHEIROS

Como de se esperar, a Campanha da Anistia e a problemática dos encarcerados políticos do IPPS tiveram impacto junto à sociedade cearense. Não foi à toa que, no final dos anos 1970, a imprensa passou a dar atenção aos temas. O *Diário de Pernambuco*, do grupo de comuni-

---

157 Josenilde Cunha, esposa do ex-militante da ALN, Fabiani Cunha, entrevistada a 21 de setembro de 2016.

158 Roberto Freire garante que a Anistia será ampla. *Tribuna da Imprensa*, 15/08/1979.

159 No Ceará, visitas proibidas. *Folha de São Paulo*, 08/08/1979.

160 Nilvia Amorim, ex- esposa do militante da ALN, William Montenegro, entrevistada a 25 de julho de 2016.

161 Presos políticos encerram greve de fome. *O Povo*, 23/08/1979.

162 No Ceará e Recife também chega ao fim o movimento. *Folha de São Paulo*, 24/08/1979.

cação Diários Associados, que comumente reproduzia conteúdos do *Correio do Ceará*, do mesmo grupo, trouxe matéria, a 23 de junho de 1977, informando que o vice-líder do MDB na Assembleia Legislativa do Ceará, deputado Chagas Vasconcelos, visitou o presídio e denunciou a precariedade das suas instalações<sup>163</sup>.

O *Diário de Pernambuco*, de 18 de setembro de 1977, voltou a tratar do IPPS, destacando que o vereador Bianor Andrade, do MDB de Fortaleza, discursou na câmara municipal pedindo um tratamento mais humano aos presos políticos, após receber denúncias de familiares dos militantes ali encarcerados<sup>164</sup>. O mesmo jornal, a 22 de dezembro, denunciou que os presos políticos teriam sido impedidos de ver o show de Fagner, como vimos na abertura deste capítulo.

O principal jornal local, *O Povo*<sup>165</sup>, a partir sobremaneira de 1978 e 1979, passou a tratar da Anistia em suas páginas, isso, não raro, com bastante moderação e até com críticas ao que considerava “excesso da oposição”. O periódico defendia a Anistia sem “radicalismo”, numa postura conciliatória, exaltando o projeto do governo<sup>166</sup>. Louvava a ditadura, dando a entender que a Anistia restrita e parcial era uma importante concessão do governo no caminho da comunhão dos brasileiros, posicionamento, como lembra o historiador João Batista Teófilo Silva, semelhante ao de outros órgãos da imprensa nacional<sup>167</sup>.

Em *O Povo*, havia poucos espaços noticiando as ações das seções locais do Movimento Feminino Pela Anistia (MFPA)<sup>168</sup> e do Co-

---

163 Deputado denuncia prisões. *Diário de Pernambuco*, 23/06/1977.

164 Prisão preocupa no Ceará. *Diário de Pernambuco*, 18/09/1977.

165 VIDAL, Márcia. *Imprensa e poder: O I e II veteranos (1963/1966 e 1979/1982)* no jornal *O Povo*. Fortaleza: Secretaria da Cultura e Desporto do Ceará, 1994.

166 “O presidente João Figueiredo assinou à tarde de ontem, em Brasília, o tão anunciado e desejado projeto de anistia política, agora já no Congresso Nacional para apreciação sua. (...) seu significado de gesto nobre e fraterno, equivalente a uma mão estendida ao adversário de ontem para que, também com a sua ajuda, prossiga o reencontro do País com a plenitude democrática em que se empenha com indubitosa sinceridade de propósitos o qual governo da República, que por isso tem o direito de cobrar de toda a Nação compreensão, e ajuda para que a sua tarefa não seja interrompida. Significados da anistia”. *O Povo*, 28/06/1979.

167 SILVA, João Batista Teófilo. *Imprensa, ditadura e abertura política*. Entre consentimentos, atritos e ambivalências. A atuação dos jornais cearenses *Correio da Semana* e *O Povo* (1974-1985). 2015, 229 f. Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2012.

168 DUARTE, Ana Rita Fonteles. *Memórias em disputa e jogos de gênero: o Movi-*

mitê Brasileiro de Anistia (CBA)<sup>169</sup>. Apenas nas edições de 1979 encontramos referências, eventuais, do periódico aos militantes de esquerda do IPPS como presos políticos, sobremaneira quando da greve de fome de agosto daquele ano<sup>170</sup>.

O periódico, ao longo de boa parte da década de 1970, adotara posições favoráveis ao governo, denotando o consenso social em torno da ditadura, conforme analisa a historiadora Janaina Cordeiro<sup>171</sup>. Por várias vezes, *O Povo* abriu manchetes e elaborou editoriais condenando as ações tidas como “terroristas” das esquerdas e exaltando os tentos vitoriosos dos militares contra a subversão – embora, numa ironia, tenha tido uma edição, em 15 de fevereiro de 1971, censurada e recolhida pela Polícia Federal, ao anunciar a prisão de uma militante da ALN, Jane Vasconcelos Dantas, o que foi visto pelos órgãos de repressão como “um prejuízo às investigações”<sup>172</sup>. Derrotada a luta armada, o jornal fez silêncio sobre os militantes de esquerda encarcerados no IPPS.

O destaque que a imprensa brasileira passou a dar à Anistia no final da década acabou ajudando a construção de uma memória que agrada hoje a setores conservadores. Se nos embates e reconstruções de memórias, as esquerdas buscaram criar uma identidade de que pegaram em armas em nome de uma resistência democrática à ditadura, grupos liberais e conservadores enfatizam o apoio dado à redemocratização no final da década de 70 como forma de ignorar ou relevar o apoio que haviam prestado ao golpe de 1964 e ao regime por anos<sup>173</sup>.

mento Feminino pela Anistia no Ceará (1976-1979). 2009, 232f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2009.

169 SOUZA, André Pinheiro de. *Do Movimento Feminino pela Anistia (MFFA-CE) ao Comitê Brasileiro pela Anistia (CBA-CE): as motivações e os caminhos percorridos pela anistia política no Ceará (1975 a 1980)*. 2012, 165 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2012.

170 *O Povo* de 4 de agosto de 1979 traz matéria intitulada: “Presos Políticos do IPPS em greve de fome a partir de 2ª”. A Edição de 7 de agosto de 1979 é mais completa, analisando a situação dos jurídica dos 4 presos políticos remanescentes do IPPS e as razões da greve de fome.

171 CORDEIRO, Janaina Martins de. *A ditadura em tempos de milagre: comemorações, orgulho e consentimento*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2015.

172 Vide FARIAS, José Airton de. *Além das armas: guerrilheiros de esquerda no Ceará durante a Ditadura Militar*. 2007, 201f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2007.

173 Vide RIDENTI, Marcelo. Resistência e mistificação da resistência armada contra a ditadura. In: AARÃO REIS, Daniel, e outros. *O golpe e a ditadura militar*. São

Encontramos referências maiores à mobilização local pela Anistia na imprensa alternativa, no caso, no jornal o *Mutirão*. Produzido por militantes de esquerda, boa parte deles vinculados ao PCB e PCdoB, o periódico circulou entre 1977 e 1982, não raro, tendo dificuldades de impressão e sofrendo repressão por parte dos governantes cearenses<sup>174</sup>. Em suas páginas, as pautas do MFPA e CBA não são apenas divulgadas, mas legitimadas<sup>175</sup>. Pelo *Mutirão*, aquelas entidades deixam claro que defendiam, além da Anistia ampla, geral e irrestrita, a melhoria das condições carcerárias, o apoio jurídico para os presos políticos e o endosso aos direitos dos familiares de saberem os destinos de seus entes mortos e desaparecidos pelo regime ditatorial<sup>176</sup>.

Comumente o periódico alternativo falava dos problemas dos presos políticos, como na edição de outubro de 1977, quando abordou as restrições médicas, o problema das carteiras de visitas e a censura às atividades criativas artesanais<sup>177</sup>. A edição de março de 1979, número 10, continha matéria especial sobre os ativistas encarcerados no IPPS, ressaltando como os nomes destes eram silenciados pela imprensa convencional e como eram pouco conhecidos pelo resto da população. Não por acaso, a longa matéria trouxe um perfil biográfico e fotos de cada um dos oito presos políticos remanescentes naquele momento. O conteúdo enfatizou a luta democrática e popular que marcara a trajetória dos ativistas<sup>178</sup>, mais uma vez ratificando a memória e identidades que as esquerdas enfatizavam naquele período.

Após a aprovação da Lei da Anistia, a imprensa passou a dar larga atenção à chegada dos exilados e à libertação dos encarcerados. Entre o fim de outubro de 1979 e o começo de 1980 aconteceu o que foi chamado por Maria Paula de Araújo de o “verão da anistia”<sup>179</sup>. Jornais

---

Paulo: EUSC, 2004. SILVA, Sônia Maria de Meneses. *A operação midiográfica: a produção de acontecimentos e conhecimentos históricos através dos meios de comunicação – a Folha de São Paulo e o golpe de 1964*. 2011, 319 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2011.

174 Vide AZEVEDO, Kátia. *Mutirão: jornal alternativo do Ceará (1977/1982)*. Fortaleza: Museus do Ceará, 2002.

175 SILVA, João Batista Teófilo. Op. Cit.

176 *Ibidem*, p. 178.

177 Vigília de oração pelos presos políticos do Ceará. O *Mutirão*, nº 2, Outubro/1977.

178 Presos políticos no Ceará: nove anos de luta na cadeia. O *Mutirão*, nº 10, Março/1979

179 ARAÚJO, Maria Paula Nascimento. Lutas democráticas contra a ditadura. In: *Revolução e democracia (1964–...)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 346.

não só locais, mas nacionais, falavam da saída dos presos políticos da prisão. A edição da *Folha de São Paulo* de 31 de agosto de 1979 trouxe matéria acerca da libertação de Fabiani Cunha, ocorrida no dia anterior. O jornal destacou que o ex-militante da ALN permanecera preso por nove anos no IPPS e que saiu não pela Anistia, mas pelas alterações da Lei de Segurança Nacional<sup>180</sup>.

Após anos de convivência naquele “casamento forçado”, para os antigos ativistas da luta armada era a hora de, enfim, partir. Como um momento de despedida, a emoção era inevitável. Misto de alegria com tristeza, lágrimas.

Eu não gosto nem de lembrar das saídas dos companheiros [emociona-se]. Era muito tocante, emocionante. A gente fazia, para todos que iam sair, a gente fazia uma caneca de couro. Aí todo mundo assinava e tal. Todo mundo se abraçava, alguns falavam algumas coisas, outros riam, muitos choravam. Era o fim, né? Havíamos convivido por meses, anos, debaixo do mesmo teto. E agora era a hora de ir embora, de nos despedirmos. Era emocionante<sup>181</sup>.

A iminência da liberdade trazia bastante ansiedade. Como a liberação dos presos dependia de pedido junto à Justiça Militar e concessão de alvarás de soltura, os militantes não deixaram a prisão de uma vez. Por vezes a burocracia do judiciário provocava atrasos, alarmando aqueles que esperavam a saída do IPPS após tanto tempo de encarceramento.

Eu lembro demais do dia que saí... A gente sabia que ia sair, que tinha que sair, porque a mudança na Lei [de Segurança Nacional] permitiu, mas a gente não tinha segurança. Vai que acontece algo, vai que não dá certo. Então, você fica naquela. E eu já era o penúltimo, né? Mas aí deu certo. Foi meu cunhado me pegar, com minha irmã e minha mãe lembro perfeitamente [emociona-se]<sup>182</sup>.

Para os familiares, mesmo com a frustração pela Lei da Anistia não ser como desejaram, a alegria e o sentimento de vitória predominavam. Não só porque iam ter os seus finalmente livres da prisão, mas porque havia certo orgulho de terem participado de uma mobilização

---

180 No Ceará, preso há 9 anos é solto. *Folha de São Paulo*, 31/08/1979.

181 Entrevista com o ex-militante da ALN, Wiliam Montenegro, a 24 de setembro de 2016.

182 Entrevista com o ex-militante da ALN, Wiliam Montenegro, a 24 de setembro de 2016.

tão emotiva e contagiante como fora a campanha da Anistia e redemocratização.

As pessoas foram sendo libertas aos poucos. O pessoal saía assim, julgado, com processos na Justiça. Eles não foram anistiados realmente, né? Havia acontecido uma mudança da Lei. Mas se havia isso, não era uma frustração. Vou te dizer: a liberdade é uma coisa tão almejada que não foi uma frustração. Pode ser que hoje em dia, passado tanto tempo, a gente perceba os limites daquilo tudo, mas na época foi empolgante. Ou se aceitava dessa forma ou não se aceitava. A liberdade não tem preço. Tanto que a gente ficava morrendo de pena dos presos que iam ficando pro final. Foi uma saída meio truncada<sup>183</sup>.

Sair da prisão após longo período assemelhava-se a ser um estrangeiro ou uma espécie de viajante do tempo na cidade ou região em que se estava recluso. Fortaleza crescera bastante nos anos 1970<sup>184</sup>. Era tudo novo. Ver *in loco*, que não apenas pela televisão da galeria dos presos políticos, sentir aquelas novidades, não deixava de ser impactante nos primeiros momentos e dias após deixar os cárceres. Era se aproximar dos parentes e amigos, celebrar a liberdade.

A primeira coisa que fiz após sair do IPPS foi tomar cerveja e andar na rua. Eu saí e fui direto pra casa dos meus pais. Teve uma recepção lá, com a minha família e amigos, a primeira coisa foi tomar cerveja e depois...eu fui dormir, saí com meu irmão pelas ruas do José Walter [bairro de Fortaleza], para respirar o ar puro da liberdade. Acho que aí, deve ser universal o sentimento. Era tudo novo, diferente<sup>185</sup>.

No meio daquela diversidade de sentimentos, um drama envolveu o último preso político do IPPS, que acabou se tornando o último militante de esquerda a ser libertado no Brasil. Mesmo com as mudan-

---

183 Nilvia Amorim, ex-esposa do militante da ALN, William Montenegro, entrevistada a 25 de julho de 2016.

184 Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e estatística, a população da capital cearense passou de 857.980 habitantes, em 1970, para 1.207.611 pessoas, em 1980. COSTA, Maria Clélia Lustosa da. Fortaleza: expansão urbana e organização do espaço. In: SILVA, Borzachiello da. CAVALCANTE, Tércia Correia. DANTAS, Eustógio (Orgs.). *Ceará: um novo olhar geográfico*. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2007, p. 76.

185 Entrevista com o ex-militante do PCBR, Mário Albuquerque, a 14 de abril de 2016.

ças da Lei de Segurança Nacional, José Sales de Oliveira ainda tinha um longo período de pena a cumprir. Após a liberação de seus companheiros, ficou sozinho na ala dos presos políticos. Isso levou a Justiça Militar a transferi-lo para a sede do Corpo de Bombeiro, nas proximidades do centro de Fortaleza.

Era uma medida para manter sua integridade física – não custa lembrar sempre os riscos de violência dentro de um presídio – e atender aos interesses da administração do IPPS. Naquele final de anos 1970 começava a se aguçar o problema da lotação do presídio, não tendo sentido deixar uma rua com 25 celas para um único encarcerado. No Corpo de Bombeiros, Sales foi posto numa sala improvisada como cela, o mesmo espaço onde por boa parte da década havia ficado um outro preso político, Esperidião Neto, que romperia com seus companheiros. José Sales de Oliveira aguardou mais de um ano ainda para sair do encarceramento.

O drama de Sales, então com 38 anos, foi acompanhado pela imprensa. Reportagem da *Folha de São Paulo*, de 15 de fevereiro de 1980, abordou detalhes sobre a trajetória do ativista, que relatou as torturas sofridas no DOI-CODI e a participação em várias ações da ALN. Negou, porém, que tivesse se envolvido no caso de São Benedito, quando a organização armada justicou o comerciante José Armando Rodrigues. José Sales comprometeu-se perante os jornalistas que o visitaram no Corpo de Bombeiros a “não mais usar métodos violentos para libertar o povo”<sup>186</sup>. O jornal *O Estado de São Paulo*, em edição de 09 de julho de 1980, noticiou que o CBA-CE realizou ato público sobre a situação de Sales para chamar a atenção do Papa João Paulo II, que visitava Fortaleza naquele dia. Na matéria, a deputada estadual Maria Luiza Fontenele, que militara no MFPA, disse que o governo estava mantendo Sales como refém e que aquela situação eram sinais dos limites e contradições da maneira como havia sido feita a Lei da Anistia pelo governo Figueiredo<sup>187</sup>.

*O Estado de São Paulo*, de 9 de outubro de 1980, e a revista *Veja*, de 15 de outubro de 1980 (imagem 6), informaram que, finalmente, Sales ganhara a liberdade condicional, saindo, pois, dos cárceres como o último preso político do Brasil<sup>188</sup>. Na ocasião em que foi levado à sede

---

186 Sales espera livramento condicional. *Folha de São Paulo*, 15/02/1980.

187 Ceará fará apelos. *Estado de São Paulo*, 09/07/1980.

188 Abertura – Celas Vazias – o último preso político deixa a cadeia. *Revista Veja*,

da 10ª Circunscrição Militar, a 8 de outubro, para assinar o alvará de liberdade, José Sales declarou à imprensa as mudanças políticas que experimentara com a derrota da luta armada e a prisão, enfatizando que “os sobreviventes, como eu, devem lutar agora por uma democracia plena e permanente”<sup>189</sup>.

## Celas vazias

*O último preso político deixa a cadeia*

**N**a manhã de quarta-feira passada, o comandante do Corpo de Bombeiros de Fortaleza, coronel Hélio Souza, entrou numa das celas de seu quartel e pediu a um surpresa prisioneiro que assinasse o livro de visitantes ilustres. O coronel queria uma recordação do ex-terrorista José Sales de Oliveira, aos 38 anos o último preso político do país, que naquele mesmo dia seria beneficiado pela liberdade condicional concedida pela 10.ª Circunscrição Judiciária Militar, da capital cearanense. A inesperada promoção de Sales, de prisioneiro condenado à prisão perpétua a “ilustre visitante” do quartel, conferiu um ligeiro colorido ao ponto final colocado, na quarta-feira, no capítulo aberto pela decretação da anistia, em agosto de 1979.

Aberta a última cela, o Brasil se transforma, pela terceira vez nos últimos cinquenta anos, num dos raros países do mundo sem presos nem perseguidos políticos, dentro ou fora de suas

na sala de julgamentos. A sessão durou meia hora.

Sales aceitou as condições impostas para o livramento — terá de encontrar um emprego em noventa dias e, nos próximos oito anos, não poderá viajar ou mudar de residência sem autorização judicial, nem freqüentar bares ou manifestações políticas. Depois, apertou a mão do juiz e saiu abraçado à advogada, com um único projeto imediato: tomar um banho de mar. Mas não pretende abandonar a política.

aventura armada garantiu-lhe, além da cadeia, apenas a restrita notoriedade dos cartazes em que, com o codinome “Marcus”, aparecia ao lado de outros terroristas foragidos.

Sales não se arrepende da experiência, convencido de que “não havia alternativa para a juventude acuada”.

Mas incorporou outros temperos a seu linguajar político. “Os sobreviventes, como eu, devem lutar agora por uma democracia plena e permanente”, afirma.

Preso em dezembro de 1971, acumulou condenações em oito processos: prisão perpétua pela morte do comerciante e mais 79 anos pelos outros crimes. Em dezembro de 1978, a aplicação retroativa da nova Lei de Segurança Nacional reduziu sua pena para 22 anos, 2 meses e 4 dias. No ano seguinte, um quinto da pena caiu no indulto de Natal. Em seguida, as penas foram unificadas e reduzidas para 16 anos, 8 meses e 19 dias. A metade dessa condenação ele completou a 10 de maio passado. A 25 de agosto, sem ter conseguido ainda a liberdade condicional,



Sales: o antigo “Marcus” da ALN virou “visitante ilustre” do quartel

*Imagem 6: matéria da revista Veja, de 15/10/1980, sobre a libertação de José Sales Oliveira, o último preso político da ditadura militar a ser liberto. O ex-militante da ALN foi levado do Quartel de Bombeiros à sede da 10ª Circunscrição Militar para assinar o alvará de soltura.*

Decretada a Anistia, nos moldes desejados pelo governo militar, surgiu, no imediato, entre setores da oposição, o debate sob o que fazer depois da Lei. Como manter a mobilização para reverter aquela anistia limitada e o perdão aos torturadores? O debate, porém, acabou esvaaziado nos meses posteriores, pela nova agenda a qual ia se impondo

15/10/1980. Libertado no Ceará o último preso político. Estado de São Paulo, 09/10/1980.

189 Abertura – Celas Vazias – o último preso político deixa a cadeia. Revista Veja, 15/10/1980.

no País, como a reorganização partidária de 1979, que acabou com o bipartidarismo, a defesa convocação de uma Constituinte, a mobilização operária, com várias greves em 1979-81, e a divisão das próprias esquerdas – em 1980, por exemplo, aparecia o Partido dos Trabalhadores, crítico dos comunistas e dos trabalhistas. A luta pela justiça acerca dos crimes da ditadura, com o tempo, foi ficando restrita aos familiares dos mortos e desaparecidos. Vários dos ex-presos políticos e suas famílias acabaram mesmo se dispersando<sup>190</sup>.

Encerrava-se uma fase da vida daqueles homens que haviam pegado em armas sonhando com a revolução popular e socialista. A frustração da guerrilha e as experiências dos cárceres mudaram-nos. Dali em diante tomaram rumos distintos, adotando projetos pessoais e políticos diferentes, muitos em função do que viveram nos cárceres.

Se alguns não queriam mais saber de militância, se recusando até a falar sobre as experiências nas guerrilhas e na prisão para uma pesquisa de doutorado como esta, outros continuaram fiéis aos ideais que os haviam levado à luta no fim da década de 60, descrentes que estavam com aquela transição pactuada para a democracia sem alterar a ordem capitalista.

Eu não estava desbundado, não. Inclusive, eu fui queimado por isso. O PCdoB, os trotskistas diziam que eu tinha um grupo, o grupo do Machado, os “machadistas”. Não fomos nós que inventamos esse nome. Não tinha um nome específico, não. Nossa ideia era que a antiga organização, o PCBR [Partido Comunista Brasileiro Revolucionário] voltasse. Nós tentamos reorganizar. Fizemos trabalho com metalúrgicos, sapateiros... Mas eu não tinha me tocado que não havia mais esquerda. Tentamos, tentamos, e não conseguimos. Eu não acreditava mais [naqueles] partidos<sup>191</sup>.

Alguns dos militantes chegaram a simpatizar com os preceitos do PCB, o partido que haviam tanto criticado por não ter apoiado a luta armada. As reflexões na prisão, a derrota da guerrilha e o sucesso relativo da campanha da Anistia levaram, por exemplo, ainda na prisão, Mário Albuquerque a se interessar pelas propostas do “Partidão”, ainda que não tenha se filiado à agremiação.

---

190 NAPOLITANO, Marcos. Op. Cit., p. 299.

191 Entrevista com o ex-militante da ALN e PCBR, José Machado, a 4 de agosto de 2016.

Eu encontrei um apoio muito grande no pessoal do PCB. Quando eu vim de Itamaracá para cá eu vim cogitando de entrar no PCB. Isso foi um fenômeno com muitos companheiros do Brasil todo. ALN e PCBR eram costelas do PCB. E com a derrota da luta armada, muitos companheiros voltaram ou passaram a levar em consideração o que dizia o PCB. Reconheceram que erraram. Me identifiquei muito com eles [do PCB]<sup>192</sup>.

Um outro grupo de ex-presos continuou acreditando na militância política, pela via institucional, adentrando e ajudando a fundar o Partido dos Trabalhadores (PT), em 1980. Naquele contexto, perante as memórias reconstruídas e a mobilização pela Anistia e redemocratização, os ex-ativistas da guerrilha apresentavam prestígio social, eram respeitados pela nova geração de militantes de esquerda em virtude da trajetória de lutas e do preço que pagaram nos cárceres.

Eu continuei na militância, eu fui um dos fundadores do PT, tanto no Ceará como nacional. Logo que eu saí da prisão eu fui presidente da Associação Brasileira pela Anistia. Me engajei no PT, me considerava um socialista, fui candidato ao senado nas eleições de 1982. (...) As pessoas sabiam que eu havia sido preso político, mas eu não comentava, não. Nem me incomodava. Na verdade, na época, com ex-preso político e dirigente do PT, era um prestígio muito grande<sup>193</sup>.

E houve os militantes que mergulharam na sede de viver, de experimentar aquele novo mundo no qual tinham chegado após quase uma década de cárceres:

Quando eu saí da prisão, havia um movimento aqui chamado “biodança”, da psicologia, aberto ao corpo etc. As neuroses, elas não estavam estabelecidas só na tua mente mas também no teu corpo. Foi muito importante, importantíssimo. Acho que o pouco de sanidade, de normalidade que eu tenho, eu devo muito a isso também. Mas pra mim foi excelente, muito bom. Depois veio um bar que abri, o Armário, que mexeu um pouco com a cultura local. A questão do meio ambiente, a ecologia, também. Viajei muito pelas praias, e pensei: “vou passar um tempo aí”, sem muita disciplina, porque a prisão é a

---

192 Entrevista com o ex-militante do PCBR, Mário Albuquerque, a 14 de abril de 2016.

193 Entrevista com o ex-militante da ALN, Wiliam Montenegro, a 24 de setembro de 2016.

disciplina, é terrível. E eu viajei, conheço todas as praias do Ceará, conheço de andar. Quando eu chego, eu ando de uma praia pra outra, então isso foi muito importante. Agora, eu me joguei a experimentações diversas, da vida, tal<sup>194</sup>.

Uma das questões que marcaria alguns dos ex-presos foi a da dispersão das famílias que estiveram unidas no apoio aos seus na prisão e na Campanha da Anistia. Obtida a liberdade e com o direcionamento da pressão popular para outras demandas e agendas políticas no fim dos anos 1970/começo dos anos 1980 (reorganização partidárias, greves operárias, etc.), por mais que as amizades persistissem, os contatos e os laços foram se enfraquecendo ente os parentes dos ativistas. A vida de cada um dos ex-presos e seus familiares tomou novos e dispersos horizontes, não sendo possível mais manter todos vinculados por uma causa única ou principal, como se dera na época do IPPS, ainda que a Anistia não tivesse sido a “ampla, geral e irrestrita” que tanto desejaram e houvesse questões pendentes, como a dos desaparecidos políticos.

A frustração também se ligou às consequências da maneira como se dera a Anistia, sem indenização ou apoio financeiro e psicológico aos ex-presos políticos. Dispersos e desorganizados, passaram a encarar novos problemas ou tiveram ampliadas as sequelas de saúde dos tempos de prisão. E aqueles que mantiveram contatos, não raro, o fizeram com os companheiros de seus antigos agrupamentos.

O maior prejuízo político que tivemos, a meu ver, foi a dispersão, foi a nossa desorganização após sairmos da prisão. Foi uma diáspora. Ficou cada um por si e a gente pela gente mesmo. Ficamos sem eira, nem beira, sem apoio. Um desastre. Muitos companheiros ficaram doentes, passaram por dificuldades financeiras<sup>195</sup>.

Durante algum tempo ainda tive contato com o pessoal, mas depois foi se dispersando. Chegamos ainda a fazer algumas reuniões e tal. Cheguei a ajudar com algum apoio financeiro alguns companheiros e tal, dentro do possível. Alguns ficaram em situação muito delicada. A gente colaborava, ajudava, como podia<sup>196</sup>.

---

194 Entrevista com o ex-militante do PCBR, Mário Albuquerque, a 14 de abril de 2016.

195 Entrevista com o ex-militante da ALN, Fabiani Cunha, a 28 de março de 2017.

196 Entrevista com o ex-militante da ALN, Wiliam Montenegro, a 24 de setembro de 2016.

Sem uma organização coletiva ou respaldo institucional, as famílias e amigos mais próximos tiveram importância naquele recomeçar da vida de alguns dos ex-militantes de esquerda armada.

Eu vou te contar com toda sinceridade. A prisão não me traumatizou. Até hoje eu não tenho trauma. Por que, não sei. Mas não tenho trauma. E eu tive muita sorte. Recebi apoio de família, de amigos. Foi muito importante um irmão que morava em Belo Horizonte, que era gerente de uma empresa. Eu fui para Belo Horizonte. E passei a vender produtos bem aceitos no mercado, aqueles cremes Nívea. Todo mundo queria comprar. E o dono dessa empresa em Belo Horizonte era um cara de esquerda, William Lacerda, meu xará. E ele me ofereceu a representação da Nívea. E aí as coisas foram se ajeitando...<sup>197</sup>.

Ex-militantes apresentaram problemas psicológicos nos anos seguintes. A prisão os havia traumatizado e tiveram dificuldades para se adequar à nova vida. Lutaram por uma causa, foram presos e agora, libertos, parecia faltar um sentido político maior naquele Brasil que se redemocratizava no começo dos anos 80.

Ele saiu da prisão, ficou depressivo. Buscou se isolar em alguns momentos. Ele teve dificuldades de adaptação. Ele tentou trabalhar num cursinho, dar aula, mas não conseguiu trabalhar, nem terminar a faculdade. Ele até voltou para a faculdade, mas não conseguiu terminar. Ele não ficou bem. Ele, depois, teve um ferimento na mão, que infeccionou e ele não quis ir ao médico. A mão ficou inchada. Ele não quis ir. Ninguém conseguia levar ele. Foi um amigo nosso que o obrigou a ir. Ele ia perder a mão<sup>198</sup>.

Eram quase todos jovens. Desejaram mudar o mundo e pegaram em armas. Acreditando-se como a vanguarda que levaria o País a caminhos da justiça social, os militantes da esquerda armada isolaram-se da sociedade, que não concordou com a tática adotada e os projetos socialistas defendidos. Com apoio de vários setores sociais e em um momento de crescimento econômico, a ditadura massacrou a guerrilha. Não foram poucos os militantes torturados e eliminados.

Os sobreviventes, acusados de “terroristas”, acabaram jogados nas prisões brasileiras. Sem serem oficialmente tidos como presos polí-

---

197 Entrevista com o ex-militante da ALN, Wiliam Montenegro, a 24 de setembro de 2016.

198 Josenilde Cunha, esposa do ex-militante da ALN, Fabiani Cunha, entrevistada a 21/09/2016.

ticos, tiveram que se reinventar nos cárceres. Reavaliaram posições, sofreram derrotas, aprenderam a jogar nas relações com outros grupos, realizaram greves de fome, sonharam, continuaram a luta, passaram a defender a democracia... Entenderam que pelas frestas do sistema poderiam se contrapor ao arbítrio do regime.

E eles, que se concebiam com a vanguarda, abriram-se para ouvir irmãs, esposas, mães, enfim, as mulheres que, com coragem e esperança, se engajaram na Campanha da Anistia em fins da década de 1970. Os ativistas, enfim, saíram dos cárceres e levaram consigo os frutos dos muitos anos de reflexão e das experiências na prisão. Tiveram, contudo, que se deparar dali em diante com um novo mundo e as sequelas físicas e psicológicas deixadas pelos traumas do encarceramento. Sonharam, lutaram e viveram, pelo que acreditavam.

Se não é papel da história fazer julgamentos morais ou estabelecer lições para a sociedade, não deixa de ser tentador enxergar na trajetória dos militantes da esquerda armada a força que os ideais têm na vida das pessoas. Em nome de seus projetos políticos e pessoais, os ativistas viveram ardorosamente seus projetos. Nesse sentido, sentiram como poucos o breve século XX.



## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Quando apresentamos uma proposta de pesquisa para o Doutorado Interinstitucional da Universidade Regional do Cariri (URCA) e Universidade Federal Fluminense (UFF), sobre os militantes da esquerda armada no Ceará presos durante a ditadura civil-militar, tínhamos um medo. E se não tivermos fôlego, conteúdo, análises, fontes para produzir a tese? A preocupação tinha razão de ser.

Esta é uma pesquisa restrita a um ambiente, a uma prisão. No mestrado, havíamos abordado a luta armada, em diversos espaços e ângulos de perspectiva e interpretação. Agora, era só um presídio e um grupo limitado de sujeitos históricos. Por mais que existissem muitas perguntas a serem feitas, temíamos cair em repetições e redundâncias.

Confiantes, mas temerosos, lançamos-nos às fontes, arquivos e entrevistas. E fomos aos poucos desfazendo os temores. A tese fluiu. Por inúmeras vezes, as competentes orientadoras, Dras. Janaína Cordeiro e Sônia Menezes, pediram gentilmente para que enxugássemos o texto, tal a abrangência. E assim o fizemos. Acreditamos que para essa “fatura” de História contribuiu a abordagem feita, no que, reiteramos, tiveram papel decisivo as citadas professoras. No princípio, pensávamos em uma abordagem linear e cronológica, igual ao que havíamos feito no mestrado, numa das primeiras pesquisas acadêmicas realizadas sobre a esquerda armada no Ceará.

Se tivéssemos seguido à risca essa ideia, olhando agora, em perspectiva, talvez realmente encontrássemos problemas, sem falar que tornaria o texto por demais enfadonho. Ora, ao ler um trabalho como este, é de se supor que o leitor e os colegas pesquisadores já saibam os pontos chave do “roteiro”: militantes foram presos por atividades revolucionárias armadas, ficaram anos nos cárceres e, no fim da década de 70, acabaram libertos no contexto da Anistia e redemocratização do Brasil.

Calma.

Não que inexistam aqui elementos cronológicos.

Se os pesquisador e leitores forcarem a vista, perceberão que, sim, encontram-se nestas páginas.

Mas estão aqui de forma diferente.

Porque em vez de focar em datas e coisas parecidas, preferimos inverter a lógica da abordagem.

Optamos por falar das experiências dos presos políticos do Instituto Penal Paulo Sarasate (IPPS), presídio distante alguns quilômetros de Fortaleza e desativado dentro da hecatombe carcerária que vive o Brasil nos últimos anos (mas isso é outra história. Literalmente).

Ao falar das experiências, trouxemos os nomes daqueles jovens revolucionários e episódios marcantes de suas vidas na prisão e da História política brasileira. E também seus sonhos, suas frustrações, suas contradições. Suas dores, suas lágrimas, torturados que foram no corpo e na alma. E seus sorrisos, suas mudanças. Suas reinvenções, suas esperanças.

Nós historiadores cada vez mais temos consciência dos perigos das análises que se expressam em reducionismos e simplismos. Que veem os homens como produtos de estruturas socioeconômicas irrefutáveis. No mestrado, entendemos isso muito bem ao compreender a importância das tradições e elementos culturais, como trabalha Edward Thompson<sup>1</sup>, para analisar os militantes da esquerda além das armas.

No doutorado, de certo modo, continuamos contribuindo para questionar aquela visão de história reducionista e mecanicista. Os regimes políticos, as instituições, as prisões, por mais que se apresentem influentes e poderosas, não conseguem submeter por completo os indivíduos. Os homens, em sua sede de viver ou de viver melhor, dentro do possível, buscam brechas nas estruturas.

Michel de Certeau<sup>2</sup> nos permite ótimas reflexões sobre tal pressuposto. Prestemos atenção ao cotidiano. Os que detêm o poder, o controle, traçam estratégias para manter a ordem e suas posições. Os fracos, os oprimidos, aqueles que não têm o poder e estão na “história vista de baixo” – e não negamos aqui nossa simpatia por eles – desenvolvem táticas, para subverter o sistema, para melhor passarem.

Esses pressupostos de Certeau estão presentes praticamente em quase todas as páginas desta obra. No capítulo 4, é verdade, temos um enfoque bem explícito, quando abordamos as relações entre a direção do presídio e os presos políticos. Comparamos a relação a um jogo de xadrez, onde cada ator tem seus interesses.

---

1 THOMPSON, E. P. *A miséria da teoria*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981. *A formação da classe operária inglesa*. São Paulo: Paz e Terra, 1997. *As peculiaridades dos ingleses e outros artigos*. Campinas: Editora da Unicamp, 2001.

2 CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano*. Petrópolis: Ed. Vozes, 2004.

Se os ativistas desejavam minorar os mecanismos de opressão dos quais eram vítimas, os diretores objetivavam conservar o cargo (bastante cobiçado), evitar problemas de gestão num presídio cuja estrutura física foi se deteriorando ao longo da década, evitar mais atritos com os ocupantes da prisão (já bastava a preocupação com os presos comuns), etc. Percebendo o jogo, os presos políticos faziam manobras, *en passant*, para obter direitos, concessões. Ao fim desta pesquisa, podemos dizer que tiveram relativo sucesso nessas manobras.

No fundo, o IPPS acabou sendo uma “grande tática” para os presos políticos. A ditadura, após derrotar os membros da esquerda armada, colocou-os numa prisão distante, sob o discurso de que pagassem e se redimissem de seus erros. O regime sequer os reconhecia oficialmente como presos políticos. Afastá-los, silenciá-los, fazê-los serem esquecidos. Não por acaso, a imprensa só passou a usar o termo *presos políticos* no final da década de 1970, no contexto da campanha da Anistia. Por anos, os encarcerados políticos sumiram praticamente das páginas dos periódicos e, ante o consenso que se formou em torno da ditadura, suas problemáticas foram quase renegadas.

Mas aquele presídio serviu, numa grande ironia, para os presos se reconstruírem, enquanto homens e sujeitos políticos. Nas prisões tiveram a solidariedade dos companheiros. Apoio para curar as feridas – físicas e psicológicas – das torturas sofridas nos quartéis, DOI-CODI e outros lugares em que se praticaram brutais sevícias contra os inimigos do regime.

No IPPS, estruturaram um coletivo, que buscou organizar as práticas do cotidiano e representar os ativistas nos contatos e reivindicações perante o corpo diretivo prisional. Não temos dúvida alguma hoje, ao terminar esta pesquisa, de que o apoio mútuo entre os presos – para o que não se podem esquecer os elementos de sua cultura comunista – foram de capital importância para os ativistas sobreviverem ao tenso e violento ambiente prisional. A mesma ditadura que prendeu os militantes, também deu a brecha para que buscassem contornar, dentro do possível, as duras condições de viver num presídio durante um período de exceção.

No jogo das táticas jogado pelas brechas, os presos políticos foram reinventando o presídio. “Subversivos” que eram, subverteram as estruturas físicas do IPPS. A Subversão dentro da opressão. Lugares

viraram espaços. Celas viraram verdadeiros quitinetes, possibilitando aos internos firmarem a individualidade e identidade.

Salas da burocracia viraram verdadeiros quartos de motéis, para materializar o amor (e as carências) dos presos e suas mulheres. O pátio virou local de horta – imagine-se, produzir num local que nega a liberdade! E teve futebol, por lazer, como forma de sociabilidade, maneira de conservar o físico e a saúde, instrumento de manifestação política, como vimos na famosa foto do final dos anos 1970 em que os ativistas, em pose de time profissional, estão com uma camisa cujo escudo é uma estrela vermelha...

Subversão da prisão.

E teve a cozinha.

E aqueles militantes tão machistas, tão vanguardistas, tão preocupados em tomar o poder político e fazer a revolução social, tiveram que manusear faquinhas de mesa, fazer sopas, limpar pratos, cortar pepinos, limpar privada... A cozinha os mudou. Não era só se alimentar melhor ou preencher o tempo. Era rever valores, princípios de uma esquerda que apresentava até então preconceitos iguais aos do resto da sociedade.

E teve artesanato e peças de artes.

No princípio, objetos com fins utilitários. Quadros, capangas, chinelos, canecas... Mas aí, ao longo da pesquisa, fomos percebendo que tais objetos apresentavam vários usos e significados, conforme os contextos e as perspectivas dos atores sociais. Para as famílias, constituíam-se uma forma de sustento, pois com os pais, irmãos e maridos presos, as dificuldades financeiras não foram pequenas. Para os consumidores, militantes de esquerda, uma forma de identidade e proximidade ideológica. Para os presos, uma forma de se manifestar politicamente. Para os agentes da repressão... “subversão”!

Subversão na prisão.

A prisão, esse lugar que virava espaços pelas ações e discursos das pessoas, apresentava muitos grupos sociais. Fronteiras os separavam, os segregavam, demarcavam distâncias. Certeau mostrou-nos, não obstante, que a fronteira também pode ligar, aproximar. A divisa também mantém os grupos em contato, ironicamente. Pontes se estabelecem. Influências mútuas sucedem-se. Havia os presos políticos e os carcereiros. Longe do que se podia imaginar, houve por parte destes

últimos um certo desprendimento, coragem, ousadia até, de se aproximar dos “terroristas”, como dizia a propaganda dos generais.

Desse contato surgiram conversas, a realização de pequenos favores, amizades. Imagine, alguns dos carcereiros foram até politizados pelos militantes da esquerda armada. Subversão dos que deveriam controlar a “subversão”!

A prisão é um lugar inseguro. É brutal. É violento. Morre-se e mata-se por drogas, por sexo, por cigarro, por um olhar atravessado. Os ativistas, até como forma de manifestar a condição de presos políticos, exigiram manterem-se isolados dos presos comuns. Estes, por tal razão, chegaram a ter uma “despeita” com os “terroristas”.

Jogavam papel higiênico sujo na horta destes e soltavam gracejos quando os presos políticos iam com suas companheiras para a sala de encontros íntimos. Verdade que outros presos comuns se aproximaram dos militantes. E os militantes se aproximaram do universo de valores dos encarcerados comuns igualmente.

Com o sucesso das reivindicações dos presos políticos, os encarcerados comuns até ensaiaram esboços pálidos de um coletivo. Não foram muito adiante, mas ensaiaram. Assim, a vanguarda revolucionária, timidamente, foi seguida ou, pelo menos, serviu de exemplo para a massa de negros e pobres, a massa que essa vanguarda dizia representar e que luta as prisões brasileiras há tempos...

A geração de jovens dos anos 1960 buscava autonomia. Nas prisões, entretanto, os militantes da esquerda armada estreitaram ainda mais os laços com seus familiares. Foram os parentes que buscaram ajuda de advogados, da Igreja, de entidades internacionais. Familiares que desenvolveram entre si laços de solidariedade e coletivismo, reproduzindo elementos das culturas comunistas dos encarcerados. A dor de terem os seus presos na ditadura os unia. A luta igualmente. As mães, esposas, irmãs os visitaram, deram reconforto, na alegria das visitas aos sábados. Estariam elas entre as primeiras que se engajaram na Campanha da Anistia. Se com tanta coragem se fizeram presentes, por que não ouvi-las, considerá-las nas decisões internas do coletivo? E haja polêmica. E haja debate. Por fim, a vanguarda acatou. Senhoras e senhoritas, companheiras. Subversão da família, subversão dos que se julgavam autossuficientes.

O jogo entre os grupos do IPPS nunca deixou de ser jogado. Mas em certo momento, pelos últimos anos do final dos anos 1970, a dita-

dura, pressionada e em grande crise econômica e social, começou a se abrir. O sonho de sair da prisão adensou-se. Sim, foi duro, muito duro para aqueles corações revolucionários abrir mão da ideia do assalto aos céus que os havia levado às armas uma década antes.

Entre debates acalorados, os presos se uniram pela causa da Anistia e reestabelecimento da democracia. A esquerda no mundo mudara. E as memórias e os projetos políticos mudaram também. Em vez da revolução socialista, a resistência pela democracia.

Nessa conjuntura, os embates com a direção do presídio e com a ditadura se adensaram. Tudo, tudo mesmo, podia ser usado para denunciar e agastar o regime. Cartas. Artesanato. Artigos na imprensa. Até aquela peladinha de futebol.

Até o corpo. O organismo quase entregue em holocausto para protestar contra os maus tratos de companheiros de presídios em Pernambuco. Greve de fome contra a Lei da Anistia, que perdoava os torturadores, mas que deixava de fora os militantes da esquerda armada. A ditadura impôs o que desejava, dentro da conciliação que marcou a transição para a democracia.

Os ativistas da luta armada, após mudanças da Lei de Segurança Nacional, foram saindo, aos poucos, da prisão. Alegria, medo, alívio, traumas. Caminhos diversos a seguir. Sonhos diversos a seguir. A dispersão e os desencontros do cada um por si. Subversão do viver e da unidade.

A história é filha de seu tempo, dizia Lucien Febvre. Nos anos 1960 e 1970, um punhado de jovens acreditavam em fazer a revolução no Brasil, inspirados em muito pelo que houve em Cuba, com Fidel Castro e Ernesto Che Guevara. Em nome de suas convicções, pegaram em armas. Em nome de seus sonhos, pagaram um preço alto. Nas prisões, mudaram como indivíduos e atores políticos. Uma das mudanças esteve na reavaliação e valorização da democracia como prática política, uma prática possível de garantir a equidade jurídica e possibilitar que se construam mecanismos os quais possam aliviar a histórica dívida social que penaliza milhões brasileiros ainda hoje.

Estas linhas encerram um trabalho de pesquisa de mais de 15 anos. Neste ponto, não poderíamos deixar de expressar, como estudiosos de um período de tanto arbítrio, a decepção e a frustração em vermos hoje manifestações públicas de autoridades e cidadãos exaltando

torturadores e eventuais “vantagens” de uma ditadura militar. Não deixa de provocar inquietações o modo como determinados setores da sociedade e agentes públicos assumem posições que contrariam a lógica e os preceitos básicos de um Estado de direito democrático, violando garantias individuais em nome de causas pretensamente superiores. Assusta-nos perceber como a exaltação da força e do autoritarismo seduzem multidões, que depreciam noções elementares de direitos humanos, sem aperceber-se de quão perigoso isso é para elas próprias. Se tais posicionamentos não fossem tão perigosos, seriam dignos de pena.

Esta é uma época temerosa para a democracia brasileira. Que tenhamos inteligência, coragem e esperança para a travessia.



## COMO A PESQUISA FOI FEITA

### E depois das armas?

Este trabalho é uma continuação da pesquisa de mestrado, embora sob outra perspectiva. Quando cursávamos o mestrado na Universidade Federal do Ceará (UFC), estudamos as esquerdas armadas locais durante a ditadura. *Além das armas: guerrilheiros de esquerda no Ceará durante a ditadura militar (1968-72)*<sup>1</sup> foi uma das primeiras pesquisas acadêmicas acerca do tema, centrando a atenção em saber quem eram os militantes, compreender suas motivações e abordar as principais ações revolucionárias realizadas no estado.

Descobrimos que, ao contrário de certo senso comum, foi bem intensa no Ceará, entre 1968 e 1972, a atuação da guerrilha, especialmente das organizações Ação Libertadora Nacional (ALN) e Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR). Os ativistas eram, em geral, homens, jovens, estudantes de classe média, inseridos nas tradições do fazer político cearense, marcado há séculos pela violência.

A repressão da ditadura igualmente não foi pequena no estado. No começo dos anos 1970, os agrupamentos acabaram desbaratados, com os militantes sendo torturados e presos. Condenados pela Justiça Militar, boa parte deles iria cumprir as sentenças no recém-inaugurado Instituto Penal Paulo Sarasate (IPPS), situado no município de Aquiraz, na atual Região Metropolitana de Fortaleza (RMF).

Concluído o mestrado, restou-nos uma grande dúvida, o propulsor das curiosidades que movem os historiadores. E após a derrota da guerrilha, o que aconteceu com aqueles jovens ativistas que haviam pegado em armas sonhando em conquistar o poder institucional e criar uma sociedade que julgavam ser melhor para o Brasil? A dúvida permaneceu por anos, pelo não prosseguimento da pesquisa, em virtude dessas veredas tortuosas que a vida tem.

Em 2016, ingressamos no Doutorado Interinstitucional (Dinter) da Universidade Regional do Cariri (URCA) - Universidade Federal Fluminense (UFF). O objeto da pesquisa apresentado era por demais

---

1 FARIAS, José Airton de. *Além das armas: guerrilheiros de esquerda no Ceará durante a Ditadura Militar*. 2007, 201f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2007.

óbvio. A URCA e UFF apresentavam certa tradição em estudos de história política. Não havia locais nem momento mais adequados, então, para pesquisar e responder àquela dúvida.

Eis, portanto, o produto da pesquisa. Neste trabalho, cujo título original é *Pavilhão Sete: experiências dos militantes de esquerda armada nos cárceres cearenses (1971-79)*, tratamos das vivências dos ativistas da luta armada no cumprimento de suas penas no IPPS durante a década de 70. Entendemos aqui experiências num sentido amplo, aquilo que foi vivido, experimentado, pensado.

Apesar da precariedade de fontes, constatamos que, pelo menos, 63 pessoas foram encarceradas ali por razões políticas, sendo 44 delas integrantes de agrupamentos armados. Postos no Pavilhão Sete (P7), os ativistas da guerrilha tiveram de enfrentar novos desafios, o que não os deixou imunes. Na busca por melhores condições de vida ou de sobrevivência dentro dos cárceres, sem deixar de realizar reflexões e autocríticas, os antigos adeptos da luta armada se redefiniram enquanto homens e atores políticos.

Nestas páginas, tratamos do político sob a perspectiva do cotidiano, o que não significa que não realizamos análises mais gerais e nem deixamos de abordar o dinamismo dos contextos. Dessa forma, tendo como referência o pensamento do historiador francês Michel de Certeau<sup>2</sup>, objetivamos na pesquisa compreender como as vivências e práticas cotidianas de militantes de esquerda numa prisão contribuíram e permitiram a reelaboração de suas identidades pessoais e projetos políticos.

Certeau defende que instituições ou regimes, por mais que sejam poderosos e autoritários, a exemplo de prisões em ditaduras, são incapazes de controlar completamente as pessoas. Estas fazem invenções, práticas, usos do cotidiano, visando se contrapor ao poder instituído. Não se descartam os aspectos estruturais da sociedade, mas os homens e mulheres, herdeiros de tradições e experiências, portadores e criadores de saberes, apropriam-se, à sua maneira, dos códigos impostos, buscando subvertê-los em seu proveito. As pessoas criam, inventam e se reinventam.

Certeau diz que:

---

2 CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano*. Petrópolis: Ed. Vozes, 2004.

O cotidiano é aquilo que nos é dado cada dia (ou que nos cabe em partilha), nos pressiona dia após dia, nos oprime, pois existe uma opressão do presente. Todo dia, pela manhã, aquilo que assumimos, ao despertar, é o peso da vida, a dificuldade de viver, ou de viver nesta ou noutra condição, com esta fadiga, com este desejo. O cotidiano é aquilo que nos prende intimamente, a partir do interior. É uma história a meio-caminho de nós mesmos, quase em retirada, às vezes velada.<sup>3</sup>

As relações do cotidiano revelam as relações sociais, culturais, sentimentais, de poder, etc. de grupos. O cotidiano, dessa forma, é politizado, ou seja, Certeau<sup>4</sup> traz o político para dentro do dia-a-dia. O cotidiano não está separado do político, do econômico, dos embates partidários, enfim, das conjunturas. Assim, na mesma linha de abordagem defendida pelas historiadoras Janaina Cordeiro e Livia Goncalves Magalhaes<sup>5</sup>, tratamos aqui do cotidiano inserido no extraordinário. Ou seja, temos como objeto o repetido, o rotineiro, o normal e o ordinal dentro de um contexto de exceção, uma prisão em um regime autoritário, uma ditadura. São aspectos do dia-a-dia como possibilidades de compreensão de determinada sociedade no tempo.

No cotidiano, ainda que sob uma aparente esfera de normalidade social das condições do existir, o indivíduo pode transgredir e mesmo estabelecer outros processos de organização social. Michel de Certeau concebe que as invenções no cotidiano acontecem pelo que chama de *artes de fazer*, astúcias sutis, estratégias e táticas, através das quais as pessoas e grupos vão mudando objetos e códigos, estabelecendo apropriações e reapropriações dos lugares e dos usos conforme os jeitos e necessidades de cada um.

Dessa maneira, por mais que um presídio, como o IPPS, e um regime arbitrário, a exemplo da ditadura civil-militar brasileira (1964-85), tivessem pretensões de controle e submissão dos internos, buscando impor-lhes modelos de conduta, os presos, em particular os presos políticos da instituição, não deixaram de fazer suas próprias práticas. Nesse processo, redefiniram as identidades pessoais e projetos políticos.

---

3 Ibidem, p. 31.

4 Ibidem.

5 CORDEIRO, Janaina. MAGALHÃES, Livia Gonçalves. *Por uma história do cotidiano dos regimes autoritários no século XX*. In <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/iberoamericana/article/viewFile/27337/15618>. Consultado a 25/06/2018.

Entendemos identidade, lembrando Michel Pollak<sup>6</sup>, no sentido da imagem de si, para si e para os outros. Ou seja, a imagem que uma pessoa adquire ao longo da vida referente a ela própria, “a imagem que ela constrói e apresenta aos outros e a si própria, para acreditar na sua própria representação, mas também para ser percebida de maneira como quer ser percebida pelos outros”<sup>7</sup>.

Peter Berger<sup>8</sup> concebe que as identidades são atribuídas pela sociedade, que as deve sustentar com regularidade. Uma pessoa não pode ser humana sozinha e não pode apegar-se a qualquer identidade sem o amparo da sociedade. A identidade se constrói a partir da relação entre o indivíduo e a sociedade. Joel Candau também compreende a elaboração social em permanente construção da identidade, moldada socialmente, “de certa maneira sempre acontecendo no quadro de uma relação dialógica com o outro”<sup>9</sup>.

Para Stuart Hall<sup>10</sup>, tem-se a noção de identidade como um processo, ou seja, uma elaboração social permanente e plural, alterado constantemente e só encerrado com a morte. O indivíduo é composto não de uma única, mas de várias identidades, algumas vezes contraditórias e não-resolvidas. “O próprio processo de identificação, através do qual nos projetamos em nossas identidades culturais, tornou-se mais provisório, variável e problemático”<sup>11</sup>.

Assim, a identidade é móvel, construída e reconstruída em função dos sistemas culturais que rodeiam as pessoas. É definida historicamente, não biologicamente, de modo que não se pode pensar em uma identidade como uma essência unívoca, permanente e inalterável<sup>12</sup>. As identidades são formadas sempre com relação ao outro e ao grupo. O indivíduo molda-se diante da diferença, em aproximações e distanciamentos. O cotidiano, assim, é o lugar onde se constrói e reconstrói a identidade<sup>13</sup>.

---

6 POLLAK, Michael. Memória e identidade social. In: *Estudos Históricos*, 5 (10). Rio de Janeiro, 1992.

7 POLLAK, Michael. *Ibidem*, p. 204.

8 BERGER, Peter. *Perspectivas sociológicas: uma visão humanística*. Petrópolis: Vozes, 1998.

9 CANDAU, Joel. *Memória e identidade*. São Paulo: Contexto, 2011, p. 9.

10 HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A, 1997.

11 *Ibidem*, p. 12.

12 *Ibidem*, p. 13.

13 *Ibidem*.

Tendo tais pressupostos como referências e baseando-se na historiografia<sup>14</sup> e nas entrevistas realizadas na pesquisa, acreditamos que os militantes da esquerda armada tiveram, pelo menos, três grandes construções identitárias, isso sem que um espectro obrigatoriamente excluísse o outro ou que não existissem mesclas ou exceções.

Ao adentrarem no IPPS e nos primeiros anos da década de 1970, os militantes viam-se, sobretudo, como guerrilheiros, presos em virtude de suas ações políticas, alvos da repressão por terem participado de agrupamentos revolucionários, os quais objetivavam derrubar a ditadura e criar um governo popular, talvez de viés socialista. Mesmo nos cárceres, vários deles continuavam acreditando na opção armada e imaginavam que, em breve, poderiam ser libertos ou fugir do presídio, retomando a luta e o projeto revolucionário, sobretudo porque se mostravam esperançosos com a guerrilha do Araguaia, no norte brasileiro.

À proporção que a luta armada foi sendo totalmente desbaratada, cujo marco último foi a derrota no Araguaia, em 1974, e ficava cada vez mais evidente a impossibilidade de continuar a luta revolucionária, os ativistas de esquerda passaram a enfatizar a identidade de presos políticos, já que a ditadura não os reconhecia como tais. Alguns continuavam a acreditar e/ou defender a opção armada, é verdade, embora cada vez maior fosse o número daqueles que realizavam uma autocrítica, no jargão das esquerdas, acerca da viabilidade e dos erros da guerrilha, um grupo que já existia mesmo no começo da década de 1970.

Como essas divergências de perspectivas, os presos políticos, nas práticas e vivências dentro do presídio, buscaram ora enfatizar o

---

14 RIDENTI, Marcelo. Resistência e mistificação da resistência armada contra a ditadura: armadilhas para pesquisadores. In: *Seminário 40 anos do Golpe de 1964*. Rio de Janeiro: 7Letras, 2004. FICO, Carlos. Brasil: a transição inconclusa. In: \_\_\_\_\_; ARAUJO, Maria Paulo; GRIN, Mônica (Orgs.). *Violência na história: memória, trauma e reparação*. Rio de Janeiro: Ponteio, 2012a. AARÃO REIS, Daniel, et al (Org.). *Versões e ficções: o sequestro da História*. São Paulo: Editora Perseu Abramo, 1997. AARÃO REIS, Daniel. *Ditadura e democracia no Brasil: do golpe de 1964 à Constituição de 1988*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014. ARAÚJO, Maria Paula. A luta democrática contra o regime militar, 1974-1985 (estratégias de luta e resistência contra a Ditadura). In: FICO, Carlos, et AL (Org.). *1964-2004: 40 anos do Golpe: ditadura militar e resistência no Brasil*. Rio de Janeiro: 7letras, 2004. RIBEIRO, Flávia Maria Franchini. *Identificações: convergências e divergências entre os presos políticos da ditadura militar*. Disponível em: <http://www.ufjf.br/lahes/files/2010/03/c2-a23.pdf>. Acesso a 26/09/2017.

projeto político revolucionário, ora as melhores condições de existência carcerárias, o que provocou, não raro, alguns atritos. Na segunda metade dos anos 1970, mormente com a intensificação da Campanha da Anistia, em 1977-78-79, e as mudanças que as esquerdas sofriam no Brasil e no mundo, os ativistas, embora continuassem a destacar a condição de presos políticos, enfatizaram a perspectiva de que haviam feito parte da resistência democrática. Haviam pegado em armas, não por um projeto ofensivo de tomada do controle do Estado, mas, sim, para derrubar a ditadura com seus desmandos e autoritarismo e reestabelecer as liberdades políticas do País.

Acreditamos que essas reconstruções de identidades e projetos políticos não aconteceram de modo linear, nem de forma rígida e constante. Aconteceu um longo processo, com idas e vindas, mudanças, avanços, recuos, hesitações, debates acalorados, medos, frustrações. Houve momentos de maior e menor inflexões envolvendo o dinamismo do processo político do País e da ditadura, as mudanças das esquerdas nos anos 1970 no mundo, as peculiaridades da prisão e os próprios contatos e ações dos militantes com outros atores sociais, a exemplos de familiares e amigos, advogados, presos comuns, agentes prisionais e diretores do IPPS.

### **Nosso Tempo**

Este trabalho se insere no âmbito do que vem sendo chamado de *História do tempo presente*, campo alvo cada vez mais das reflexões dos historiadores. O francês Henry Rousso diz que a História do tempo presente concerne ao passado próximo e contemporâneo, aquele para o qual existem ainda testemunhas vivas<sup>15</sup>.

Seria, em outras palavras, uma história de nossa época, do nosso tempo vivido, do século XX e começo do século XXI, embora, como afirma Carlos Fico<sup>16</sup>, essa preocupação historiográfica tivesse sido largamente praticada desde a Antiguidade, passando pela Idade Média e chegando ao Período Moderno. Por algumas décadas, da segunda

---

15 ROUSSO, H. *Sobre a história do tempo presente: uma entrevista com Henry Rousso*. Entrevista concedida a Sílvia Arend e Fábio Macedo. Disponível em <http://www.revistas.udesc.br/index.php/tempo/article/view/705> Acesso a 20/01/2018.

16 FICO, Carlos. História que temos vivido. In VARELLA, Flávia; MOLLO, Helena Miranda; PEREIRA, Mateus; MATA, Sérgio da. (Orgs.). *Tempo presente & usos do passado*. Rio de Janeiro: FGV, 2012b, v. 1, p. 31-49.

metade do século XIX ao começo do século XX, sofreu interdições, em virtude do predomínio do que foi chamada escola metódica. Esta via riscos em abordar o presente, pela falta de distanciamento dos fatos e pelo subjetivismo que atingia o historiador, afora as pressões, paixões e influências políticas que o influenciariam em seu trabalho, pondo em risco, pois, o cientificismo e o objetivo de encontrar a “verdade” da História<sup>17</sup>.

Com a I Guerra Mundial, a História do tempo presente ressurgiu, apesar dos óbices. Constituir-se-ia enquanto campo historiográfico, destacadamente na França, no pós-Segunda Guerra Mundial. Havia muitas reflexões a serem feitas sobre aquele doloroso passado recente, as feridas deixadas com a guerra, como a ocupação nazista, o holocausto, a resistência, os colaboracionistas, etc.

A consolidação do novo domínio historiográfico ocorreu nas três décadas finais do século XX, apresentando como um marco de sua institucionalização a criação, em Paris, do Instituto da História do Tempo Presente, em 1978.

Para o triunfo da História do tempo presente não se podem esquecer as mudanças da própria disciplina História, a partir dos anos 1970-80, com uma nova história cultural e transformações que enfatizaram o subjetivo, o indivíduo, a mentalidade, o cotidiano, a narrativa, o acontecimento, a política, a micro história, etc.

Houve ainda as contribuições da História social inglesa e o contexto da crise do estruturalismo, do marxismo e da História quantitativa. Uma nova História política teve importância no impulso da História do tempo presente, merecendo destaque a produção de René Rémond, responsável pela coordenação da obra *Por uma História política*<sup>18</sup>. Cultura e política daí em diante estiveram cada vez mais entrelaçadas nas pesquisas que tratavam do tempo presente.

Diversos métodos passaram a ser usados nos trabalhos historiográficos, bem como o manuseio de variadas fontes<sup>19</sup>. Teve-se a incorporação da longa duração, o uso de fontes seriadas, o diálogo com outras

---

17 Ibidem.

18 RÉMOND, René (Org.). *Por uma história política*. Rio de Janeiro: UFRJ/Fundação Getúlio Vargas, 1996.

19 FIORUCCI, Rodolfo. *Considerações acerca da História do Tempo Presente*. Revista Espaço Acadêmico, 2011. Disponível em: < <http://www.periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/view/12565/7985>>. Acesso a 22/01/2018.

disciplinas, principalmente a Antropologia, que ajudou na construção de conceitos como cultura-política<sup>20</sup>.

As próprias mudanças conjunturais, como as alterações das relações sociais, com a especialização cada vez maior do trabalho, as mudanças familiares, etc., e expansão da tecnologia, internet, globalização, meios de comunicação, etc. colocaram novos problemas e desafios dos quais os historiadores não puderam se furtar.

Os pesquisadores cada vez mais voltaram suas análises para o tempo presente, um campo até então dominado por jornalistas, cientistas políticos e sociólogos. Não que a reflexão historiográfica seja exclusiva dos historiadores, mas há necessidade de fazê-la com os instrumentais teóricos e metodológicos que permitam análises e entendimentos mais amplos<sup>21</sup>.

A História do tempo presente não pressupõe a abordagem dos fatos e processos do hoje e do contemporâneo por si mesmos, mas a reflexão acerca de eventos e suas conexões ao longo do tempo ou que ainda não estão “fechados”, ainda não estão concluídos. Apresenta, pois, fronteiras móveis<sup>22</sup>.

Há ressalvas ainda à História do tempo presente, é verdade, como a proximidade temporal e o envolvimento do pesquisador com o objeto, que podem comprometer a objetividade da pesquisa, o problema de trabalhar com um processo histórico ainda não encerrado e o risco de se cair no mero relato factual.

Não obstante, tais ponderações sobre a História do tempo presente não dizem respeito apenas a ela. O distanciamento temporal, em si, não garante a objetividade, pois um objeto recuado no tempo pode ser analisado e interpretado sob as mais variadas perspectivas. Hobsbawm diz que a experiência pessoal do indivíduo é moldada pelo tempo em que vive, interferindo em tudo que escreve sobre o presente e o passado<sup>23</sup>.

Pressupor uma objetividade absoluta, uma total imparcialidade e recuperar a totalidade do passado parecem algo cada vez menos

---

20 FONTANA, Josef. “A reconstrução. III: a Escola dos Annales”. In: *\_\_\_História: análise do passado e projeto social*. SP: EDUSC, 1998, pp. 137-154.

21 Ibidem.

22 FICO, Carlos. Op. Cit., 2012b, p. 9.

23 HOBBSAWM, Eric. O presente como história. In: *Sobre história: ensaios*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p.245.

acreditado na historiografia. A História almeja hoje, como diz Carlos Ginzburg, a verossimilhança, isto é, procura o que seria o mais próximo da verdade<sup>24</sup>. Isso não nega, por outro lado, a necessidade na História do tempo presente, do rigor metodológico, de princípios éticos e da honestidade, com atenção para não se deixar levar demasiadamente por ideologias e preferências particulares.

O historiador, para manter a credibilidade de seu trabalho e da disciplina, deve buscar produzir da forma mais centrada possível. A História do tempo presente, assim, não deixa de ser engajada, no sentido da produção do conhecimento e compreensão do mundo atual, mas sem subordinar-se a imposições ideológicas e político-partidárias<sup>25</sup>.

### **Memórias, identidades e testemunhos**

O historiador Carlos Fico<sup>26</sup> lembra que há um debate intelectual sobre como o trauma diante da violência foi um dos traços marcantes da história do século XX. Episódios como o holocausto judeu na II Guerra Mundial, os totalitarismos, o Apartheid e as ditaduras militares da América do Sul foram processos que poderiam ser comparados e mesmo pensados em conjunto.

Paul Ricoeur<sup>27</sup>, não por acaso, dirá que é o horrível que comanda o memorável nos tempos presentes. O historiador Enzo Traverso<sup>28</sup>, ao pensar o século XX, destaca-o como um período que transformou utopias e lutas antissistêmicas em uma centúria de tragédias. Em um tempo de mudanças aceleradas, como as ocorridas no terço final do século passado, houve um pânico público pelos riscos do esquecimento.

A memória, dessa maneira, virou uma “obsessão mundial”, sendo valorizado o testemunho como fonte dentro da historiografia. Ante a escassez de documentos ou dificuldades de acesso a estes, muito da

---

24 GINZBURG, Carlo. *Relações de força: história, retórica, prova*. São Paulo: Cia. Das Letras, 2002.

25 FICO, Carlos. Op. Cit. FIORUCCI, Rodolfo. Op. Cit. BERNSTEIN, Serge; MILZA, Pierre. Conclusão. In. CHAUVEAU, A; TÉTARD, Ph (Orgs.). *Questões para a história do presente*. Bauru: Edusc, 1999.

26 FICO, Carlos. Op. Cit., 2012a, p. 32.

27 Ricoeur, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. São Paulo: Editora da Unicamp, 2007, p. 40

28 TRAVERSO, Enzo. *Historiografía y memoria: Interpretar el siglo XX*. Aletheia, v. 1, n. 2, 2011. Disponível em [http://www.memoria.fahce.unlp.edu.ar/art\\_revistas/pr.4820/pr.4820.pdf](http://www.memoria.fahce.unlp.edu.ar/art_revistas/pr.4820/pr.4820.pdf) Acesso a 10/08/2013

história daqueles eventos foi feita a partir de depoimentos e memórias dos sobreviventes<sup>29</sup>.

A identidade, conforme Joel Candau<sup>30</sup> tem na memória um dos seus elementos constitutivos, capaz mesmo de estruturar grupos humanos. A memória é entendida como uma faculdade humana capaz de conservar experiências do passado sejam acontecimentos, pessoas, personagens ou lugares<sup>31</sup>. Assim, “remete-nos em primeiro lugar a um conjunto de funções psíquicas, graças às quais o homem pode atualizar impressões ou informações passadas, ou que ele representa como passadas”<sup>32</sup>. Candau<sup>33</sup> distingue memórias fracas e fortes. As primeiras não apresentam contornos definidos, sendo superficiais, de modo que dificilmente são compartilhadas pelas pessoas.

As memórias fortes, por outro lado, são capazes de estruturar identidades e, assim, organizar o que o autor denomina *retórica holística*, entenda-se, organizar sentidos para grandes narrativas. Tendo-se em conta o *enquadramento* do passado, ou seja, uma seletividade do vivido a partir do presente, a memória ajuda na construção da identidade, visto que “pela retrospectão o homem aprende a suportar a duração: juntando os pedaços do que foi uma nova imagem que poderá talvez ajudá-lo a encarar a vida presente”<sup>34</sup>. Em outras palavras, a forma como é rememorado o passado determina, no presente, a forma como a identidade é construída, reconstruída ou afirmada.

Candau diz mesmo que “memória é a identidade em ação”<sup>35</sup> e que são fenômenos interligados, verdadeiras vias de mão dupla, pois se memória intervém na construção identitária, a identidade igualmente intervém no processo mnemônico.

(...) se entrecruzam indissociáveis, se reforçam mutuamente desde o momento de sua emergência até o momento de sua dissolução. Não há busca identitária sem memória e, inversamente, a busca memorial é sempre

---

29 FICO, Carlos. Op. Cit., 2012a, p. 3.

30 CANDAU, Joel. Op. Cit.

31 POLLAK, Michael. *Memória, esquecimento, silêncio*. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v.2, n.3, p.3-15, 1989.

32 LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Campinas-SP: Editora da Unicamp, 2003, p. 419.

33 CANDAU, Joel. Op. Cit.

34 Ibidem, p. 15.

35 Ibidem, p. 18.

acompanhada de um sentimento de identidade, pelo menos individualmente<sup>36</sup>.

A História do tempo presente tem grande articulação com a metodologia da História oral, pelas possibilidades da memória e o uso dos depoimentos testemunhais como fontes. A antiga interdição pelo estudo dos períodos históricos recentes implicava em uma desqualificação dos testemunhos diretos e uma sobrevalorização dos documentos escritos. Com as reflexões sobre História e memória, porém, passou-se a aceitar os testemunhos diretos. Conforme o sociólogo Maurice Halbwachs, as pessoas não lembram as imagens do passado como elas aconteceram, mas, sim, conforme as forças sociais do presente que estão agindo sobre os indivíduos. Pierre Nora enfatizou que a eventos são lembrados à luz da experiência subsequente e das necessidades do presente<sup>37</sup>.

A atenção dos historiadores pela memória deu-se em grande parte pela historiografia francesa, especialmente com a história das mentalidades coletivas, surgida na década de 1960. Os riscos do subjetivismo dos relatos orais começaram a ser vistos como elementos a mais para a compreensão e reconstruções do passado.

Michael Pollak diz que “Para poder relatar seus sofrimentos, uma pessoa precisa, antes de mais nada, encontrar uma escuta”<sup>38</sup>. Então, em se abordando eventos como a ditadura civil-militar brasileira, podem vir à tona nos testemunhos lembranças traumatizantes, lembranças que esperavam momento adequado para serem expressas.

Nesse sentido, o depoimento vira mais uma denúncia e uma busca de reparação e justiça, ainda que sob o prisma da história e da memória. Questões como a não punição dos torturadores, a própria ofensiva atual feita por grupos conservadores de relativizar os crimes da ditadura e a consciência de que os antigos militantes de esquerda podem desaparecer em breve, por suas idades avançadas, podem levar os antigos ativistas e familiares a prestarem depoimentos.

Por outro lado, os traumas sociais podem criar uma negação e uma postura de silêncio dos entrevistados acerca de determinados assuntos. Muitas vezes, um sentimento de culpa por alguma conduta.

---

36 Ibidem, p. 19.

37 Apud FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína. *Uso e abusos da História oral*. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1998, p. 8.

38 POLLAK, Michael. Op. Cit., 1989, p.6.

Muitos militantes de esquerda não falam sobre o que foram obrigados a contar às forças de repressão, por colaboração ou por tortura (levando à queda de outros companheiros), e não mencionam em detalhes as ações polêmicas, como o assassinato de um comerciante pela Ação Libertadora Nacional (ANL), no que ficou conhecido como Caso de São Benedito, tratado no capítulo 1 deste livro. Pollak lembra que “as dificuldades e bloqueios que, eventualmente, surgiram ao longo de uma entrevista só raramente resultam de brancos da memória ou de esquecimentos, mas de uma reflexão sobre a própria utilidade de falar e transmitir seu passado”<sup>39</sup>.

No que se refere às vítimas de eventos traumáticos, como no caso da ditadura civil-militar, é muito difícil fugir de uma empatia. Nas várias entrevistas realizadas durante a pesquisa, não foram poucos os momentos de emoção e lágrimas, de parar o microfone um momento tal o impacto e a densidade emocional do assunto. Não obstante, como afirma Carlos Fico, “é preciso distinguir [a simpatia] da ideia de identificação, confusão que conduz à idealização e até à sacralização da vítima”<sup>40</sup>.

Beatriz Sarlo confirma que no meio século que vai do fim da Segunda Guerra Mundial (1939-45) até o presente, a memória ganhou um estatuto quase inquestionável<sup>41</sup>. A autora, todavia, alerta aos historiadores acerca dos perigos sobre o excessivo caráter de verdade atribuído por vezes às memórias, como no caso do holocausto judeu na Europa e das ditaduras militares da América Latina. Para Beatriz Sarlo, um depoimento oral, por si apenas, não tem como escapar ao anacronismo, pois o testemunho sobre o passado é feito no agora, no presente. A isso não pode o pesquisador menosprezar, visto que não há jeito de eliminar tal anacronismo<sup>42</sup>. A autora, ainda que se referindo ao caso da ditadura militar argentina, destaca que os testemunhos das vítimas não escapam às lutas políticas contemporâneas. Não que se deva desprezar o subjetivo na História ou se minimizar as violências praticadas, mas se deve observar que os relatos dos ativistas e seus familiares não são exatamente “a” verdade, “mas testemunhos, com teor

---

39 Ibidem, p. 13.

40 FICO, Carlos. Op. Cit., 2012a, p. 7.

41 SARLO, Beatriz. *Tempo passado: cultura da memória e guinada subjetiva*. São Paulo/Belo Horizonte: Companhia das Letras/UFMG, 2007.

42 Ibidem, p. 59.

ideológico e político, a serem interpretados”<sup>43</sup>. Para tentar minorar esse problema, Sarlo aconselha recorrer a outros tipos de documentos, para fins de comparações e complementações.

A isso some-se uma outra questão, a de interrogar pessoas que já deram muitos depoimentos, como acontece com vários militantes de esquerda. Essas pessoas já apresentam uma memória organizada e cristalizada sobre os acontecimentos, uma versão estruturada ao longo da vida. Em não poucos casos, repetem os relatos dados, com as mesmas palavras e até o tom de voz – já apresentam um discurso pronto para fixar uma imagem na história<sup>44</sup>.

Em geral, nos relatos de guerrilheiros, como afirma Alzira Abreu<sup>45</sup>, há convergências nas reconstituições de fatos, ações, atitudes e valores aceitos como positivos e enaltecidos das condutas dos ativistas de esquerda. Mas quando são confrontados e questionados por temas controversos, como ações violentas e assassinatos, os depoimentos começam a explicitar divergências e a revelar conflitos individuais ou de grupos.

Não raro, algumas das afinidades e divergências entre os agrupamentos dos anos 1960-70 reaparecem nos relatos dos entrevistados, mesmo que os mesmos tenham hoje outras opções políticas ou ideológicas. Na presente pesquisa, percebemos isso quando os ativistas divergiram acerca de uma greve de fome ocorrida em 1974, a primeira realizada no IPPS e que não contou com o apoio de parte dos presos políticos. Tão incômoda a questão que ex-militantes negaram que algum dos companheiros não tivesse participado da greve, enquanto outros entrevistados afirmaram que não lembravam do ocorrido, com visível constrangimento.

A memória, o esquecimento e o silêncio são partes do real em movimento, condicionados a flutuações, transformações, mudanças constantes. Tais mutações da memória acontecem em função do momento em que ela está sendo articulada, em que ela está sendo expressa. O trabalho de organização da memória é sempre parcial. O passado descontínuo é organizado na medida em que fragmentos de lembranças

---

43 Ibidem, p. 61.

44 ABREU, Alzira Alves de. Os anos de chumbo: memória da guerrilha. In: *Entrevistas: abordagens e usos da história oral*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1994.

45 Ibidem.

ças, pedaços de fatos, falas e cheiros ganham sentido a partir de uma necessidade ou desejo do presente<sup>46</sup>. A memória é um objeto de luta pelo poder travada entre classes, grupos e indivíduos. Decidir sobre o que deve ser lembrando e também sobre o que deve ser esquecido integra os mecanismos de controle de um grupo sobre o outro<sup>47</sup>.

Para tanto, memórias são enquadradas, se alimentando do material fornecido pela história, num “trabalho que reinterpreta incessantemente o passado em função dos combates do presente e do futuro”<sup>48</sup>. Exemplo disso é a presente valorização da democracia pela sociedade brasileira em virtude especialmente das décadas de autoritarismo da ditadura civil-militar.

Não por acaso, nas reconstruções das perspectivas de História, os militantes da esquerda revolucionária tendem hoje a classificar sua luta como resistência democrática, enquanto os militares enfatizavam que o golpe de 1964 acontecera para garantir a democracia no País<sup>49</sup>.

Nesta pesquisa, foram dez os entrevistados, dos quais três familiares, dois ex-funcionários do presídio e cinco ex-militantes da luta armada. No caso destes, buscamos uma diversidade das organizações às quais pertenciam, o período em que estiveram presos no IPPS e o tempo de cumprimento de pena. Prestaram depoimento:

- Antônio Rodrigues de Sousa, ex-agente penitenciário do IPPS durante a década de 1970. Continua atualmente como servidor público da Secretaria de Justiça e Cidadania do Ceará (SEJUS), sendo um dos idealizadores da Escola de Gestão Penitenciária e formação para a Ressocialização (EGPR) do Ceará.
- Célio Albuquerque, ex-militante do PCBR. Técnico em cooperativismo. Esteve preso no IPPS em 1971-72.
- Epifânio de Carvalho, funcionário do IPPS nos anos 1970, diretor do presídio no começo da década de 80 e atualmente aposentado.

---

46 FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína. Op. Cit. POLLAK, Michel. Op. Cit., 1989. THOMSON, Alistair. Reconstituo a memória. In: *Projeto história*. São Paulo: EDUC, nº. 15, p. 51-71, 1997.

47 LE GOFF, Jacques. Op. Cit.

48 POLLAK, Michel. Op. Cit., 1989, p. 10.

49 AARÃO REIS, Daniel. RIDENTI, Marcelo, MOTTA, Rodrigo Patto de Sá (Orgs.), *O golpe e a ditadura militar quarenta anos depois (1964-2004)*, EDUSC, 2004.

- Josenilde da Cunha, professora e esposa do ex-presos político Fabiani Cunha. Atualmente aposentada.
- José Machado, professor e ex-militante de ALN e PCBR. Aposentado. Esteve no IPPS em 1972-73.
- Fabiani Cunha, professor e ex-integrante da ALN. Esteve no IPPS entre 1971 - 79. Atualmente aposentado.
- Mário Albuquerque, ex-militante do PCBR e ex-presidente da Associação de ex-presos políticos do Ceará (Associação 64-68) e conselheiro da Comissão de Anistia do Ministério da Justiça. Preso em Pernambuco, esteve no IPPS entre 1975-79.
- Nilvia Maria de Amorim, ex-esposa do ativista William Montenegro. Aposentada.
- Oswald Barroso. Teatrólogo e ex-militante do PCdoB. Esteve no IPPS entre 1977-78.
- William Montenegro, comerciante aposentado e ex-militante da ALN. Esteve no IPPS entre 1971-79.
- Wilson Montenegro, comerciante aposentado, irmão de William Montenegro.

Por iniciativa de Mário Albuquerque, foi criado um grupo de conversas no aplicativo de comunicação *WhatsApp*, reunindo ex-presos políticos, familiares e apoiadores da campanha da Anistia. Este grupo foi de grande valia, pois alguns membros disponibilizaram fotos das visitas que realizavam ao IPPS na década de 70 e das peças de artesanato e de arte produzidos pelos presos políticos. O grupo possibilitou igualmente contato com alguns familiares que moram no exterior e pessoas que, embora não desejando conceder uma entrevista, gentilmente esclareceram dúvidas e fizeram várias observações sobre a prisão, as quais fomos autorizados a reproduzir na tese. Igualmente pelo *WhatsApp* conversamos e esclarecemos alguns pontos com o ex-presos político do IPPS, José Auri Pinheiro, ex-militante do PCdoB. Ainda pelo aplicativo fizemos uma rápida entrevista com o cantor Raimundo Fagner, que no auge de seu sucesso musical, no final dos anos 1970, realizou um show gratuito para todos os internos do IPPS, exigindo a presença dos presos políticos, conforme abordamos no capítulo 4.

## Outras fontes

Afora os depoimentos dos entrevistados, usamos como fontes alguns documentos produzidos pela burocracia da ditadura. Estes documentos foram encontrados no Arquivo Público do Ceará e, sobretudo, na Associação Anistia 64-68. No primeiro, há alguns relatórios do Departamento de Ordem Social e Política (DOPS) sobre os encarcerados do IPPS, especialmente do final dos anos 1970, quando o movimento pela Anistia ganhava fôlego e os presos políticos recorriam a greves de fome e havia denúncias no exterior e na imprensa contra o regime.

No Arquivo Público achamos também alguns relatórios do Serviço Estadual de Informação (SEI), órgão estadual criado em 1971 no objetivo de fazer a espionagem dos “subversivos” no Ceará, num contraponto à centralização do aparato de inteligência nas mãos do governo federal ocorrido durante a ditadura<sup>50</sup>.

A Associação 64/68 foi fundada no ano de 2000, congregando as vítimas da ditadura no Ceará<sup>51</sup>. Na busca por indenizações junto ao Estado e como forma de contar sua história, os membros do grupo se preocuparam em reunir documentos diversos. Materializou-se, assim, o dito por Carlos Fico, sobre como se busca contornar as dificuldades que o Estado ainda hoje impõe em liberar documentos sigilosos da ditadura. Tem-se constituído um acervo documental peculiar, reunido pelas próprias vítimas da repressão na busca por reparações financeiras. São verdadeiros “antidossiês”, o reverso dos velhos dossiês de espionagem<sup>52</sup>.

Na Associação 64/68, há originais e cópias de vários documentos obtidos junto a órgãos de segurança e Justiça Militar ou doados pelos perseguidos pela ditadura. São, em geral, documentos da fase processual, portanto, anteriores à condenação dos militantes na Justiça e cumprimento de suas penas, embora, existam igualmente alguns papéis tratando especificamente dos presos no IPPS, a exemplo de manifestos dos encarcerados e cartas reivindicando melhorias carcerárias junto à direção do presídio e juízo militar.

Nos armários e estantes da Associação 64-68 igualmente encontramos relatórios do Serviço Nacional de Informações (SNI), cartas tro-

50 FICO, Carlos. *Como eles agiam*. Rio de Janeiro: Record, 2001.

51 Vide GONÇALVES, Danyelly Nelin. *O preço do passado: anistia e reparações de perseguidos políticos no Brasil*. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

52 FICO, Carlos. Op. Cit., 2012b, p. 15.

cadaveres entre os militantes e suas famílias, fotos dos ativistas no IPPS e peças de artesanato produzidas pelos presos políticos. Tais peças mereceram uma atenção especial na pesquisa, permitindo analisar os significados que apresentaram para diversos atores sociais e políticos, conforme tratamos no capítulo 2.

Ressalte-se que muitos dos documentos da Associação 64/68 estão reproduzidos nos processos de pedidos de indenização feitos à Comissão Estadual de Anistia Wanda Sidou. Esta foi criada pela Lei 13.202, de 10 de janeiro de 2002, no governo cearense de Tasso Jereissati, mas só foi instalada a 3 de setembro de 2003, pelo governador Lúcio Alcântara. A Comissão apresenta a incumbência de receber e avaliar a procedência dos pedidos de indenização das pessoas detidas sob acusação de terem participado de atividades políticas entre 2 de setembro de 1961 e 15 de agosto de 1979. É formada por representantes de órgãos governamentais e de entidades da sociedade civil, além do Ministério Público Estadual. O nome da Comissão homenageia Wanda Sidou, advogada que se destacou na defesa dos presos políticos no estado, cuja atuação abordamos no capítulo 3<sup>53</sup>.

O ex-funcionário do IPPS, Epifânio de Carvalho, ao conceder-nos entrevista, permitiu a reprodução de alguns documentos e fotos do presídio dos anos 1970, de seu arquivo particular. Seu Epifânio tem a intenção de escrever um livro de memórias. Não há especificamente nenhuma foto ou documento tratando dos presos políticos, mas mesmo assim esse material foi importante, por permitir melhor entendimento da dinâmica de funcionamento do presídio. Seu Epifânio autorizou o uso das fotos na tese.

Podemos afirmar, seguindo Jacques Le Goff<sup>54</sup>, a condição de monumentos dos documentos acima referidos. O monumento é algo que fica, resultado de um esforço voluntário ou involuntário das sociedades históricas em impor às sociedades futuras uma imagem de si próprias. Assim, todo documento é um monumento. O historiador deve entender essa monumentalidade dos documentos e tentar desconstruí-la.

Deve problematizar e refletir criticamente, buscar compreender a intencionalidade, consciente ou não, do documento, analisar as condições históricas nas quais foi produzido, como e por que foi pre-

---

53 OLIVEIRA, Papito (Org.). *Vozes silenciadas*. Fortaleza: Imprensa Universitária, 2009.

54 LE GOFF, Jacques. Op. Cit.

servado, suas relações de poder. Os documentos da Associação 64/68 foram produzidos na conjuntura da ditadura, constituindo-se, como os relatórios dos órgãos de segurança, instrumentos do Estado para espionar e controlar os inimigos políticos. Uma coisa que constatamos é a necessária prudência com tais documentos oficiais. Cruzando-se dados com outros documentos e os depoimentos dos antigos militantes, percebem-se discrepâncias dos relatos sobre vários episódios da luta armada no Ceará. Havia uma competição também entre os órgãos de repressão e espionagem, agentes buscavam “exagerar” nos relatos para se credenciar juntos aos superiores, talvez buscando alguma regalia burocrática ou promoção<sup>55</sup>.

Após décadas nos arquivos, aqueles documentos, ou uma parte deles, foram recolhidos a uma associação de ex-presos políticos na intenção de abordar a história da ditadura e obter indenização do Estado. Embora até hoje não esteja sistematizado, o arquivo da Associação 64-68 é franqueado à consulta de pesquisadores, advogados e demais familiares dos militantes de esquerda na intenção de obterem fundamentação para os pedidos de indenização.

Será que os documentos os quais constroem os militantes ou a memória que buscam estabelecer sobre a ditadura foram mantidos entre as muitas pastas e armários da Associação? A presença ou a ausência de um documento depende de causas humanas e essa constatação não pode escapar da abordagem do historiador<sup>56</sup>.

Empregamos os jornais também como fontes, em especial no capítulo 4. Notamos que após 1973, a imprensa de Fortaleza, depois de noticiar com alarde os crimes dos “terroristas” e os tentos da repressão, parou de se referir praticamente ao assunto. Como diz a historiadora Janaina Cordeiro<sup>57</sup>, isso se deu em virtude de a esquerda armada ter deixado de ser uma ameaça ao governo, destroçada que fora, e porque predominava certo consenso social em torno da ditadura na sociedade.

Apenas no final dos anos 1970 que o principal jornal local, *O Povo*, voltou a tratar dos inimigos encarcerados do governo, não mais tachados de “terroristas”, mas de presos políticos. Não foi possível ter acesso pleno ao outro grande jornal cearense da época, o *Correio do Cea-*

---

55 FICO, Carlos. Op. Cit., 2001.

56 LE GOFF, Jacques. Op. Cit.

57 CORDEIRO, Janaina Martins de. *A ditadura em tempos de milagre: comemorações, orgulho e consentimento*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2015.

*rá*, pertencente ao grupo de comunicação Diários Associados, isso porque a Biblioteca Estadual Menezes Pimentel e sua hemeroteca estavam em reforma e, assim, fechadas ao público. Não obstante, percebemos que os jornais de Recife, ligados aos Diários, reproduziam comumente matérias do *Correio do Ceará*, especificamente sobre o IPPS.

Assim, pesquisamos esses jornais através do site da Biblioteca Nacional, que digitalizou e disponibilizou vários periódicos recifenses. Igualmente consultamos, via internet, os jornais *Folha de São Paulo*, *Estado de São Paulo*, *O Globo*, *Jornal do Brasil* e *Tribuna da Imprensa*, que eventualmente, em particular no final dos anos 1970, trouxeram matérias sobre os presos políticos cearenses.

Analisamos também matérias das revistas *O Cruzeiro* e *Veja* pela internet. Fazendo um contraponto à abordagem da grande imprensa, pesquisamos o jornal alternativo *Mutirão*, ligado às esquerdas e que circulou no estado entre 1977 e 1982. Nas páginas deste periódico, achamos matérias sobre quem eram os presos políticos e quais suas condições de vida no IPPS. As edições de *Mutirão* foram digitalizadas por alunos e professores da Faculdade de Educação da UFC (FACED), sendo os Cd's gentilmente passados pela professora Danielle Rodrigues.

Em março de 2017, após várias negociações com a Secretaria de Justiça do Ceará e diversos atrasos, obtivemos autorização para, enfim, visitar o Instituto Penal Paulo Sarasate, que está desativado desde 2013. Foi um dos momentos mais importantes da pesquisa. Ressalte-se que os arquivos do presídio foram destruídos numa das tantas rebeliões ali realizadas pelos detentos nos anos 1990. Mesmo assim, a experiência foi válida e rica, visto que, acompanhado por dois ex-presos políticos, Mário Albuquerque e Fabiani Cunha, pudemos tirar várias dúvidas sobre as práticas cotidianas no presídio, as ressignificações dos espaços e as divergências políticas entre os ativistas dentro do IPPS.

## **Historiografia da luta armada e ditadura**

Para bem compreender o objeto da pesquisa, fez-se necessário um levantamento sobre a historiografia da luta armada das esquerdas durante a ditadura civil-militar. É possível enquadrar esta em pelo menos quatro abordagens<sup>58</sup>.

---

58 CARDOSO, Lucileide. *Criações da memória: defensores e críticos da ditadura*

A memória mais conhecida é manifestada em obras como *1968–o ano que não terminou*, do jornalista Zuenir Ventura<sup>59</sup>, que fala da atuação das classes médias cariocas no agitado ano de 1968, e *O que é isso, companheiro?*, do ex-guerrilheiro Fernando Gabeira<sup>60</sup>, que conta a história do sequestro do embaixador norte-americano Charles Elbrick no Rio de Janeiro em 1969 pelas organizações armadas Ação Libertadora Nacional (ALN) e Movimento Revolucionário 8 de outubro (MR-8).

Tais obras mostram a ação das esquerdas, sobretudo, como uma grande aventura, quase no limite da irresponsabilidade, com ações “piradas”, engraçadas e equivocadas, apesar de bem intencionadas. Os militantes são retratados, na maioria, como ingênuos, dotados de puros e ilusórios desejos, e que não apresentavam condições de enfrentar o profissionalismo da ditadura. Em consequência, pagaram um preço alto, fracassando.

Há explicações para o porquê do sucesso daqueles livros e as memórias conciliatórias construídas<sup>61</sup>. Deve-se em parte à maneira pela qual chegou ao fim a própria ditadura civil-militar brasileira, um processo de transição pactuada, seguro para as forças até então no comando do Estado, fruto de acordo entre os setores governantes e as forças oposicionistas conservadoras e liberais. Assim, no contexto da abertura lenta, segura e gradual da ditadura e da transição democrática da Nova República (final dos anos 1970 e começo dos 80), vários segmentos sociais desejavam recuperar a história agitada dos anos 1960/70 numa visão reconciliatória, sem revanchismos ou ódios, numa postura de paz e concórdia<sup>62</sup>.

---

(1964-1985). Cruz das Almas/BA: UFRB, 2012. AARÃO REIS, Daniel. Um passado imprevisível: a construção da memória da esquerda nos anos 60. In: \_\_\_\_\_, et al (Org.). *Versões e ficções: o sequestro da História*. São Paulo: Editora Perseu Abramo, 1997.

59 VENTURA, Zuenir. *1968–O ano que não terminou*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1988.

60 GABEIRA, Fernando. *O que é isso, companheiro?* São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

61 Vide igualmente ROLLEMBERG, Denise. Esquecimento das memórias. João Roberto Martins Filho (Org.). *O golpe de 1964 e o regime militar*. São Carlos: Ed.UFS-Car, 2006.

62 AARÃO REIS, Daniel, et al (Org.). *Versões e ficções: o sequestro da História*. São Paulo: Editora Perseu Abramo, 1997. SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. Crise da ditadura militar e o processo de abertura política no Brasil, 1974-85. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Org.). *O Brasil republicano*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, V 4.

Outra abordagem, já dentro de uma produção historiográfica, está em livros como *Combate nas trevas*<sup>63</sup> e *O fantasma da revolução brasileira*<sup>64</sup>. A primeira obra, de Jacob Gorender, militante do PCB (Partido Comunista Brasileiro) e um dos fundadores do PCBR (Partido Comunista Brasileiro Revolucionário), trata das motivações teóricas das esquerdas e suas razões para lutar contra a ditadura, discorrendo sobre a trajetória dos principais agrupamentos comunistas. Narra ainda casos que marcaram os movimentos socialistas no período, a exemplo das mortes de Marighela e Lamarca, atentados e ações de expropriações (assaltos). Gorender trata ainda da estrutura institucional de repressão e de vários casos de torturas e mortes. Já o segundo trabalho, de Marcelo Ridenti, apesar de igualmente abordar os grupos socialistas – destacando a perda de hegemonia do PCB após o golpe de 64 –, busca analisar outros aspectos, a exemplo da produção cultural dos anos 1960 (cinema, música popular, teatro, literatura) e da composição social das organizações que partiram para a luta armada, as quais, isoladas e sem apoio do resto da sociedade, acabaram massacradas pela ditadura no começo dos anos 1970.

Os próprios títulos das obras de Gorender e Ridenti revelam um pouco da abordagem: a luta contra uma ditadura brutal, tenebrosa, em busca de uma imagem fugidia, um fantasma, a revolução. A luta iniciou-se por pressão do Estado autoritário, que foi aos poucos limitando as margens de ação política da oposição, silenciando-a e massacrando-a numa sanha assassina. Vítimas da ditadura, as esquerdas teriam passado para a resistência democrática.

Mas as esquerdas não teriam sido apenas vítimas do regime. Havia por parte de agrupamentos uma postura ofensiva, revolucionária, de discussão da luta armada para a implantação do socialismo no Brasil, mesmo antes do golpe de 1964, embora a implantação da ditadura tenha aguçado a opção pela guerrilha. Os ativistas isolaram-se dos demais segmentos sociais e não perceberam os contextos político e econômico nacionais do começo dos anos 1970. Seus objetivos políticos socialistas e a opção pelas armas não seduziram o grosso da sociedade. Além disso, segmentos da esquerda não

---

63 GORENDER, Jacob. *Combate nas trevas*. São Paulo: Ática, 1999.

64 RIDENTI, Marcelo. *O fantasma da revolução brasileira*. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1993.

apresentavam grandes preocupações com ideais de “democracia burguesa”, desprezados francamente em seus documentos<sup>65</sup>.

É com esse outro olhar que caminha uma terceira abordagem historiográfica, em obras como *A revolução faltou ao encontro*, de Daniel Aarão<sup>66</sup>, *Esquerdas revolucionárias e luta armada*, de Denise Rollemberg<sup>67</sup>, e *Além do golpe*, de Carlos Fico<sup>68</sup>. Para tais pesquisadores, um grupo dissidente de militantes socialistas do começo dos anos 1960 rompeu com as concepções defensivistas e de formação de frentes contra o imperialismo e as ações das elites nacionais, posturas comuns aos partidos comunistas latino-americanos de então, e passou a colocar como desafio imediato de suas reflexões a *conquista do poder político/institucional*.

Os exemplos internacionais mostravam a possibilidade de a revolução triunfar nesta parte do mundo: Cuba, Che Guevara, Independência da Argélia, a Guerra do Vietnã, os movimentos socioculturais da Europa e da China... O sistema capitalista estaria em crise, vacilava. Para os ativistas da esquerda brasileira, chegara a hora do assalto aos céus. Não era mais morrer pela revolução, mas lutar e matar por ela. A vanguarda revolucionária começaria a luta, sendo seguida pelas massas, acreditavam.

Não existiam, entretanto, as condições para o ataque final ao capitalismo. A ditadura contava com o apoio de expressivos segmentos sociais, sobretudo na fase do milagre econômico, no início dos anos 1970, e o grosso da sociedade não concordava com o projeto revolucionário/socialista dos agrupamentos, nem com a estratégia da luta armada<sup>69</sup>. A historiadora Janaina Cordeiro chega mesmo a questionar a ideia de “porões da ditadura”, ou seja, de que o “milagre econômico” distraía a população enquanto o regime massacrava seus opositores. Ao contrário, o combate aos grupos comprometidos com uma revolu-

---

65 AARÃO REIS, Daniel. *Ditadura militar, esquerda e sociedade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

66 AARÃO REIS, Daniel. *A revolução faltou ao encontro*. São Paulo: Brasiliense, 1990.

67 ROLLEMBERG, Denise. *Esquerdas revolucionárias e luta armada*. In: FERREIRA, Jorge, e DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. *O Brasil republicano*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, volume IV, 2003.

68 FICO, Carlos. *Além do golpe*. Rio de Janeiro: Record, 2004.

69 CORDEIRO, Janaina Martins de. *A ditadura em tempos de milagre: comemorações, orgulho e consentimento*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2015.

ção socialista e a manutenção da ordem seriam elementos que suscitavam o apoio de expressivos setores da sociedade à ditadura<sup>70</sup>.

Os militares e seus apoiadores não deixaram de endossar sua visão acerca do que se sucedera no Brasil entre 1964-85. Contra o que se considerava a vitimização das esquerdas e mentiras, desde a segunda metade dos anos 1980 surgiram obras de integrantes e simpatizantes da ditadura. É o caso, por exemplo, do livro *Rompendo o silêncio*, do coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra<sup>71</sup>, chefe do Destacamento de Operações de Informação-Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-CODI), em São Paulo entre 1970 e 1974, e responsável por várias mortes e casos de torturas durante o regime militar<sup>72</sup>.

Ustra justificou sua publicação sob o argumento de “defesa da pátria e da juventude” contra “a história como um panfleto” que estaria sendo escrita pela esquerda. Defendeu a ditadura e, curiosamente, supervalorizou a força dos que chamou grupos “terroristas de esquerda”, o que significa considerar que os agrupamentos apresentavam grande capilaridade social. Via-se como um soldado, que cumpria sua missão na defesa da pátria contra a “ameaça comunista”.

Ainda na segunda metade dos anos 1980, o general e ministro do exército, Leônidas Pires Gonçalves, autorizou a preparação de uma versão escrita dos militares sobre a ditadura. Surgiu, assim, o *Projeto Orvil* (livro, escrito ao contrário). O resultado foi, dois anos depois, um volumoso trabalho de quase mil páginas, justificando o golpe e a ditadura como forma última e legítima de barrar as ações das esquerdas, as quais poderiam levar à implantação no Brasil de uma ditadura socialista. No clima de valorização da democracia de então, no qual poucos assumiam a defesa do regime recém-caído, o livro acabou não sendo publicado, embora, clandestinamente, os escritos circulassem entre aquelas que defendiam a “verdade” sobre os anos de chumbo. Apenas no começo da presente década, a obra foi, enfim, levada ao público<sup>73</sup>. Tal publicação não parece ser por acaso, mas, sim, um contraponto de setores conservadores contra o que consideram desman-

---

70 Ibidem, p. 97.

71 USTRA, Carlos Alberto Brilhante. *Rompendo o silêncio*. Brasília: Editorial, 1987.

72 Relatório da Comissão Nacional da Verdade. [www.cartacapital.com.br/.../comissao-da-verdade.../relatorio.../Relatorio\\_Final\\_CNV\\_VolumeII](http://www.cartacapital.com.br/.../comissao-da-verdade.../relatorio.../Relatorio_Final_CNV_VolumeII) Consultado a 24/09/2017.

73 MACIEL, Lício. NASCIMENTO, José Conegundes (Orgs). *Tentativas de tomada do poder (Orvil)*. São Paulo: Schoba, 2012.

dos das esquerdas no comando do País, desde 2002, com as eleições e reeleições de Luís Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff, e o teor do que consideraram “revanchismo” da Comissão da Verdade, do governo federal, que entre 2012 e 2014, buscou investigar os atentados aos direitos humanos cometidos pelos agentes do Estado brasileiro do período de 1946 a 1988<sup>74</sup>.

Nos últimos anos, novas pesquisas historiográficas estão diversificando as abordagens, indo além dos estudos sobre os sentidos e porquês da luta armada. Com o distanciamento temporal, sobretudo para os mais jovens historiadores, e menor envolvimento emocional com o tema, outras reflexões e conhecimentos estão sendo produzidos. São trabalhos sobre gênero, exilados, artes, Igreja, estudantes, cinema, ente outros temas. Jean Rodrigues Sales, por exemplo, abordou os impactos da Revolução Cubana sobre o pensamento e organização dos grupos armados comunistas brasileiras<sup>75</sup>. Isabel Cristina Leite<sup>76</sup>, por sua vez, trabalhou a cultura política comunista das organizações guerrilheiras nos anos 1960-70, sobre como os defensores da luta armada reproduziam muitas das tradições dos antigos militantes do PCB (Partido Comunista Brasileiro) e da ala radical do nacional-estatismo, por mais que os tachassem de “reformistas”.

No Ceará, acerca da ditadura militar, merecem destaque trabalhos como *Estudantes em movimento, Fortaleza, 1969-1979*, de Niedja Portugal<sup>77</sup>, *Memória de luta*, de Edmilson Maia Júnior<sup>78</sup> e *Foi assim*, de Braúlio Ramalho<sup>79</sup>, tratando do movimento estudantil. Nilton Almei-

---

74 ARAUJO, Maria Celina. Limites políticos para a transição democrática no Brasil. In. \_\_\_\_\_; FICO, Carlos; GRIN, Mônica (Orgs.). *Violência na história: memória, trauma e reparação*. Rio de Janeiro: Ponteio, 2012.

75 SALES, Jean Rodrigues. *O impacto da Revolução Cubana sobre as organizações comunistas brasileiras (1959-74)*. 2015, 250f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2015.

76 LEITE, Isabel Cristina. *Apontamento sobre as tradições da cultura política de comunistas e trabalhistas entre as organizações guerrilheiras dos anos 1960-70. Sæculum*—Revista de História, João Pessoa, DH/ UFPB, n. 24, jan./ junho. 2011.

77 PORTUGAL, Niedja. *Estudantes em movimento*. 2008, 132 f. Fortaleza: Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2008.

78 MAIA JÚNIOR, Edmilson. *Memória de luta*. 2002, 242 f.: Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2002.

79 RAMALHO, Braúlio. *Foi assim: o movimento estudantil no Ceará (1928-1968)*. Fortaleza: ABC Editora, 2002.

da<sup>80</sup>, em *Os ferroviários na cartografia de Fortaleza: rebeldes pelos caminhos de ferro*, aborda os trabalhadores da estrada de ferro após o golpe de 64. Ana Rita Fonteles Duarte, com *Memórias em disputa e jogos de gênero: o Movimento Feminino pela Anistia no Ceará (1976-1979)*<sup>81</sup> e André Pinheiro de Souza, com *Do Movimento Feminino pela Anistia (MFFPA-CE) ao Comitê Brasileiro pela Anistia (CBA-CE): as motivações e os caminhos percorridos pela anistia política no Ceará (1975 a 1980)*<sup>82</sup> tratam da mobilização local pela Anistia. João Batista Teófilo<sup>83</sup>, autor de *Imprensa, ditadura e abertura política. Entre consentimentos, atritos e ambivalências. A atuação dos jornais cearenses Correio da Semana e O Povo (1974-1985)*, pesquisou sobre a imprensa local e a ditadura.

Especificamente sobre os militantes comunistas, merecem atenção as pesquisas locais dos historiadores Andreyson Silva Mariano<sup>84</sup>, *Uma esquerda em silêncio: militantes trotskistas em Fortaleza no período 1963-70*, sobre as experiências dos adeptos de Leon Trotsky na capital cearense; de Henri Costa<sup>85</sup>, *Eleição é tapeação – luta armada é solução: leituras, experiências e construção do consensus bellicu marxista cearense (1962-76)*, sobre as experiências e leituras feitas pelos guerrilheiros antes e durante a luta armada; e do sociólogo José Gerardo Vasconcelos<sup>86</sup>,

---

80 ALMEIDA, Nilton. *Os ferroviários na cartografia de Fortaleza: rebeldes pelos caminhos de ferro*. 2009. 306 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2009.

81 DUARTE, Ana Rita Fonteles. *Memórias em disputa e jogos de gênero: o Movimento Feminino pela Anistia no Ceará (1976-1979)*. 2009, 232f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2009.

82 SOUZA, André Pinheiro de. *Do Movimento Feminino pela Anistia (MFFPA-CE) ao Comitê Brasileiro pela Anistia (CBA-CE): as motivações e os caminhos percorridos pela anistia política no Ceará (1975 a 1980)*. 2012, 165 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2012.

83 SILVA, João Batista Teófilo. *Imprensa, ditadura e abertura política. Entre consentimentos, atritos e ambivalências. A atuação dos jornais cearenses Correio da Semana e O Povo (1974-1985)*. 2015, 229 f. Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2012.

84 MARIANO, Andreyson Silva. *Uma esquerda em silêncio: militantes trotskistas em Fortaleza no período 1963-70*. 2011, 188 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2011.

85 COSTA, Henri. *Eleição é tapeação – luta armada é solução: leituras, experiências e construção do consensus bellicu marxista cearense (1962-76)*. 2009, 197 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2009.

86 VASCONCELOS, José Gerardo. *Memórias do silêncio: militantes de esquerda no Brasil autoritário*. Fortaleza: EUFC, 1989.

*Memórias do silêncio: militantes de esquerda no Brasil autoritário*, que busca entender as representações dos militantes de esquerda e suas famílias no avivamento de acontecimentos produtores de atos heroicos, dentro das disputas entre as organizações políticas.

Igualmente merece destaque a produção da socióloga Danyelle Gonçalves<sup>87</sup>, com *O preço do passado: anistia e reparação de perseguidos políticos no Brasil*, abordando os valores, disputas e representações acerca das indenizações pagas recentemente pelo Estado brasileiro às vítimas da ditadura.

### **Histórias nos cárceres**

Não foi intenção da pesquisa realizar comparações entre processos históricos envolvendo presos políticos de temporalidades e espaços diversos, apesar de ocasionalmente fazê-las, quando necessário para melhor entendimento do objeto estudado. Feita a ressalva, importa destacar que as trajetórias dos ativistas da esquerda no IPPS guardaram semelhanças, mesmo com variações de espacialidades e temporalidades, com as vivências de presos políticos em outros presídios do País. Tal constatação é perceptível em várias obras literárias, acadêmicas e de cunho biográfico.

Uma das produções mais lembradas acerca do tema é *Memórias do cárcere*, do alagoano Graciliano Ramos<sup>88</sup>. O livro, publicado em 1953, pode ser visto como um texto autobiográfico de Graciliano e traz aspectos variados sobre a história política brasileira dos anos de 30. Acusado de ligações com o Partido Comunista Brasileiro (PCB), o autor escreveu sobre as traumáticas experiências vividas quando de sua prisão no Rio de Janeiro, no ano de 1936, durante o governo de Getúlio Vargas.

Após a derrota da chamada Intentona Comunista, em 1935, seguiu-se uma onda de perseguição e prisões de militantes de esquerda e comunistas. Oprimidos e submetidos à rígida disciplina, sobretudo no presídio da Ilha Grande, os presos apresentaram degradação física e psicológica. Sem provas de ligações com os comunistas, Graciliano foi liberto em janeiro de 1937.

---

87 GONÇALVES, Danyelly Nelin. *O preço do passado: anistia e reparações de perseguidos políticos no Brasil*. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

88 RAMOS, Graciliano. *Memórias do cárcere*. 40. ed. São Paulo: Record, 2004.

O livro de Ramos permite a reflexão acerca da dinâmica cotidiana de uma prisão, a exemplo do medo da morte e violência, a solidão, as dificuldades do dia-a-dia no que toca à alimentação, dormida, saúde, limpeza, etc. e como o ambiente prisional busca despersonalizar os indivíduos (cabelos raspados, nomes suprimidos, etc.)<sup>89</sup>. Pela pena de Graciliano Ramos, se desnuda uma sociedade tutelada por um governo autoritário. Apesar do tom pessimista do texto, o autor não deixa de destacar as lutas e táticas dos aprisionados para sobreviver, a exemplo das greves de fome, bem como a solidariedade entre os militantes de esquerda, expressa bem na organização e atuação do chamado *coletivo*, órgão de organização e representação dos presos<sup>90</sup>.

A existência dos coletivos seria comum entre os ativistas de esquerda nas prisões, existindo em vários presídios do Brasil durante a ditadura civil-militar, a exemplo do IPPS. Graciliano aborda igualmente outros elementos que encontramos em nossa pesquisa com os internos políticos cearenses, conforme vimos no corpo do livro: as oposições entre as facções militantes, as diferenças sociais entre os próprios presos políticos, o abismo entre teoria e prática, as relações com os presos comuns, as dificuldades de lidar com o tempo ocioso<sup>91</sup>.

Joana Santos Rolemberg Côrtes fez pesquisa sobre o presídio político pernambucano de Itamaracá<sup>92</sup> no período da ditadura civil-militar. A partir do depoimento de ex-presos políticos, fotografias e cartas, sobremaneira as escritas por seu pai, Côrtes apresentou a tensão cotidiana em que viviam os ativistas de esquerda naquela instituição prisional. Enfatizou a fragilidade física e emocional dos ativistas ao chegarem ao presídio e o alívio inicial por terem escapado da morte nos aparatos de tortura. Abordou também a solidariedade, a reivindicação dos militantes para serem reconhecidos como presos políticos, a busca por uma privacidade e individualidade e suas mobilizações para denunciar a ditadura. Igualmente destacou como fatores externos

---

89 ALVES, Fábio César. *Vivência, reflexão e combate: sobre Memórias do cárcere*. 2013, 221f. Tese (Doutorado em Teoria Literária e Literatura Comparada) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

90 Ibidem.

91 Ibidem, p. 41

92 CÔRTEZ, Joana Santos Rolemberg. *Dossiê Itamaracá: cotidiano e resistência dos presos políticos da Penitenciária Barreto Campelo, na ilha de Itamaracá-PE (1973-79)*. 2012, 196 f. Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica da São Paulo, São Paulo, 2012.

repercutiram em Itamaracá, a exemplo da Campanha da Anistia e a mobilização de familiares.

A Penitenciária Barreto Campelo, na ilha de Itamaracá, foi inaugurada dois anos após o IPPS, em 1972, passando a receber os presos políticos no ano seguinte. Verificou-se ali também o pressuposto de levar para longe dos olhares da coletividade, para uma ilha, aqueles que afrontaram a ordem social, visto que até então, de forma semelhante a Fortaleza, a principal cadeia local, a Casa de Detenção de Recife, localizava-se no centro da capital pernambucana.

Em outras palavras, erguer a cadeia numa ilha era forma de isolar os infratores da sociedade. O discurso para exaltar a construção da prisão de Itamaracá foi o da humanização e ressocialização dos internos, o que, na prática, não se verificou. Joana Santos Rolemberg Côrtes definiu os contatos entre os dirigentes da instituição e os presos políticos como quase permanentemente de embates e confrontos, ao passo que em nossa pesquisa sobre o presídio cearense, embora também abordando tensões e atritos, demos atenção às fendas e brechas criadas pelos ativistas para atenuar ou contornar as imposições e arbítrios da ditadura ao longo dos anos.

A autora concebe que a atuação do coletivo dentro de Itamaracá visava sobremaneira a um tratamento digno<sup>93</sup>, enquanto, como vimos nos capítulos desta obra, a atuação do coletivo no IPPS não descartou aspectos ideológicos e partidários, principalmente devido à influência do PCdoB no presídio cearense. As questões ideológico-partidárias chegavam mesmo a interferir nas relações entre os próprios presos políticos cearenses.

Na tese *Memórias dos cárceres: os testemunhos e as lutas dos presos políticos no Brasil*, Janaina de Almeida Teles<sup>94</sup> trabalha com o depoimento de 90 ex-ativistas encarcerados durante a ditadura civil-militar, centrando a atenção em diversos aspectos da organização cotidiana a elementos mais gerais, como censura, Justiça Militar, etc.

A autora enfatiza como as reconstruções das memórias, bloqueios e esquecimentos podem revelar as divergências entre os militantes e grupos sociais. Das divergências surgem distintas análises acerca da ditadura militar e da luta armada, sobremaneira quanto a enquadrar esta como re-

---

93 Ibidem, p. 63.

94 TELES, Janaína de Almeida. *Memórias dos cárceres da ditadura: os testemunhos e as lutas dos presos políticos do Brasil*. 2011, 519 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade de São Paulo, 2011.

sistência em virtude do projeto ofensivo de tomada do poder pelos agrupamentos revolucionários nos anos 1960.

Em mais de 500 páginas, Teles trata de uma gama ampla de temas, alguns dos quais importantes para a reflexão sobre as experiências dos presos políticos do IPPS. Defende, por exemplo, que se a conjuntura política ajuda a entender o cotidiano dos presos políticos, os testemunhos do cotidiano dos guerrilheiros permitem esclarecer aspectos da história factual. “Entrelaçando o público e o privado, os relatos dos presos políticos nos oferecem pistas para interpretar a cultura e a política nacionais”<sup>95</sup>.

A autora aborda as polêmicas sobre como os internos tratavam os militantes que haviam revelado algo aos órgãos de repressão, ainda que sob sevícias<sup>96</sup>. Ratifica a ideia do presídio como um local de solidariedade entre os presos políticos e de como a rotina e o trabalho eram importantes para a recuperação física e psicológica dos internos<sup>97</sup>. Alerta para a variedade de tratamentos dados aos ativistas de esquerda nos vários presídios do País – alguns destes foram mais repressores, outros mais brandos, como no caso do cearense Paulo Sarasate. Diz que embora a regra fosse separar presos comuns e políticos (uma exigência dos próprios militantes), houve casos de convivência direta, como na Casa de Detenção de São Paulo, em 1970<sup>98</sup>.

Janaina Teles destaca ainda a importância das visitas para amenizar o isolamento imposto aos presos políticos, denunciar a ditadura e estabelecer contatos com o mundo externo<sup>99</sup>. Cita como a censura de livros e materiais de leitura e da produção artesanal dos presos políticos deu-se em várias instituições prisionais, ensejando lutas e táticas dos internos para burlá-la.

A pesquisadora trata dos diversos objetivos das greves de fomes feitas pelos militantes, fosse por melhores condições carcerárias, por solidariedade a companheiros de outros presídios ou por questionar o projeto da Lei da Anistia desejado pelo governo ditatorial<sup>100</sup>. Não deixa, por fim, de abordar as lutas dos presos em favor da Anistia<sup>101</sup>.

---

95 Ibidem, p. 61.

96 Ibidem, p. 183.

97 Ibidem, p. 210.

98 Ibidem, p. 214.

99 Ibidem, p. 237.

100 Ibidem, p. 285.

101 Ibidem, p. 385.

Flávia Maria Franchini Ribeiro<sup>102</sup> pesquisou sobre a Penitenciária Regional José Edson Cavalieri, em Juiz de Fora (MG), conhecida como presídio de Linhares. O presídio mineiro funcionou como prisão política entre 1967 e 1980, ficando sob a administração do exército<sup>103</sup>, ao contrário do IPPS, que nos anos 1970 foi gerido por coronéis da Polícia Militar, por indicação do governo cearense.

Franchini centra sua atenção em questões políticas, como a resistência e os embates com a ditadura, embora não deixe de falar das práticas cotidianas dos internos, dos mecanismos desenvolvidos para sobreviver nas prisões. A pesquisadora trabalha especialmente com Erving Goffman, que enxerga a prisão como instituição total, capaz de submeter e destruir a identidade dos encarcerados, numa verdadeira “mortificação do eu”<sup>104</sup>.

Conforme Franchini, também se verificou em Linhares a materialização do princípio de construir a prisão num local distante, numa zonal rural, para, assim, isolar os criminosos da sociedade, apesar do argumento de sua recuperação e ressocialização<sup>105</sup>. Em Linhares chegou a haver a morte de um preso político, Milton Soares de Castro, em 1967<sup>106</sup>, mas, conforme Flávia Maria Franchini Ribeiro, as tensões e disciplinas foram sendo atenuadas ao longo dos anos<sup>107</sup>. As celas eram individuais e os presos podiam ficar perambulando pelos corredores durante o dia, sendo recolhidos apenas à noite.

A autora destaca ainda a importância do coletivo para os internos e o fato de que, ao contrário do presídio cearense, era vedado o manuseio de facas pelos presos políticos, inclusive nas oficinas de artesanato. Contrariando igualmente o que se dava no IPPS, não era permitido aos ativistas de esquerda no Presídio de Linhares o direito de produzir os próprios alimentos<sup>108</sup>.

---

102 RIBEIRO, Flávia Maria Franchini. *A subida do monte purgatório*. 2007, 243 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2007.

103 *Ibidem*, p. 42.

104 GOFFMAN, Erving. *Manicômios, prisões e conventos*. São Paulo: Ed Perspectiva, 1996.

105 RIBEIRO, Flávia Maria Franchini. *Op. Cit.*, p. 45.

106 *Ibidem*, p. 62.

107 *Ibidem*, p. 82.

108 *Ibidem*, p. 99.

Flávia Maria Franchini Ribeira entende que os carcereiros tinham, no geral, quanto às relações com os presos políticos, uma postura mais de omissão que cumplicidade, apesar de haverem ocorrido algumas proximidades<sup>109</sup>. Após o período 1968-72, com a redução do número de presos políticos, verificaram-se maiores dificuldades de mobilização dos encarcerados por seus direitos em Linhares<sup>110</sup>. Em 1971, chegaram a realizar duas greves de fome por melhoria das condições carcerárias<sup>111</sup>.

Em *Revolucionários, bandidos e marginais: presos políticos e comuns sob a ditadura militar*, Cátia Farias<sup>112</sup> trata de duas questões principais. A primeira, se a organização criminosa Comando Vermelho teria surgido do contato com os presos políticos na prisão da Ilha Grande, no Rio de Janeiro, o que a pesquisadora nega. No IPPS percebemos também a relutância e o medo dos presos políticos em manter contato com os encarcerados comuns. A segunda questão diz respeito à recusa da ditadura em admitir que mantivesse presos políticos, o que permitiu que assaltantes de bancos, ao serem enquadrados juntos com os militantes da esquerda armada na Lei de Segurança Nacional (LSN), convivessem com estes nos presídios. Não foi à toa a luta dos ativistas para serem reconhecidos como presos políticos, como se deu no IPPS.

Cátia Faria também abordou detalhes sobre como os ativistas da esquerda armada, por seus “crimes de sangue”, ficaram de fora da Lei da Anistia, de 1979, e como foram libertos após alteração da Lei de Segurança Nacional, sem os benefícios legais que receberam os anistiados.

Registros parecidos com o que percebemos nas entrevistas com os presos políticos do IPPS encontramos no livro *Tiradentes, um presídio da ditadura*, organizado por Alípio Freire, Izaías Almada e Granville Ponde<sup>113</sup>. A obra traz textos das memórias de 35 de militantes de esquerda encarcerados naquela instituição prisional paulista. Há uma tentativa de escapar à vitimização dos ativistas, ou seja, de vê-los não

---

109 Ibidem, p. 104.

110 Ibidem, p. 54.

111 Ibidem, p. 107.

112 FARIA, Catia. *Revolucionários, bandidos e marginais: presos políticos e comuns sob a Ditadura Militar*. 2005, 134 f. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2005.

113 FREIRE, Alípio; ALMADA, Izaías; PONCE, Granville (Org). *Tiradentes, um presídio da ditadura*. São Paulo: Scipione, 1997.

apenas como vítimas do arbítrio do regime. São abordadas suas experiências cotidianas e os projetos políticos das esquerdas para a sociedade. O livro dá atenção às ponderações dos ativistas sobre o significado da prisão. Para alguns deles, devia-se nos cárceres, manter a luta e o embate com a ditadura, conservando o projeto revolucionário. Para outros militantes, a prisão era um momento de analisar e repensar a guerrilha e compreender as razões políticas que levaram ao revés da luta armada. E existiam os presos que achavam que não havia nada mais a fazer, senão esperar o cumprimento da pena e até abandonar a militância e os projetos revolucionários<sup>114</sup>. Essas divergentes perspectivas provocavam tensões dentro do presídio paulista, de forma parecida com o que aconteceu no Paulo Sarasate.

Embora não tratando diretamente de presos políticos, teve relevo, para a presente pesquisa, o livro do já citado Erving Goffman, *Manicômios, prisões e conventos*<sup>115</sup>, que desnuda as relações de poderes entre os diversos grupos que vivem e transitam no que o autor chama de instituições totais. Apesar de não concordarmos que uma instituição seja capaz de controlar por completo os indivíduos a ponto de mortificar suas identidades, as ideias de Goffman nos trouxeram boas reflexões sobre as vivências dos internos de uma prisão. Não poderíamos deixar de nos referir ao livro do sociólogo Kiko Goifman, *Valetes em slow motion*<sup>116</sup>, acerca das vivências e compreensão do tempo por internos em presídios paulistas dos anos 90. A partir do trabalho deste sociólogo, realizamos ilações entre diversos elementos comportamentais e práticas cotidianas do universo prisional que guardavam sentidos parecidos com o que percebemos no Paulo Sarasate duas décadas antes.

Outra obra que ajudou na reflexão desta pesquisa foi *Vigiar e Punir*, de Michel Foucault<sup>117</sup>. Este destacou que a prisão atual, com a pena de encarceramento e privação de liberdade, está vinculada à própria consolidação do capitalismo nos séculos XVIII e XIX. Em vez dos suplícios, torturas e execuções públicas, típicos da Idade Média, o sistema jurídico ocidental da Idade Moderna passou a enxergar as pri-

---

114 Ibidem, p. 345.

115 GOFFMAN, Erving. *Manicômios, prisões e conventos*. São Paulo: Ed Perspectiva, 1996.

116 GOIFMAN, Kiko. *Valetes em slow motion: a morte do tempo na prisão*. Campinas-SP: Editora da UNICAMP, 1998.

117 FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. Petropólis: Vozes, 1987.

sões como forma de supostamente corrigir os indivíduos. Tal objeto, de “recuperar” os encarcerados, é visível nos discursos de governantes e da imprensa quando da inauguração do Instituto Penal Paulo Sarasate (IPPS), em 1970, conforme abordamos no capítulo 1.

Para Foucault<sup>118</sup>, com a prisão moderna, intencionou-se criar corpos dóceis e indivíduos úteis e produtivos – não por acaso, uma preocupação dos dirigentes do IPPS, percebida ao longo desta pesquisa, foi o de ocupar os presos, fossem políticos ou comuns, com trabalho. A tal controle social, Foucault<sup>119</sup> chamou *poder disciplinar*.

O pensador francês aponta como um dos símbolos dessa vigilância e controle social moderno o *panóptico*, ideia do filósofo britânico Jeremy Bentham, no século XVIII. O *panóptico* consistia numa prisão construída com vários compartimentos em forma circular, com uma torre de vigilância ao centro. Assim, um único guarda poderia vigiar todas as celas sem que os prisioneiros soubessem ao certo se estavam sendo observados<sup>120</sup>.

O *panóptico* inspirou o projeto arquitetônico de inúmeras prisões, fábricas, asilos e escolas, como podemos perceber na estrutura do Instituto Penal Paulo Sarasate, em que a partir de uma área central (“jaula”), existente em cada andar dos pavilhões, se podia observar as galerias e as celas dos presos.

A possibilidade de vigilância, ampliada para outras relações sociais, implicaria a internalização da submissão por parte dos indivíduos, o que, como buscamos mostrar na pesquisa, não se implementa por completo, visto que o homem comum resiste, burla, subverte poderes, busca artifícios diante dos mecanismos e instituições que tentam controlá-lo e domesticá-lo.

Não fomos capazes de encontrar, na presente pesquisa, nenhum trabalho acadêmico tratando especificamente dos presos políticos nos presídios cearenses. Sobre o sistema carcerário local, há a produção de Silvana Fernandes Mariz<sup>121</sup>, que aborda as primeiras prisões cearenses, nos períodos colonial e imperial. A estudante de jornalismo Gabriela

---

118 Ibidem

119 Ibidem

120 Ibidem, p. 166.

121 MARIZ, Silvana Fernandes. *Oficina de satanás: a Cadeia Pública de Fortaleza (1850-1889)*. 2004, 156 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2004.

Neres<sup>122</sup> realizou monografia de conclusão de curso intitulada *IPPS: memórias encarceradas*. Foi um dos primeiros trabalhos acadêmicos sobre o presídio, inaugurado em 1970, no contexto do milagre econômico da ditadura e do processo de explosão urbana de Fortaleza. A pesquisa de Neres traz vários dados e referências de fontes sobre a fundação do presídio. Um dos capítulos é dedicado aos “subversivos”, termo pelo qual os presos políticos eram conhecidos dentro do IPPS. Em alguns momentos, a obra peca por certos anacronismos. Apesar deste senão, a pesquisa, pelo próprio tema e pioneirismo, e submetida aos questionamentos do Historiador, teve relevância para a presente tese.

---

122 NERES, Gabriela. *IPPS: memórias encarceradas*. 2015, 184f. Monografia (Graduação em Comunicação Social) – Faculdade 7 de Setembro, Fortaleza, 2015.

## POSFÁCIO

Em 1964, o Brasil sofreu um golpe civil-militar que destituiu o então presidente João Goulart e mergulhou o país em um regime ditatorial que durou mais de vinte anos. Um dos aspectos marcantes da ditadura implantada foi a tentativa de realizar um controle total do sistema político, utilizando para isso desde a propaganda até a tortura e morte de seus opositores.

Várias foram as formas de reação da sociedade à ditadura militar, dentre as quais está a tentativa de enfrentamento armado por uma parte da esquerda brasileira. Esse tipo de atuação rompia com uma tradição relativamente longa de ação das esquerdas, que não tinham em seu horizonte imediato, no início dos anos 1960, uma proposta de chegada ao poder através da violência. Inclui-se aqui o principal partido de esquerda no período, o Partido Comunista Brasileiro (PCB). Os militantes que participaram da luta armada contra o regime, bem como de outras formas de oposição, pagaram um duro preço por suas atuações políticas. Banimento, morte e exílio foram alguns dos caminhos por eles trilhados.

O livro que o leitor acaba de ler, porém, tem como tema um aspecto que foi pouco estudado dessa história recente do país. Por que, diferentemente do tema das ações armadas, a experiência da prisão não atraía a atenção de jovens pesquisadores? Seria esta experiência uma representação da derrota da luta de uma geração? Ou, será que estudá-la significaria reascender aquilo que foi usado pelos ditadores como exemplo de vitória de seu regime? Seja como for, o fato é que o assunto passou despercebido até recentemente aos historiadores.

Neste livro, ao contrário do entendimento da prisão como uma simples derrota, Aírton de Farias nos mostra que a partir de um estudo sobre a experiência de presos políticos é possível discutir muitos temas importante para a compreensão desse capítulo da história das esquerdas e da sociedade brasileira. Para além dos méritos gerais do livro, quero destacar três elementos que me pareceram particularmente relevantes para aqueles que se interessam pela história das esquerdas brasileiras.

Um primeiro aspecto diz respeito ao necessário alargamento do período da experiência da chamada luta armada contra a ditadura militar. É evidente que as ações armadas propriamente ditas cessaram por vota de 1972, entre as organizações que atuavam nas cidades e, em

1974, no cenário do campo, com o fim da guerrilha do Araguaia. Porém, para além desses marcos temporais, o livro de Aírton pode apontar para a experiência da prisão (e eu acrescentaria também do exílio), como ocasiões em que os militantes fizeram uma reflexão crítica sobre a luta armada, aderindo a outros projetos de engajamento político e social, ou, em muitos casos, abandonando as atividades partidárias. Nesse sentido, vista a partir de um processo mais amplo, foi na prisão (e no exílio) que a luta armada como proposta política foi superada pelas esquerdas brasileiras.

Outro aspecto importante no trabalho, o qual, diga-se de passagem, é um dos pontos fortes do livro, é o das transformações pessoais e subjetivas sofridas pelos militantes presos no decorrer de quase uma década de prisão. O cárcere, neste caso, permitiu que os militantes pudessem refletir sobre a singularidade das experiências vividas por cada um deles própria experiência.

O terceiro aspecto diz respeito à impossibilidade, imposta pelos presos políticos, de controle total de seus corpos e de seus desejos por parte dos ditadores. Diferentemente do que foi planejado pelo regime, ao colocá-los em um presídio afastado da capital do Ceará, foram os presos que adaptaram o espaço à sua posição de presos políticos. Aos poucos, criaram condições para diversas atividades coletivas, assim como para a privacidade pessoal.

Hoje o país vive um momento de grave crise política, em que suas instituições fundamentais funcionam precariamente ou condicionam suas ações a interesses partidários. Além do golpe parlamentar, sofrido pela presidenta Dilma Roussef, reverberam na cena nacional a criminalização dos movimentos sociais e a prisão de seus líderes. Tratam-se de tentativas de impedir qualquer tipo de oposição ao projeto político econômico que tomou o poder na esteira do golpe de 2016. Oxalá, assim como nos anos 1970, a prisão daqueles que lutam contra um sistema que discrimina raça, religião, gênero e classe, não consiga impedir que sonhos e ideias progressistas continuem livres e possam voltar a construir um Brasil justo para todos e todas.

**Jean Rodrigues Sales**

Professor da graduação e pós-graduação em História da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Campus Nova Iguaçu.

## FONTES

### Jornais

Correio do Ceará-CE (1970/1973)  
Diário de Pernambuco-PE (1970/1979)  
Folha de São Paulo-SP (1970/1979)  
Jornal do Brasil-RJ (1970/1979)  
Mutirão-CE (1977/1980)  
Movimento-RJ (1979)  
O Estado de São Paulo-SP (1970/1979)  
O Globo-RJ (1970/1979)  
O Povo-CE (1970/1979)  
Tribuna da Imprensa-RJ (1970/1979)

### Revistas

O Cruzeiro (1970/1971)  
Veja (1970/1980)

### Internet

Site da biblioteca Nacional (<https://www.bn.gov.br>)  
Site da *Comissão Nacional da Verdade* (<http://cnv.gov.br>)  
Site do jornal Diário do Nordeste (<http://diariodonordeste.verdesmares.com.br>)  
Site do jornal Folha de São Paulo (<https://www.folha.uol.com.br>)  
Site do jornal O Estado de São Paulo (<http://www.estadao.com.br>)  
Site do jornal O Globo (<https://oglobo.globo.com>)  
Site do jornal O Povo (<http://www.opovo.com.br>)  
Site do portal jornalístico Tribuna do Ceará (<http://tribunadoceara.uol.com.br>)

### Acervo da Comissão Estadual de Anistia Wanda Sidou

Processo de Requerimento de Indenização de Aimberê Botelho do Amaral

Processo de Requerimento de Indenização de Antônio Esperidião Neto  
Processo de Requerimento de Indenização de Célio Miranda de Albuquerque  
Processo de Requerimento de Indenização de Dower Moraes Cavalcante Filho  
Processo de Requerimento de Indenização de Fabiani Cunha  
Processo de Requerimento de Indenização de Fernando José Bastos Macambira  
Processo de Requerimento de Indenização de Francisco Sales de Oliveira  
Processo de Requerimento de Indenização de Francisco William de Montenegro Medeiros  
Processo de Requerimento de Indenização de Hélio Pereira Ximenes  
Processo de Requerimento de Indenização de João Alves Gondim Neto.  
Processo de Requerimento de Indenização de João Xavier de Lacerda  
Processo de Requerimento de Indenização de José Bento da Silva  
Processo de Requerimento de Indenização de José Duarte  
Processo de Requerimento de Indenização de José Ferreira de Alencar  
Processo de Requerimento de Indenização de José Ferreira Lima  
Processo de Requerimento de Indenização de José Gerônimo de Oliveira  
Processo de Requerimento de Indenização de José Machado Bezerra  
Processo de Requerimento de Indenização de José Tarcísio Crisóstomo Prata  
Processo de Requerimento de Indenização de Mário Miranda de Albuquerque  
Processo de Requerimento de Indenização de Paulo Fernandes Magalhães dos Santos  
Processo de Requerimento de Indenização de Swami Cunha  
Processo de Requerimento de Indenização de Valdemar Rodrigues Meneses.  
Processo de Requerimento de Indenização de Vicente Walmick Almeida Vieira  
Processo de Requerimento de Indenização de Waldenilo Balaio da Silva Junior

### **Acervo da Associação 64-68 Anistia**

A documentação não está sistematizada. Olhando os armários da instituição, encontramos:

Cópia do Inquérito Policial Militar (IPM) sobre a subversão no Ceará em 1964.

Fotos dos presos políticos no presídio nos anos 1970 e de peças de artesanato ali produzidas.

Pasta IPPS: Carta ao Ilmo. Senhor diretor do Instituto Penal Paulo Sarasate, datada de 17 de outubro de 1975. Carta ao Ilmo. Senhor diretor do Instituto Penal Paulo Sarasate, datada de 28 de julho de 1975. Carta ao Ex. Sr. Dr. Juiz Auditor da 10ª Circunscrição Judiciária Militar, datada de 12 de agosto de 1975. Carta a Sra. Presidente do Movimento Feminino pela Anistia (Ceará), de 7 de março de 1978.

Regulamento para a cozinha [dos preso políticos no IPPS], sem data.

Relatório do IV Exército com análise de carta enviada por Mário Albuquerque a Fabiani Cunha, datada de 6 de junho de 1972.

Relatório do Serviço Nacional de Informações, datado de 31 de maio de 1974.

Relatório do Serviço Nacional de Informações, datado de 4 de junho de 1974.

### **Acervo do Arquivo Público do Estado do Ceará**

Pasta DOPS: Relatório de 15.08.1977. Relatório de 09.11.1977.

### **Acervo de Epifânio Carvalho**

Fotos diversas

Instituto Penal Paulo Sarasate (IPPS)- Apresentação, sem data.

Relação das pessoas que dirigiram o IPPS desde 1971 até o presente - datada de 09/05/95.

### **Acervo de Ernesto Rodrigues Sales**

Álbum familiar (via dispositivo de comunicação WhatsApp)

### **Acervo de Niedja Miranda de Albuquerque**

Álbum familiar (via dispositivo de comunicação WhatsApp)

### **Acervo de Sayonara Balaio**

Álbum familiar (via dispositivo de comunicação WhatsApp)

### **Acervo de Josenilde Cunha**

**Álbum familiar e peças de artesanato**

### **Acervo de Nilvia Maria de Amorim**

Peças de Artesanato

### **Filme**

*Subversivos*. Direção e produção: Felipe Barroso. Fortaleza: Felipe Barroso Filmes, 2014, dvd.

### **Entrevistados**

Antônio Rodrigues, entrevistado a 5 de julho de 2016.

Célio Albuquerque, entrevistado a 8 de julho de 2016.

Epifânio de Carvalho, entrevistado a 13 de junho de 2016.

Josenilde da Cunha, entrevistada a 21 de setembro de 2016.

José Machado, entrevistado a 4 de agosto de 2016.

Fabiani Cunha, entrevistado a 28 de março de 2017.

Mário Albuquerque, entrevistado a 14 de abril de 2016.

Nilvia Maria de Amorim, entrevistada a 25 de julho de 2016.

Oswald Barroso, entrevistado a 6 de setembro de 2017.

William Montenegro, entrevistado a 2 de agosto de 2016.

Wilson Montenegro, entrevistado a 3 de agosto de 2016.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AARÃO REIS, Daniel. *A revolução faltou ao encontro*. São Paulo: Brasiliense, 1990.
- \_\_\_\_\_. et al (Org.). *Versões e ficções: o sequestro da História*. São Paulo: Editora Perseu Abramo, 1997.
- \_\_\_\_\_; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto de Sá (Orgs.), *O golpe e a ditadura militar quarenta anos depois (1964-2004)*. Bauru-SP: EDUSC, 2004.
- \_\_\_\_\_. *Ditadura e democracia no Brasil: do golpe de 1964 à Constituição de 1988*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.
- ABREU, Alzira Alves de. Os anos de chumbo: memória da guerrilha. In: *Entrevistas: abordagens e usos da história oral*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1994.
- ALMEIDA, Hermínia Tavares de; WEIS, Luis. Carro-zero e pau-de-arara: o cotidiano da oposição de classe média ao regime militar. In: NOVAIS, Fernando A. (Org.). *História da vida privada no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, volume IV, 1998.
- ALMEIDA, Nilton. *Os ferroviários na cartografia de Fortaleza: rebeldes pelos caminhos de ferro*. 2009. 306 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2009.
- ALVES, Fábio César. *Vivência, reflexão e combate: sobre Memórias do cárcere*. 2013, 221f. Tese (Doutorado em Teoria Literária e Literatura Comparada) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.
- ARAÚJO, Paulo César de. *Eu não sou cachorro, não: música popular ca-fona e ditadura militar*. Rio de Janeiro: Record, 2015.
- ARAUJO, Maria Celina. Limites políticos para a transição democrática no Brasil. In: \_\_\_\_\_.; FICO, Carlos; GRIN, Mônica (Orgs.). *Violência na história: memória, trauma e reparação*. Rio de Janeiro: Ponteio, 2012.
- ARAUJO, Maria Paula Nascimento. *A utopia fragmentada: as novas esquerdas no Brasil e no mundo na década de 1970*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000.
- \_\_\_\_\_. A luta democrática contra o regime militar, 1974-1985 (estratégias de luta e resistência contra a Ditadura). In: FICO, Carlos, et AL (Org.). *1964-2004: 40 anos do Golpe: ditadura militar e resistência no Brasil*. Rio de Janeiro: 7letras, 2004.

\_\_\_\_\_. Esquerdas, juventude e radicalidade na América Latina nos anos 1960 e 1970. In: \_\_\_\_\_. FICO, Carlos. FERRREIRA, Marieta. QUADRAT, Samantha (Orgs.). *Ditadura e democracia na América Latina*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008.

\_\_\_\_\_. Memória e debate sobre a luta armada no Brasil e na Argentina. In: QUADRAT, Samantha Viz; ROLLEMBERG, Denise; (Orgs.). *A construção social dos regimes autoritários*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO. *Brasil: nunca mais*. Petrópolis: Vozes, 2001.

AZEVEDO, Kátia. *Mutirão: jornal alternativo do Ceará (1977/1982)*. Fortaleza: Museus do Ceará, 2002.

BARROS, Manuel de Souza. *Arte, folclore e subdesenvolvimento*. Rio de Janeiro: Itambé, 1979.

BARROSO, Oswald. *Poemas do cárcere e da liberdade*. Fortaleza: Editora e Gráfica Lourenço Filho Ltda, 1979.

BERGER, Peter. *Perspectivas sociológicas: uma visão humanística*. Petrópolis: Vozes, 1998.

BERSTEIN, Serge. A cultura política. In: RIOUX, Jean-Pierre e SIRINELLI, Jean-François (dir.). *Para uma história cultural*. Lisboa: Editorial Estampa, 1998.

\_\_\_\_\_; MILZA, Pierre. Conclusão. In: CHAUVEAU, A; TÉTARD, Ph (Orgs.). *Questões para a história do presente*. Bauru: Edusc, 1999.

BOBBIO, Noberto. *Dicionário de política*. Brasília: Editora Universidade de Brasília: São Paulo: Imprensa Oficial de São Paulo, 2000.

BURKE, Peter. *Testemunha ocular: História e imagem*. Bauru (SP): EDUSC, 2004.

CALVEIRO, Pilar. *Poder e desaparecimento: os campos de concentração na Argentina*. São Paulo: Boitempo, 2013.

CANDAU, Joel. *Memória e identidade*. São Paulo: Contexto, 2011.

CARDOSO, Célia Pedroso. *Os signos da opressão: história e violência nas prisões brasileiras*. São Paulo: Arquivo do Estado, Imprensa oficial do Estado, 2002.

CARDOSO, Flavio Teles. *Traduzindo a tradição: a construção do significado do artesanato no Ceará contemporâneo (1987-2002)*. 2010, 130f.

Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2010.

CARDOSO, Lucileide. *Criações da memória: defensores e críticos da ditadura (1964-1985)*. Cruz das Almas/BA: UFRB, 2012.

CORDEIRO, Janaina Martins de. *A ditadura em tempos de milagre: comemorações, orgulho e consentimento*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2015.

\_\_\_\_\_. Milagre, ordem e progresso: naturalização da violência e crescimento econômico em tempos de ditadura. In: \_\_\_\_\_; CARVALHO, Keila; SOUZA, César. *O país do futuro: modernidade, modernização e imaginário coletivo no Brasil Republicano*. Curitiba: Editora Prisma, 2018.

\_\_\_\_\_. MAGALHÃES, Livia Gonçalves. *Por uma história do cotidiano dos regimes autoritários no século XX*. In <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/iberoamericana/article/viewFile/27337/15618>. Consultado a 25/06/2018.

CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano*. Petrópolis: Ed. Vozes, 2004.

CHAUÍ, Marilena. *Conformismo e resistência*. São Paulo: Brasiliense, 1993.

CÔRTEZ, Joana Santos Rolemberg. *Dossiê Itamaracá: cotidiano e resistência dos presos políticos da Penitenciária Barreto Campelo, na ilha de Itamaracá-PE (1973-79)*. 2012. 196 f. Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica da São Paulo, São Paulo.

COSTA, Henri. *Eleição é tapeação – luta armada é solução: leituras, experiências e construção do consensus bellicu marxista cearense (1962-76)*. 2009, 197 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2009.

COSTA, Maria Clélia Lustosa da. Fortaleza: expansão urbana e organização do espaço. In: SILVA, Borzachiello da. CAVALCANTE, Tércia Correia. DANTAS, Eustógio (Orgs.). *Ceará: um novo olhar geográfico*. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2007.

CUNHA, Diogo. Das catacumbas: os homens da Igreja e a renovação do catolicismo durante a ditadura civil-militar no Brasil. In: AARÃO REIS, Daniel; CORDEIRO, Janaina Martins; LEITE, Isabel Cristina; SILVEIRA, Diego Omar de (Orgs.). *À sombra das ditaduras*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2014.

DUARTE, Ana Rita Fonteles. *Memórias em disputa e jogos de gênero: o Movimento Feminino pela Anistia no Ceará (1976-1979)*. 2009, 232f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2009.

FALCÃO, Marcius Tullius Soares. *Dois cadeias, dois contextos, duas épocas!* 2003, 143f. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas e Sociedade) – Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2003.

FARIA, Catia. *Revolucionários, bandidos e marginais: presos políticos e comuns sob a Ditadura Militar*. 2005, 134 f. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2005.

FARIAS, José Airton de. *Além das armas: guerrilheiros de esquerda no Ceará durante a Ditadura Militar*. 2007, 201f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2007.

FÊLIX, Keile Socorro Leite. *Espíritos inflamados: a construção do Estado nacional brasileiro e os projetos políticos no Ceará (1817-1840)*. 2010, 231 f. Fortaleza: Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2010.

FERREIRA, Jorge. *Trabalhadores do Brasil: o imaginário popular*. Rio de Janeiro: Ed. da Fundação Getúlio Vargas, 1994.

\_\_\_\_\_. *Prisioneiros do Mito*. Niterói: EdUFF; Rio de Janeiro: MAUAD, 2002.

FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína. *Uso e abusos da História oral*. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1998.

FONTANA, Josef. “A reconstrução. III: a Escola dos Annales”. In: \_\_\_\_\_. *História: análise do passado e projeto social*. SP: EDUSC, 1998, pp. 137-154.

FICO, Carlos. *Como eles agiam*. Rio de Janeiro: Record, 2001.

\_\_\_\_\_. *Além do golpe*. Rio de Janeiro: Record, 2004.

\_\_\_\_\_. *A negociação parlamentar da anistia de 1979 e o chamado “perdão aos torturadores”*. Revista Anistia Política e Justiça de Transição, Brasília, Ministério da Justiça, n.4, p.318-333, jul./dez. 2010.

\_\_\_\_\_. *Brasil: a transição inconclusa*. In: \_\_\_\_\_. ARAUJO, Maria Paulo; GRIN, Mônica (Orgs.). *Violência na história: memória, trauma e reparação*. Rio de Janeiro: Ponteio, 2012a.

\_\_\_\_\_. *História que temos vivido*. In VARELLA, Flávia; MOLLO, Helena Miranda; PEREIRA, Mateus; MATA, Sérgio da. (Orgs.). *Tempo pre-*

- sente & usos do passado. Rio de Janeiro: FGV, 2012b, v. 1, p. 31-49.
- \_\_\_\_\_. *História do Brasil contemporâneo*. São Paulo: Contexto, 2016.
- FIORUCCI, Rodolfo. *Considerações acerca da História do Tempo Presente*. Revista Espaço Acadêmico, 2011. Disponível em: < <http://www.periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/view/12565/7985>>. Acesso a 22/01/2018.
- FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. Petrópolis: Vozes, 1987.
- FRANCO JÚNIOR, Hilário. *A dança dos deuses: futebol, sociedade, cultura*. São Paulo: Cia. das Letras, 2007.
- FREIRE, Alípio; ALMADA, Izaías; PONCE, Granville (Org). *Tiradentes, um presídio da ditadura*. São Paulo: Scipione, 1997.
- GABEIRA, Fernando. *O que é isso, companheiro?* São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- GOFFMAN, Erving. *Manicômios, prisões e conventos*. São Paulo, Editora Perspectiva, 1974.
- GOIFMAN, Kiko. *Valetes em slow motion: a morte do tempo na prisão*. Campinas-SP: Editora da UNICAMP, 1998.
- GONÇALVES, Danyelly Nelin. *O Preço do passado: anistia e reparações de perseguidos políticos no Brasil*. São Paulo: Expressão Popular, 2009.
- GORENDER, Jacob. *Combate nas trevas*. São Paulo: Ática, 1999.
- GINZBURG, Carlo. *Relações de força: história, retórica, prova*. São Paulo: Cia. Das Letras, 2002.
- HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A, 1997.
- GREEN, James. *Quem é o macho que quer me matar?: Homossexualidade masculina, masculinidade revolucionária e luta armada brasileira dos anos 1960 e 1970*, 2012. Disponível em: <http://www.corteidh.or.cr/tablas/r33222.pdf>. Acesso a 27/12/2018.
- HOBSBAWM, Eric. O presente como história. In: *Sobre história: ensaios*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- JUCÁ, Gisafran. *Verso e reverso do perfil urbano de Fortaleza*. São Paulo: Annablume, 2000.
- LEMENHE, Maria Auxiliadora. *Família, tradição e poder: o (O) caso dos coronéis*. São Paulo: Annablume, 1996.

- KONDER, Leander. *A poesia de Brecht e a História*, In: <http://www.iea.usp.br/publicacoes/textos/konderbrecht.pdf> Acesso a 07/02/2018
- KUSHNIR, Beatriz. Cães de guarda: jornalistas e censores. In AARÃO REIS, Daniel e outros. *O golpe e a ditadura militar*. São Paulo: EUSC, 2004.
- \_\_\_\_\_. Desbundar na TV: militantes da VPR e seus arrependimentos. In: ROLLEMBERG, Denise; QUADRAT, Samantha Viz (orgs). *A construção social dos regimes autoritários*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.
- LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Campinas-SP: Editora da Unicamp, 2003.
- LEITE, Isabel Cristina. *Apontamento sobre as tradições da cultura política de comunistas e trabalhistas entre as organizações guerrilheiras dos anos 1960-70*. *Sæculum*–Revista de História, João Pessoa, DH/ UFPB, n. 24, jan./junho. 2011.
- MAIA JÚNIOR, Edmilson. *Memória de luta*. 2002, 242 f.: Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2002.
- MACIEL, Lício. NASCIMENTO, José Conegundes (Orgs). *Tentativas de tomada do poder (Orvil)*. São Paulo: Schoba, 2012.
- MAYOL, Pierre. Morar. O bairro. In: CERTEAU, Michel; GIARD, Luce; MAYOL, Pierre (Orgs.). *A invenção do cotidiano 2–Morar, cozinhar*. Petrópolis: Vozes, 1996.
- MARIANO, Andreyson Silva. *Uma esquerda em silêncio: militantes trotskistas em Fortaleza no período 1963-70*. 2011, 188 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2011.
- MARIGHELA, Carlos. *Mini-manual do guerrilheiro urbano*. Junho 1969. <http://brasil.indymedia.org/media/2008/06/422822.pdf>. Acesso a 27/02/2017.
- MARIZ, Silvana Fernandes. *Oficina de satanás: a Cadeia Pública de Fortaleza (1850-1889)*. 2004, 156 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2004.
- MELLO, Luiz Gonzaga de. *Antropologia cultural: iniciação, teoria e temas*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.
- MEIRELLES, Renata. *Contra a tortura: a Anistia Internacional durante a Ditadura Militar no Brasil*. XVIII Simpósio Nacional de História – anais eletrônicos. Florianópolis, 2015. Disponível em <http://www.snh2015>.

anpuh.org/resources/anais/39/1426185442\_ARQUIVO\_anpuh\_Renata\_meirelles.pdf Acesso a 14/01/2018

MILLS, C. Wright. *Sobre o artesanato intelectual e outros ensaios*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2009.

MOG, William. *Fronteiras intangíveis: um olhar sobre o espaço público do Parque Germânia em Porto Alegre/RS*. In: <https://www.ufrgs.br/gpit/wp-content/uploads/2017/06/fronteirasintang.pdf> Acesso a 4/11/2017.

MOTA, Arodo. *História política do Ceará (1945-85)*. Fortaleza: Stylus Comunicações, 1985.

MOTA, Sílvio. *Rebeldes*. Fortaleza: Expressão Gráfica, 2009.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. A cultura política comunista. In: \_\_\_\_\_; NAPOLITIANO, Marcos; CZAJKA, Rodrigo. *Comunistas brasileiros: cultura política e produção cultural*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2013.

MOURÃO, Mônica. *Memórias clandestinas*. Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora, 2005.

NAPOLITANO, Marcos. *1964: história do regime militar*. São Paulo: Contexto, 2018.

NERES, Gabriela. *IPPS: memórias encarceradas*. 2015, 184f. Monografia (Graduação em Comunicação Social) – Faculdade 7 de Setembro, Fortaleza, 2015.

NOVA, Cristiane, e NÓVOA, Jorge (Org). *Carlos Marighela: o homem por trás do mito*. São Paulo: Editora UNESP, 1999. MAGALHÃES, Mário. *Marighela: o guerrilheiro que incendiou o mundo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

OLIVEIRA, Papito (Org.). *Vozes silenciadas*. Fortaleza: Imprensa Universitária, 2009.

PARENTE, Francisco Josênio Camelo. *A fé e a razão na política*. Fortaleza: Edições UFC/Edições UVA, 2000.

PERICÁS, Luiz Bernardo. *Os cangaceiros: ensaio de interpretação Histórica*. São Paulo: Boitempo, 2010.

POLLAK, Michael. *Memória, esquecimento, silêncio*. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v.2, n.3, p.3-15, 1989.

\_\_\_\_\_. Memória e identidade social. In: *Estudos Históricos*, 5 (10). Rio de Janeiro, 1992.

- PINHEIRO, Francisco José. *Notas sobre a formação social do Ceará (1680-1820)*. Fortaleza: Fundação Ana Lima, 2008.
- PONTES, Albertina Mirtes de Freitas. *A cidade dos clubes: modernidade e glamour na Fortaleza de 1950-70*. Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora, 2005.
- PORTO, Eymard. *Babaquara, chefetes e cabroeiros*. Fortaleza: Fundação Waldemar Alcântara, 1988.
- PORTO, Márcio de Souza. *Modernidade e catolicismo: o episcopado de Dom José de Medeiros Delgado no Ceará (1963-1973)*. 2014, 240f. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Ceará, Departamento de Sociologia, Fortaleza, 2014.
- PORTUGAL, Niedja. *Estudantes em movimento*. 2008, 132 f. Fortaleza: Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2008.
- QUADRAT, Samantha Viz. A oposição à Unidade Popular. In: \_\_\_\_\_; ROLLEMBERG, Denise; (Orgs). *A construção social dos regimes autoritários*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.
- \_\_\_\_\_. *Memória direitos humanos e política na Argentina contemporânea*. In: <http://www.uff.br/ichf/anpuhrio/Anais/2002/Comunicacoes/Quadrat%20Samantha%20V.doc>. Acesso a 20/08/07.
- RAMALHO, Braúlio. *Foi assim: o movimento estudantil no Ceará (1928-1968)*. Fortaleza: ABC Editora, 2002.
- RAMOS, Graciliano. *Memórias do cárcere*. 40. ed. São Paulo: Record, 2004.
- RELATÓRIO DA COMISSÃO DA VERDADE. In: [www.cartacapital.com.br/.../comissao-da-verdade.../relatorio.../Relatorio\\_Final\\_CNV\\_VolumeII](http://www.cartacapital.com.br/.../comissao-da-verdade.../relatorio.../Relatorio_Final_CNV_VolumeII) Acesso a 24/09/2017.
- RÉMOND, René (Org.). *Por uma história política*. Rio de Janeiro: UFRJ/ Fundação Getúlio Vargas, 1996.
- RIBEIRO, Flávia Maria Franchini. *A subida do monte purgatório*. 2007, 243 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2007.
- \_\_\_\_\_. *Identificações: convergências e divergências entre os presos políticos da ditadura militar*. Disponível em: <http://www.lahes.ufjf.br>. Acesso a 26/09/2017.

- RIBEIRO, Francisco Moreira. *O PCB no Ceará*. Fortaleza: Edições UFC/ Stylus Comunicações, 1989.
- RICOEUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. São Paulo: Editora da Unicamp, 2007.
- RIDENTI, Marcelo. *O Fantasma da revolução brasileira*. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1993.
- \_\_\_\_\_. Ação Popular: cristianismo e marxismo. In: \_\_\_\_\_; AARÃO REIS, Daniel (Orgs.). *História do marxismo no Brasil*, 5. Campinas: Editora da Unicamp, 2002.
- \_\_\_\_\_. Resistência e mistificação da resistência armada contra a ditadura: armadilhas para pesquisadores. In: *Seminário 40 anos do golpe de 1964*. Rio de Janeiro: 7Letras, 2004.
- RODEGHERO, Carla Simone. A Anistia de 1979 e seus significados, ontem e hoje. In: AARÃO REIS, Daniel. RIDENTI, Marcelo. MOTTA, Rodrigo Patto Sá (Orgs.). *A ditadura que mudou o Brasil: 50 anos do golpe de 1964*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014, p. 179.
- ROLLEMBERG, Denise. Esquerdas revolucionárias e luta armada. In: FERREIRA, Jorge, e DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. *O Brasil Republicano*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, volume IV, 2003.
- \_\_\_\_\_. "Esquecimento das memórias". In: FILHO, João Roberto Martins Filho (Org.). *O golpe de 1964 e o regime militar*. São Carlos: Ed. UFS-Car, 2006.
- ROUSSO, H. *Sobre a história do tempo presente: uma entrevista com Henry Rousso*. Entrevista concedida a Sílvia Arend e Fábio Macedo. Disponível em <http://www.revistas.udesc.br/index.php/tempo/article/view/705>. Acesso a 20/01/2018.
- SALES, Jean Rodrigues. *O impacto da Revolução Cubana sobre as organizações comunistas brasileiras (1959-74)*. 2015, 250f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2015.
- SANTAELLA, Lúcia. *O que é semiótica*. São Paulo: Brasiliense, 2012.
- SENNETT, Richard. *O Artífice*. Rio de Janeiro: Record, 2009.
- SANTOS, Lídia Noémia Silva. *Brotinhos e seus problemas: juventude e gênero na imprensa fortalezense da década de 1950*. Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora, 2011.
- SARAIVA, Ciro J. *Antes dos coronéis (1947-62)*. Fortaleza: ABC Editora, 2012.

- \_\_\_\_\_. *Antes dos coronéis (1947-62)*. Fortaleza: ABC Editora, 2012.
- SARLO, Beatriz. *Tempo passado: cultura da memória e guinada subjetiva*. São Paulo/Belo Horizonte: Companhia das Letras/UFMG, 2007.
- SIDOU, Ari Othon. *Wanda Sidou, guerreira da liberdade*. Fortaleza: Expressão Gráfica Editora, 2008.
- SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. Brasil, em direção ao século XXI. In: LINHARES, Maria Yedda (Org.). *História geral do Brasil*. Rio de Janeiro: Campus, 1990.
- \_\_\_\_\_. Crise da ditadura militar e o processo de abertura política no Brasil, 1974-85. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (Org.). *O Brasil republicano*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, V 4.
- SILVA, Geruza. *Artesanato: identidade e trabalho*. 2014, 180 f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2014.
- SILVA, João Batista Teófilo. *Imprensa, ditadura e abertura política. Entre consentimentos, atritos e ambivalências. A atuação dos jornais cearenses Correio da Semana e O Povo (1974-1985)*. 2015, 229 f. Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2012.
- SILVA, Sônia Maria de Meneses. *A operação midiográfica: a produção de acontecimentos e conhecimentos históricos através dos meios de comunicação – a Folha de São Paulo e o Golpe de 1964*. 2011, 319 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2011.
- SOUZA, André Pinheiro de. *Do Movimento Feminino pela Anistia (MFPA-CE) ao Comitê Brasileiro pela Anistia (CBA-CE): as motivações e os caminhos percorridos pela anistia política no Ceará (1975 a 1980)*. 2012, 180 f. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Estadual do Ceará, Centro de Humanidades, Fortaleza, 2012.
- SUSSEKIND, Elisabeth. *Estratégias de sobrevivência e de convivência nas prisões do Rio de Janeiro*. 2014, 380 f. Tese (Doutorado em História) – Fundação Getúlio Vargas, Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea, 2014.
- TELES, Janaína de Almeida. *Memórias dos cárceres da ditadura: os testemunhos e as lutas dos presos políticos do Brasil*. 2011, 519 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade de São Paulo, 2011.

THOMSON, Alistair. *Recompondo a memória*. In: *Projeto história*. São Paulo: EDUC, n.º. 15, p. 51-71, 1997.

TRAVERSO, Enzo. *Historiografía y memoria: Interpretar el siglo XX*. Aletheia, v. 1, n. 2, 2011. Disponível em [http://www.memoria.fahce.unlp.edu.ar/art\\_revistas/pr.4820/pr.4820.pdf](http://www.memoria.fahce.unlp.edu.ar/art_revistas/pr.4820/pr.4820.pdf) Acesso a 10/08/2013

USTRA, Carlos Alberto Brilhante. *Rompendo o Silêncio*. Brasília: Editorial, 1987.

VASCONCELOS, José Gerardo. *Memórias do silêncio: militantes de esquerda no Brasil autoritário*. Fortaleza: EUFC, 1989.

VEIGA-NETO, Alfredo. *Foucault e a educação*. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

VIEIRA JÚNIOR, Antônio Otaviano. *Entre paredes e bacamartes: história da família no sertão (1780-1850)*. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha; Hucitec, 2004.

VENTURA, Zuenir. *1968 – o ano que não terminou*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1988.

VIDAL, Márcia. *Imprensa e poder: O I e II veterados (1963/1966 e 1979/1982) no jornal O Povo*. Fortaleza: Secretaria da Cultura e Desporto do Ceará, 1994.

# EDIÇÕES INESP

**João Milton Cunha de Miranda**  
Diretor Executivo

## EDIÇÕES INESP

**Ernandes do Carmo**  
Orientador da Célular de Edição e Produção Gráfica

**Cleomárcio Alves (Márcio), Francisco de Moura,  
Hadson França e João Alfredo**  
Equipe de Acabamento e Montagem

**Aurenir Lopes e Tiago Casal**  
Equipe de Produção em Braile

**Mário Giffoni e Rical Gomes de Oliveira**  
Diagramação

**José Gotardo Filho, Saulo Macedo e Valdemice Costa (Valdo)**  
Equipe de Design Gráfico

**João Victor Sampaio e Leticia Gomes Albuquerque**  
Estagiário

**Rachel Garcia Bastos de Araújo**  
Redação

**Valquiria Moreira**  
Secretaria Executiva / Assistente Editorial

**Manuela Cavalcante**  
Secretaria Executiva

**Luzia Lêda Batista Rolim**  
Assessoria de Imprensa

**Gustavo Rodrigues de Vasconcelos, Lúcia Maria Jacó Rocha,  
Sandra Bastos Mesquita e Vânia Monteiro Soares Rio**  
Equipe de Revisão

**Marta Lêda Miranda Bezerra e Maria Marluce Studert Vieira**  
Equipe Auxiliar de Revisão

### Site:

E-mail: [presidenciainesp@al.ce.gov.br](mailto:presidenciainesp@al.ce.gov.br)

Fone: (85) 3277-3702



## ALECE

Av. Desembargador Moreira, 2807,  
Dionísio Torres, Fortaleza, Ceará, CEP: 60.170-900  
Site: <https://www.al.ce.gov.br/>  
Fone: (85) 3277.2500



### **O autor**

**José Aírton de Farias** nasceu em Santana do Acaraú-CE. É doutor em História pela Universidade Federal Fluminense (UFF), mestre em História pela Universidade Federal do Ceará (UFC), licenciado em História pela Universidade Estadual do Ceará (UECE) e bacharel em Direito pela Universidade Federal do Ceará (UFC). Professor de vários colégios e faculdades do Ceará por anos, atualmente ministra aulas no Instituto Federal do Ceará (IFCE). Tem experiência na produção de livros didáticos e na pesquisa em História Política, voltado para a ditadura militar brasileira e a luta armada das esquerdas.



# ALECE

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA  
DO ESTADO DO CEARÁ

## Mesa Diretora 2023-2024

**Deputado Evandro Leitão**  
Presidente

**Deputado Fernando Santana**  
1º Vice-Presidente

**Deputado Osmar Baquit**  
2º Vice-Presidente

**Deputado Dannel Oliveira**  
1º Secretário

**Deputada Juliana Lucena**  
2ª Secretária

**Deputado João Jaime**  
3º Secretário

**Deputado Dr. Oscar Rodrigues**  
4º Secretário

**EDIÇÕES  
INESP  
DIGITAL**



Escaneie o QR CODE  
e acesse nossas  
publicações